



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2014**

São Luís
2015

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 16ª REGIÃO

Av. Senador Vitorino Freire, 2001

Areinha – São Luís – MA

CEP 65.030-015

PABX: (98) 2109-9300

FAX: (98) 3232-8894

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho. Região, 16ª.

Relatório de Atividades 2014. — São Luís, 2015.

f.192

1. Relatório de Atividades –TRT 16ª Região I. Título

CDU 347.998.72(047)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

COMPOSIÇÃO

BIÊNIO 2014/2015

PRESIDENTE

DESEMBARGADOR LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

VICE-PRESIDENTE CORREGEDOR

DESEMBARGADOR JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

DESEMBARGADORES FEDERAIS

**DESEMBARGADOR AMÉRICO BEDÊ FREIRE
DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
DESEMBARGADOR GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
DESEMBARGADORA MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA
DESEMBARGADORA ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
DESEMBARGADORA SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO**

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
ANTONIO MANOEL COSTA SILVA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
ÉLEN DOS REIS A. BARROS DE BRITO

SECRETARIA DA CORREGEDORIA
MARCOS PIRES COSTA

DIRETORIA GERAL
JULIO CÉSAR GUIMARÃES

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA
JOSÉ MARIA LUSQUINHOS DOS SANTOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RAIMUNDO DA CONCEIÇÃO COSTA LINDOSO

JUÍZES TITULARES DE VARA

Francisco José de Carvalho Neto
Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes
Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota
Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha
Juacema Aguiar Costa
Maria do Socorro Almeida de Sousa
Francisco Tarcísio Almeida de Araújo
Higino Diomedes Gaivão
Antonio de Pádua Muniz Corrêa
Manoel Lopes Veloso Sobrinho
Francisco José Campelo Galvão
Maria da Conceição Meirelles Mendes
Rui Oliveira de Castro Vieira
Liliana Maria Ferreira Soares Bouéres
Manoel Joaquim Neto
Érico Renato Serra Cordeiro
Bruno de Carvalho Motejunas
Fernanda Franklin da Costa Ramos Belfort
Leonardo Henrique Ferreira
Érika Guimarães Gonçalves
Nelson Robson Costa de Souza
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos
Liliane de Lima Silva

JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Márcia Suely Corrêa Moraes Bacelar
Maurílio Ricardo Neris
Carlos Gustavo Brito Castro
Carolina Burlamaqui Carvalho;
Fábio Ribeiro Sousa
Elzenir Lauande Franco
Gabrielle Amado Boumann
Fernando Luiz Duarte Barboza
Mario Lúcio Batigniani
Ângela Cristina Carvalho Mota Luna
Joanna D'Arck Sanches da Silva Ribeiro
Angelina Moreira de Sousa Costa
Sergei Becker
Rafaella Messina Ramos de Oliveira
Lucas Silva de Castro
Vinicius Hespagnol Portella
Paulo Fernando da Silva Santos Júnior
Cláudio Victor de Castro Freitas
Guilherme José Barros da Silva
Érika Cristina Ferreira Gomes
Ádria Lena Furtado Braga
Élbia Lídice Spenser Dowsley
Reinaldo de Souza Pinto
Núbia Prazeres Pinheiro Bogéa
Ive Seidel de Souza Costa

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	9
1	PRESIDÊNCIA.....	11
1.1	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa	36
1.2	Escola Judicial.....	40
1.3	Secretaria do Tribunal Pleno.....	49
1.4	Seção de Ouvidoria.....	50
1.5	Coordenadoria de Controle Interno.....	59
1.6	Coordenadoria de Precatório.....	74
1.7	Seção de Comunicação Social.....	77
1.8	Seção de Cerimonial	86
1.9	Centro de Memória e Cultura	88
2	VICE-PRESIDÊNCIA.....	93
2.1	Secretaria da Corregedoria	97
3	DIRETORIA GERAL	118
3.1	Secretaria de Orçamento e Finanças	125
3.2	Núcleo de Assessoramento Jurídico.....	135
3.3	Núcleo de Folha de Pagamento	137
3.4	Seção de Licitações.....	139
3.5	Seção de Engenharia.....	142
4	SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA.....	144
4.1	Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual.....	146
4.2	Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Apoio ao PJe.....	154
5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	155
5.1	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	166
5.2	Coordenadoria de Material e Logística.....	174
5.3	Coordenadoria de Serviços Gerais.....	178
5.4	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	179
5.5	Seção de Biblioteca e Gestão Documental	187
5.6	Seção de Saúde	188

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região apresenta a seus magistrados e servidores, aos advogados e jurisdicionados e a toda a sociedade maranhense o Relatório Anual de Atividades, ano-base 2014, em cumprimento ao disposto no artigo 21, inciso XXIII, do Regimento Interno deste Regional.

O Relatório contempla as principais atividades desenvolvidas pelas unidades judiciárias e administrativas que compõem este órgão jurisdicional, sempre alinhadas ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, traçado pelo Conselho Nacional de Justiça, e às demais diretrizes administrativas oriundas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Como de costume, muito foi feito para melhorar o resultado dos indicadores e atender às metas estabelecidas pelo CNJ. Tais metas, ao passo que representam desafios aos administradores, proporcionam gradativa melhoria no desempenho das atividades e contribuem para a efetividade desta Justiça.

A gestão de pessoas e as infraestruturas física e de tecnologia foram alvo de constante atenção, visando oferecer melhores condições de trabalho a magistrados, servidores e advogados, bem como melhor receber o cidadão jurisdicionado, para que siga depositando sua confiança na missão institucional deste TRT: solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade.

Além disso, diversas atividades foram realizadas em alusão a uma data especial: o ano de 2014 marcou a comemoração dos 25 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Desde 1989, o TRT 16ª Região zela pela correta aplicação das normas jurídicas na apreciação de demandas trabalhistas, o que representou, e representa, uma grande conquista para a defesa dos direitos da população maranhense.

Desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior
Presidente do TRT da 16ª Região

1 PRESIDÊNCIA

Este relatório anual apresenta a descrição sucinta das atividades realizadas ao longo do exercício de 2014 pelo Gabinete da Presidência do TRT da 16ª Região.

A Presidência deste TRT foi exercida pelo Excelentíssimo Desembargador Luiz Cosmo da Silva Junior, que entrou em exercício em 1º de janeiro de 2014, para o biênio 2014/2015, com posse solene em 19 de dezembro de 2013.

O Gabinete da Presidência, nos termos do art. 4º do Regulamento Geral dos Serviços Auxiliares deste Regional, tem a seguinte estrutura:

ESTRUTURA DO GABINETE

Secretaria-Geral:

Antonio Manoel Costa Silva – Secretário-Geral.

Seção de Cerimonial:

Sílvia Adriana Lima Serra Pereira - Chefe da Seção;

Jeanne Adler Fonseca – Técnico Judiciário;

Márcia Regina Belfort Salgueiro - Técnico Judiciário

Paula Saianny Castelo Branco Sousa – Estagiária.

Seção de Comunicação Social:

Rosemary Rocha Araújo - Chefe da Seção;

Maria Suely Cavalcante Pinto – Técnico Judiciário;

Wanda Cristina da Cunha e Silva – Técnico Judiciário.

Centro de Memória e Cultura – CEMOC:

Edvânia Kátia Sousa Silva – Chefe do CEMOC;

Cecílio Lobo Mendes – Técnico Judiciário.

Assessoria Jurídica:

Luiz Alberto Queiroz Lima – Assessor Jurídico;

Antônia Tânia Maria de Castro Silva – Técnico Judiciário;

Renato Silva Gonçalves – Estagiário;

Núcleo de Recurso de Revista, Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário para o TST:

Cleonice Pacheco de Castro – Chefe do Núcleo;

Allan Carlos de Souza Marques – Técnico Judiciário;

Fernanda Mesquita da Silva – Analista Judiciário;

Karen Tavares Lima – Técnico Judiciário;

Jacielly Castelo Branco Viana – Estagiário;

Fernanda de Angelis Silva Mendonça – Estagiário;

Patrick Costa Silva – Estagiário.

Por meio da Resolução Administrativa nº 213, de 14 de agosto de 2014, em Sessão Extraordinária, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região instituiu o Núcleo de Revista, Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário para o TST, Setor Vinculado à Assessoria Jurídica da Presidência.

Assessoria Administrativa:

Patrícia Vasconcelos de Almeida - Assessora Administrativa;

Luiz Sadoque de Lima Matos - Analista Judiciário;

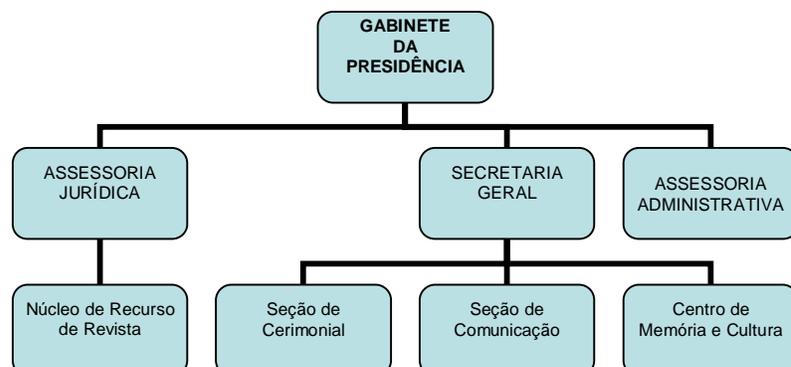
Jandilma Teresa Gomes Ferreira – Técnico Judiciário;

Samir Macedo de Almeida – Analista Judiciário;

Maria Teresa Santana – Requisitada;¹

Jefferson Lucas Lopes Braga – Estagiário;

Sthephane Saminez de Jesus – Estagiário.



ESTATÍSTICA DO GABINETE

Durante o ano de 2014, o Gabinete da Presidência deste Tribunal editou considerável quantidade de atos normativos, fruto da deliberação da Presidência e do Tribunal Pleno, a saber, Atos, Portarias e Resoluções Administrativas, além dos despachos judiciais e em protocolos administrativos:

Despachos judiciais exarados

DESPACHOS JUDICIAIS EXARADOS	
Recursos de Revista	1.993
Agravos de Instrumento e Recursos Ordinários para o TST	810
Outros	32
TOTAL	2.835

EXPEDIENTES EMITIDOS

No exercício de suas atribuições regimentais e regulamentares, o Gabinete da Presidência, em 2014, expediu:

Portaria GP	1.275
Ofício GP	436
Ato Regulamentar	2
Ofício SGP	68
Ofício Circular	35
Memorando GP	89
Memorando SGP	68

¹ Cedida do Município de São Luís-MA

Memorando Circular	19
Editais	12
Portaria Conjunta	1

Portarias que merecem relevo:

Portaria GP nº. 001/2014

Exonera, dispensa, nomeia e designa funções a servidores que comporão a administração do TRT da 16ª Região no biênio 2014/2015.

Portaria GP nº. 003/2014

Convoca o Excelentíssimo Senhor CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO, Juiz do Trabalho Substituto, para auxiliar a Presidência deste Tribunal no exercício de atividades administrativas, afastando-o de suas funções judicantes,.

Portaria GP nº. 019/2014

Designa ROSEMARY ROCHA ARAÚJO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, C-13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, matrícula nº 30816444, para exercer a função comissionada FC-05 – Chefe da Seção de Comunicação Social.

Portaria GP nº. 020/2014

Delega competência ao Diretor Geral e sua substituta e ao Coordenador de Gestão de Pessoas

Portaria GP nº. 051/2014

Designa a Excelentíssima Senhora ROBERTA DE MELO CARVALHO, Juíza do Trabalho Substituta, para exercer as funções de Juíza Auxiliar da Seção de Execução, sem prejuízo de suas atribuições na Vara do Trabalho de Presidente Dutra, nos termos do que consta no PA nº 39/2014.

Portaria GP nº. 054/2014

Designa o Excelentíssimo Senhor BRUNO DE CARVALHO MOTEJUNAS, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Bacabal, ora auxiliando na Corregedoria Regional, para exercer a função de Administrador do sistema do PJe-JT, na forma do 36-A da Resolução 94/2012 do CSJT.

Portaria GP nº. 056/2014

Designa nova composição para a Comissão voltada à implementação e acompanhamento das ações necessárias à realização do processo seletivo para preenchimento de cargos vagos e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal deste Tribunal, constituída por intermédio da Portaria GP nº 232/2013.

Portaria GP nº. 079/2014

Constitui Comissão para implementação do Projeto “25 anos do TRT 16ª Região”.

Portaria GP nº. 094/2014

Determina a publicação, no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão, dos Anexos I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal; V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; e VI – Demonstrativo dos Restos a Pagar, partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 48, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013.

Portaria GP nº. 106/2014

Nomeia RAIMUNDO DA CONCEIÇÃO COSTA LINDOSO, Analista Judiciário, Área Judiciária, C-13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, matrícula nº 30816784, para exercer o cargo comissionado CJ-03 - Secretário de Administração, criado pela Lei 7.671/1988.

Portaria GP nº. 113/2014

Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, o funcionamento do Espaço Pilates.

Portaria GP nº. 114/2014

Constitui Comissão para dar continuidade ao Programa “TRT na Escola”.

Portaria GP nº. 118/2014

Constitui nova Comissão Ambiental para planejar, elaborar e acompanhar medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente no âmbito deste Regional

Portaria GP nº. 161/2014

Constitui a Comissão Julgadora do IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho no Maranhão.

Portaria GP nº. 167/2014

Inclui os servidores RAIMUNDO DA CONCEIÇÃO COSTA LINDOSO, Secretário de Administração, em substituição à servidora Gabriela Carvalho Gaspar de Barros Bello, removida deste Tribunal, e LUIZ ALBERTO QUEIROZ LIMA, Assessor Jurídico da Presidência, na Comissão para elaboração de novo Regulamento Geral, constituída pela Portaria GP nº 306/2013.

Portaria GP nº. 169/2014

Designa nova composição para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar, com vigência por prazo indeterminado, destinada à apuração de eventuais irregularidades no serviço público.

Portaria GP nº. 171/2014

Designa composição para a Comissão Permanente de Licitação deste Tribunal, no período de 01/03/2014 a 31/12/2014.

Portaria GP nº. 172/2014

Designa o servidor RAIMUNDO NONATO MONTEIRO FILHO (CPF 261.982.233-53) como Pregoeiro Oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e servidores para compor a equipe de apoio.

Portaria GP nº. 177/2014

Designa a Excelentíssima Senhora CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO, Juíza do Trabalho Substituta, para exercer as funções de Juíza Auxiliar da Seção de Execução, sem prejuízo de suas atribuições na 6ª Vara do Trabalho de São Luís/MA, por motivo de férias da Juíza anteriormente designada.

Portaria GP nº. 207/2014

Designa servidores para procederem à fiscalização e ao acompanhamento das execuções dos contratos celebrados por este Tribunal, os quais passam a ser designados "Fiscais de Contratos", bem como seus respectivos substitutos e cofiscais.

Portaria GP nº. 209/2014

Designa servidores para compor a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis, relacionados no protocolo administrativo nº 1096/2014, a fim de serem posteriormente alienados.

Portaria GP nº. 216/2014

Revoga a Portaria GP nº 185/2012 e altera a Comissão Permanente de Tecnologia da Informação

Portaria GP nº. 222/2014

Designa nova composição para a Comissão de Avaliação e Planejamento de Obras deste Tribunal.

Portaria GP nº. 227/2014

Designa nova composição para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Portaria GP nº. 247/2014

Constitui a Comissão de Gestão do Teletrabalho.

Portaria GP nº. 260/2014

Institui a Logomarca dos 25 anos do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e recomenda a sua utilização nas comunicações oficiais.

Portaria GP nº. 354/2014

Designa nova composição da Comissão para a Implantação da Gestão por Competência no TRT 16ª Região, instituída pela Portaria GP nº 181/2012.

Portaria GP nº. 369/2014

Agracia personalidades com as insígnias da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho.

Portaria GP nº. 374/2014

Altera, ad referendum do Tribunal Pleno, a classificação final dos candidatos aprovados no VII Concurso de Juiz do Trabalho Substituto da 16ª Região.

Portaria GP nº. 418/2014

Institui o Comitê Gestor Regional para implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências.

Portaria GP nº. 420/2014

Constitui comissão para realização dos trabalhos de elaboração do novo Mapa Estratégico deste Tribunal Regional.

Portaria GP nº. 455/2014

Nomeia o Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO DE PÁDUA MUNIZ CORREA, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São Luís, para exercer o cargo de Diretor do Fórum “Astolfo Serra” e, como substituto, o Excelentíssimo Senhor MANOEL LOPES VELOSO SOBRINHO, Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de São Luís, para mandato de 1 (um) ano.

Portaria GP nº. 470/2014

Dispõe sobre o funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho da 16ª Região durante a Copa do Mundo 2014.

Portaria GP nº. 473/2014

Altera a composição da Comissão de Acessibilidade, constituída pela Portaria GP nº 419, de 22/5/2012, para que passe a constar como membro da Equipe do Projeto Incluir, o servidor Marcos Antonio de Souza Silva, em substituição à servidora Adrienne Garcia Xerez Silva.

Portaria GP nº. 489/2014

Altera a composição da Comissão responsável pelo desenvolvimento e implantação do Sistema de Monitoramento e Auditoria apresentado pelo CSJT, com o intuito de proceder ao monitoramento contínuo e tempestivo da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial deste Tribunal, constituída pela Portaria GP nº 89, de 10/2/2012, para que passe a constar como membro o servidor Celson de Jesus Moreira Costa, em substituição ao servidor Cláudio César de Figueiredo Moreira.

Portaria GP nº. 510/2014

Delega competência à Excelentíssima Desembargadora SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO para, nos dias 28 e 29 de maio de 2014, quando da ausência dos Desembargadores Presidente e Vice-Presidente deste Regional, mediar discussões em dissídio coletivo eventualmente ajuizado nesse período.

Portaria GP nº. 553/2014

Designa servidores para compor a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis do Setor Gráfico, a fim de que possam ser doados e melhor aproveitados por outras instituições.

Portaria GP nº. 581/2014

Institui nova regulamentação da Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, determinando sua estrutura, competência e funcionamento.

Portaria GP nº. 586/2014

Institui o Comitê Gestor Regional para manutenção e aperfeiçoamento do Sistema e-Gestão, no âmbito de primeiro e segundo grau de jurisdição do TRT da 16ª Região.

Portaria GP nº. /2014

Dispensa a Excelentíssima Desembargadora SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO da Comissão para realização dos trabalhos de elaboração do novo Mapa Estratégico deste Tribunal Regional, constituída por intermédio da Portaria GP nº 420/2014.

Portaria GP nº. 680/2014

Institui a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPADs) deste Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Portaria GP nº. 717/2014

Altera a composição da Comissão de Avaliação e Planejamento de Obras deste Tribunal.

Portaria GP nº. 719/2014

Designa nova composição da Comissão Especial para Elaboração de Novo Regulamento Geral deste Tribunal.

Portaria GP nº. 723/2014

Altera a composição da Comissão para Atualização do Regimento Interno deste Tribunal.

Portaria GP nº. 724/2014

Altera a composição da Comissão para Implantação da Gestão por Competências neste Tribunal.

Portaria GP nº. 725/2014

Designa nova composição para a Comissão de Reestruturação Organizacional deste Tribunal.

Portaria GP nº. 729/2014

Designa nova composição para o Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Portaria GP nº. 740/2014

Altera o art. 1º, item 35, da Portaria GP nº 207, de 7/3/2014.

Portaria GP nº. 782/2014

Decreta luto oficial no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, por 3 (três) dias, a partir de 6/8/2014, em virtude do falecimento da Excelentíssima Senhora MARIA IONE MARTINS DE ARAÚJO, Desembargadora Aposentada e ex-vice-presidente da Corte no biênio 1991/1993.

Portaria GP nº. 835/2014

Altera o item II da Portaria GP nº 15, de 14/1/2011, que instituiu a Comissão Permanente de Tecnologia da Informação.

Portaria GP nº. 836/2014

Designa composição para a Comissão Permanente de Tecnologia da Informação deste Regional.

Portaria GP nº. 837/2014

Altera o art. 2º da Portaria GP nº 703, de 20/7/2012, que instituiu a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho deste Regional.

Portaria GP nº. 838/2014

Designa composição para a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho deste Regional.

Portaria GP nº. 846/2014

Nomeia o Excelentíssimo Juiz NELSON ROSBON COSTA DE SOUZA, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Imperatriz, para exercer o cargo de Diretor do Fórum “Manuel Alfredo Martins e Rocha” e, como substituta, a Excelentíssima Juíza LILIANE DE LIMA SILVA, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Imperatriz, com mandato fixado em um ano, conforme o disposto no art. 250-B do Regimento Interno deste Tribunal, acrescentado pelo art. 3º da RA-222/2011.

Portaria GP nº. 895/2014

Designa nova composição para a Comissão de Acessibilidade, para que passe a constar como membros da Equipe do Projeto Incluir: - Patrocinador do Projeto: Júlio César Guimarães; - Gestor do Projeto: Sérgio Moriah de Abreu Silva; - Equipe do Projeto: os servidores Cícero Matias Ferreira do Nascimento Neto, Paulo Santos Magalhães, Allan Carlos de Souza Marques, Marcos Antonio de Souza Silva, Rosely Belo Ribeiro Vieira, Letícia Maria Costa Saraiva e Ércio Murilo Sousa Cutrim.

Portaria GP nº. 923/2014

Designa composição para a Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores deste Tribunal.

Portaria GP nº. 947/2014

Aprova o Calendário Institucional de 2015, para ampla e imediata divulgação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (art. 6º do Ato G.P. nº 241/2010).

Portaria GP nº. 986/2014

Designa nova composição para o Comitê de Segurança do TRT 16ª Região.

Portaria GP nº. 1026/2014

Designa nova composição para o Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Portaria GP nº. 1033/2014

Designa nova composição para a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo e Infantil.

Portaria GP nº. 1034/2014

Designa nova composição para a Comissão do Projeto “PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO – PROGRAMA TRABALHO SEGURO.

Portaria GP nº. 1039/2014

cria e regulamenta o Espaço Permanente de Exposição de Artes do Tribunal.

Portaria GP nº. 1072/2014

Agracia servidores deste Tribunal com a insígnia do Mérito do Servidor do Judiciário Trabalhista da 16ª Região.

Portaria GP nº. 1094/2014

Convoca o Excelentíssimo Senhor FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Timon-MA, para desempenhar suas atividades jurisdicionais junto a este Tribunal.

Portaria GP nº. 1169/2014

Institui o Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Portaria GP nº. 1241/2014

Homologa o resultado final do processo unificado de remoção interna dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, instituído pelo Ato Regulamentar nº 001/2014 e deflagrado pelo Edital GP nº 8/2014.

Portaria GP nº. 1274/2014

Designa pregoeiro oficial do Tribunal e equipe de apoio.

Atos Regulamentares de relevante importância:**Ato Regulamentar nº 001/2014**

Regulamenta as contratações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Ato Regulamentar nº 002/2014

Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 16ª Região, a Resolução CNJ nº 169/2013 e dispõe sobre a retenção de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas por este Tribunal para prestar serviços com mão de obra residente em suas dependências.

Ato Regulamentar nº 003/2014

Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 16ª Região, a Resolução CSJT nº 143/2014 e dispõe sobre o procedimento de reembolso das despesas ao órgão cedente referente aos servidores e empregados públicos cedidos dos órgãos e entidades de que tratam os incisos I e II do art. 2º da aludida Resolução.

Resoluções do Tribunal:**Resolução nº 21/2014**

Define as condições do Teletrabalho no TRT da 16ª Região.

Resolução nº 59/2014

Aprova a manutenção da Vara do Trabalho no Município de Barreirinhas-MA.

Resolução nº 76/2014

Altera os incisos III, IV, V e VI do artigo 11 e o parágrafo 1º do artigo 13, do Regulamento da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho.

Resolução nº 77/2014

Convoca o Excelentíssimo Senhor FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Timon-MA, para desempenhar suas atividades jurisdicionais junto a este Tribunal, ficando dispensado de suas funções originárias e participando da distribuição de processos neste Regional, a partir da publicação desta Resolução até enquanto perdurar o afastamento da Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva.

Resolução nº 78/2014

Convoca o Excelentíssimo Senhor PAULO SÉRGIO MONT'ALVERNE FROTA, Juiz Titular da 7ª Vara do Trabalho de São Luís-MA, para desempenhar suas atividades jurisdicionais junto a este Tribunal, ficando dispensado de suas funções originárias, inclusive de Diretor do Foro Astolfo Serra, e participando da distribuição de processos neste Regional, a partir de 12 de maio de 2014 até enquanto perdurar a convocação do Desembargador Américo Bedê Freire para o Tribunal Superior do Trabalho.

Resolução nº 106/2014

Altera o caput e os parágrafos 1º e 2º do artigo 13 da Resolução Administrativa nº 148/2011 – Regimento Interno da Escola Judicial.

Resolução nº 209/2014

Altera o art. 7º e o inciso II do art. 9º da Resolução Administrativa nº 217/2013, de 9/9/2013.

Resolução nº 213/2014

Institui o Núcleo de Recurso de Revista, Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário para o TST, setor vinculado à Assessoria Jurídica da Presidência, com as atribuições constantes do Anexo I e as funções enumeradas no Anexo II.

Resolução nº 258/2014

Institui, no âmbito da Justiça do Trabalho da 16ª Região, o Núcleo de Pesquisa Patrimonial, coordenado por um Juiz Auxiliar, que será designado pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, dentre os Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos lotados nas Varas do Trabalho de São Luís - MA, para atuação em caráter permanente e, preferencialmente, com dedicação exclusiva, com jurisdição estendida a todas as Varas do Trabalho da 16ª Região.

Resolução nº 259/2014

Institui o Banco de Sentenças do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, viabilizando o acesso de todas as varas, juízes e servidores deste Regional às decisões proferidas pelos magistrados.

Resolução nº 260/2014

Atribui ao Espaço Permanente de Exposição de Artes, criado pela Portaria GP nº 1039/2014, o nome “Remir de Brito Lima”, em homenagem ao ex-servidor deste Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Resolução nº 261/2014

Homologa o Resultado Final do CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL deste Tribunal.

Resolução nº 264/2014

Convoca o Excelentíssimo Senhor FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Timon-MA, para desempenhar suas atividades jurisdicionais junto a este Tribunal, ficando dispensado de suas funções originárias e participando da distribuição de processos a partir da publicação desta Resolução, até enquanto perdurar a convocação do Desembargador Américo Bedê Freire para o Tribunal Superior do Trabalho.

CONTRATOS E ADITIVOS**Dos Contratos**

Em 2014, foram assinados 48 (quarenta e oito) contratos referentes à aquisição de bens e serviços de natureza diversa, dentre os quais se destacam:

CONTRATO Nº	PA	ASSUNTO	CONTRATADA
001/2014	1251/2010	Execução dos serviços de reforma e adaptação do restaurante/CEMOC do prédio do Fórum “Astolfo Serra”.	INGANARA CONSTRUÇÕES LTDA – M.E.
002/2014	5511/2013	Aquisição e instalação de portões de alumínio automatizados, motores e cancelas automáticas na entrada de acesso de veículos no Prédio Sede do TRT 16ª Região e Fórum “Astolfo Serra”.	M SOUSA GUSMÃO – M.E.
003/2014	1282/2013	Execução dos serviços de construção do prédio da sede definitiva da Vara do Trabalho de Barra do Corda-MA.	VERSAL CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA – M.E.

009/2014	6387/2013	Elaboração de projeto executivo para a especificação de produtos e serviços de Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica (SPDA) e sistema de acionamento manual de alarme contra incêndio no prédio-sede do TRT 16ª Região e Fórum "Astolfo Serra".	MAK ENGENHARIA LTDA
019/2014	6909/2013	Elaboração de projetos executivos e complementares para construção do Fórum Trabalhista de Imperatriz-MA.	HP ENGENHARIA LTDA
027/2014	2660/2014	Elaboração de projeto de adequação e modernização do sistema de climatização do auditório e plenário do prédio-sede do TRT 16ª Região.	M L DE BARROS NETO – ME
028/2014	3527/2014	Contratação de empresa especializada para a execução de serviço de sondagens de simples reconhecimento com SPT – Sondagem à Percussão em Terreno – destinado à construção de unidades da Justiça do Trabalho nos municípios de Bacabal e Pinheiro no Estado do Maranhão.	EMPRESA MARANHENSE DE GEOTECNIA, FUNDAÇÕES, TERRAPLANAGENS E OBRAS CIVIS LTDA – EMGEO
032/2014	3334/2014	Elaboração de projetos executivos e complementares para construção das Varas Trabalhistas de Bacabal e Pinheiro no Estado do Maranhão.	CLÁUDIO FERRO ARQUITETURA LTDA
036/2014	4904/2014	Execução de serviços de topografia em lotes das Varas Trabalhistas de Bacabal, Barra do Corda e Fórum Trabalhista de Imperatriz.	R. H. EMPREENDIMENTOS LTDA
037/2014	795/2014	Prestação de serviços de instalação de Sistemas de Segurança Eletrônica - e aquisição de equipamentos – no prédio do TRT 16ª Região, prédio anexo e Fórum "Astolfo Serra".	FONMART TECNOLOGIA LTDA
040/2014	2542/2014	Fornecimento e instalação de abrigo para veículos em estrutura metálica, coberta com lona e telhas em alumínio nas edificações utilizadas pela Justiça do Trabalho no Maranhão.	M R S PEDROSA E CIA LTDA
047/2014	3512/2014	Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia civil para execução dos serviços de construção do prédio da sede da Vara do Trabalho de Pinheiro/MA.	M L CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA – EPP
048/2014	3513/2014	Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia civil e/ou arquitetura para a execução dos serviços de construção do prédio da sede definitiva da Vara Trabalhista de Bacabal/MA.	VERSAL CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA

Dos Aditivos

No exercício de 2014, foram assinados 28 (vinte e oito) aditivos de contratos referentes à prestação de serviços, locação de imóveis, construções e reformas, dentre os quais, citamos os seguintes:

Aditivo nº 1 ao Contrato TRT 16 nº 003/2014 – PA nº 1282/2013 – Prorrogação do prazo de execução e majoração de valores com acréscimo dos serviços ajustados, no importe de R\$90.884,82 (noventa mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Aditivo nº 4 ao Contrato TRT 16 nº 003/2014 – PA nº 1282/2013 – Alteração do valor contratual – em razão das supressões e inclusões – anteriormente firmado em R\$ 1.043.035,43 (um milhão, quarenta e três mil e quarenta e três centavos) para R\$1.187.280,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil e duzentos e oitenta reais), correspondente ao acréscimo de 24,69% (vinte e quatro vírgula sessenta e nove por cento).

JUÍZOS AUXILIARES

Juiz Auxiliar da Presidência

Juiz Carlos Gustavo Brito Castro foi convocado pela Portaria GP nº 3/2014 para auxiliar a Presidência deste Tribunal no exercício de atividades administrativas.

Em 2014, o magistrado participou de audiência junto ao CNJ, visitas técnicas em outros Regionais, visitas técnicas em unidades administrativas e judiciais deste TRT, reuniões e encontros. Integrou comissões e comitês do Tribunal, dentre os quais merecem destaque a Comissão de Reestruturação Organizacional, Permanente de Avaliação Documental, Núcleo de Cooperação Judiciária, Implementação e Acompanhamento do processo seletivo para preenchimento de cargos vagos, Sistema Processo Judicial Eletrônico, Programa “TRT na Escola”, Projeto “25 anos do TRT 16ª Região”, Comitê de Segurança, Comitê para manutenção e aperfeiçoamento do Sistema e-Gestão, Implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências.

Juízo Auxiliar de Precatório

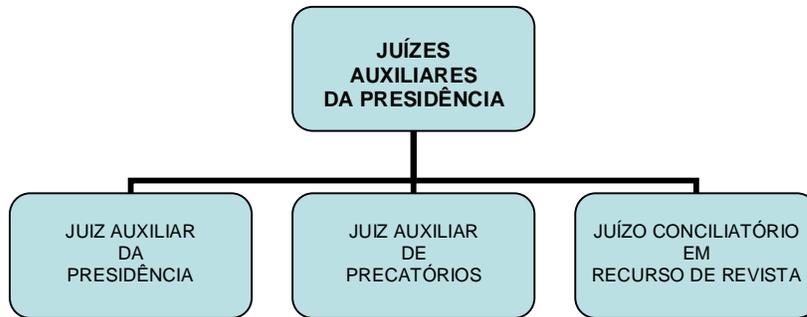
Juízo Auxiliar de Precatório (JAP) foi instituído pela Resolução Administrativa nº 89/2006 (alterada pela Resolução Administrativa nº 116/2007), a fim de auxiliar, conciliar e agilizar a prestação jurisdicional neste Tribunal.

Em 2014, o JAP foi exercido pela Juíza do Trabalho Substituta ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA (Portaria GP nº 824/2013), sem prejuízo de suas atividades jurisdicionais nas Varas do Trabalho onde esteve lotada.

Juízo Conciliatório de Recurso de Revista

O Juízo Conciliatório de Recurso de Revista foi instituído e disciplinado neste Tribunal por intermédio do Ato GP nº 54/2011, com alterações constantes na Portaria GP nº 385/2012.

Foi presidido, em 2014, pelo Juiz Carlos Gustavo Brito Castro, nos termos do art. 2º do referido ato. Por meio da Resolução Administrativa nº 213/2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em substituição ao Juízo Conciliatório de Recurso de Revista, instituiu o Núcleo de Recurso de Revista, Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário para o TST, vinculado à Assessoria Jurídica da Presidência.



NÚCLEOS

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos foi instituído por intermédio da Resolução Administrativa nº 44/2011, tendo seu funcionamento disciplinado pela Portaria GP nº 210/2012.

Em 2014, a Portaria GP nº 227/2014 estabeleceu a atual composição do núcleo, qual seja: Os Desembargadores James Magno Araújo Farias e José Evandro de Souza, e os Juizes Manoel Lopes Veloso Sobrinho, Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota, Maurílio Ricardo Nérís, Manoel Joaquim Neto, Carolina Burlamaqui Carvalho, Bruno de Carvalho Motejunas e Carlos Gustavo Brito Castro.

Núcleo de Apoio à Execução

O Núcleo de Apoio à Execução, criado em 2011, através da Resolução Administrativa nº 113/2011, foi presidido, durante o ano de 2014, pelas Juízas Roberta de Melo Carvalho e Márcia Suely Moraes Correia Bacelar. Contou com apoio temporário dos juizes, Patrick Arruda Leon Serva, Fernando Luiz Duarte Barboza e Carolina Burlamaqui Carvalho.

Núcleo de Pesquisa Patrimonial

O Núcleo de Pesquisa Patrimonial foi instituído pela Resolução Administrativa nº 258/2014 e a RA nº 295/2014 designou o Juiz Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota como juiz auxiliar.

Compete ao Juiz Auxiliar do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, dentre outras atividades, promover a identificação de patrimônio a fim de garantir a execução, requerer e prestar informações aos Juizes referentes aos devedores contumazes, propor convênios e parcerias entre instituições públicas e privadas, determinar medidas acautelatórias que garantam efetividade à execução.

Núcleo de Cooperação Judiciária

O Núcleo de Cooperação Judiciária, instituído no âmbito deste Tribunal por meio da Resolução Administrativa nº 67/2012, esteve sob a coordenação do Presidente do Tribunal, em 2014, sendo composto pelos seguintes membros: James Magno Araújo Farias; José Evandro de Souza; Carlos Gustavo Brito de Castro, na condição de Juiz de Cooperação; Antônio Manoel Costa Silva e Ciro Ibiapina Cardoso.

Este Núcleo tem como objetivo institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre as unidades deste Tribunal, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária.

COMISSÕES

Durante o ano de 2014, foram instituídas comissões, comitês e núcleos, bem como designadas novas composições para algumas comissões já existentes. Dentre elas, podemos relacionar:

- Comissão para implementação e acompanhamento das ações necessárias à realização do processo seletivo para preenchimento de cargos vagos e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal deste Tribunal;
- Comissão para implementação do Projeto “25 anos do TRT 16ª Região”;
- Comissão para dar continuidade ao Programa “TRT na Escola”;
- Comissão Ambiental;
- Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar;
- Comissão Julgadora do IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho no Maranhão;
- Comissão Permanente de Licitação;
- Comissão de Gestão do Teletrabalho;
- Comissão de Avaliação dos casos duvidosos para fins de concessão do Adicional de Qualificação;
- Comissão para realização dos trabalhos de elaboração do novo Mapa Estratégico deste Tribunal Regional;
- Comissão responsável pelo desenvolvimento e implantação do Sistema de Monitoramento e Auditoria apresentado pelo CSJT;
- Comissão de Avaliação e Classificação de Bens Inservíveis do Setor Gráfico;
- Comissão de Avaliação e Classificação de Bens Inservíveis do Setor de Transportes;
- Comissão de Inventário dos bens deste Tribunal;
- Comissão Permanente de Avaliação Documental;
- Comissão de Avaliação e Planejamento de Obras deste Regional;
- Comissão Especial para Elaboração de Novo Regulamento Geral deste Tribunal;
- Comissão para Implementação do PCMSO e do PPRA;
- Comissão Especial para Atualização do Regimento Interno deste Tribunal;
- Comissão para Implantação da Gestão por Competências neste Tribunal
- Comissão de Reestruturação Organizacional deste Tribunal;
- Comissão de Uniformização de Jurisprudência;
- Comissão Permanente de Tecnologia da Informação;
- Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;
- Comissão de Acessibilidade;
- Comissão de Avaliação de desempenho dos servidores deste Tribunal;
- Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo e Infantil;
- Comissão do Projeto “Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Programa Trabalho Seguro;
- Comissão de Uniformização de Jurisprudência;

- Comissão Avaliadora do Salão de Arte Talentos do TRT da 16ª Região;
- Comitê gestor regional da política nacional de atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição;
- Comitê gestor regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Comitê de Segurança do TRT 16ª Região;
- Comitê gestor regional para manutenção e aperfeiçoamento do Sistema e-Gestão;
- Comitê gestor regional para Implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências;
- Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos;
- Núcleo de Cooperação Judiciária;
- Núcleo de Pesquisa Patrimonial;
- Núcleo de Recurso de Revista, Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário para o TST.

PROJETOS, EVENTOS E AÇÕES

Projeto Revisão do Planejamento Estratégico

Atualmente não se pode falar em gestão pública dissociada do conceito de gestão estratégica. O planejamento estratégico apresenta-se como uma ferramenta de gerenciamento que permite um melhor aproveitamento dos recursos humanos, físicos e orçamentários.

Por intermédio da Portaria GP nº 420/2014, foi constituída comissão para realização dos trabalhos de elaboração do novo Mapa Estratégico deste Regional para o período de 2015 a 2020.

O trabalho foi realizado com a participação de todas as unidades judiciais e administrativas que apresentaram propostas para a construção do novo planejamento estratégico do TRT-MA.

Projeto Presidência Itinerante

Foram realizadas visitas às Varas do Trabalho e unidades administrativas do TRT 16ª Região com o intuito de conhecer as realidades e identificar as necessidades de cada unidade, receber reclamações e sugestões de melhoria, fazer diagnóstico das instalações físicas e levantamento de serviços de manutenção predial.

As unidades visitadas foram:

- Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC) e Coordenadoria de Material e Logística: 21 de janeiro de 2014;
- Diretoria do Foro Astolfo Serra e Central de Mandados: 22 de janeiro de 2014;
- Varas do Trabalho de Imperatriz, Açailândia e Estreito: 9 a 13 de junho de 2014;
- Varas do Trabalho de Balsas, São João dos Patos e Pedreiras: 4 a 8 de agosto de 2014;
- Varas do Trabalho de Barra do Corda e Presidente Dutra: 9 a 12 de setembro de 2014.

Programa Caravana da Liberdade

O programa visa implantar ações preventivas e de fiscalização em municípios do Estado do Maranhão com elevados índices de trabalho escravo e infantil, com o intuito de promover a cidadania e a inclusão social, proporcionar ao cidadão acesso às informações de forma a contribuir para o processo de erradicação do trabalho escravo e infantil.

O evento ocorreu em Açailândia no dia 31 de julho de 2014.

Projeto Banco de Sentenças

O Banco de Sentenças do TRT da 16ª Região foi instituído através da Resolução Administrativa nº 259/2014. Viabiliza a disseminação da Gestão do Conhecimento como forma de aprimoramento profissional de magistrados e servidores deste Regional e a otimização dos processos de trabalho com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Permite a consulta eletrônica de uma maneira simples e eficiente, apresentando-se como importante ferramenta de consulta, dando agilidade na prestação jurisdicional e permitindo melhoria nos indicadores estratégicos.

Projeto Fale com o Presidente

O projeto foi lançado durante sessão solene do Tribunal Pleno em maio de 2014. Visa aproximar e estreitar o relacionamento entre servidores e o Desembargador Presidente através da criação de um canal de comunicação em que o público interno poderá submeter dúvidas, encaminhar sugestões e críticas de modo a aperfeiçoar a gestão administrativa.

Projeto Gestão por Competências

O projeto consiste em planejar, captar, desenvolver e avaliar as competências necessárias à consecução das metas e dos objetivos institucionais, através do mapeamento, realizando o diagnóstico e o desenvolvimento de competências, sendo um avanço no modelo de gerenciamento de servidores.

A gestão por competências promoverá o desenvolvimento permanente dos servidores, trazendo melhoria na eficácia, efetividade e na qualidade do serviço público prestado ao cidadão.

Projeto Portal do Servidor

A implantação do Portal do servidor visa disponibilizar informações relacionadas aos servidores, permitindo o acesso a informações pessoais e funcionais constantes nos cadastros do TRT; visualizar períodos de férias e afastamentos; consultar demonstrativos de pagamento e adicionais de qualificação, bem como receber notícias voltadas exclusivamente para o público interno.

Projeto Trabalho Rural

O Projeto Trabalho Rural permitiu dar continuidade ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, através da realização de dois eventos voltados para trabalhadores e empregadores rurais com o objetivo de promover e coordenar ações educativas com o propósito de fomentar a cultura de prevenção de acidentes por meio da educação.

O TRT 16ª Região, com a parceria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, realizou um evento em Açailândia-MA no dia 05 de dezembro com ciclo de palestras voltadas aos trabalhadores e empregadores do meio rural da região jurisdicional da VT de Açailândia, com o intuito de orientar, coordenar e fiscalizar o cumprimento das normas legais sobre o trabalho rural.

O segundo evento foi realizado no dia 12 de dezembro em São Luís, com a participação de juízes deste Regional e de especialistas na área de saúde e segurança do trabalho. Foram abordados temas como acidente de trabalho, uso de agrotóxicos, ergonomia, trabalho infantil e saúde do trabalhador rural.

Projeto Primeiros Socorros

O Projeto de instrução e treinamento de atendimento pré-hospitalar é uma das ações do programa nacional de prevenção de acidentes de trabalho e tem como objetivo orientar e treinar magistrados, servidores, terceirizados e estagiários das Varas do Trabalho do interior com noções básicas de pronto atendimento com a aplicação de técnicas de assistência de primeiros socorros em situações de emergência.

Foram realizadas oficinas em todas as Varas do Trabalho do interior do Maranhão no período de 14 de outubro a 02 de dezembro com instruções sobre suporte básico de vida e prevenção de acidentes no trabalho, aulas práticas de avaliação de vítima, desobstrução de vias aéreas, imobilização no caso de fratura, remoção de vítimas e emergências pediátricas.

Projeto PCMSO no interior

O Projeto de implantação do controle médico de saúde ocupacional nas Varas do Trabalho do interior também compreende ações do programa nacional de prevenção de acidentes de trabalho e tem caráter de prevenção através do rastreamento e diagnóstico precoce de riscos e doenças relacionadas ao trabalho.

Semana de Saúde

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região promoveu a Semana de Saúde, dedicada aos magistrados e servidores no Tribunal e Foro Astolfo Serra (FAS), no período de 1º a 5 de dezembro de 2014.

Durante a Semana de Saúde, foram realizadas palestras que abordaram temas relativos ao PCMSO, câncer de próstata, câncer bucal e ansiedade, depressão e o trabalho.

Para incentivar a prática de atividade física, foi realizado o Agita TRT e atividades de alongamento e relaxamento, além de massagens com pedras quentes.

Foi disponibilizado um quiosque para verificação de pressão arterial e distribuição de preservativos e folders informativos de saúde.

Inauguração de Posto Fixo de Coleta de Resíduos do Projeto Ecocemar

Foi inaugurado, em 1º de agosto, o posto fixo Ecocemar de coleta de resíduos recicláveis no Fórum Astolfo Serra. O projeto Ecocemar consiste na coleta seletiva de resíduos com valor de mercado, visa contribuir com a preservação ambiental e oferecer alternativas para pagamento de faturas, através da troca de material reciclável por desconto na conta de energia elétrica de consumidores residenciais ou transferência desse “bônus” para entidades beneficentes cadastradas.

Campanha de Vacinação contra Gripe

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, por meio da Seção de Saúde, realizou campanhas de vacinação contra gripe (Influenza e H1N1), a fim de atender magistrados, servidores, dependentes, estagiários e terceirizados no período de 29 de abril a 5 de maio de 2014.

A campanha anual de vacinação tem como principal objetivo reduzir o número de casos de infecção e, conseqüentemente, o índice de mortalidade, internações e complicações decorrentes da gripe.

Campanha “Vacinação em Dia”

O programa Vacinação em Dia consiste na análise das carteiras de vacinação de magistrados e servidores de acordo com o calendário básico de vacina do Ministério da Saúde, que compreende vacinas consideradas de interesse prioritário à saúde pública.

IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho

O concurso se apresenta como incentivo à produção jornalística referente à Justiça do Trabalho. Com o tema “Justiça do Trabalho, Cidadania, Direitos Sociais e Inclusão Social, o IV concurso contou com a participação de 11 trabalhos nas categorias jornalismo impresso, radiojornalismo, webjornalismo e fotojornalismo. A solenidade de premiação ocorreu no dia 1º de dezembro no auditório da Escola Judicial.

Comemoração dos 25 anos do TRT 16ª Região

No decorrer do ano de 2014, foram realizadas programações visando à comemoração dos 25 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Maranhão. Durante Sessão Administrativa do Tribunal Pleno, realizada no dia 24 de março, foi feita a abertura oficial das comemorações.

A sessão solene do Tribunal Pleno ocorreu em 22 de maio, durante a qual foram entregues placas comemorativas aos desembargadores e juizes classistas que compuseram a primeira Corte do TRT 16ª Região. Na oportunidade, foi apresentado vídeo institucional sobre os 25 anos da Justiça do Trabalho no Maranhão e efetuada a primeira obliteração do selo personalizado para circulação nacional.

No período de 24 a 28 de março, o TRT realizou a exposição "Páginas da História", como parte das atividades comemorativas, que apresentou uma mostra das publicações do TRT 16ª Região em revistas, jornais institucionais e livros.

Celebração da Páscoa

Foi realizada uma campanha da Páscoa Solidária com o slogan “Faça uma criança sorrir! Doe chocolates!” para arrecadar chocolates para crianças de instituições de caridade e que foram entregues simbolicamente durante a celebração ecumênica da Páscoa. Nessa celebração, foram apresentadas as visões sobre a Páscoa do ponto de vista das religiões evangélica, messiânica, espírita e católica por representantes dessas denominações religiosas

Comemoração pelo Dia das Mães

O Dia das Mães, em 2014, foi comemorado com a oferta de blocos de anotações personalizado com fotos que foram encaminhadas pelas mães servidoras.

Comemoração do Dia de São João

Em comemoração aos festejos juninos de 2014, o TRT ofereceu mingau de milho a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. As barracas foram montadas com materiais ecológicos e reciclados.

Aplicação de Johrei

A Presidência recebeu convidados para um momento de recolhimento espiritual através da aplicação de Johrei em 20 de março.

Johrei é uma transmissão de energia positiva que proporciona o reequilíbrio entre o corpo físico e o espírito, resultando num estado de purificação.

No encerramento, foram ofertadas flores em arranjos de Ikebana, para que os participantes pudessem levar ao seu local de trabalho ou ao lar a energia produzida durante a reunião e simbolizada nas flores.

Vivência com Ikebanas

O Gabinete da Presidência promoveu uma vivência de Ikebanas com o objetivo de oferecer um momento de reflexão a partir da criação de arranjos florais para decoração e harmonização dos ambientes institucionais.

Após as demonstrações feitas por uma professora da Igreja Messiânica, os participantes construíram suas próprias combinações de arranjos florais buscando manter o respeito à natureza e despertar bons sentimentos.

CONSTRUÇÃO, MELHORIAS E REFORMAS EM UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

Refeitório para terceirizados: Inaugurado, em 19 de maio, o refeitório para os terceirizados que prestam serviço no TRT. O refeitório conta com dois ambientes, um para o local das refeições e uma sala de descanso para aproveitar o tempo restante do intervalo.

Espaço Permanente de Exposições de Artes: O Espaço permanente de exposições de artes foi criado pela Portaria GP nº 1039/2014 e inaugurado em 23 de outubro durante a solenidade de comemoração ao Dia do Servidor Público. Por meio da RA nº 260/2014, o Tribunal Pleno atribuiu o nome "Remir de Brito Lima" a esse espaço, como forma de homenagear o ex-servidor falecido em 2001.

Melhorias em sedes de Varas do Trabalho: Foram realizadas melhorias nas instalações físicas dos prédios das Varas do Trabalho de Açailândia, Imperatriz, Barreirinhas, Chapadinha e Pedreiras.

POLÍTICA INSTITUCIONAL

Das parcerias

Com o intuito de aperfeiçoar a atuação do TRT 16ª Região junto à sociedade, a Presidência deste Regional, no exercício de suas atribuições e em conformidade com o Objetivo Estratégico da Política Institucional, firmou 8 (oito) convênios com instituições públicas e privadas, no exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

INSTITUIÇÃO	Nº CONVÊNIO	Nº P.A.	OBJETO
WIZARD	001/2014	627/2011	Concessão de desconto nas mensalidades para magistrados e servidores.
ANASTRA	002/2014	417/2007	Consignação em folha de pagamento da mensalidade devida pelos servidores do convenente vinculados à conveniada.
UNIBEU	003/2014	6996/2013	Concessão de desconto nas mensalidades de magistrados e servidores.
MONOBLOCO	004/2014	1148/2014	Prestação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

APCEF	006/2014	2588/2011	Acesso ao quadro de sócios da APCEF.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	009/2014	2870/2014	Acesso ao Portal Judicial da CAIXA.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ	011/2014	3460/2014	Cessão de servidores para o TRT 16ª Região.
ANAJUSTRA	013/2014	676/2007	Concessão de rubrica de consignação para desconto de mensalidade da conveniada em folha de pagamento.
ADITIVOS			
POUPEX	Nº 003 C. 008/2011	1055/2009	Concessão de linhas de financiamento imobiliário
FHE	Nº 003 C. 009/2001	1055/2009	Acesso aos produtos e serviços disponibilizados pela FHE.
ANAJUSTRA	Nº 002 C. 013/2014	676/2007	Concessão de rubrica de consignação para desconto de mensalidade da conveniada em folha de pagamento.
PGJ	Nº 002 c. 008/2014	936/2008	Estabelecimento de formas de cooperação no combate ao trabalho escravo e à erradicação do trabalho infantil.
TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA			
BANCO DO BRASIL	001/2014	4206/2014	Retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências nas unidades jurisdicionadas ao CNJ.
TERMOS DE PARCERIA			
CEMAR/ECOCEMAR	001/2014	4086/2012	Ações e procedimentos destinados a viabilizar a coleta de resíduos recicláveis nas dependências do FAS.

REUNIÕES DO COLEPRECOR

No ano de 2014, o Presidente e Vice-Presidente participaram das seguintes reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho:

REUNIÃO	LOCAL	DATA
1ª Reunião	Brasília-DF	19 a 20 de fevereiro 2014
2ª Reunião	Maceió-AL	26 e 27 de março de 2014
3ª Reunião	Brasília-DF	22 e 23 de abril de 2014
4ª Reunião	Brasília-DF	28 e 29 de maio de 2014
5ª Reunião	Brasília-DF	27 e 28 de agosto de 2014
6ª Reunião	Brasília-DF	24 e 25 de setembro de 2014
7ª Reunião	Goiânia-GO	29 e 30 de outubro de 2014

METAS NACIONAIS

META 1 - Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

O TRT-MA cumpriu 95,41% da meta 1 do Poder Judiciário, sendo que o 1º grau cumpriu 98,1% e o 2º Grau 86,43%. Ressalte-se que a 2ª Instância recebeu 18,62% mais processos comparativamente ao ano de 2013 e julgou 56,6% mais, o que representou um acréscimo de 3.176 processos julgados em relação ao ano anterior. Conforme glossário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Embargos de Declaração e os Agravos Regimentais foram excluídos da meta.

	Processos Distribuídos	Processos Julgados
1º Grau	33.807	33.164
2º Grau	10.172	8.792
Total	43.979	41.956
GC	95,40%	

*GC – Grau de Cumprimento

META 2 – Julgar, até 31/12/2014, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos 1º e 2º graus.

Do quadro a seguir, verifica-se que a 2ª Instância cumpriu a meta 2 de 2014 nos dois períodos de referência, 2011 e 2012, ou seja, julgou mais de 90% dos processos distribuídos em 2011 e mais de 80% dos processos distribuídos em 2012. Mesmo com isso, o TRT-MA não conseguiu cumprir a meta.

Processos da Meta 2

Perguntas	Ano 2014					
	1º Grau		2º Grau		TRT-MA	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
2.1 – Distribuídos	16044	20877	4663	2590	20713	23474
2.4 – Entraram na Meta	18	18	0	0	18	18
2.7 – Saíram da Meta	37	42	0	0	37	42
2.10 – Julgados em 2014	216	625	5	22	221	644
2.13 – Julgados em 2013	6564	8473	4620	2409	11184	10882
Meta	14549	16804	4197	2072	18746	18876
%Cumprimento	47,01%	54,54%	110,21%	117,33%	61,25%	61,47%

META 3 – Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição de força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Para que a meta fosse cumprida, o TRT-MA deveria ter estabelecido a estrutura mínima da força de trabalho no 1º e no 2º graus e considerar, para isso, a produtividade (número de processos baixados por servidor) das áreas de apoio direto à atividade judicante. Além disso, o tribunal deveria ter definido e aprovado a tabela de lotação de servidores de 1º e 2º graus de acordo com os parâmetros estabelecidos e nomeado/relotado servidores de 1º e 2º graus de acordo com os mesmos parâmetros. Faltou, ainda, definir critério para lotação de servidores nas áreas de apoio indireto à atividade judicante de 1º e 2º grau e publicar a tabela de lotação com a especificação da força de trabalho alocada em suas áreas de apoio direito à atividade judicante e nas de apoio

indireto à atividade judicante do 1º e do 2º grau. O quadro seguinte mostra as respostas aos questionamentos do Conselho Nacional de Justiça, sendo que o mês de dezembro é a referência na que diz respeito ao cumprimento da meta. Dessa forma, o cumprimento se daria caso todas as respostas para o mês de dezembro tivesse sido “Sim”.

Pergunta	Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
3.1	O Tribunal definiu estrutura mínima da força de trabalho de cada unidade judicial de apoio direto à atividade judicante no 1º grau?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
3.2	Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 1º grau, o Tribunal considerou a demanda processual?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
3.3	Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 1º grau, o Tribunal considerou a produtividade (número de processos baixados por servidor) das áreas de apoio direto à atividade judicante?	NÃO											
3.4	Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 1º grau, o Tribunal definiu grupos de unidades semelhantes (competência material e territorial)?	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM							
3.6	O tribunal definiu e aprovou tabela de lotação de servidores de 1º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?	NÃO											
3.7	O Tribunal nomeou ou relotou servidores de 1º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?	NÃO											

3.8	O Tribunal definiu critério para lotação de servidores nas áreas de apoio indireto à atividade judicante do 1º grau?	NÃO												
3.9	O Tribunal publicou a tabela de lotação com a especificação da força de trabalho alocada em suas áreas de apoio direto à atividade judicante e nas de apoio indireto à atividade judicante do 1º grau?	NÃO												
3.10	O Tribunal definiu estrutura mínima da força de trabalho de cada unidade judicial de apoio direto à atividade judicante no 2º grau?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM						
3.11	Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 2º grau, o Tribunal considerou a demanda processual?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM						
3.12	Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 2º grau, o Tribunal considerou a produtividade (número de processos baixados por servidor) das áreas de apoio direto à atividade judicante?	NÃO												
3.13	Para estabelecimento da estrutura mínima da força de trabalho no 2º grau, o Tribunal definiu grupos de unidades semelhantes (competência material e territorial)?	NÃO												

3.14	O tribunal definiu e aprovou tabela de lotação de servidores de 2º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?	NÃO											
3.15	O Tribunal nomeou ou relatou servidores de 2º grau de acordo com os parâmetros estabelecidos?	NÃO											
3.16	O Tribunal definiu critério para lotação de servidores nas áreas de apoio indireto à atividade judicante do 2º grau?	NÃO											
3.17	O Tribunal publicou a tabela de lotação com a especificação da força de trabalho alocada em suas áreas de apoio direto à atividade judicante e nas de apoio indireto à atividade judicante do 2º grau?	NÃO											

META 5 – Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

A meta de redução da taxa de congestionamento na fase de execução considerou a taxa média de 2012 e 2013, subdividida entre execuções fiscais e não fiscais. Relativamente às execuções não fiscais, o TRT-MA reduziu a taxa de congestionamento em 2014 em 3,53%. A taxa média foi de 63,47% e a taxa no ano de 2014 foi de 61,22%. Destaca-se o fato de, ao longo dos anos 2011 a 2014, haver uma constante queda no total de processos de execuções não fiscais pendentes.

Pergunta	Descrição - Execuções não fiscais	Totais
5.1	Não baixados até 31/12/2011	42.680
5.3	Iniciados em 2012	4.108
5.5	Baixados em 2012	18.191
5.7	Iniciados em 2013	9.856
5.9	Baixados em 2013	13.146
5.11	Iniciados em 2014	11.854
5.13	Baixados em 2014	14.341
5.15	Entraram na meta em 2014	1.556
5.17	Saíram da meta em 2014	1.733

Taxas de Congestionamento - Execuções Não Fiscais	Taxa
Congestionamento 2012	61,12%
Congestionamento 2013	65,81%
Congestionamento 2014	61,22%

Meta de redução	≥ 5%
Redução	3,53%

META 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011 no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau.

Para que a meta de ações coletivas fosse cumprida pelo TRT-MA, o primeiro grau deveria ter julgado, no ano de 2014, pelo menos, 175 ações, sendo que foram julgadas apenas 12. Ressalte-se que a 2ª Instância cumpriu a meta. A seguir, o quadro com as respostas aos questionamentos do CNJ.

Pergunta	Descrição	Ano 2014
6.1	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados no 1º Grau em 2011, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2013.	301
6.1	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados no 2º Grau em 2012, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2013.	29
6.2	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2011 QUE FORAM JULGADOS EM 2012	84
6.2	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2012 QUE FORAM JULGADOS EM 2012	41
6.3	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2011 QUE FORAM JULGADOS EM 2013	34
6.3	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2012 QUE FORAM JULGADOS EM 2013	35
6.4	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2011 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	0
6.4	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2012 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	0
6.5	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2011 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	0
6.5	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2012 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	0
6.6	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2011 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014	12
6.6	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2012 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014	2

METAS ESPECÍFICAS

META – Realizar oficinas de administração judiciária com participação de, pelo menos, 25% dos magistrados.

Para efeito de cumprimento dessa meta, considerou-se oficina como uma reunião presencial de elaboração conjunta de atividades práticas sob a coordenação de um facilitador, com duração de **4 horas**, para apresentação/discussão dos temas referentes a:

- gestão de pessoas;
- gestão estratégica (oficina de construção do planejamento estratégico do TRT-MA);

A meta era realizar oficinas com a participação de, pelo menos, 15 magistrados, sendo que o Tribunal realizou oficinas com 48, portanto a meta foi cumprida.

Quadro 8 – Respostas aos questionamentos do CNJ

Pergunta	Descrição	Jan-Abr	Mai-Ago	Set-Dez	Acumulado
P1	Total de magistrados de 1º e 2º grau	58	58	58	58
P2	Total de magistrados que participaram de oficinas de gestão somente em 2014 até o mês de referência	0	4	48	48

META – Implantar programa de desenvolvimento gerencial em todos os tribunais com base em modelo de gestão por competências

Com relação à meta de implantação da gestão por competências, foram identificados um total de 69 cargos e funções de natureza gerencial, todos eles ocupados. Por meio das Portarias GP nº 354/2014 (4 membros) e GP nº 1619/2013, foram designados os membros responsáveis pelo projeto de implantação, bem como instituído o Comitê Gestor Regional. No decorrer do ano, foram realizadas as capacitações desses membros, conforme o glossário da meta. Foram mapeados 35 cargos e funções de natureza gerencial, todos os seus ocupantes devidamente avaliados. Além disso, foi implantado o programa de desenvolvimento gerencial (PDG) com a elaboração de planejamento de ações de capacitação destinadas aos ocupantes de cargos e funções gerenciais, assim definidas no art. 5º, §§ 3º e 8º, da Lei nº 11.416/2006. A elaboração desse planejamento foi feita com base no mapeamento e a consequente avaliação das competências, conforme metas estratégicas estabelecidas no anexo único da Resolução CSJT nº 92/2012. Restou cumprir a elaboração dos planos de desenvolvimento individual (PDI).

Pergunta	Descrição	Jan-Abr	Mai-Ago	Set-Dez	Acumulado	Meta
P1	Total de cargos e funções de natureza gerencial	69	69	69	69	X
P2	Total de ocupantes de cargos e funções de natureza gerencial	69	69	69	69	X
P3	Total de membros envolvidos no Projeto de Implantação de Gestão por Competências	10	10	10	10	X
P4	Criou Comitê Gestor Regional de Gestão Pessoas por Competências?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
P5	Total de membros do item p3 que foram capacitados em Gestão por Competências com no mínimo 32 h/a	1	2	8	8	8

P6	Total de cargos e funções de natureza gerencial mapeadas	0	0	35	35	35
P7	Total de ocupantes de cargos e funções de natureza gerencial avaliados	0	0	35	35	35
P8	Total de PDI elaborados em relação ao total de gestores avaliados	0	0	0	0	18
P9	Implantou PDG?	Não	Não	Sim	Sim	Sim

DA REPRESENTAÇÃO DO TRT EM REUNIÕES, EVENTOS E CAPACITAÇÕES

O Tribunal Regional do Trabalho, representado por sua Presidência, participou dos seguintes eventos e reuniões oficiais no ano de 2014:

- Audiência pública – Eficiência do 1º Grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo voltado ao Poder Judiciário, em Brasília-DF, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2014;
- Sessão Especial de abertura do ano judiciário, em Brasília-DF, no dia 3 de fevereiro de 2014;
- Solenidade de posse dos novos dirigentes do TST, em Brasília-DF, no dia 26 de fevereiro de 2014;
- Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, em Maceió-AL, no dia 26 de março de 2014;
- I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, em Maceió-AL, nos dias 27 e 28 de março de 2014;
- Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em Gramado-RS, nos dias 29 e 30 de abril e 1º e 2 de maio de 2014;
- Reunião convocada pelo Presidente do TST, em Brasília-DF, no dia 17 de março de 2014;
- Seminário de Gestão por Copetências e do Conhecimento do Judiciário, em Brasília-DF, nos dias 10 e 11 de abril de 2014;
- Audiência com o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, em Brasília-DF, no dia 29 de maio de 2014;
- Audiência com o Presidente do TST, em Brasília-DF, no dia 25 de junho de 2014;
- Solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em Brasília-DF, no dia 11 de agosto de 2014;
- Solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 11ª Região, em Manaus-AM, no dia 15 de agosto de 2014;
- Solenidade de posse de novos dirigentes do STJ, em Brasília-DF, no dia 1º de setembro de 2014;
- VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis-SC, nos dias 10 e 11 de novembro de 2014;
- Exposição dos novos requisitos de admissibilidade de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, em Brasília-DF, no dia 18 de novembro de 2014;
- Fórum Global de Mediação, no Rio de Janeiro-RJ, no período de 24 a 28 de novembro de 2014;

- Solenidade de posse dos novos dirigentes do TRT da 15ª Região, em Campinas-SP, no dia 5 de dezembro de 2014;

PREMIAÇÕES

No ano de 2014, o Desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior recebeu diversas premiações, destacando-se:

- Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, que se destina a agraciar personalidades que tenham se destacado por suas atividades em prol da Justiça do Trabalho ou em quaisquer ramos do Direito. A cerimônia foi realizada no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília-DF, no dia 11 de agosto de 2014;
- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 11ª Região, no Grau Grande Oficial, em cerimônia realizada, em Manaus, no dia 15 de agosto de 2014. A medalha é destinada a personalidades que tenham se destacado pelos relevantes serviços prestados ao país, à sociedade, à Justiça do Trabalho e que tenham se distinguido no exercício de suas atividades;
- Selo Justiça em Números, na categoria Selo Ouro, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de incentivar os tribunais a aperfeiçoar a qualidade das informações que alimentam o relatório anual “Justiça em Números”. A cerimônia foi realizada, em Florianópolis-SC, no dia 10 de novembro de 2014, durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

1.1 Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

A Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa, vinculada à Presidência do TRT 16ª Região, é responsável por assessorar as atividades relacionadas ao planejamento estratégico, aos planos de gestão, aos processos de trabalho, bem como propor indicadores de desempenho, metas estratégicas e projetos de otimização e modernização de procedimentos, avaliar resultados e acompanhar a execução das iniciativas estratégicas.

Neste Relatório Anual são apresentadas, de forma sucinta, as atividades desenvolvidas no exercício de 2014.

Vale destacar a Revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020 com a participação de todas as unidades administrativas e judiciais deste Regional.

Foram realizadas oficinas em todas as unidades de 1º grau com abordagem de conceitos relacionados à gestão estratégica, confecção de matriz de análise de ambiente e identidade institucional, sugestões de temas e objetivos estratégicos, encerrando com a construção do novo mapa estratégico.

Dando continuidade aos trabalhos foi realizada a Oficina Judiciária com os magistrados de 1º grau e duas Reuniões de Análise da Estratégia com as áreas judicial e administrativa, sendo discutidos os indicadores, metas, valores, missão e visão para a construção do novo mapa estratégico para o período de 2015 a 2020.

DA SEÇÃO DE GESTÃO DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

- Coleta de Dados Estatísticos do 2º Grau ao longo do ano de 2014, com acompanhamento mensal, e remessa de informações sobre a produtividade dos magistrados à Presidência;

- Disponibilização mensal no Portal do TRT-MA da Produtividade dos Magistrados do 2º Grau;
- Disponibilização de dados estatísticos dos indicadores e das metas no site do Tribunal;
- Acompanhamentos das Metas Nacionais;
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Implantação do Sistema e-Gestão com a correção de inconsistências nos lotes de remessas;
- Acompanhamento dos 34 (trinta e quatro) indicadores constantes do Planejamento Estratégico do TRT-MA, com apuração de resultados mensais, trimestrais, semestrais e anuais;
- Estudo sobre criação de cargos com base na Resolução 184/2013 do CNJ;
- Elaboração e apresentação de duas Reuniões de Análise da Estratégia (R.A.E) em 19.08.2014 e 21.08.2014;
- Levantamento de metas físicas para 2015;
- Levantamento de gastos para execução das metas em 2015;
- Elaboração de Relatórios:
 - Relatório de Metas do Planejamento Estratégico do TRT-MA 2013
 - Relatório de Metas Nacionais 2013
 - Relatório do Selo de Qualidade 2013
 - Relatório com dados para Correição do TST
 - Relatório Justiça em Números
 - Relatório para o Tribunal de Contas da União
 - Relatório de atividades 2013
 - Relatório das atividades do Programa Trabalho Seguro em 2013.
- Carga e alimentação dos Indicadores e Metas no SIGEST - Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho;
- Análise quantitativa e qualitativa dos dados apresentados;
- Informação de dados ao Sistema “Justiça em Números” do CNJ;
- Informação de dados ao Sistema de Metas Nacionais do CNJ;
- Acompanhamento da Revisão do Planejamento Estratégico de TI;
- Construção do IPC-16;
- Elaboração do Programa de Integração da administração judiciária;
- Avaliação de controle interno administrativo na unidade;
- Proposta, em conjunto com Dr. Roberto Braga do TRT22 e com o servidor Adriano Venceslau do TRT20, de alteração do modelo de produtividade elaborado pelo CNJ que deu origem ao IPCJus.

DA SEÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS

- Acompanhamento dos seguintes projetos:

Banco de Sentenças;

Caravana da Liberdade realizada na cidade de Açailândia em 31.07.2014;

Fale com o Presidente;

Gestão de pessoas por competências;

Portal do Servidor;
Presidência Itinerante;
Semana da Saúde;
Trabalho Seguro, com a promoção de dois eventos relativos ao trabalho rural ocorridos em Açailândia em 05.12.2014 e em São Luís em 12.12.2014;
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional nas VT's do interior (PCMSO);
Instrução e treinamento de atendimento pré-hospitalar;
TRT 25 anos;
Revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020;
Eleição do comitê gestor de Política de atenção prioritária ao 1º grau;
Inscrição de Projetos
Inscrição para Patrocínio do Banco do Brasil do projeto “Congresso de Direito do Trabalho”;

DA SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE

- Gerenciamento dos protocolos administrativos de interesse do setor – SUAP;
- Gerenciamento de envio e recebimento de malote digital;
- Realização de oficina de mapeamento de rotinas administrativas;
- Elaboração do Manual para solicitação de bens e serviços;
- Realização de reuniões para elaboração do regulamento de compras e contratação de serviços;
- Realização de reuniões de Gestão de processos com unidades administrativas;
- Participação em reunião para definição de programação do Dia do Servidor Público;
- Elaboração de memorandos, ofícios, atas e despachos diversos relativos a projetos e procedimentos a serem aprovados pela Presidência;
- Acompanhamento de reuniões e elaboração de atas de reuniões;
- Pesquisa em outros Regionais de iniciativas e ações como subsídio para elaboração de regulamentos;
- Intercâmbio com outros tribunais acerca de assuntos relacionados à Gestão Estratégica.

COMISSÕES

Com a finalidade de realizar ações voltadas à melhoria dos serviços realizados por este TRT, os servidores da CGEEP participaram das seguintes Comissões e Comitês:

Comissão de Revisão de Planejamento Estratégico 2015-2020;
Comissão de Acessibilidade;
Comitê Regional de Gestão de pessoas por competências;
Comissão para Implantação da Gestão por Competências;
Comissão Ambiental;
Comitê Gestor Regional para manutenção e aperfeiçoamento do sistema e-Gestão;
Comissão de Reestruturação Organizacional;
Comissão Permanente de Tecnologia da Informação;
Comissão Avaliadora do Salão de Arte Talentos;
Comissão Especial para Elaboração de Novo Regulamento Geral deste TRT;

Comissão de Gestão do Teletrabalho;
Comissão de Avaliação e Planejamento de Obras;
Comissão para implementação do Projeto 25 anos do TRT 16ª Região;
Comissão do Projeto Pesquisas Estratégicas;
Comissão para Implantação do PCMSO e PPRA;
Comissão Implantação do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

CAPACITAÇÃO, REUNIÕES, EVENTOS E OFICINAS

Capacitação em Gestão de pessoas por competência;
Participação de reuniões da comissão de revisão do planejamento estratégico;
Participação em reuniões do Projeto TRT 25 anos;
Participação em reuniões da comissão ambiental;
Participação em reunião da comissão de acessibilidade;
Participação em reuniões para elaboração do regulamento de compras e contratação de serviços;
Participação em reuniões da comissão de Tecnologia da Informação;
Participação em reuniões do comitê regional do sistema e-Gestão;
Participação em reuniões do comitê regional de gestão por competências;
Participação em reuniões da Comissão de Engenharia de segurança e medicina do trabalho (CESMT);
Participação em reunião preparatória do VIII Encontro Nacional do Judiciário em Brasília-DF;
Participação no curso “Contratações Públicas Sustentáveis” em São Luís-MA;
Participação no Seminário “Gestão por competências e gestão do conhecimento no Poder Judiciário” em Brasília-DF;
Participação no II Encontro de gestão estratégica do TRT 8ª Região em Belém-PA;
Participação no Seminário “Planejamento estratégico sustentável” em Brasília-DF;
Participação em videoconferência com os comitês regionais de revisão do planejamento estratégico;
Participação em videoconferência com o tema “gestão de pessoas: transparência e qualidade de vida nas organizações judiciárias”;
Participação no curso “SIGEST-módulo iniciante” em Brasília-DF;
Participação no curso “SIGEST-módulo intermediário I” em Brasília-DF;
Participação no Seminário “Gestão e melhoria contínua” em São Luís-MA;
Participação no 6º Fórum Nacional “Estratégica na prática e gestão por processos” em Brasília-DF;
Participação no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário em Florianópolis-SC;
Participação no “I Encontro brasileiro sobre planejamento de compras públicas em Curitiba-PR;
Participação no evento do Projeto Trabalho Rural em São Luís-MA;
Coordenação da oficina de mapeamento de rotinas administrativas;
Coordenação de oficinas nas VT's do interior e no Foro Astolfo Serra;
Coordenação de RAE na esfera judicial e administrativa;
Coordenação da oficina judiciária: gestão estratégica durante a II Semana de Formação dos Magistrados;
Participação em oficinas de Gestão por competência.

1.2 Escola Judicial

As atividades que foram desenvolvidas pela EJUD16, no ano de 2014. Desta forma, desenvolveram-se a maioria das atividades que foram planejadas no ano de 2013.

Assim, foram realizados diversos eventos programados pela Escola Judicial, por instituições contratadas e outros pela escola judicial em parceria com outras instituições.

A Escola Judicial acompanhou processos de contratação de eventos externos, efetivando inscrições e fazendo os registros nos quadros específicos. Participou de diversos eventos programados pelo Tribunal Superior do Trabalho, CSJT e CNJ, bem como pelo CONEMATRA.

Assim, a média anual de horas-aula por servidor capacitado em 2014 foi de 22,19 (vinte e dois vírgula dezenove). Levando-se em conta o quantum de 555 servidores. Abaixo as especificações, por área, nome do evento, data e total de servidores capacitados.

ATIVIDADES RELACIONADAS AOS MAGISTRADOS

ÁREA JUDICIÁRIA

EVENTO	PERÍODO	Nº PART.
Curso de Mediação de Conflitos	13/01 a 17/01/2014	1
Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho	24/03 a 04/05/2014	7
Curso de Técnica de Instrução Processual	24/03 a 04/05/2014	6
Curso de Mediação de Conflitos	04/04/2014	1
Curso A interpretação e Aplicação do Direito do Trabalho e Processo do Trabalho - Normatividade dos princípios e dos precedentes Judiciais - Discussão de Casos Difíceis	11/04/20014	13
Curso sobre Técnicas de Mediação Trabalhista	15/05/2014	1
16º Curso de Formação Inicial - Modulo Nacional	05/05 a 06/06/2014	4
Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista	12/05 a 23/06/2014	3
Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório	12/05 a 23/06/2014	1
Curso Teoria e Prática do PJE	10/06 a 11/06/2014	4
CFC "A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho"	18/06/2014 a 01/08/2014	2
Curso de Redes Sociais	26/06 a 27/06/14	1
Curso sobre Sistema de Cálculos Judiciais	02/07/2014	4
Curso Tecnologia a Serviço da Execução/Análise de casos	03/07/2014	4
Curso Embarços a Execução	03/07/2014	4
Curso Boas Práticas em Audiência	15/07/2014	5
Curso Qualidade de Vida	14/07/2014	4
Curso em Temas de Hermenêutica	04/08 a 05/08/2014	1
Curso em Teorias da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho	06/08 a 23/09/2014	1
Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA	12/08/2014	3
Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA	15/08/2014	1
2º CFC "A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho"	15/09 a 16/09/2014	11
3º CFF em Educação à Distância	02/10 a 14/11/2014	6

Curso para Diretores de Escolas Judiciais do Trabalho do Brasil	01/10 a 02/10/2014	1
CFC sobre Igualdade de Oportunidade e Trato no Emprego e na Profissão: Instrumentos Normativos da OIT e a sua aplicação no Brasil - Discriminação em Normas Internacionais	08/10 a 09/10/2014	2
Treinamento para utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA	13/11 a 14/11/2014	1

CONGRESSOS, ENCONTROS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS E SIMILARES

EVENTO	PERÍODO	Nº PART.
I Encontro dos Gestores Regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil	11/02/2014	1
Reunião do Grupo de Gestores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	11/02/2014	1
41º CONEMATRA	13/03 a 14/03/2014	2
I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho	27/03 a 28/03/2014	1
Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho	26/03/2014	1
VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário	26/03 a 27/03/2014	1
XVII CONAMAT	29/4 a 02/05/2014	8
Seminário de Gestão por Competências e do Conhecimento do Judiciário	10/04 a 11/04/2014	1
Encontro de Validação da Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico do TRT 8ª Região	01/04/2014	1
42º CONEMATRA	19/05 a 20/05/2014	1
Encontro Nacional de Ouvidores	19/05/2014	1
54º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho	26/05 a 28/05/2014	7
Palestra O Impacto das Reformas Constitucionais na Administração Pública	12/08/2014	3
Palestra Pontuações sobre o Mal-Estar na Cultura (hoje)	15/08/2014	1
I Simpósio Nacional de Ouvidorias Públicas	26/08/2014	1
Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho - REUNE/JT	26/08 a 27/08/2014	1
Palestra A Jurisprudência da Corte Européia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho	20/08/2014	3
Simpósio O Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho	15/09 a 16/09/2014	11
I Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação da Justiça do Trabalho	01/10 a 02/10/2014	1
Seminário Trabalho Infantil - Realidade e Perspectivas	08/10 a 09/10/2014	2
Congresso sobre Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil	10/11 a 11/11/2014	1
VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário	10/11 a 11/11/2014	1
9º Encontro do TJC	13/11 a 14/11/2014	1
Fórum Global de Mediação	24/11 a 28/11/2014	2

ATIVIDADES RELACIONADAS AOS SERVIDORES**ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Realizaram-se 13 (treze) cursos presenciais e um na modalidade a distância, a saber:

CURSOS, OFICINAS, TREINAMENTOS	PERÍODO	Nº PART.
Curso Catálogo de Serviços baseados no ITIL	23/01 a 24/01/2014	8
Treinamento de Banco de Dados POSTGRESQL	24/03 a 28/03/20104	3
Gerenciamento Ágil de Projetos de Software com Scrum	12/05 a 14/05/2014	10
Desenvolvimento Orientado a Objetos com PHP	26/05 a 30/05/2014	12
Treinamento de Banco de Dados POSTGRESQL	19/05 a 23/05/2014	3
Curso Segurança em PHP	14/06/2014	1
Zimbra Collaboration Suite	18 a 22/08/2014	1
Curso TI - DBA - Oracle 11g Workshop II - São Paulo	15/09 a 19/09/2014	2
"Service Capability - PPO - Planning, Protection and Optimization (Planejamento, Proteção e Otimização)"	14/09 a 20/09/2014	2
Oracle 11g Workshop II	15 a 19/09/14	2
Rac 11g - Oracle database 11g for Administrators	22 a 25/09/14	1
Curso Planejamento Estratégico e Diretor de TI	17 a 21/11/14	5
Curso Indicadores de Desempenho para TI na Prática	17 a 21/11/14	4
Zend Framework 2.0	26 a 28/11/2014	9

Total na Área de Tecnologia da Informação:

15 cursos

63 capacitados

ÁREA ADMINISTRATIVA

CURSOS, OFICINAS, TREINAMENTOS	PERÍODO	Nº PART.
Oficina Construindo Cultura de Paz	30/01/2014	4
Curso de Inteligência Emocional - EAD	31/01 a 28/02/2014	16
Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos no TRT 16ª Região	11/02/20014	33
Curso de Retenção de Tributos	18 a 22/02/2014	1
Curso de Planejamento da Contratação Pública e Fiscalização de Contratos Terceirizados	18/02 a 21/02/2014	2
Curso Análise Obj. versus valor Contrat. Cont. Previdência	12 a 14/03/2014	1
Curso Procedimentos para Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	27/05 a 29/05/2004	3
Curso Completo de Licitações e Contratos	11 a 16/05/14	1

Curso Procedimentos para Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	27/05 a 29/05/2004	4
Curso de Aperfeiçoamento - Gestão em Protocolo e Cerimonial	28/05 a 30/05/2014	1
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico do TRT 16ª Região (VT Santa Inês)	27/05/2014	11
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico do TRT 16ª Região (VT Bacabal)	26/05/2014	7
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico do TRT 16ª Região (VT de Barreirinhas)	28/05/2014	7
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico do TRT 16ª Região (1ª/2ª VT de Imperatriz)	30/06/2014	13
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico do TRT 16ª Região (1ª/2ª/3ª/4ª/5ª/6ª/7ª VT de São Luís)	10/06/2014	10
Curso Aplicação de Sanções nas contratações públicas e a responsabilidade dos agentes públicos por ações e omissões	02/06 a 03/06/2014	1
Curso e--social - Sped da Folha de Pagamento	06 a 09/06/14	1
Curso sobre SIGEST - módulo iniciante	09/06/2014	2
Curso Gestão de Pessoas por Competência	25/06/14 a 04/07/14	16
Curso de Redes Sociais	26/06 a 27/06/14	10
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Açailândia)	01/07/2014	6
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Caxias)	09/07/2014	8
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Timon)	10/07/2014	5
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Estreito)	14/07/2014	4
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Balsas)	15/07/2014	4
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de São João dos Patos)	16/07/2014	6
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Pedreiras)	22/07/2014	5
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Presidente Dutra)	23/07/2014	7
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Barra do Corda)	24/07/2014	6
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Pinheiro)	29/07/2014	8
Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico 2015 - 2020 (Unidade: Vara do Trabalho de Chapadinha)	31/07/2014	6
Treinamento sobre a Implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGEO)	21/07 a 23/07/2014	2
Atualização em Catalogação com Padrão FRBR - Novos Padrões de Registro	25 a 27/08/2014	1
Como elaborar a planilha de formação de preços da IN nº02/2008 e como julgar a licitação para contratação dos serviços contínuos.	06/08/2014	1
Como elaborar a planilha de formação de preços da IN nº02/2008 e como julgar a licitação para contratação dos serviços contínuos	06/08/2014	1

Curso e-Gestão de Riscos, Princípios e Diretrizes	12 a 16/08/2014	1
Curso Auditoria de Orçamento de Obras Públicas	24 a 28/08/14	2
Oficina de Gestão por Competência	12/09/2014	34
SIGEST - Módulo Intermediário I	17/09 e 18/09/2014	2
"Curso de Gestão e Manutenção em Edifícios"	19/09 a 20/09/2014	2
Curso para Multiplicadores do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público na Justiça do Trabalho	29 a 30/09 e 01/10	5
II Oficina de Gestão por Competência	01/10/2014	44
Curso Redação Científica Jurídica	13/10/2014	16
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Santa Inês	14/10/2014	8
Capacitação de Agentes de Segurança	03/11 a 07/11/2014	25
Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH	14/11/2014	2
Curso Elaboração de Programas de Auditoria	24 a 28/11/2014	2
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Açailândia	18/11/2014	6
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Caxias	12/11/2014	8
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Barra do Corda	26/11/2014	6
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Chapadinha	13/11/2014	8
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Balsas	21/11/2014	8
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Estreito	20/11/2014	6
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Timon	11/11/2014	5
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Pedreiras	25/11/2014	8
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Presidente Dutra	27/11/2014	5
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de São João dos Patos	27/11/2014	6
Treinamento do Grupo de Negócios Implantação - SIGEO	19 a 22/11/14	3
Atendimento Pré-Hospitalar - APH e Prevenção em Acidentes do Trabalho / Vara do Trabalho de Pinheiro	02/12/2014	11
Curso Gestão por Competências - Competências Gerenciais	17/11 a 12/12/2014	7
Oficina Rede e-Gov	03 a 05/12/2014	1

Total na Área Administrativa:

62 eventos

451 capacitados

ÁREA JUDICIÁRIA

CURSOS, OFICINAS, TREINAMENTOS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS. ENCONTROS	PERÍODO	Nº PART.
Treinamento em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (Pje/JT)	03 a 05/02/2014	6
Treinamento em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (Pje/JT)	04/02/2014	24
Treinamento E-GESTÃO	26/03 a 28/03/2014	21
Temas Atuais e Polêmicos do Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	08/04 a 09/04/2014	32
A Justiça Absurda: uma leitura de "O Estrangeiro de Alberto Camus"	07 e 08/05/2014	9
O Papel do Judiciário na Solução dos Conflitos Sociais	07/05 a 09/05/2014	7
Treinamento em Pje - Corregedoria	18/06/2014	5
Treinamento em Pje - "Módulo Sistema Pje - 2º Grau"	29/07 a 01/08/2014	51
Treinamento em Pje / e-Gestão	07/08 a 08/08/2014	26
Treinamento em Pje para Administradores	1º a 05/09/2014	17
Curso Efeitos Jurídicos da Terceirização - aspectos materiais e processuais	14/10/2014	27
Curso Previdência Social do Servidor Público	15/10/2014	36
Curso Laboratório Judicial - Oficina de Decisão Processual	16/10/2014	24
Atualização judicial em matérias relacionadas ao meio ambiente do trabalho e seus efeitos.	17/10/2014	23
Gestão Tributária de Contratos e Convênios	22 a 24/10/2014	1
Treinamento em Teletrabalho - Pje	09 a 15/11/2014	1
Treinamento em Pje 2º grau no gabinete	14/11/2014	2
Curso Previdência do Servidor Público	16 a 20/11/2014	2
Curso de formação continuada - direito do trabalho comparado: Brasil/ Argentina/ Uruguai	20 a 21/11/14	5

Total na Área Judiciária:**21 eventos****375 capacitados****ÁREA DE LÍNGUAS**

CURSO	PERÍODO	Nº PART.
Curso Redação Científica Jurídica	13/10/2014	16

Total na Área de Línguas:**01 Curso****16 Participantes****ÁREA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

CURSO	PERÍODO	Nº PART.
Curso Sustentabilidade – Compras Públicas Sustentáveis	24 a 25/04/2014	25

Total na Área Responsabilidade Social:**01 curso****25 participantes**

CONGRESSOS, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS E OUTROS

EVENTO	TÍTULO	Nº PART
PALESTRA	Pilates, saúde para o corpo e mente. O método que conquistou o mundo	35
	Pontuações sobre o mal-estar	12
	Nova lei dos recursos trabalhistas	01
	Gestão de Pessoas transparência qualidade de vida nas organizações judiciárias	09
	Sobre Previdência complementar dos servidores públicos federais	01
	Exposição sobre a Lei 13.015	01
	Sobre a nova lei de recursos trabalhistas	01
	O Impacto das Reformas Constitucionais na Administração Pública	31
TOTAL		91
CONGRESSOS	14º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	01
	54º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho LTr	01
	Perfil Contemporâneo da Resp. Civil	01
	XVII Congresso Brasileiro de Direito Processual	02
	20º Congresso de Direito e Proc. do Trabalho	01
	10º Congresso Brasileiro de Assessores da Justiça	01
	8º Congresso Nacional do PJ	01
	Congresso Internacional do Trabalho	01
XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	01	
TOTAL		10
OUTROS	Reunião Técnica de Dirigentes de Controle Interno	01
	Reunião dos Representantes da Área de Licitações e Contratos da Justiça do Trabalho	2
	Campanha Lance Certo	47
	Reunião do Grupo de Negócios e Implantação de Gestão e Execução Orçamentária - SIGEO	01
	Workshop SGRH	01
	41ª Reunião do CONEMATRA	01
	Wokshop no TRT 18 Treinamento implantação do SIGEO	02
	Debate sobre o filme "Amor sem escalas"	
	7º Reunião Ordinária dos Secretários de Tecnologia de Informação	01
	Apresentação do Sistema Gestão e Exec. Orçamentária - SIGEO	1
	3º Simpósio de Gestão Documental do PJ	01
	XI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	02
TOTAL		140
SEMINÁRIO	Gestão por Competências e do Conhecimento do Judiciário	03
	Planejamento Estratégico Sustentável	03
	Seminário Diário Público – Governança de Tec. Informação	01
	Aplicação de Sanções nas Contratações Públicas e a Responsabilidade dos Agentes Públicos por Ações e Omissões	01
	VIII Seminário Nacional de Agentes de Segurança do Poder Judiciário da União	02
	Seminário Nacional como Elaborar Planilha //form. Preços	02
	Seminário Trabalho Infantil Realidade e Perspectivas	01
TOTAL		13
FÓRUNS	Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho	01
	I Fórum de Memória do Judiciário Norte-Nordeste	01
	8º Fórum da Agenda Ambiental da Administração Pública	02
	6º Fórum Nacional Estratégia	01
TOTAL		05

ENCONTROS	I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho	02
	Encontro de Boas Práticas /COLEPRECOR	01
	VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário	01
	Encontro de Validação da Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico o TRT 8ª Região	02
	II Encontro Nacional de Comunicação dos Órgãos do PJ	01
	II Encontro de Cerimonialitas da Justiça	01
	II Encontro Nacional de Capacitação de Servidores do Poder Judiciário	02
	VII Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho	01
	Encontro sobre normas de encerramento do exercício de 2014 e abertura do exercício de 2015	01
	1º Encontro Brasileiro sobre Planejamento de Compras Públicas"	03
	14º Encontro de Bibliotecários da JT	01
	8º Encontro Nacional do PJ	1
	II Encontro de Gestão de Pessoas	01
TOTAL	18	

OUTRAS ATIVIDADES DA EJUD16

Programa TRT na Escola

O Programa TRT na Escola realizado em parceria com o Programa "Trabalho, Justiça e Cidadania-TJC", através da AMATRA XVI, foi implantado nesta Regional em abril de 2012. Para a viabilização do programa, o TRT da 16ª Região e a AMATRA XVI firmaram um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho - MPT, o CEST, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação de São Luís e São José de Ribamar.

Em 2014, o Programa TRT na Escola, que vinha sendo desenvolvido nos Municípios de São Luís e São José de Ribamar, ampliou sua atuação com a inclusão dos municípios maranhense de Açailândia e Barrerinhas. Com estas adesões a interiorização do programa deixa de ser um desejo e passa para uma realização concreta.

Em fevereiro/2014, o Programa TRT na Escola serviu como base para a produção de um artigo científico, realizado pela aluna de mestrado da Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade – Mestrado interdisciplinar e em novembro/2014.

O Programa foi apresentado na 8ª Feira do Livro de São Luís/MA, pelo juiz Bruno Motejunas, que falou para um público aproximado de 60 alunos.

Em São Luís, nos meses de fevereiro e março, foi realizada a capacitação de 50 (cinquenta) professores das unidades de ensinos dos Municípios de São Luís e São José de Ribamar, que participaram do programa em 2014, e de 10 alunos do curso de direito da Faculdade Santa Terezinha – CEST.

As ações para implantação do programa em Açailândia foram coordenadas pelo Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia, Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos, que participou do treinamento dos professores, visitou as escolas e acompanhou a culminância.

Em agosto/2014, o Programa TRT na Escola foi implantado, no município de Barreirinhas/MA, contemplando 03 (três) unidades de ensino. A Juíza titular da Vara de Barreirinhas, Dra. Maria do Socorro Almeida, participou do treinamento dos professores e está acompanhando o desenvolvimento do programa, fazendo as visitas necessárias para execução do programa.

As Escolas que participaram do programa em 2014 foram:

- São Luis e São José de Ribamar: UEB Ronald Carvalho, UE Aquiles Lisboa, Escola De Cego Do Maranhão, UE Profª. Mª Elisa Almeida Silva, Escola Municipal Diomedes da Silva Pereira, UEB Profª Camélia Costa Viveiros, UEB Mario Andrezza, CE Antonio Ribeiro Da Silva e UI América Do Norte.
- Açailândia/MA: Centro de Ensino Lourenço Antônio Galletti e Centro de Ensino Mary Dalva.
- Barreirinhas/MA: Centro De Ensino Barreirinhas, Centro De Ensino Joaquim Soeiro De Carvalho, Instituto Federal Do Maranhão

QUADRO DE ANÁLISE COMPARATIVO DE DADOS ANUAIS

ANO	2012	2013	2014
Escolas	08	09	14
Professores	102	181	–
Estudantes	3.113	2.509*	6.095

*Este quantitativo inferior aos demais anos, deu-se em virtude que em 2013 participaram do programa duas instituições que lidam com pessoas portadoras de deficiência (APAE e O Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual)

Núcleo de estudos sobre Direito e Psicanálise

O Núcleo de Direito e Psicanálise instituído no ano de 2012, com o objetivo de discutir e investigar conceitos que fazem uma intersecção nesses dois campos do saber. O tema de investigação em 2014 foi o da Violência, à luz do Direito e da Psicanálise.

Atividades desenvolvidas:

Fevereiro – Dia 21, o núcleo inicia as atividades de 2014 com a palestra: “**Psicanálise, Violência e Contemporaneidade**”, proferida por Eduardo Riaviz, psicanalista, psicólogo, Doutor em Literatura e Membro Aderente da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), e teve como objetivo discutir problemas da violência na perspectiva da psicanálise e dos novos desafios que a hipermodernidade proporciona aos indivíduos.

Março e Abril – O núcleo dedica-se, nos encontros quinzenais, a discussão do sub tema: Trauma e Violência

Maio - Dia 23, exibição e discussão do documentário “Por uma outra Globalização – do pensamento único a consciência universal” de Milton Santos. Um dos pontos de discussão foi sobre “A violência estrutural e a perversidade sistêmica”, o autor nos diz que: “Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares”

Junho – Dia 27, foi realizada a palestra: “*Objetos Identificatórios e a Inclusão Do Crime Na Constituição Da Subjetividade Dos Recuperandos Da Apac De Santa Luzia*”, como psicólogo clínico, Marcelo Gomes Moutinho. Marcelo Moutinho fez uma abordagem do estudo realizado sobre o documentário “Falcões: Meninos do tráfico”. O estudo foi feito à luz da Psicanálise e do Direito

Processual Penal, na tentativa de que sejam pensados os objetos identificatórios que venham influenciar na subjetividade daqueles que participam do mundo do crime.

Agosto – Dia 15, O Núcleo de Direito e Psicanálise “Pontuações sobre o Mal-estar na Cultura (Hoje)” Sigmund Freud, Ministrante: Francisco Frazão, Psiquiatra, Psicanalista, Mestre em Teoria e Clínica pela UERJ, Membro fundador do Corpo Freudiano Seção São Luís. Ele falou sobre “O Mal-Estar na Cultura”, ensaio de Sigmund Freud, publicado em 1930, por meio do qual o autor aborda o desenvolvimento cultural da humanidade, apontando a origem do mal-estar no homem, as dificuldades para ser e permanecer feliz e a relação da cultura em todo esse processo.

Setembro a Novembro – leitura e discussão do livro “Violência” de Slavoj Žižek. A premissa ousada do filósofo esloveno é de que a violência que enxergamos – a que surge imediatamente como agente identificável – é ela própria produto de uma violência oculta, profundamente arraigada nas bases de nosso sistema político e econômico.

Ao final do desenvolvimento das atividades desta Escola Judicial tem-se a dizer que os objetivos alcançados, previstos no planejamento, de um modo geral foram atingidos, salvo melhor juízo, em casos isolados que não comprometeram o desenvolvimento dos trabalhos.

Através das avaliações que foram realizadas ao término de cada evento os indicadores foram positivos. Esta EJUD está cada vez mais imbuída no propósito de fortalecer a capacitação tanto de magistrados como de servidores.

1.3 Secretaria do Tribunal Pleno

Atividades realizadas

- Orientar, coordenar e supervisionar as tarefas relacionadas com a elaboração, realização, registro e divulgação das Sessões das Turmas e do Tribunal Pleno;
- Secretariar as sessões de julgamentos e as audiências de conciliação e instrução de Dissídios Coletivos, redigindo as respectivas atas, na forma do Regimento Interno, distribuindo, com antecedência, àquelas referentes às sessões de julgamento, para coleta de assinaturas, na sessão posterior;
- Providenciar a convocação dos Desembargadores e Juízes para as Sessões ordinárias e/ou extraordinárias, por determinação da Presidência do Tribunal ou da Turma e comunicar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas a participação dos convocados;
- Lavrar termo de posse de Desembargadores do Trabalho, Presidente, Vice-Presidente e de Juízes Substitutos.
- Elaborar o relatório de atividades.

No desempenho de suas atividades a Secretaria esta secretaria assim procedeu:

- Preparou 17 (dezesete) Pautas Administrativas;

- Preparou e mandou publicar no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, 23 (vinte e três) pautas do Pleno, sendo 17 (dezesete) físicas e 06 (seis) do PJe; 66 (sessenta e seis) pautas da 1ª Turma, sendo 33 (trinta e três) físicas e 30 (trinta) do PJe; 62 (sessenta e duas) pautas da 2ª Turma, sendo 27 físicas e 25 do PJe.
- Emitiu 8.030 (oito mil e trinta) certidões de julgamento de processos físicos, sendo: 136 (cento e trinta e seis) do Pleno, 3.958 (três mil novecentos e cinqüenta e oito) da 1ª Turma e 3.936 (três mil novecentos e trinta e seis) da 2ª Turma;
- Emitiu 767 (setecentos e sessenta e sete) certidões de julgamento de processos do PJe, sendo 39 (trinta e nove) do pleno; 426 (quatrocentos e vinte e seis) da 1ª Turma e 302 (trezentos e duas da 2ª Turma).
- Emitiu 649 (seiscentos e quarenta e nove) certidões simples de adiamento/retirado de pauta;
- Expediu 788 (setecentos e oitenta e oito) certidões de comparecimento às sessões de julgamento para Universitários;
- Expediu 02 (duas) certidões de vitaliciamento de juiz;
- Elaborou 297 (duzentos e noventa e sete) Resoluções Administrativas;
- Expediu 49 (vinte e nove) Ofícios e 54 (cinqüenta e quatro) memorandos;
- Lavrou 11(onze) Termos de Compromisso e Posse de Juiz;
- Lavrou 40 atas, sendo 11 (onze) do Tribunal Pleno, 14 (catorze) da 1ª Turma e 15 (quinze) da 2ª Turma.
- Lavrou 06 (seis) certidões de degravação.

1.4 Seção de Ouvidoria

Serão apresentados os dados estatísticos do ano de 2014 em relação aos seguintes assuntos: número de manifestações, tipos de manifestações, canais utilizados para contato com a Ouvidoria, relação dos manifestantes com o Tribunal, assuntos abordados, dentre outros.

OBJETIVOS:

A Ouvidoria vem solidificando-se como um excelente instrumento facilitador do exercício da cidadania e tem como objetivos:

- Viabilizar a comunicação entre o cidadão e o Eg. TRT da 16ª Região, a fim de que este tenha assegurado o direito de exercer sua cidadania;
- Detectar as dificuldades, imperfeições e falhas nos serviços oferecidos pelo TRT 16ª Região e pelos órgãos vinculados visando à implementação de ações de melhoria;
- Subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico deste Regional;
- Disseminar as boas práticas de gestão para conhecimento do público interno e externo do Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região.

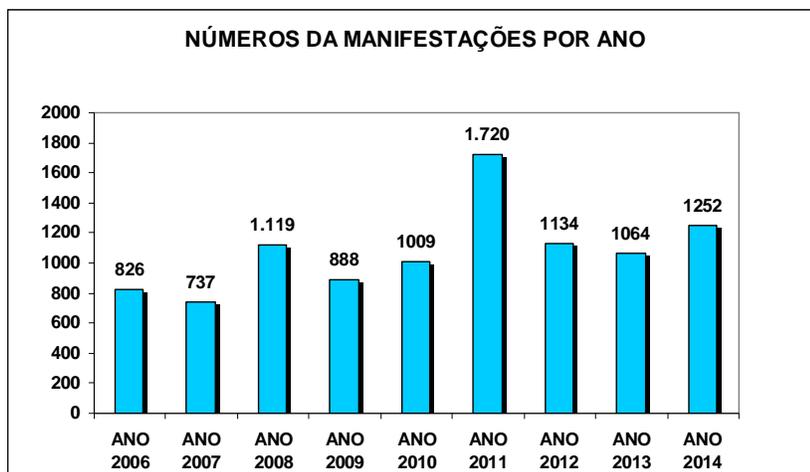
GESTÃO DO OUVIDOR

Em outubro de 2014, o Tribunal Pleno reelegeu o Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, por unanimidade, como o Ouvidor para o biênio 2014-2016. Como Ouvidoria Substituta foi eleita a juíza Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro.

DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2014

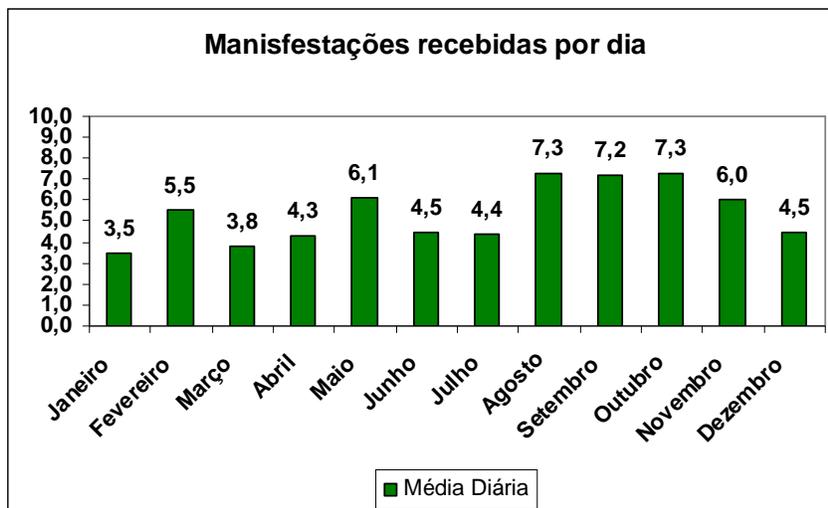
Manifestações ingressas em 2014

No ano de 2014, a Ouvidoria recebeu **1252 (mil duzentas e cinquenta e duas)** manifestações, todas arquivadas até o dia 22 de janeiro de 2015.



Média das manifestações recebidas em relação aos dias úteis no mês:

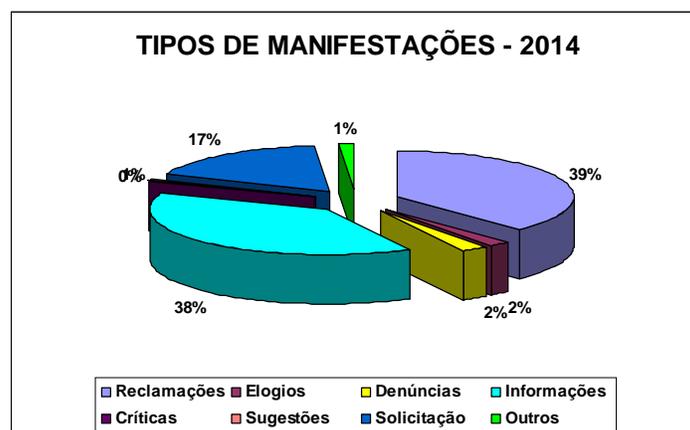
MESES	MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	DIAS ÚTEIS	MÉDIA DIÁRIA
JANEIRO	67	19	3,5
FEVEREIRO	101	20	5,5
MARÇO	69	18	3,8
ABRIL	78	18	4,3
MAIO	122	20	6,1
JUNHO	87	19	4,5
JULHO	97	22	4,4
AGOSTO	139	19	7,3
SETEMBRO	152	21	7,2
OUTUBRO	154	21	7,3
NOVEMBRO	121	20	6,0
DEZEMBRO	64	14	4,5



A relação entre as manifestações recebidas e os dias úteis do mês é feita tendo em vista que o maior número de manifestações ocorre por meio do formulário eletrônico, disponibilizado na internet, o qual pode ser acessado em qualquer horário e dia da semana (sábados, domingos e feriados).

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES

Reclamações	473
Elogios	25
Denúncias	29
Informações	482
Críticas	02
Sugestões	08
Solicitação	217
Outros	16
TOTAL	1252



Das 1.252 (mil duzentas e cinquenta e duas) manifestações recebidas no ano de 2014, a maioria (38%) foi enquadrada nas categorias “Reclamação” e “Informação”, ambas apresentando a mesma porcentagem. Em seguida, nossa maior demanda foi de “Solicitações”, que representaram 17% dos termos registrados no setor.

ASSUNTOS ABORDADOS

Para facilitar o gerenciamento das manifestações formuladas na Ouvidoria, os termos recebidos são agrupados por assuntos, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro resumo dos assuntos abordados em 2014

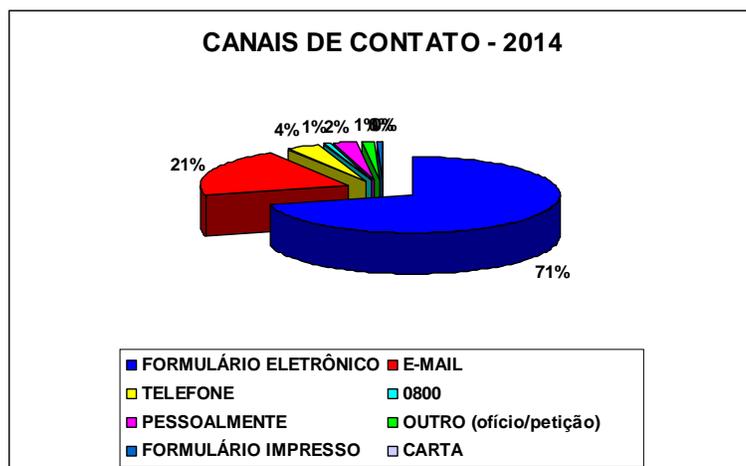
TIPO	ASSUNTO	QTD
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	Morosidade Processual (450) Procedimento do Juízo (07) Procedimento do advogado (02) PJe (01) Outros (19)	479
PROCEDIMENTO DA UNIDADE/TRT	Atuação de servidor (10) Atuação de magistrado (06) Atuação de estagiário (01) Atuação de funcionário terceirizado (00) Outros (30)	47
CONCURSO	Juiz (00) Servidor (162) Outros (10)	172
AMBIENTE DE TRABALHO	Relações interpessoais (00) Estrutura física (00) Equipamentos (00) Outros (02)	02
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SAPT 1 (00) SAPT 2 (00) Site do TRT (01) PJe (06) Outros (02)	09
FORA DO ALCANCE DA OUVIDORIA	Consulta Processual (277) Solicitação de fiscalização em empresa (05) Consulta sobre direitos trabalhistas (24) Orientação de como proceder em processo em curso (05) Consulta Jurídica (02) Outros (23)	336
AGENDAMENTO DE CONCILIAÇÃO	Pedido de conciliação (59)	59
AGENDAMENTO "SEXTA CIDADÃ"	Pedido de agendamento com o Ouvidor(09)	09

Quadro resumo das manifestações sobre reclamações trabalhistas em 2014

TIPOS	ASSUNTO	QTD
RECLAMAÇÕES	Reclamação trabalhista: Morosidade (450) Procedimento do Juízo (07) Procedimento do advogado (02) PJe (01) Outros (19)	479
RECLAMAÇÕES	Ambiente de trabalho (02)	02
RECLAMAÇÕES	Procedimento da VT / TRT: Atuação de Magistrado (06) Atuação de Servidor (10) Atuação de Func. Terceirizado (00) Atuação de Estagiário (01) Outros (30)	47
TOTAL		528

Canais escolhidos pelos usuários para contato com a ouvidoria

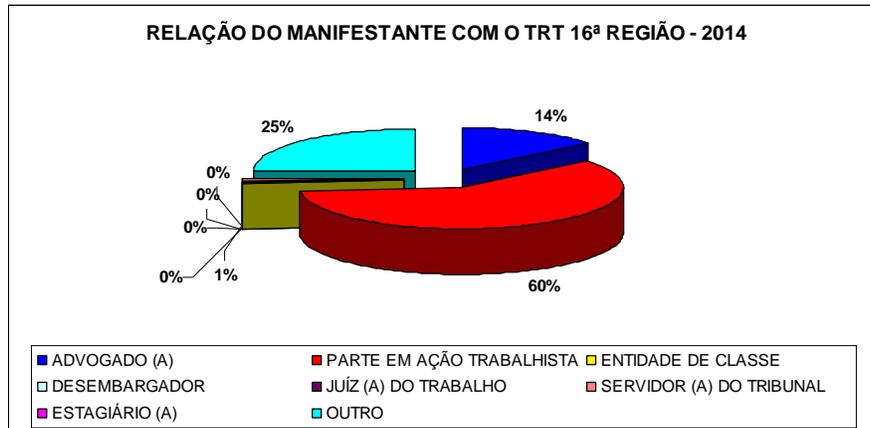
FORMULÁRIO (IMPRESSO) PADRÃO DA OUVIDORIA	05
FORMULÁRIO ELETRÔNICO	882
E-MAIL	260
CARTA	01
TELEFONE	45
FAX	00
0800	10
PESSOALMENTE	31
OUTRO (ofício/petição)	18
TOTAL	1252



Dos canais de contatos colocados à disposição aos cidadãos, o formulário eletrônico é a forma de contato mais utilizada pelos manifestantes, o qual está disponível no site do Tribunal.

Relação do manifestante com o Tribunal

ADVOGADO (A)	176
PARTE EM AÇÃO TRABALHISTA	743
ENTIDADE DE CLASSE	03
DESEMBARGADOR (A)	00
JUÍZ (A) DO TRABALHO	04
SERVIDOR (A) DO TRIBUNAL	09
ESTAGIÁRIO (A)	02
OUTRO	315
TOTAL	1252



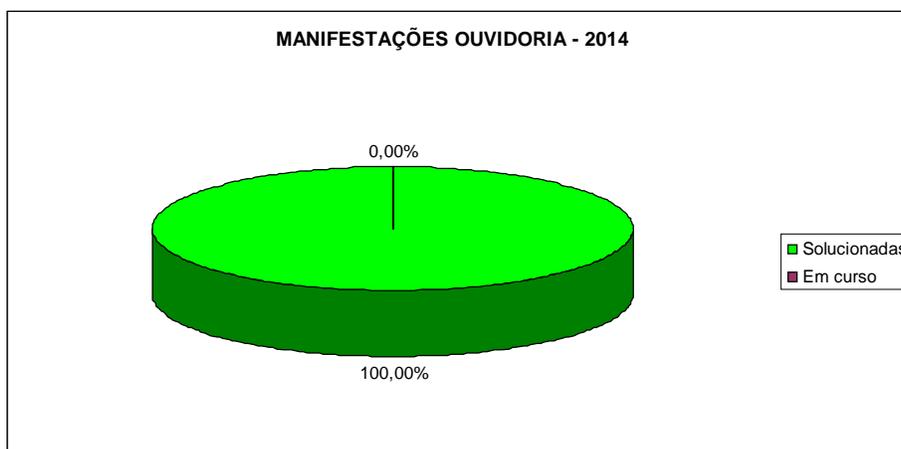
A maior demanda da Seção de Ouvidoria foi registrada por cidadãos com ações tramitando nesta Justiça Especializada (partes em ação trabalhista), representando 60% das manifestações recebidas pelo setor.

Motivo dos arquivamentos das manifestações ingressas

SOLUCIONADAS	371
SOLUCIONADAS IMEDIATAMENTE	849
DESISTÊNCIA DO MANIFESTANTE	03
OUTROS	29
TOTAL	1252

Demonstrativo da situação atual das manifestações

MESES	INGRESSAS	ARQUIVADAS												EM CURSO
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Janeiro de 2014	67	63	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Fevereiro de 2014	101	00	100	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Março de 2014	69	00	00	63	06	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Abril de 2014	78	00	00	00	63	15	00	00	00	00	00	00	00	00
Mai de 2014	122	00	00	00	00	116	06	00	00	00	00	00	00	00
Junho de 2014	87	00	00	00	00	00	81	06	00	00	00	00	00	00
Julho de 2014	97	00	00	00	00	00	00	91	06	00	00	00	00	00
Agosto de 2014	139	00	00	00	00	00	00	00	130	09	00	00	00	00
Setembro de 2014	152	00	00	00	00	00	00	00	00	147	05	00	00	00
Outubro de 2014	154	00	00	00	00	00	00	00	00	00	150	04	00	00
Novembro de 2014	121	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	117	04	00
Dezembro de 2014	64	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	64	00



Prazo médio anual para solução das manifestações

O prazo médio anual para a solução das manifestações foi de 02 (dois).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGOST	SET	OUT	NOV	DEZ
SOLUCIONADAS (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
PRAZO MÉDIO (dias)	02	01	03	04	03	03	02	02	02	01	01	02

UNIDADES ENVOLVIDAS E CONTATADAS

No quadro abaixo observa-se o demonstrativo das unidades envolvidas e o número de vezes que os setores foram acionados pela Ouvidoria.

Em algumas situações, as varas do trabalho são acionadas mais de uma vez, quanto à mesma manifestação, especialmente quando o Diretor de Secretaria não encaminha resposta no prazo previsto no art. 13, "d" da Portaria 581/2014 (prazo de 05 dias).

Quanto há registro de "Pedido de Conciliação" no site do Tribunal, a solicitação é encaminhada automaticamente à vara do trabalho e à Seção de Ouvidoria. A Ouvidoria, por sua vez, faz o registro do pedido de conciliação e encaminha à vara do trabalho, o que eleva o número de vezes em que as varas são acionadas pelo setor.

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES	UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO TRT / VARAS TRABALHISTAS	
	ENVOLVIDAS	CONTATADAS
61	1ª VT de São Luís	41
62	2ª VT de São Luís	68
37	3ª VT de São Luís	41
126	4ª VT de São Luís	77
60	5ª VT de São Luís	53
31	6ª VT de São Luís	25
05	7ª VT de São Luís	07
28	VT de Açailândia	25
12	VT de Bacabal	10
11	VT de Balsas	11
02	VT de Barra do Corda	00
05	VT de Barreirinhas	00
05	VT de Caxias	06

13	VT de Estreito	10
72	1º VT de Imperatriz	47
47	2º VT de Imperatriz	35
03	VT de Pedreiras	03
22	VT de Pinheiro	18
05	VT de Presidente Dutra	00
08	VT de Santa Inês	08
01	VT São João dos Patos	01
10	VT de Timon	03
	Sec. de Administração	07
	Sec. da Corregedoria	11
	Coordenadoria de tecnologia da informação e comunicação	04
	Coordenadoria de gestão de pessoas	49
	Seção de distribuição de feitos do Fórum Astolfo Serra	03
	Secretaria do Pleno	17
	Gabinete da Presidência	77
	Coordenadoria de distribuição e cadastramento processual	03
	Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e apoio ao PJe	05
	Diretoria do Foro Astolfo Serra	04
	Secretaria de Orçamento e Finanças	02
	Seção de Precatório	01
	Seção de execução / Juízo de execução	08
	Setor de Transportes	01
	Central de Mandados	01
	Gab. do Des. José Evandro de Sousa	02
	Gab. do Des. James Magno Araujo Farias	03
	Gabinete do Des. Gerson de Oliveira Costa Filho	04
	Gabinete da Desª. Márcia Andrea Farias da Silva	01
	Gabinete da Desª. Solange C. P. Castro Cordeiro	03
	Gabinete do Des. Américo Bedê Freire	01
	Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar	01
	Centro de Memória e Cultura	01
	Seção de Cerimonial	01
	Secretaria da Segunda Turma	01
	Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa	01
	TOTAL	703

RESULTADOS APRESENTADOS

Projeto Ouvidoria Itinerante

Em 2014 foram realizadas itinerâncias nas cidades de Imperatriz e Açailândia. Nos dias 19 e 20 de agosto, o Ouvidor esteve nas Varas do Trabalho de Imperatriz; no dia 21 de agosto, na Vara do Trabalho de Açailândia.

O atendimento ao público nos dias acima citados ocorreu das 9h às 12h e das 14h30 às 17h, na sede das VT's.

Ouvidoria "Sexta Cidadã"

A Ouvidoria "Sexta Cidadã" tem como objetivo proporcionar ao cidadão um atendimento diferenciado, aproximando-o ainda mais desta instituição.

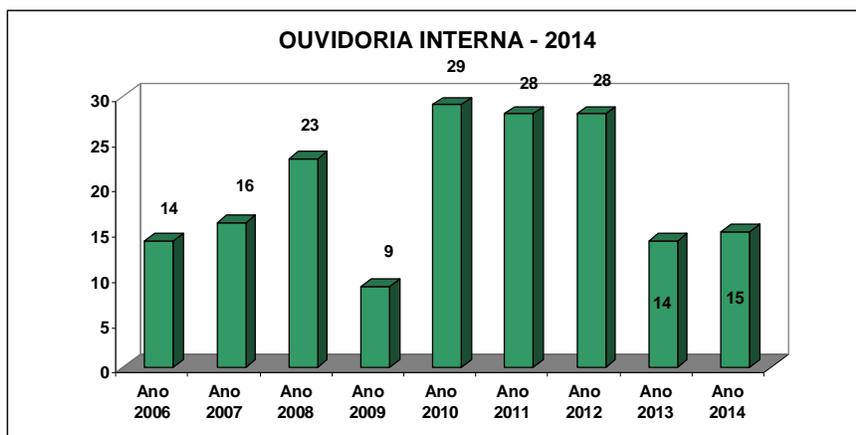
Em 2014, foram agendados 09 (nove) atendimentos com o Desembargador Ouvidor, o que demonstra que a grande maioria das manifestações tem sido prontamente resolvida pelos servidores lotados na Seção de Ouvidoria, sem que haja a necessidade de intervenção pessoal do Ouvidor.

Ouvidoria interna

A Ouvidoria Interna é um canal colocado à disposição dos desembargadores, juízes, servidores, estagiários e terceirizados, a fim de que possam dar suas contribuições para a administração deste Eg. TRT da 16ª Região.

No período de 2006 a 2014, este setor registrou os seguintes quantitativos das manifestações aqui ingressas:

ANO	QUANTITATIVO
2006	14
2007	16
2008	23
2009	09
2010	29
2011	28
2012	28
2013	14
2014	15



Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (COLEOUV)

Em novembro de 2014, durante a V Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho – COLEOUV, realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho, foi realizada nova eleição para os cargos da Diretoria do Colégio.

O Des. Gerson de Oliveira Costa Filho foi reconduzido, pela segunda vez, por unanimidade, ao cargo de Presidente do Coleouv, com mandato até o final do ano de 2015.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- I Encontro dos Gestores Regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, promovido Conselho Superior da Justiça do Trabalho e realizado no dia 11 de fevereiro de 2014 no Tribunal Superior do Trabalho;
- IV Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, realizada nos dias 27 e 28 de março de 2014 na sede do Tribunal Superior do Trabalho;
- Encontro Nacional de Ouvidorias, promovido pelo Conselho Federal da OAB em conjunto com o STJ e realizado no dia 19 de maio de 2014 na sede do Conselho Federal, em Brasília-DF;
- I Simpósio Nacional de Ouvidorias Públicas, promovido pela Ouvidoria do CNJ em conjunto com a Ouvidoria Nacional do Ministério Público e realizado no dia 26 de agosto de 2014 no Auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília-DF;
- Seminário Nacional: Nova Lei dos Recursos Trabalhistas, promovido pelo TRT da 3º Região e realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2014 no auditório da Faculdade Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte-MG;
- V Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, realizada nos dias 06 e 07 de novembro de 2014 na sede do Tribunal Superior do Trabalho;
- Solenidade de posse dos novos membros da Diretoria do TRT da 15º Região, realizada no dia 05 de dezembro de 2014 na sede do TRT 15ª Região, em Campinas-SP.

1.5 Coordenadoria de Controle Interno

O Art. 70 da Constituição Federal ao tratar da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, diz que será exercido pelo Congresso Nacional, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

No âmbito deste Tribunal é a Portaria GP 1592/2013 que dispõe sobre as diretrizes das atividades da Coordenadoria de Controle Interno como o órgão de controle interno responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do órgão, mediante a comprovação da legalidade dos atos administrativos, avaliando os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como da aplicação regular de recursos públicos (art. 74 da C.F), e, ainda, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

No exercício dessa missão constitucional, esta Coordenadoria de Controle Interno (CCI) atuou na área administrativa do TRT 16ª Região, mediante a realização de auditorias nas áreas Contábil,

financeira, Patrimonial, de Pessoal e de Licitações e Contratos, bem como fez o acompanhamento da gestão com orientação de procedimentos a outras unidades deste Regional, mediante elaboração e expedição de notas de auditorias.

Atuou, também, como órgão auxiliar nas atividades do controle externo do Tribunal de Contas da União, cumprindo diligências emanadas daquela Corte de Contas e de órgãos superiores da Justiça do Trabalho como o CNJ CSJT, CCAUD do TST, e elaborou o Relatório de Auditoria de Gestão em exame dos atos de gestão constantes do Relatório de Gestão elaborado pela Administração, que são peças integrantes da Tomada de Contas Anual.

Emitiu o Parecer de Auditoria e o Certificado de Auditoria indicando a posição de legalidade e da regularidade das Contas Anuais apresentadas pelo Tribunal ao TCU, relativa ao exercício financeiro de 2013.

Insta acentuar que na gestão pública o controle tem por principal objetivo a fiscalização de atos administrativos e sua correção, se necessário, para garantia da legalidade, da eficiência e eficácia na execução desses mesmos atos.

Desse modo, todos os processos administrativos que geram despesas ou não, mas que tenham relevância para a gestão são objetos de acompanhamento e fiscalização mediante realização de auditorias.

DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO NO ANO DE 2014.

As ações desenvolvidas na unidade compuseram-se da elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, relativo ao quadriênio 2014 a 2017, e da elaboração do Plano Anual de Auditoria – PAA, relativo ao exercício de 2014.

Os dois planos de auditorias foram submetidos à apreciação da Presidência do Regional e devidamente aprovados, de acordo com as diretrizes constantes na Resolução Administrativa TRT 307/2013 e Resolução CNJ 171/2013, e tiveram por objetivo tornarem público o conjunto de ações que foram ou que serão desenvolvidos pela unidade de controle interno no exercício, e para os três próximos seguintes, com a finalidade de fomentar o controle da gestão e colaborar com a Administração para a boa e regular aplicação dos recursos públicos, de modo assegurar a efetividade dos resultados para atingimento das metas, dos programas e ações constantes no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

De igual modo, garantir o cumprimento de realização de auditorias integradas em áreas de interesses do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Dentre as ações de auditorias desenvolvidas no exercício de 2014 constatou-se maior concentração em duas grandes áreas: a de Pessoal e de Licitações e Contratos. Isso porque escolhidas pelo critério da materialidade e riscos vez que essas áreas concentram a maior parte dos dispêndios do Regional, necessitando de um acompanhamento estratégico para garantir o aprimoramento dessas despesas públicas.

A execução das atividades de auditoria no ano de 2014 culminou com a apresentação de 11 (onze) Relatórios de Auditoria e na emissão de 15 (quinze) Notas de Auditoria, cujo resumo apresenta-se no quadro seguinte:

RESUMO DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO ANO DE 2014

1. AJUDA DE CUSTO			
ESCOPO: Análise das concessões e pagamentos de Ajuda de Custo a magistrados e servidores deste Regional deferidos no decorrer do exercício de 2013.			
OBJETIVOS: Verificar a legalidade e regularidade das concessões, bem como avaliar os controles aplicados à carteira em epígrafe; Coube-nos, ainda, a análise da despesa, com o fim de verificar a utilização regular e racional dos recursos; Orientar a Administração mediante fornecimento de informações, visando ao aperfeiçoamento das atividades de planejamento, à racionalização da despesa e à eficiência da gestão.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
2800/2014	Relatório de Auditoria nº 005/2014	Ajuda de Custo	24.06.2014
CONCLUSÃO: A concessão e o pagamento de ajuda de custo a magistrados e servidores deste Regional, no exercício de 2013, obedeceram à legislação vigente, ressalvada a impropriedade contida no subitem 5.3 do relatório.			
RECOMENDAÇÕES: Que a Administração adote providências a fim de reduzir o lapso temporal entre a data do pedido e a do pagamento de ajuda de custo de modo a economizar com o pagamento de atualização monetária e reduzir o tempo total de tramitação dos processos; Complementar o valor pago relativo a ajuda de custo concedida à servidora Luiza Helena Braga Xisto , retirando da base de cálculo a função comissionada que esta exercia antes da remoção e incluindo o cargo em comissão para qual foi designada pela Portaria GP nº 883/2013.			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A Presidência acolheu as recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 005/2014, determinando ao Núcleo de folha de pagamento o pagamento complementar de ajuda de custo à servidora Luiza Helena Braga Xisto e remeteu os autos à Diretoria Geral para conhecimento do relatório e apresentação de sugestões, se houver, de medidas para redução do tempo de tramitação dos processos relativos aos pagamentos de ajuda de custo.			
RESULTADOS OBTIDOS: Foi realizado o pagamento complementar de ajuda de custo à servidora Luiza Helena Braga Xisto através do documento SIAFI 2014OB802940 no dia 15 de outubro de 2014. Não foi apresentada qualquer medida para tornar mais célere a tramitação dos processos de ajuda de custos no âmbito de TRT 16ª Região.			

2. DIÁRIAS			
ESCOPO: Análise dos processos administrativos de diárias formalizados no exercício de 2013, objetivando a verificação da legalidade dos gastos realizados a esse título.			

OBJETIVOS: Verificar a legalidade e regularidade das concessões e pagamentos de diárias aos magistrados e servidores deste Regional.

Acompanhar a evolução das despesas realizadas com diárias no exercício de 2013, em comparação com aquelas realizadas nos exercícios de 2011 e 2012.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
2801/2014	Relatório de Auditoria nº 006/2014	Diárias	07.07.2014

CONCLUSÃO: Concluiu-se que este Tribunal está observando os princípios legais que regem a matéria. Porém, as impropriedades detectadas no Relatório de Auditoria nº 006/2014 são recorrentes, o que sinaliza falha de controles no fluxo de processo de diárias.

RECOMENDAÇÕES: Orientar os magistrados e servidores a juntarem nos respectivos protocolos eletrônicos os comprovantes de pernoite quando estiverem em deslocamento de varas do trabalho em caráter itinerante;

Que os magistrados e servidores constantes nos processos relacionados no **subitem 7.2** do Relatório de Auditoria nº 006/2014 sejam notificados para juntarem os bilhetes de passagens ou outra forma de comprovação referente aos deslocamentos;

Que os magistrados e servidores elencados no subitem 7.3 do Relatório de Auditoria nº 006/2014 sejam creditados pelos valores ali descritos em razão do recebimento de diárias a menor;

Que os magistrados e servidores elencados no subitem 7.4 do Relatório de Auditoria nº 006/2014 restituaem ao Erário os valores ali descritos em razão do recebimento de diárias a maior;

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A presidência acatou as recomendações propostas no Relatório de Auditoria nº 006/2014, determinando:

Ao Gabinete da Presidência – expedir ofício circular, a todos os magistrados e servidores do Tribunal, orientando-os quanto ao cumprimento das disposições da Portaria GP nº 168/2013 no que tange à comprovação do pernoite nos deslocamentos das Varas do Trabalho em caráter itinerante;

Ao Núcleo de Folha de Pagamento – notificar os magistrados e servidores listados no subitem 7.2 do relatório a apresentarem as comprovações dos deslocamentos realizados; deflagrar os procedimentos de crédito e/ou cobrança, conforme o caso, das diferenças de valores de diárias constatadas na auditoria e discriminadas nas recomendações de nºs 5 e 6 do relatório; adotar, doravante, as providências discriminadas nas recomendações de nºs 3 e 4 do relatório.

RESULTADOS OBTIDOS: Os servidores que receberam diárias a menor tiveram a complementação devida; Parte dos valores pagos a maior já foram restituídos ao Erário;

Foi expedido ofício circular, a todos os magistrados e servidores do Tribunal, orientando-os quanto a necessidade de comprovação do pernoite nos deslocamentos das Varas do Trabalho em caráter itinerante.

3. GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO – GEC

ESCOPO: Análise das concessões e pagamentos de gratificação por encargo de curso, deferidos no decorrer do exercício de 2013.

OBJETIVOS: Verificar a legalidade e regularidade das concessões, bem como avaliar os controles aplicados à Carteira em epígrafe;

Coube-nos, ainda, a análise da despesa, com o fim de verificar a utilização regular e racional da aplicação dos recursos visando ao aperfeiçoamento das atividades de planejamento, à racionalização da despesa e à eficiência da gestão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
3302/2014	Relatório de Auditoria nº 007/2014	GEC	01.09.2014

CONCLUSÃO: O relatório foi concluído no sentido de que o TRT está agindo dentro da legislação ao conceder Gratificação por Encargo de Curso. Todavia, falha nos controles de compensação de horário por parte dos servidores instrutores, bem como no controle de horas limite dos instrutores.

RECOMENDAÇÕES: Que os magistrados e servidores elencados no subitem 5.2 restituam ao Erário os valores recebidos a maior;

Que a Escola Judicial apresente mecanismos de controle de modo a evitar que o limite legal de 120 (cento e vinte) horas anuais seja ultrapassado por instrutor;

Que os servidores instrutores que ministraram ações de treinamento dentro da sua jornada normal de trabalho apresentem plano de compensação de horário até o final do presente exercício.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A presidência desta Corte acatou as recomendações propostas no Relatório de Auditoria nº 007/2014 determinando o que se segue: Que Núcleo de Folha de Pagamento a deflagração dos processos de cobrança dos valores pagos em excesso aos servidores e magistrados elencados no subitem 5.2 do relatório;

Recomendou à Secretaria da Escola Judicial a adoção de instrumentos de controle mais eficazes a fim de impedir, quando magistrados e servidores atuarem como instrutores temporários, a ultrapassagem do limite anual de 120 (cento e vinte) horas por instrutor; e, caso essa ultrapassagem se mostre estritamente necessária, que a Escola Judicial não olvide de submeter o caso previamente à deliberação da Presidência;

Comunicou aos superiores hierárquicos dos servidores que atuaram como instrutores temporários, relacionados ao doc. 5 do presente PA, os débitos de horas que os mesmos possuem como pendência em razão das horas-aula ministradas, para análise e avaliação quanto à necessidade da compensação de acordo com a realidade da respectiva unidade e, se for o caso, elaborar plano de compensação de horas para esses servidores, a ser executado, excepcionalmente, até o fim do ano vindouro (2015)

RESULTADOS OBTIDOS: Até a presente data (20.01.15) as determinações emanadas da Presidência não foram efetivadas pelos setores designados.

4. AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS

ESCOPO: Avaliação do Sistema de Controle Interno existente e executado nas unidades administrativas, de acordo com a Matriz de Planejamento de Avaliação de Riscos e Controles Internos.

OBJETIVOS: Verificar a existência de sistema de controles internos instituídos no Tribunal e, se existente, se está em consonância com o Planejamento Estratégico com vistas assegurar a consecução dos objetivos almejados pelo órgão.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
2299/2014	Relatório de Auditoria nº 004/2014	Avaliação dos Controles Internos	12.06.2014

CONCLUSÃO: Terminados os exames de auditoria sobre o Sistema de Controle Interno medido por cinco itens avaliados por questionário predefinido, concluiu-se que existe certo nível de controles internos nas unidades, porém, não existe um processo formal e integrado de controles internos com vistas a gerir sistematicamente os principais riscos em relação ao alcance dos objetivos estratégicos institucionais. Os controles internos carecem de monitoramento adequado para aferição de sua qualidade no âmbito de cada unidade administrativa avaliada.

RECOMENDAÇÕES: Tendo em vista que é função da Auditoria Interna certificar de que os controles internos estão sendo observados; avaliar a necessidade de editar novas normas e sugerir mudanças, caso haja necessidade visando sempre o aperfeiçoamento das atividades de planejamento, bem como o de proporcionar o uso de bens e aplicação dos recursos públicos de modo regular e racional para que os resultados obtidos gozem do conceito da eficiência e eficácia de gestão, sugerimos a adoção das seguintes medidas administrativas:

1. Que o TRT desse conhecimento do Relatório de Auditoria aos gestores das unidades e, em especial, à Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (CGEEP) para subsidiar as futuras ações de planejamento estratégico, com vistas a minimizar falhas, deficiência, inadequação ou fragilidade em processos internos, estrutura, tecnologia, pessoas e sistemas que eleve o grau de exposição à ameaça de riscos no gerenciamento de atos de gestão;
2. Que o TRT adotasse processo formal e integrado de sistema de controles internos para gestão de riscos, de modo a fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão, mediante fluxo de trabalhos definidos pela Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (CGEEP).

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A presidência dessa Corte acolheu as recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 004/2014 e expediu despacho determinando a remessa dos autos aos gestores das unidades auditadas para ciência e adoção das providências necessárias para perseguição da eficiência e eficácia da gestão baseada em controles internos mediante a implantação de fluxos de trabalhos definidos.

RESULTADOS OBTIDOS: Está em fase de elaboração e implementação de processo formal de controle interno e gestão de risco na Secretaria de Coordenação Administrativa mediante a definição de processos de fluxos de trabalhos definidos, também extensivos às outras unidades.

5. MATERIAL E PATRIMÔNIO

ESCOPO: Análise dos processos administrativos de movimentação de bens, do processo de inventário anual e aos controles internos existentes sob os aspectos da legalidade, economicidade e

eficiência da gestão desses bens, conforme o Planejamento de Auditoria em Material e Patrimônio			
OBJETIVOS: Verificar a legalidade e regularidade dos atos de gestão praticados pela Coordenadoria de Material e Logística quanto à existência física dos bens mediante a realização de inventário anual, dos atos de inclusões e baixas ocorridas no patrimônio do TRT 16ª Região, e os saldos contábeis registrados nos sistemas de Patrimônio e SIAFI.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
1994/2014	Relatório de Auditoria nº 003/2014	Gestão de Material e Patrimônio	10.07.2014
CONCLUSÃO: Terminados os exames de auditoria concluiu-se que o sistema de gestão de bens ainda carece de melhorias quanto aos procedimentos de inventários de bens; quanto à estrutura tecnológica e de pessoal, e de controles internos administrativos instituídos, haja vista a detecção de falhas nos sistemas de inventários e controles internos existentes, o que geram falta de segurança e objetividade na gestão do acervo patrimonial, em especial, o de estoques.			
RECOMENDAÇÕES: Tendo em vista que é função da Auditoria Interna certificar de que os controles internos estão sendo observados; avaliar a necessidade de editar novas normas internas e sugerir mudanças, caso haja necessidade operacionais pertinentes, orientou-se que:			
<p>1. As Comissões de Inventários constituídas ao iniciarem seus trabalhos juntem aos autos a legislação pertinente, tais como: Ato Regulamentar GP nº 086/2001; Decreto Federal nº 99.658/90 e outros normativos pertinentes, com vistas a subsidiar a metodologia a ser desenvolvida para alcance do objetivo de inventariar almejado;</p> <p>2. O trabalho de inventariar seja iniciado a partir das informações dos relatórios de inventários dos três últimos exercícios, consolidando as informações ainda carentes de ações corretivas e/ou definitivas;</p> <p>3. Em toda comissão constituída, ano a ano, seja mantido pelo menos um servidor que tenha integrado a comissão anterior de modo a facilitar e dar a continuidade aos trabalhos de inventários que são atividades contínuas e interdependentes;</p> <p>4. Os trabalhos sejam desenvolvidos com base nos Programas disponíveis e atualizados para consulta dos itens do acervo, tomando-se por fonte o Banco de Dados da CML – Coordenadoria de Material e Logística, o qual possibilita a adição do código de barras e as alterações na característica do item e seu estado físico;</p> <p>5. Adotasse sempre nos procedimentos de inventários anuais, os seguintes relatórios gerenciais e de controle de bens para saneamento das inconsistências detectadas a serem solucionadas no próprio processo de inventário:</p> <p>5.1. Relação de bens não Localizados - Relaciona os bens pertencentes a uma determinada unidade (agente responsável) que não foi localizado, e o valor, para as devidas providências de atualização de Termo de Responsabilidade e/ou ressarcimento, se for o caso;</p> <p>5.2. Relação de Bens Localizados – Relaciona todo o acervo localizado deste TRT, ordenando-os pelo número do tombamento, e o valor, confrontando-o com os registros do sistema patrimonial e SIAFI;</p>			

5.3 Relação de bens classificados por estado de conservação - com o objetivo de instruir processo de desfazimento dos inservíveis, antieconômicos ou ociosos, se for o caso.

6. A adoção do modelo padrão para Relatórios Parciais de Inventários - com o objetivo de identificar as inconsistências detectadas na gestão de bens pela Comissão de Inventário e implementação de ações de saneamentos a serem realizadas pelos responsáveis, de modo a que os resultados do inventário anual atendam aos objetivos e finalidades previstos nos artigos **37** e **57** em diante do Ato GP nº 086/2001.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A presidência dessa Corte acolheu as recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 003/2014 e expediu Despacho determinando a remessa dos autos à Secretaria de Administração para que esta, em conjunto com a Coordenadoria de Material e Logística, tomasse conhecimento das conclusões da auditoria e elaborasse um plano de ações concretas para enfrentamento e solução das inconsistências detectadas. Fixou o prazo de 20 (vinte) dias para elaboração do Plano de Ações.

RESULTADOS OBTIDOS: Estão na fase de Monitoramento as ações implementadas.

6. SUPRIMENTO DE FUNDOS

ESCOPO: Análise dos processos administrativos de concessão de suprimento de fundos formalizados no exercício de 2013, na sede do TRT, no Fórum Astolfo Serra e nas Varas Trabalhistas localizadas no interior do Estado

OBJETIVOS: Os objetivos da auditoria compuseram a matriz de auditoria e compreenderam:

- * Constatar a regularidade e a legalidade nos dispêndios efetuados por meio de Suprimento de Fundos, suas aplicações, as prestações de contas dos supridos, a baixa de Responsabilidade e a conformidade contábil;
- * Constatar se os gastos realizados condizem com os elementos das despesas concedidas;
- * Verificar se foi respeitado o limite de gastos autorizados na Portaria de concessão de suprimento;
- * Verificar se houve fracionamento de despesas na aquisição e na prestação de contas;
- * Constatar possíveis irregularidades e/ou desvio de finalidade na aplicação de recursos;
- * Verificar a classificação das aquisições nos elementos de despesas correspondentes;
- * Constatar providências de ressarcimento ao erário pelo mau uso ou má aplicação dos recursos;
- * Verificar a evolução das despesas realizadas com suprimento de fundos no exercício de 2013 em comparação àquelas realizadas em exercícios anteriores;
- * Orientar a Administração no planejamento de suas aquisições para consecução do objetivo estratégico da melhor gestão dos recursos públicos.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
1491/2014	Relatório de Auditoria nº 001/2014	Suprimento de Fundos	07.04.2014

CONCLUSÃO: Terminados os exames de auditoria, ficou constatado que as despesas realizadas por meio de suprimento de fundos no exercício de 2013 observaram o critério da excepcionalidade e foram ordenadas pelo Ordenador de Despesas mediante as justificativas dos

requisitantes supridos ante a excepcionalidade de aquisição desses recursos.

As despesas autorizadas para saques pelo cartão de pagamento do governo federal, em caso excepcional decorrente de situação específica para pagamento, não excedeu aos **30%** (trinta por cento) do total da despesa anual do Regional efetuada com suprimento de fundos, de acordo com o Art. 4º do Ato GP nº 002/2008.

Evidenciou-se no relatório de auditoria aspectos considerados relevantes acerca de despesas efetuadas por meio de suprimento de fundos em observância à meta operacional da eficiência desses gastos, bem como orientar a Administração no processo de planejamento da aquisição de bens e serviços, exemplificativamente:

1. A evolução das despesas realizadas por via de suprimentos de fundos e classificadas por elementos: Material de Consumo, Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e Despesas com locomoção;

2. A evolução dos gastos por Varas Trabalhistas e no Regional, discriminados por elementos de despesas, indicando em percentuais os mais significativos;

3. Valores comparativos dos gastos por elementos de despesas, comparativamente aos dois últimos exercícios, para evidenciar a maior demanda por elemento de gasto no Regional ;

4. A evolução das despesas discriminadas e classificadas por subelemento de despesas, realçada em negrito pelos dados considerados mais expressivos para a Administração conhecer e medir o nível de eficiência desses gastos, bem como fornecer subsídios para o planejamento das aquisições com despesas miúdas e de pronto pagamento que não possam subordinar-se ao processo normal de licitação.

RECOMENDAÇÕES: Sugerimos a adoção das seguintes medidas administrativas:

1. Notificar os supridos alertando-os da obrigatoriedade de prestarem contas de suprimentos de fundos na forma estabelecida e dentro do prazo regulamentar, conforme previsão no art. 15 do Ato Regulamentar nº 002/2008, a fim de evitar reincidências de ocorrências de prestação de contas fora do prazo;

2. Notificar os supridos para se aterem às disposições do Ato Regulamentar quando do ato de atesto nas notas fiscais/recibos apresentadas na prestação de contas, de modo a transparecer os gastos e evitar retrabalho de análise da prestação de contas;

3. Notificar os supridos que evitem adquirir ou classificar despesas dissonante da natureza do elemento do suprimento concedido, bem como se abstenham de pagar despesas por via do cartão de pagamento do governo federal a estabelecimento com CNPJ divergente do estabelecimento que prestou o serviço, sob pena de configurar despesa mal aplicada sujeita à devolução ao erário, sem prejuízo de aplicação de sanção administrativa;

4. Notificar os supridos sobre a obrigatoriedade de recolhimento de tributos do INSS pela prestação de serviços por pessoa física no prazo regulamentar, evitando encargos de mora;

5. Em face à edição da Portaria GP nº 1591/2013 que estabeleceu a Segregação de Função desta Coordenadoria de Controle Interno, que seja alterado a redação do item V, Art. 8º, do Ato Regulamentar GP nº 002/2008;

6. Dar conhecimento deste Relatório de Auditoria ao Ordenador de Despesas; Núcleo de

Assessoramento Jurídico; Secretaria de Orçamento e Finanças; Secretaria de Planejamento; Setor de Almoxarifado/Patrimônio e Diretores das Varas Trabalhistas, com o objetivo de conhecimento dos achados em auditoria e subsidiar as atividades operacionais pertinentes a cada um deles.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A presidência dessa corte acolheu as recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 001/2014, expediu a Portaria GP nº 552/2014 que alterou dispositivos do Ato regulamentar GP nº 2/2008, em relação às disposições da Portaria GP nº 1591/2013; Ato contínuo, expediu Ofício Circular GP nº 12/2014 dando conhecimento do relatório de auditoria aos Diretores, Coordenadores e Chefes de Setores, com vistas orientação de prevenção a não reiteração de falhas detectadas.

RESULTADOS OBTIDOS: Foram corrigidas as impropriedades constatadas nas prestações de contas e evidencia-se uma diminuição de falhas na prestação de contas.

7. AVALIAÇÃO DE TI - Cumprimento das diretrizes da Resolução CNJ nº 182/2013

ESCOPO: Verificação do cumprimento da implantação das diretrizes de contratação de TI estabelecidas na Resolução CNJ nº 182/2013, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

OBJETIVOS:

1. Verificar se existe plano de contratações de TI e se foi devidamente aprovado até 30/11/2013. Se sim, verificar o cumprimento dos itens a seguir relacionados:

a) se as contratações constantes no Plano de Contratações estão em harmonia com Planejamento estratégico do Tribunal e com a proposta orçamentária;

b) se os processos de contratação apresentam compatibilidade com o Plano de Contratações, bem como se o citado plano foi revisado e atualizado em decorrência de novas contratações aprovadas após a instituição do Plano de Contratações;

c) se as áreas de TI e de Administração fizeram acompanhamento e controle do Plano de Contratações;

d) se as Unidades Demandantes constam identificadas no Plano de Contratações;

e) se os prazos para os Estudos Preliminares, Projeto Básico ou Termo de Referência foram prefixados no Plano de Contratações; e

f) se no Plano de Contratações consta identificada, por objeto, a fonte de recurso e se a referida fonte está em sintonia com a Proposta Orçamentária do Tribunal;

2. Se não houve aprovação do plano de contratações, verificar se: As contratações estão em harmonia com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), com o Planejamento Estratégico de TI, com a Proposta Orçamentária do TRT e com as diretrizes da Resolução CNJ nº 182/2013.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
5036/2014	Relatório de Auditoria nº 009/2014	Tecnologia da Informação	04.11.2014

CONCLUSÃO: Terminados os exames de auditoria sobre o processos de contratações de serviços de TI, comparadas às diretrizes da Resolução nº 182 do CNJ, constatou-se que:

1. Não existe formalizado o plano de contratações de TI no TRT;

2. A maioria das Contratações a partir da edição do Resolução CNJ nº 183/2013, foi realizada mediante adesão à Ata de Registros de Preços de outros órgãos, por recursos descentralizados do TST;
3. Quando licitados por este Tribunal, há a elaboração de Projeto Básico ou Termo de Referência para as contratações, mas sem estudos preliminares da necessidade da contratação e nem justificativas para essa ausência, embora conste nas justificativas de contratação que foram observados as metas constantes nos Planejamento Estratégico Institucional;
4. Não há Equipe de Planejamento da Contratação de TI instituída no âmbito do TRT 16ª Região;
5. Não existe no âmbito deste Tribunal o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, instrumento que abrange o conjunto de diagnóstico, planejamento e gestão de pessoas, de processos e de tecnologia da Informação e Comunicação, que visa atender as necessidades de tecnologia de informação e de comunicação do Tribunal, no período determinado;
6. Não existe um Plano de Contratação de STIC no Tribunal, que corresponde ao conjunto de contratações de solução de tecnologia da Informação e comunicação a serem executados com base no PDCTIC deste órgão;
7. Não há observância da demanda de contratações em TI, com o Planejamento Estratégico Institucional.

RECOMENDAÇÕES: Orientamos que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação deste Tribunal passe a observar sempre as Recomendações inseridas nas Resoluções nº 90/2009; 91/2009 e 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça, e o Acórdão TCU nº 1233/2012 – Plenário, para o planejamento de aquisições de serviços de TI no âmbito deste Tribunal, de cumprimento obrigatório por todos os órgãos a ele vinculados, providenciando, entre outras, as seguintes medidas indispensáveis:

1. Formule Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito deste Regional;
2. Elabore estudos preliminares para Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação em conformidade com a demanda, no âmbito deste Tribunal;
3. Formule o Plano Estratégico para Contratações de TI, em consonância com o os estudos preliminares da demanda de contratações e o Planejamento Estratégico Institucional, a ser aprovado pela Presidência do Regional;
4. Que ultimadas as providências indicadas nos itens **1, 2 e 3** acima, as novas aquisições sejam feitas em perfeita sintonia com o que foi planejado e com as diretrizes das Resoluções do CNJ e Acórdão TCU nº 1233/2012.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Foi encaminhado o Relatório de Auditoria à Presidência dessa Corte para conhecimento e deliberação sobre os pontos enumerados acima, na data de 04.11.2014, permanecendo sob análise naquele gabinete até a presente data.

RESULTADOS OBTIDOS: sem informação.

8. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESCOPO: Análise de amostra dos processos administrativos de contratações diretas efetuadas por

dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2013, cujos valores de contratação superaram R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), exceto os processos cujos objetos se referem a serviços de natureza continuada, os quais estão no rol do Art. 4º. do Ato Regulamentar G.P. Nº. 017/2011.

OBJETIVOS: Analisar os procedimentos de compra direta, realizados por este Tribunal, nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, com vistas a verificar se obedeceram aos preceitos norteadores dos atos da Administração Pública baseados nos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
2646/2014	Relatório de Auditoria nº 003/2014	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	10.06.2014

CONCLUSÃO: Constatou-se que as despesas realizadas por dispensa e inexigibilidade de licitação, no exercício de 2013, foram motivadamente justificadas e estão de acordo com os normativos legais, exceto pelas inconsistências relacionadas nos subitens 7.1 a 7.3 do Relatório de Auditoria nº 003/2014.

RECOMENDAÇÕES: Que a Secretaria de Orçamento e Finanças observe a correta classificação da despesa a ser empenhada, nos termos do que foi determinado pela autoridade competente, a fim de evitar-se o enquadramento incorreto da despesa no SIAFI;

Que a Administração proceda a elaboração do contrato sempre que o objeto da contratação envolva obrigação futura;

Que a Seção de Engenharia atente para a juntada aos autos da Ordem de serviço, dos Termos de recebimento provisório e definitivo do objeto da contratação;

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A presidência desta Corte determinou a expedição de Memorando Circular a esta Presidência e à Diretoria-Geral, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Coordenação Administrativa, Núcleo de Assessoramento Jurídico, Seção de Licitação e Seção de Engenharia, cientificando-lhes do inteiro teor e das recomendações insertas no Relatório de Auditoria nº 03/2014.

RESULTADOS OBTIDOS: Ainda foi possível avaliar o impacto das providencias adotadas.

9. REPACTUAÇÃO DE CONTRATOS

ESCOPO: Examine da regularidade das repactuações de preços dos contratos de natureza continuada formalizadas no período de 1º de janeiro a 30 de agosto de 2014, em conformidade à Lei 8.666/93, do Decreto Nº 2271/97, da IN Nº 02/2008 e demais instrumentos normativas, tais como acordos, convenções ou dissídio coletivo de trabalho.

OBJETIVOS: Verificar se os valores constantes nas planilhas de custos e formação de preços refletiram a variação de custos presentes em instrumentos normativas, tais como acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Verificar a racional e regular utilização de recursos públicos, mediante aferição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, para que a Administração possa aperfeiçoar as atividades de planejamento e controles internos existentes, mediante o tratamento adequado das informações

operacionais do contrato.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
4857/2014	Relatório de Auditoria nº 010/2014	Repactuação de Contratos	11.12.2014
<p>CONCLUSÃO: Ficou evidenciada a deficiência dos controles internos de fiscalização e gerenciamento da execução desses contratos em face às incorreções apontadas nos subitens 7.1.1 a 7.1.7 do Relatório de Auditoria nº 010/2014.</p>			
<p>RECOMENDAÇÕES: Que seja revista a Portaria GP N. 832/2013 que trata da regulamentação de contratos de natureza continuada no âmbito deste Tribunal, de modo a incluir como continuados os objetos dos contratos relacionados no subitem 7.1 do Relatório de Auditoria nº 010/2014;</p> <p>Que os fiscais dos contratos juntamente com o Setor de Contratos e Convênios procedam ao levantamento do quantum financeiramente é devido à empresa STAR SERVIÇOS LTDA a título de reajustes retroativos, de acordo com as repactuações de preços concedidas aos contratos relacionados no subitem 7.1.2 deste Relatório, caso ainda não tenham feito;</p> <p>Que o Setor de Contratos e Convênios notifique a empresa Start Serviços Ltda que presta os serviços objetos dos contratos constantes no subitem 7.1.3 deste Relatório, para que passe a emitir as faturas com os novos valores repactuados;</p> <p>Que os Fiscais dos contratos e o Setor de Contratos e Convênios procedam ao levantamento dos quantitativos financeiros devidos aos funcionários pela contratada STAR SERVIÇOS LTDA, conforme o descrito nos subitens 7.1.4 e 7.1.5 do Relatório de Auditoria nº 010/2014;</p> <p>Que o Fiscal do Contrato e o Setor de Contratos e Convênios verifiquem, pelas razões apontadas no subitem 7.1.6 deste relatório, se a contratada vem realizando o fornecimento da cesta básica ao funcionário envolvido no objeto do Contrato N. 21/2013 - (Serviços Continuados de Bombeiro Hidráulico), conforme previsão da CCT;</p> <p>Que o Fiscal do Contrato e o Setor de Contratos e Convênios verifiquem se a contratada vem realizando o fornecimento do Vale Transporte aos funcionários envolvidos nos objetos dos respectivos contratos constantes no subitem 7.1.7 do Relatório de Auditoria nº 010/2014;</p> <p>Que o Setor de Contratos e Convênios exclua, quando couber, das planilhas de custo e formação de preços dos contratos contínuos com mais de 01 (um) ano de vigência, os custos não renováveis e já pagos ou amortizados;</p> <p>Que a Secretaria de Administração emita circular notificando os fiscais de contratos de natureza continuada para que procedam sempre à verificação mensal, ou por amostragem, dos valores pagos e descontados constantes nos demonstrativos de pagamento de salário dos funcionários, tendo como critério a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor e a Planilha de Custos e Formação de Preços que embasaram os preços da contratação.</p>			
<p>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: O relatório ainda está sendo analisado pela Presidência. Não havendo qualquer manifestação desta até a presente data 20.01.15.</p>			
<p>RESULTADOS OBTIDOS: O relatório ainda está sendo analisado pela Presidência. Não havendo qualquer manifestação desta até a presente data 20.01.15.</p>			

10. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA			
ESCOPO: Medição a regularidade e eficiência da contratação e prestação desses serviços, de acordo com a lei n. 8.666/93 e as condições pactuadas, aferindo a legalidade e a legitimidade dos pagamentos efetuados à empresa contratada FORTAL – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., compreendendo o período de vigência do contrato de janeiro de 2013 a agosto de 2014 .			
OBJETIVOS: Observar se as condições contratuais estão sendo satisfeitas pela regular prestação dos serviços e se as despesas despendidas estão regulares; Certificar a racional utilização de recursos públicos pela aferição da eficiência e economicidade dos gastos, de modo que a Administração possa mediante conhecimento de informações operacionais do contrato, aperfeiçoar as atividades de planejamento, racionalizar a despesa e maximizar a eficiência da gestão.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
4326/2014	Relatório de Auditoria nº 008/2014	Serviços de vigilância	19.09.2014
CONCLUSÃO: Concluiu-se que a prestação dos serviços de vigilância armada, no período abrangido pelo presente Relatório, estão sendo executados de forma satisfatória pela empresa contratada. Contudo, a fiscalização e gerenciamento do contrato apresentaram falhas que permitiram a ocorrência de impropriedades, as quais foram descritas no subitem 6.3.1 do Relatório de Auditoria nº 008/2014.			
RECOMENDAÇÕES: Que a Secretaria de Coordenação Administrativa por intermédio do Setor de Contratos e Convênios e do Fiscal de Contrato, observe sempre, mediante a adoção um sistema de controle interno eficaz, o período de vigência dos contratos e das suas prorrogações; Que observem sempre o prazo máximo para decisão sobre repactuações, conforme o que determinar o contrato; Que o fiscal o contrato atente para a obrigatoriedade de a contratada juntar as certidões negativas de Contribuição Previdenciária, FGTS e Trabalhistas, regularmente, sempre quando da apresentação das notas fiscais para pagamento; Que a Administração providencie a aditivção de um posto de vigilância tipo “A” para a VT de Caxias em face às alegações de necessidade do fiscal do contrato e da Secretaria de Administração, acaso ainda não realizadas; Que a Administração apure o valor da despesa referente ao posto de Caxias – MA, no período de 03/07/14 até a data em que for assinado o novo termo aditivo, em face de terem sido pagas as despesas sem cobertura contratual e, ato contínuo, submeta à análise desse fato ao Núcleo de Assessoramento Jurídico para orientar a administração sobre quais medidas legais saneadoras devem ser tomadas pela Administração.			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A presidência remeteu os autos para a Secretaria de Administração e para o fiscal do contrato para manifestação acerca das recomendações propostas e informação quanto às medidas adotadas para saneamento das irregularidades, no prazo de 20 (vinte) dias.			
RESULTADOS OBTIDOS: O fiscal do contrato se comprometeu a adotar procedimentos			

específicos de controle para que as impropriedades descritas no Relatório de Auditoria nº 008/2014. Das recomendações propostas visualizamos a aditivação de um posto de vigilância tipo “A” para a VT de Caxias.

11. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA E AUTORIZAÇÃO DE ACESSO

ESCOPO: A entrega das declarações ou autorizações de acesso pelos magistrados e servidores que ocuparam cargo em comissão ou função comissionada durante o exercício de 2014 na Coordenadoria de Gestão de Pessoas deste Regional.

OBJETIVOS: Verificar se os magistrados e servidores, ocupantes de cargos em comissão e função de confiança, desta Corte Trabalhista entregaram à Diretoria de Pessoal a Declaração de Bens e Renda e as respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou em substituição a esta autorização de acesso, exclusivamente aos dados de bens e rendas, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil.

Apoiar o controle externo em sua missão institucional, atendendo ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa Nº 067, do Tribunal de Contas da União – TCU, datada de 06 de julho de 2011.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	Objeto	Data de Expedição
3258/2014	Relatório de Auditoria nº 008/2014	Entrega das Declaração de Bens e Renda e Autorização de Acesso	07.10.2014

CONCLUSÃO: O Regional está cumprindo as disposições constantes na Lei nº 8.730/1993 e na Instrução Normativa – TCU Nº 67/2011, sobretudo, a solicitação de entrega das declarações/autorizações dos magistrados e servidores a unidade de pessoal. Todavia, está descumprindo o prazo de envio da informação de entrega ao TCU contido na citada instrução normativa.

RECOMENDAÇÕES: Foi determinada a remessa do Relatório de Auditoria nº 008/2014 à Coordenadoria de Gestão de Pessoas para ciência e manifestação acerca do descumprimento do prazo de envio dessas informações ao TCU.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A Coordenadoria de Gestão de Pessoas adotará a prática de monitoramento contínuo para que os prazos constantes na instrução sejam obedecidos.

RESULTADOS OBTIDOS: Os reflexos das ações da Coordenadoria de Gestão de Pessoas somente poderão ser avaliados no exercício de 2015.

RESUMO DAS NOTAS DE AUDITORIAS EXPEDIDAS NO ANO DE 2014

A Coordenadoria de Controle Interno expediu 15 (quinze) Notas de Auditorias com determinações e recomendações às unidades do Tribunal com vistas à correção de problemas ou deficiências de atos identificados em relação ao cumprimento formal e/ou de legalidade específicas, e para aperfeiçoar os procedimentos administrativos, gerenciais e de controles internos existentes em diversas áreas, a exemplos da **folha de pagamento; ajuda de custos; concessão e pagamento de**

diárias; recursos humanos; contratos e convênios e regulamentações internas do Tribunal, tudo em conformidade à alínea “j”, do art. 81 do Regulamento Geral.

OUTRAS ATIVIDADES EM COLABORAÇÃO COM ÓRGÃOS SUPERIORES

Também ultimou diligências oriundas do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujos atendimentos foram plenamente satisfatórios pela informação às instâncias superiores no tempo regulamentar.

Prestou assessoramento à Administração com orientações verbal ou escrita a respeito de dúvidas suscitadas sobre a tomada da melhor decisão em questões administrativas de maior relevância.

Coordenadoria de Controle Interno adota como praxe uma política de intercâmbio com as outras unidades com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos administrativos e de controles internos, visando assegurar, desse modo, a eficiência da gestão e ao atingimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Tribunal mediante a observância dos princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

Em face desses três princípios, pode-se aferir outro, o da **efetividade**, que se traduziu pela comparação entre os resultados alcançados (impactos observados) e os objetivos (impactos esperados) que motivaram a atuação desta Coordenadoria de Controle Interno durante todo o exercício de 2014, com os resultados considerados satisfatórios.

1.6 Coordenadoria de Precatório

A Coordenadoria de Precatórios vinculado a Assessoria Jurídica da Presidência, no decorrer do ano de 2014 cumpriu e fez cumprir suas atribuições constantes no art. 109 do Regulamento Geral deste Regional.

Esta Seção dirigiu e acompanhou todos os trabalhos concernentes a sua competência, submetendo-os à apreciação superior.

O Setor desempenhou as atividades a seguir relacionadas:

- Recebeu os ofícios precatórios das Varas Trabalhistas, os quais são analisados quanto a sua regularidade, e caso estejam conforme a Instrução Normativa do TST nº 32/2007, Ato Regulamentar nº 0005/2004 e Resolução nº 115/2009 do CNJ, os mesmos tem seu pagamento requisitado, através de ofício requisitório. Na hipótese de não ser observada a regularidade das peças, estas são devolvidas à origem para as providências cabíveis;
- Prestou informações, no balcão e via telefone, pertinentes a precatórios e outros processos, no que se refere ao andamento e a situação da ordem cronológica;
- Analisou todos os processos em trâmite na Coordenadoria;
- Elaborou minuta de despacho, submetendo à apreciação superior;
- Providenciou a expedição de ofícios, notificações, cartas de ordem, mandados judiciais, conforme determinado nos despachos;
- Expediu memorando para as providências que se fizeram necessárias;

- Certificou prazos e submeteu à consideração da Presidência ou do Juiz Auxiliar de Precatórios;
 - Expediu alvará dos processos de Requisição de Pequeno Valor da União;
 - Controlou o pagamento, em ordem cronológica, de precatórios dos Municípios da Jurisdição das Varas da Capital, assim como do Estado e da União;
 - Monitorou os pagamentos realizados pelas Varas Trabalhistas dos precatórios com proposta de pagamento;
 - Forneceu relatório de precatórios, em ordem cronológica para as partes interessadas;
 - Forneceu relatório estatístico mensal das Requisições de Pequeno Valor da União e Precatórios;
 - Forneceu relatório para a Secretaria de Planejamento e Corregedoria;
 - Realizou levantamento e análise da ordem cronológica de todos os precatórios com propostas de disponibilização de pagamento, totalizando em 116 Municípios.
 - Realizou levantamento de todos os Municípios com orçamento para 2015, onde se verificou: a quantidade de precatório por Município, a ordem cronológica, a média do Fundo de Participação;
 - Solicitou junto ao TST crédito para pagamento de precatórios da Administração Direta e Indireta da União;
 - Solicitou junto ao TST crédito para pagamento de precatórios e requisição de pequeno valor da União;
 - Expediu proposta de pagamento aos Municípios pendentes com orçamento para 2015;
 - Realizou Audiências de Conciliação na Coordenadoria de Precatórios;
 - Atualizou os cálculos de todos os precatórios com pagamento pela Coordenadoria de Precatórios;
 - Desenvolveu outras atividades determinadas pela Presidência desta Casa e pelo Juízo Auxiliar de Precatório.
- Abaixo apresentamos quadro estatístico das diversas atividades desenvolvidas pelo Serviço de Precatórios.

RELATÓRIO ANUAL DOS PRECATÓRIOS E RPVs DA UNIÃO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
OFÍCIOS PRECATÓRIOS RECEBIDOS REFERENTE A PRECATÓRIO	890
PEÇAS CONFERIDAS REFERENTE À PRECATÓRIO	890
PROCESSOS AUTUADOS REFERENTE À PRECATÓRIO	802
OFÍCIOS PRECATÓRIOS DESPACHADOS	890
OFÍCIOS PRECATÓRIOS EM PROCESSAMENTO	15
OFÍCIOS PRECATÓRIOS RECEBIDOS REFERENTE A RPV	29
PEÇAS CONFERIDAS REFERENTE A RPV	29
PROCESSOS AUTUADOS REFERENTE A RPV	15
OFÍCIOS PRECATÓRIOS DESPACHADOS	29
RPV EM PROCESSAMENTO	01
JUNTADAS	2.535
RECEBIMENTO DE PETIÇÕES/ DOC.	926

CERTIDÕES	5.184
INFORMAÇÕES	489
GUIAS EXPEDIDAS	946
MEMORANDOS EXPEDIDOS	97
EXPEDIR CARTA DE ORDEM	01
MANDADOS	78
OFÍCIOS REQUISITÓRIOS	780
NOTIFICAÇÕES DIVERSAS	196
OFÍCIOS EXPEDIDOS	662
ALVARÁS EXPEDIDOS DE PRECATÓRIOS	693
ALVARÁS EXPEDIDOS DE PEQUENO VALOR	28
PROCESSOS REMETIDOS À VARA	832
PROCESSOS LIQUIDADADOS	843
PROCESSOS REMETIDOS SETOR CÁLCULOS	37
PROCESSOS REMETIDOS AO SOF	62
PROCESSOS COM MINUTA DE DESPACHO	2.343
ANDAMENTOS PROCESSUAIS	16.702
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÕES	22
PROPOSTAS ENCAMINHADAS PARA MUNICÍPIO	50

PAGAMENTO DE RPV DA UNIÃO	QUANTIDADE	VALOR
RPV	42	R\$ 1.290.890,85

VALORES DE PRECATÓRIOS PAGOS NO ANO DE 2014 POR JURISDIÇÃO TRABALHISTA

VARA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL LIBERADO
AÇAILÂNDIA	11	R\$ 442.495,43
BACABAL	54	R\$ 1.343.280,08
BALSAS	11	R\$ 609.354,56
BARRA DO CORDA	21	R\$ 1.832.599,77
BARREIRINHAS	26	R\$ 1.227.930,05
CAXIAS	43	R\$ 5.239.330,93
CHAPADINHA	82	R\$ 2.542.458,77
ESTREITO	05	R\$ 156.546,95
1ª VT IMPERATRIZ	01	R\$ 29.461,73
2ª VT IMPERATRIZ	102	R\$ 9.075.103,08
PEDREIRAS	49	R\$ 1.451.868,30
PINHEIRO	103	R\$ 3.136.480,95
PRESIDENTE DUTRA	05	R\$ 104.717,82
SANTA INÊS	89	R\$ 3.163.801,89
SÃO JOÃO DOS PATOS	69	R\$ 2.312.578,86
TIMON	01	R\$ 22.314,61
1ª VT DE SÃO LUÍS	02	R\$ 6.778.826,71
2ª VT DE SÃO LUÍS	23	R\$ 2.524.058,71
3ª VT DE SÃO LUÍS	23	R\$ 792.582,75
4ª VT DE SÃO LUÍS	17	R\$ 1.982.076,60
5ª VT DE SÃO LUÍS	12	R\$ 280.561,53
6ª VT DE SÃO LUÍS	12	R\$ 947.439,96
TOTAL	756	R\$ 45.995.870,07

Os valores foram fornecidos pelo Sistema

1.7 Seção de Comunicação Social

Durante o ano de 2014, a Seção de Comunicação Social, ratificando o objetivo estratégico de aprimorar o relacionamento institucional e de primar pela boa imagem do Tribunal, potencializou a comunicação com os públicos interno e externo por meio da divulgação de notícias no site institucional, nas redes sociais e em boletins internos, com publicações temáticas de cunhos institucional e judicial.

Durante todo o ano, a Seção de Comunicação contou com um quadro de três servidoras: duas jornalistas (Maria Suely Cavalcante Pinto e Wanda Cristina da Cunha e Silva) e uma profissional de Relações Públicas (Rosemary Rocha Araujo), além de cinco estagiários, sendo quatro de nível superior, na área de Comunicação Social (duas na área de RP e duas na área de Jornalismo), e um de nível médio, além de uma atendente terceirizada.

A unidade, em 2014, sobrelevou o objetivo estratégico de fortalecer a imagem institucional do TRT do Maranhão e as relações com outros poderes e instituições, visando a fortalecer a comunicação com os públicos com que a Instituição se relaciona interna e externamente, e também atuou na área de Gestão de Pessoas, buscando a melhoria do clima organizacional, ao desenvolver e participar de projetos com outras unidades, fazendo divulgações, inclusive externas, por meio da mídia, de outdoors e de backbus.

Manteve a publicação diária na mídia local de notícias por meio da Agência de Notícias Institucionais, o que resultou na manutenção da imagem positiva da Instituição, além de preservar a Agência Judicial. Para dar ênfase ao planejamento estratégico da Justiça do Trabalho do Maranhão, manteve sua atuação com foco em ações direcionadas de comunicação, como o calendário institucional, jornais temáticos, campanhas e a preservação da Agência de Notícias MAIS (portal da Gestão Estratégica).

A Seção de Comunicação também atuou como parceira das outras unidades institucionais, divulgando todas as atividades desenvolvidas pelas varas trabalhistas, bem como noticiou as visitas correccionais, itinerâncias e divulgou as inaugurações ocorridas no período em tela. Também foram realizadas coberturas jornalísticas das campanhas de iniciativa dos Tribunais Superiores (Conciliação, Execução e Trabalho Seguro) e de iniciativa local (Semana de Saúde, Gestão Ambiental etc), e das atividades da Escola Judicial, mormente do TRT Na Escola e das Semanas de Formação de Magistrados. Realizou, ainda, a entrega do IV Prêmio de Reportagem da Justiça do Trabalho, assim como divulgou, especialmente, as comemorações dos 25 anos do TRT16 e a revisão do planejamento estratégico da Instituição.

MONITORAMENTO DE MÍDIAS

São recortes de notícias e artigos, predominantemente das áreas jurídica e institucional, incluindo matérias sobre o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT, Tribunal Superior do Trabalho-TST e sobre o TRT da 16ª Região, publicadas em jornais de circulação nacional e local e em sites.

Anteriormente, havia um processo de contratação de empresa terceirizada de monitoramento de mídias, o que profissionalizava o serviço e melhor atendia às unidades administrativas e judiciais

do TRT. Mediante este serviço, era possível para esta Seção de Comunicação fornecer os resultados de monitoramento de mídia (impressa, internet, radiofônica e televisiva).

Neste Relatório, não será possível mensurar as matérias positivas, neutras ou negativas publicadas sobre a Instituição, uma vez que o serviço de monitoramento de mídias foi dispensado pela Administração por não considerá-lo de interesse relevante. Contrariamente, o que se verifica é que, sem este serviço, não há como esta Seção monitorar o que a mídia divulgou sobre a Justiça do Trabalho no Maranhão.

O registro da inserção do TRT-MA nas mídias de notícias foi realizado precariamente apenas durante o primeiro semestre, por meio de recortes das notícias publicadas em jornais impressos, digitalizadas e enviadas por e-mail aos gestores. Tal atividade foi interrompida também pela finalização do contrato de fornecimento de jornais impressos a este Tribunal e não renovado até meados de março de 2015.

CONCURSO DE REPORTAGEM

IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho do Maranhão

O Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho do Maranhão é um incentivo que o Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão oferece aos profissionais da mídia no sentido de estimular a difusão de conceitos sobre direito e cidadania, bem como as ações e projetos da Justiça do Trabalho no Maranhão.

Foram abertas inscrições para profissionais da mídia de todo o país, nas categorias: jornalismo impresso, radiojornalismo, televisão, webjornalismo e fotojornalismo; e também para estudantes de jornalismo e/ou radialismo. Não houve inscritos nas categorias televisão e estudante.

No total, foram inscritos no site do TRT-MA 11 (onze) trabalhos. Após a análise do atendimento dos critérios estabelecidos no Regulamento do Concurso, a Comissão Julgadora, no dia 06/10/2014, elegeu como vencedores os trabalhos abaixo discriminados:

CATEGORIA JORNALISMO IMPRESSO – Título: “MÃO DE OBRA CARCERÁRIA: UMA CHANCE PARA RECOMEÇAR” – Veículo: Jornal O Imparcial - São Luís/MA, Editores: Vanessa Moreira/Urbano – Repórter: Dalvana Mendes Teixeira;

CATEGORIA FOTOJORNALISMO – Título: “SOL, SOLDA E SUOR: CONSTRUINDO O CAMINHO DA ÁGUA” – Veículo: Jornal O Estado do Maranhão - São Luís/MA, Repórter Fotográfico: José de Jesus Moreira Penha;

CATEGORIA RADIOJORNALISMO – Título: “O CUMPRIMENTO DAS LEIS TRABALHISTAS FAZ UM SONHO NASCER” – Veículo: Rádio Bandeirantes AM – Goiânia-GO, Repórter: Rosane Kotoski Dahmer, - Diretor de Jornalismo: Emerson Rogério Borges Vargas;

CATEGORIA WEBJORNALISMO - Não houve classificado.

Os seguintes trabalhos receberam MENÇÕES HONROSAS:

Título: “TRT NA ESCOLA: FORMANDO CIDADÃOS CONSCIENTES” Veículo: Rádio Universidade FM – São Luís/MA, Autor: Sebastião Borges Júnior, Coordenador de Jornalismo: Adalberto Pinheiro Corrêa Júnior;

Título: “HOJE É O DIA DELAS”, Veículo: Jornal O Imparcial – São Luís/MA, Editores: Vanessa Moreira/Urbano, Repórter: Sandra de Jesus Ribeiro Viana.

A entrega da premiação do **IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho do Maranhão** foi realizada no dia 1º/12/2014. Na oportunidade, foram pagos R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) aos vencedores. Fato digno de registro foi que toda a quarta edição do Concurso foi realizada dentro do ano de 2014, o que foi muito bem recebido pelos participantes e motivo de satisfação para a Administração do Tribunal e para a Seção de Comunicação.

PUBLICAÇÕES

Site

Agência Institucional

Visa à divulgação de notícias da área institucional no site do Tribunal; e também tem como objetivo divulgar os projetos Caravana da Liberdade, Varas Itinerantes do Trabalho, TRT na Escola, TRT Ambiental, Semana Nacional de Execução, Semana Nacional de Conciliação, Gestão Estratégica, Escola Judicial, atividades da Corregedoria, da Seção de Saúde, das varas trabalhistas, de capacitação de magistrados e servidores, inaugurações, licitações e demais atividades desenvolvidas pela Instituição. **Em 2014, foram divulgadas 742 (setecentas e quarenta e duas) notícias no site.**

Agência Judicial

Visa à divulgação de notícias da área fim, levadas ao público externo por meio da agência de notícias judiciais, que conscientizam o cidadão sobre seus direitos e deveres, além de ser um serviço de utilidade pública. A ação prevê, também, outras atividades de sensibilização com a finalidade de propagar as decisões da Justiça do Trabalho, como workshops, seminários etc. **Foram divulgadas 32 (trinta e duas) notícias judiciais em 2014.** O número reduzido de notícias deveu-se ao número reduzido de servidores na unidade, restringindo-se à demanda factual.

Informativos Impressos

Parágrafo Único

Durante o ano de 2014, houve duas edições do informativo institucional Parágrafo Único (interno). A primeira divulgou a posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Exmos. Srs. Desembargadores Luiz Cosmo da Silva Júnior (presidente) e James Magno Araújo Farias (vice-presidente e corregedor) para o biênio 2014-2015, noticiando, ainda as metas propostas para a nova gestão e a posse dos dirigentes da Escola Judicial e da Ouvidoria deste Regional. Já a segunda edição fez a divulgação da 1ª Semana de Formação de Magistrados do TRT-MA, realizada de 5 a 9 de maio de 2014, com o tema “O Papel do Judiciário na Solução dos Conflitos Sociais”.

Expresso

O “Expresso” é uma publicação disponibilizada nos elevadores do prédio-sede do TRT e, esporadicamente, nos murais das Varas do Trabalho da Capital, que serve para prestar informações imediatas, mormente aos magistrados e servidores, de maneira sucinta, dos assuntos já arrolados no site do Tribunal, de interesse interno e/ou externo.

Em 2014, foi acrescentada uma coluna com fatos históricos e nascimentos e falecimentos de personalidades de vulto ao “Expresso Datas Comemorativas”, que tem como objetivo veicular informações sobre as efemérides de cada dia de expediente na Justiça do Trabalho. É necessário

que se diga que, em geral, as “datas comemorativas” são instituídas por vários motivos: pela tradição popular; pelo nascimento ou morte de alguma pessoa importante para que a data seja celebrada; por ser o dia de um santo padroeiro; e dias de homenagem às diversas profissões.

Quantitativos de publicações de Expressos em 2014:

Expresso Ordinário: 429 edições distribuídas;

Expresso Especial “Datas Comemorativas”: circulou com 239 edições.

Calendário Institucional 2015

O calendário institucional é uma publicação anual para dar divulgação a informações sobre a Justiça do Trabalho, distribuído para um mailing de 1.000 pessoas, entre autoridades, sindicatos, veículos de comunicação (imprensa), assessorias de comunicação, associações, magistrados, servidores e recepcionistas deste Tribunal.

O calendário 2015 da Justiça do Trabalho teve como tema “Atividades de Itinerância realizadas pelo TRT16”, em razão do relevante papel que desempenha a itinerância, hoje, como atividade decisiva para a solução dos conflitos judiciais trabalhistas, já que se trata de um mecanismo que assegura ao jurisdicionado o direito de ter solucionado o seu processo trabalhista, sem que seja preciso sair da cidade onde mora.

Em cada lâmina do calendário, fez-se uma visita histórica às atividades mais importantes que envolvem os projetos itinerantes da instituição, mas sempre sobrepondo a todos eles aquele que melhor representa a atividade-fim da Instituição: a vara itinerante, pela sua excelência na prestação jurisdicional e solução dos conflitos sociais.

Foram impressos 1.000 (mil) exemplares, no entanto, devido a um atraso na entrega dos serviços pela gráfica contratada, os calendários só puderam ser distribuídos em fevereiro de 2015.

Informativos Eletrônicos

TRT On Line

No informativo eletrônico, são divulgados assuntos de interesse dos magistrados e servidores, informações com fins educativos, promoção e valorização dos membros do Judiciário Trabalhista e utilidade pública, visando a dinamizar a comunicação interna nos órgãos da Justiça do Trabalho no Maranhão. A cada terça-feira, é publicada uma edição e divulgada via e-mail institucional a magistrados e servidores.

Existem dois formatos do informativo: o TRT on Line Ordinário (semanal) e o TRT on Line Extra, que circula em razão da existência de um fato novo, de interesse de magistrados e servidores, que mereça ser divulgado com urgência. O informativo pode ser acessado por meio do link <http://www.trt16.jus.br/trtonline/>

Quantitativo de edições em 2014:

TRT on Line Ordinário - 50 (cinquenta), do nº 573/2014 ao 622/2014.

TRT on Line Extra - 13 (treze), do nº 99/2014 ao 111/2014.

ATIVIDADES DE ASSESSORIA

Expedição de Press-kit

Press-kit ou Pacote de Imprensa é um pacote de informações (notícias) com uma amostra/réplica do produto ou o próprio produto que se quer noticiar, fotos de divulgação, credenciais

de imprensa e outros itens que facilitem a cobertura jornalística sobre o que se quer divulgar, e estimulem os jornalistas a publicar a intenção do assessorado. No formato de distribuição de noticiário, são informações oriundas da Seção de Comunicação, cujos releases acerca da matéria que se quer divulgar são inseridos nesse kit, como entrevistas de magistrados e ministros, informações sobre serviços disponíveis para os leitores da região ou cidade em que o fato vai acontecer, oferta de respostas a dúvidas dos leitores locais e outras formas de interatividade. Em 2014, a Seção de Comunicação expediu 1 (um) press-kit, por ocasião da entrevista coletiva do Presidente do Regional, desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior, sobre a greve dos rodoviários.

Notas Exclusivas

Foi expedida 1 (uma) nota exclusiva.

Notas Oficiais

No decorrer do ano foram expedidas 4 (quatro) notas oficiais.

Sugestões de Pauta

Ao longo de 2014, foram distribuídas 14 (quatorze) sugestões de pauta à imprensa em geral.

Nota de Pesar

6 (seis) notas de pesar foram publicadas no site oficial do Tribunal.

Releases

Visa à disseminação de notícias da área-fim e da área institucional aos veículos de comunicação para divulgação. Em 2014, foram divulgados 460 releases.

REDES SOCIAIS

O uso das redes sociais pelo TRT do Maranhão tem diretrizes estabelecidas pela Resolução Administrativa nº 212/2011, mas o Tribunal só ingressou nas redes no dia 19 de março de 2012, quando passou a fazer uso do Flickr, Twitter e Facebook. As páginas institucionais são gerenciadas pela Seção de Comunicação Social. Os conteúdos postados têm caráter informativo, sem cunho oficial. Também estão baseados em critérios jornalísticos como objetividade, clareza, temporalidade e precisão.

A partir de 2013, o TRT vem atingindo níveis consideráveis de influência nas redes sociais, tornando-se fonte de informação para os internautas. Em dezembro de 2014, o perfil do TRT-Maranhão já contava com 4.421 seguidores no Twitter (1.079 novos seguidores, o que corresponde a um aumento de 32,29% em relação a dezembro/2013 que tinha 3.342 seguidores e de 88,05% em relação ao início do monitoramento, em abril de 2013, quando eram apenas 2351 seguidores) e essa quantidade continua aumentando diariamente, o que representa interesse dos internautas pelas notícias do Tribunal e confiabilidade na Instituição e no conteúdo disponibilizado.

Além do Twitter, a Instituição está inserida no Facebook, a maior mídia social dos últimos anos, com mais de 690 amigos no perfil TRT-Maranhão Ascom. Em 2014, este perfil foi desativado para aceitação de novos amigos, em virtude de orientação recebida pela Seção de Comunicação em eventos de que participou na área de redes sociais. O Facebook, originalmente, é uma mídia de relacionamento entre pessoas, daí os perfis terem “amigos”. Reconhecendo que as pessoas estavam divulgando seus negócios nos perfis, o Facebook ampliou suas funcionalidades para atender a esse público, permitindo a criação de fanpages (páginas de fãs). Com isto, algumas

empresas/instituições/organizações registraram perfis nesta rede social. O Facebook entende que seu objetivo não é atender pessoas jurídicas. Razão pela qual está, gradativamente, eliminando perfis empresariais/institucionais/organizacionais e mantendo apenas as fanpages dos perfis de pessoas físicas. Assim sendo, por orientação das Assessorias de Comunicação dos Tribunais e Conselhos Superiores, os perfis dos órgãos judiciais estão sendo, gradativamente, desativados para concentração das informações institucionais nas fanpages. Após período de transição para atendimento da nova orientação, o perfil TRT-Maranhão Ascom foi desativado em dezembro/2014, passando a atuar apenas como administrador da fanpage TRT-Maranhão.

Conforme estatísticas desta Seção de Comunicação Social, o número de curtidas na fanpage também aumentou; em dezembro de 2014, já somava 1.389, o que equivale a um crescimento de 244,54%, em relação à 2013, que era de 568; e essa quantidade também continua aumentando diariamente.

A Seção de Comunicação Social vem estudando estratégias de ação na internet, de forma a potencializar cada vez mais a participação do TRT-MA nas redes, como por exemplo, a sua participação em congressos acadêmicos sobre o tema e encontros das assessorias de comunicação da Justiça do Trabalho. A rede está em fase de constante crescimento e construção, consolidando a imagem da Instituição e confiabilidade no trabalho desenvolvido, e no retorno que oferece à sociedade.

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

A Seção de Comunicação apresentou à Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (CGEEP) duas propostas de políticas de comunicação para 2014: Gestão por Competências e Revisão do Planejamento Estratégico do TRT/MA.

Implantação da Gestão por Competências

Teve como objetivo implantar o projeto Gestão por Competências no TRT 16ª Região, através do mapeamento das competências gerenciais essenciais e das lacunas de qualificação dos gestores, cujos resultados deveriam alcançar os públicos interno (magistrados e servidores) e externo (comunidade em geral). As ações realizadas pela Comissão, pelo Comitê Gestor e pela Equipe Executiva do Projeto foram divulgadas no site do Tribunal, nas Redes Sociais, no informativo virtual TRT On Line, no informativo Expresso e nos informativos institucionais impressos.

Revisão do Planejamento Estratégico – 2015-2020

Para divulgação das atividades e de todos os eventos relacionados à Revisão do Planejamento Estratégico, esta Seção de Comunicação utilizou os seguintes recursos: banner eletrônico no site do Tribunal, Redes Sociais (Facebook e Twitter), informativo virtual TRT On Line, informativo Expresso, site oficial, e-mails semanais e cartazes distribuídos no prédio-sede e VTs da capital e interior.

CAMPANHAS DE OUTDOOR E BACKBUS

Campanhas externas (outdoor e backbus)

Em 2014, foram desenvolvidas cinco campanhas externas de outdoor/backbus, utilizadas na divulgação dos eventos realizados pela Instituição, com criação, impressão em policromia e colagem de 10(dez) placas/aplicações para cada campanha publicitária veiculada em espaços privados/ônibus coletivos de transporte público, respectivamente. Foram três campanhas para os 25 anos TRT/MA

(duas de outdoor e uma em backbus) e duas referentes à Semana Nacional de Execução Trabalhista (uma de outdoor e uma em backbus).

Campanhas internas (outdoor)

Também houve a utilização das placas internas de outdoor do Foro Astolfo Serra e do TRT em cinco eventos, a seguir discriminados: 25 anos TRT/MA (duas campanhas), Dia da Mulher, Mensagem de Páscoa, Semana Nacional de Execução Trabalhista e Mensagem de Fim de Ano.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS

Em 2014, a Seção de Comunicação participou dos seguintes eventos:

X Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça-CONBRASCOM 2014: realizado na cidade de Aracaju-SE, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação & Justiça-FNCJ e destinado a assessores de comunicação, ministros, magistrados, procuradores, promotores, advogados e jornalistas, para tratar de temas de interesse relevante aos referidos profissionais.

Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário e II Workshop de Redes Sociais do Poder Judiciário: realizados na cidade de Brasília-DF, nos dias 19 e 20 de agosto. Tiveram como principal objetivo: preparar os assessores das Ascoms do Poder Judiciário para realizar a comunicação com os cidadãos de maneira clara e eficiente, nos termos da Resolução CNJ nº 85/2009.

Oficina Redes e-Gov: realizado na cidade de Florianópolis-SC, nos dias 4 e 5 de dezembro. Teve como tema: a preparação para atuação de órgãos públicos no segmento comunicacional das Redes Sociais para o ano de 2015.

COBERTURAS JORNALÍSTICAS

Coberturas jornalísticas judiciais

4ª Semana Nacional de Execução Trabalhista

A 4ª Semana Nacional de Execução Trabalhista no Maranhão ocorreu no período de 22 a 26 de setembro de 2014, em todas as varas trabalhistas deste Regional. A cobertura jornalística completa, realizada por esta Seção de Comunicação, foi composta de 12 (doze) notícias, divulgadas no site institucional, redes sociais, informativos internos (TRT On Line e Expresso) e banner digital inserido no site do TRT. Também foram veiculadas peças publicitárias (outdoors e backbus) sobre o evento.

IX Semana Nacional de Conciliação

A Comunicação procedeu à divulgação da Semana de Conciliação 2014 por meio de banner digital inserido no site do TRT, cartazes, 10 (dez) notícias divulgadas no site institucional, redes sociais, informativos internos (TRT On Line e Expresso). A IX Semana Nacional de Conciliação foi realizada no período de 24 a 28 de novembro de 2014.

Dissídio Coletivo da Greve dos Rodoviários:

A Seção de Comunicação do TRT fez a cobertura das 3 (três) audiências de julgamento do dissídio coletivo referente à greve dos rodoviários de 2014, divulgando 12 notícias sobre o tema no site institucional, redes sociais e informativos internos (TRT On Line e Expresso).

Coberturas jornalísticas institucionais

Cobertura da Campanha Trabalho Seguro 2014

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) aderiu à Campanha Trabalho Seguro 2014 (realizada no período de 2 de novembro a 16 de dezembro), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em parceria com instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de ações nacionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

A campanha “Trabalho Seguro no Maranhão” foi composta por atividades noticiadas por esta Seção de Comunicação no site institucional, redes sociais, informativos internos (TRT On Line e Expresso) e banner digital inserido no site do TRT, a seguir discriminadas:

- Semana Interna para Promoção de Saúde Ocupacional e Prevenção de Acidentes do TRT 16ª Região (Semana de Saúde – 2014): realizada pela Seção de Saúde, de 1º a 5 de dezembro de 2014.
- Projeto Trabalho Rural do TRT-MA: realizado em dois momentos -> no município de Açailândia, no dia 5 de dezembro de 2014, e no povoado de Quebra Pote, em São Luís, no dia 12 de dezembro de 2014.

Cobertura dos Cursos de Capacitação

Todos os cursos de capacitação realizados em 2014 foram noticiados por esta Seção de Comunicação no site institucional, redes sociais e informativos internos (TRT On Line e Expresso), obedecendo a programação desenvolvida pela Escola Judicial deste TRT.

Coberturas de eventos culturais e outras atividades –comemorações dos 25 anos do TRT-MA

Lançamento do IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho do Maranhão – em 11 de março de 2014. Abertura oficial das comemorações dos 25 do TRT-MA - em 24 de março de 2014.

Exposição “Páginas da História” – 24 a 28 de março de 2014

Exposição da “Senzala até as leis atuais da CLT” – de 07 a 30 de abril de 2014.

Celebração ecumênica de páscoa – em 15 de abril de 2014.

Homologação do resultado do VII Concurso de Juiz do Trabalho Substituto – em 28 de abril de 2014.

Concurso público para provimento de cargos do quadro permanente de pessoal deste Tribunal – em 04 de maio de 2014.

1ª Semana de Formação de Magistrados – de 5 a 9 de maio de 2014.

Entrega da medalha da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho – em 12 de maio de 2014.

Inauguração do refeitório dos terceirizados – em 19 de maio de 2014.

Sessão solene em comemoração aos 25 anos do TRT-MA – em 22 de maio de 2014.

Lançamento do projeto “Fale Direto com o Presidente” – em 22 de maio de 2014.

Lançamento do projeto “Presidência Itinerante” – em 10 de junho de 2014.

Inauguração do espaço leitura para estagiários e terceirizados – em 03 de julho de 2014.

Instituição do Núcleo de Recurso de Revista – em 13 de junho de 2014.

Lançamento do processo seletivo de estágio – em 15 de julho de 2014.

Exposição “TRT-25 anos” – de 21 de julho a 29 de agosto de 2014.

Inauguração do posto fixo de coleta seletiva Ecocemar – em 1º de agosto de 2014.

Lançamento da nova intranet – em 14 de agosto de 2014.

Implantação do Sistema Gestão Orçamentária – em 15 de agosto de 2014.

Exposição “Dia mundial sem meu carro” – em 22 de setembro de 2014.

2ª Semana de Formação de Magistrados – de 13 a 17 de outubro de 2014.

Comemorações ao Dia do Servidor Público – composta pela “Semana de Cursos para Servidores” (13 a 17 de outubro de 2014), entrega da medalha do Mérito do Servidor do Judiciário Trabalhista da 16ª Região, entrega do Selo de Qualidade Judiciária às varas do trabalho, inauguração do Espaço Permanente de Exposição “Remir de Brito Lima” e abertura do II Salão de Arte Talentos do TRT16 – em 23 de outubro de 2014.

Campanha de solidariedade natalina – de 24 de novembro a 12 de dezembro de 2014.

1ª Semana TRT Ambiental na Vara do Trabalho de Chapadinha – 25 a 28 de novembro de 2014.

Premiação do IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho do Maranhão – em 1º de dezembro de 2014.

Exposição “Arte no TRT” – em 05 de dezembro de 2014.

Culminância do Programa TRT na Escola 2014 – em 12 de dezembro de 2014.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Memorandos – expedidos 62 memorandos e 1 memorando circular.

Ofícios - expedido 1 ofício e 1 ofício circular.

Agenda do Dia – É o expediente interno da Seção de Comunicação que serve para os servidores, estagiários e terceirizados conhecerem as suas atividades diárias. Nesse ano, foram feitas 241 agendas do dia, sendo 22 em janeiro, 20 em fevereiro, 19 em março, 18 em abril, 20 em maio, 18 em junho, 22 em julho, 20 em agosto, 21 em setembro, 21 em outubro, 21 em novembro e 19 em dezembro.

Ordem de Serviço - expedidas 13 ordens de serviço.

Gestão de Processos Administrativos

Processos Administrativos gerenciados em 2014

Em 2014, a Seção de Comunicação foi gestora de 21 (vinte e um) processos administrativos:

- Projeto Nossa Net – PA 1933/2012 – arquivado em 29/4/14;
- Projeto Rádio e TV – PA 1936/2012 – arquivado em 13/10/14;
- Perfis Facebook – PA 3750/2012;
- Jornais Institucionais 2013 – PA 4323/2012 – arquivado em 26/3/14;
- Outdoor 2013 – PA 6483/2012 – arquivado em 17/6/14;
- 70 anos CLT – PA 1644/2013 – arquivado em 11/9/14;
- Calendário 2014 – PA 3393/2013 – arquivado em 3/2/14;
- Revista 25 anos 2014 – PA 3446/2013 – arquivado em 18/12/14;
- IV Concurso de Reportagem 2014 – PA 3459/20134 – arquivado em 17/12/14;
- Fotografias 2014 – PAs 3813/2013 e 2110/2014 (processo de pagamento);
- Clipagem 2014 – PA 3814/2013 – arquivado em 13/10/2014;
- Jornais Institucionais 2014 – PA 5454/2013;

- Outdoor 2014 – PA 6857/2013;
- Compra de HD externo – PA 6957/2013 – arquivado em 11/4/14;
- Monitoramento de Redes Sociais 2014 – PA 334/2014 – arquivado em 13/10/14;
- Banner 2014 – PA 1115/2014;
- Troféus 2014 – PA 1580/2014 – arquivado em 23/5/14 (perda do objeto);
- Conbrascom 2014 – PA 2849/2014 – arquivado em 22/09/2014;
- Encontro de Comunicação do PJ 2014 – PA 2888/2014- arquivado em 29/8/14;
- Oficina Redes eGov – PA 5327/2014 – arquivado em 16/12/14.

Gestão de Processos Administrativos abertos em 2014 para gerenciamento em 2015

Foram abertos 02 (dois) processos administrativos para a Comunicação gerenciar em 2015:

- Calendário de 2015 – PA 3323/2014;
- Filmadora e Gravador – PA 4471/2014;

1.8 Seção de Cerimonial

A Seção de Cerimonial foi regulamentada em 20 de setembro de 2005, data da publicação do Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região no Diário Oficial do Poder Judiciário.

Anteriormente, as atividades de Cerimonial e Eventos eram desenvolvidas pela Secretaria-Geral da Presidência e Serviço de Comunicação Social com a participação de servidores de Setores diversos designados para participar na realização dos Eventos desta Corte.

A Seção de Cerimonial passou a desenvolver suas ações, a partir de julho de 2005, sob a direção da Secretaria-Geral da Presidência.

EVENTOS REALIZADOS

- Organizou a Solenidade de Posse Coletiva dos novos Diretores, Assessores e Chefes de Unidades deste Regional, ocorrida em 7/1/2014;
- Organizou a Solenidade de Lançamento do Concurso de Reportagem, ocorrida em 11/3/2014;
- Organizou a distribuição dos cartões às mulheres deste Tribunal, por ocasião ao Dia das Mulheres;
- Organizou a solenidade de abertura da exposição “Da Senzala até as Leis Atuais da CLT”, ocorrida em 7/4/2014;
- Organizou o culto ecumênico celebrado em comemoração à Páscoa, realizado em 15/4/2014, bem como a distribuição dos chocolates arrecadados com a campanha TRT Solidário;
- Organizou a solenidade de abertura da 1ª Semana de Formação de Magistrados, realizada em 5/5/2014;
- Organizou a solenidade de Posse da Exma. Desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro, ocorrida em 9/5/2014;
- Organizou a distribuição das lembranças às magistradas, servidoras, terceirizadas e estagiárias mães, por ocasião ao dia das Mães;

- Organizou a solenidade de condecoração da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, ocorrida em 12/5/2014;
- Organizou a cerimônia de inauguração das instalações do Refeitório e Sala de Convivência dos Terceirizados, realizada em 19/5/2014;
- Organizou a Sessão Solene em Comemoração aos 25 Anos de Instalação do TRT 16ª Região, realizada em 22/5/2014;
- Organizou as atividades alusivas às festividades juninas que consistiu na distribuição de mingau de milho na sede do TRT e no Foro Astolfo Serra. A atividade foi realizada no dia 24/6/2014;
- Organizou a solenidade sobre Projeto “Caravana da Liberdade” realizada em Açailândia, em 31/julho/2014;
- Organizou a distribuição das lembranças aos magistrados, servidores, terceirizados e estagiários pais, por ocasião ao dia dos Pais;
- Participou da organização da Campanha Nacional Lance Certo no E-Gestão, em 7/8/2014;
- Organizou a solenidade de abertura da Semana da Execução Trabalhista, ocorrida no dia de 22/9/2014;
- Organizou a solenidade de abertura e de encerramento da 2ª Semana de Formação de Magistrados, realizada em 13/10/2014 e 17/10/2014, respectivamente;
- Organizou as solenidades Outorga da Medalha do Mérito dos Servidores do Judiciário Trabalhista da 16ª Região, premiação com o Selo de Qualidade em Prestação Judiciária e inauguração do Espaço Permanente de Exposição de Artes “Remir de Brito Lima” em 23/10/2014;
- Organizou a Solenidade de abertura da Primeira Semana “TRT AMBIENTAL” na cidade de Chapadinha/MA, em 25/11/2014;
- Organizou a solenidade de Premiação do IV Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho, em 1º/12/2014;
- Organizou a solenidade de Abertura do Projeto “ Trabalho Rural “, em Açailândia/MA, em 5/12/2014;
- Organizou a solenidade culminância geral do projeto “Trt na Escola”, em 12/12/2014.

Atividades Desenvolvidas

- Atualização da lista de autoridades e informações institucionais no site do TRT 16ª Região;
- Solicitação e emissão de bilhetes de passagem para servidores e magistrados;
- Solicitação de traslado para os Magistrados e Diretor-Geral;
- Reserva de hotéis para magistrados e servidores;
- Agradecimento de Convites e Cartões em nome da Desembargadora Presidente;
- Redação de expedientes oficiais relativos aos eventos e assuntos do cerimonial;
- Acompanhamento em visitas de autoridades ao TRT;
- Encaminhamento de Cartões de Natal, Revistas, Agendas, Periódicos e similares para autoridades, servidores e magistrados;

- Acompanhamento do Exmo. Desembargador Presidente do TRT 16ª Região em algumas solenidades, bem como mesas de honra em que o mesmo esteve presente.

1.9 Centro de Memória e Cultura

No ano de 2014, o desafio do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho do Maranhão foi iniciar o processo de recuperação e guarda de documentos de valor histórico, especialmente os processos judiciais. Sendo assim, o Cemoc deu início ao projeto de instalação do Anexo do Arquivo Geral onde começou a ser feita a higienização dos autos para posterior catalogação e digitalização. Embora a unidade do Arquivo não seja formalmente vinculada ao Cemoc, entendeu a unidade que os processos de valor histórico devem ficar sob a guarda desta unidade.

Outro desafio foi apontar soluções para a reestruturação da unidade, tendo sido feita a pesquisa do Perfil dos Centros de Memória e Arquivo, realizada junto a todos os TRTs e TST, que foi apresentada na reunião do Fórum Permanente em Defesa da Memória em março em Alagoas.

No sentido de contribuir com a gestão de pessoas, o Cemoc também fez o levantamento do histórico da Medalha do Servidor e realizou pesquisa em outros Tribunais a fim de apresentar proposta de alteração da regulamentação.

O Cemoc também passou a integrar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, tendo contribuído para o desdobramento de deliberações das reuniões realizadas, tais como pesquisa para contratação de terceirizados e montagem de um anexo para higienização dos processos. Também apresentou exposição de motivos para regulamentação do Selo Histórico, conforme recomendação do TST/CSJT.

Quanto às atividades museológicas e artísticas e culturais, por conta das obras de adaptação das instalações do Cemoc, a exposição museológica passou a ser feita no saguão do 2º andar do Fórum Astolfo Serra e as exposições artísticas e culturais foram suspensas.

Criado em maio de 2007, o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho do Maranhão foi instituído pela RA 061/2007, tendo entre suas atribuições, a finalidade de catalogar, organizar, preservar e disponibilizar o acervo dos bens materiais de guarda permanente, incluindo mobília, quadros, brasões e processos judiciais de valor histórico. Também é responsável pela promoção de exposições artísticas e culturais permanentes e temporárias, pelas visitas guiadas; promoção do intercâmbio com instituições de caráter técnico-científico para atendimento a pesquisadores, estudantes e ao público em geral e pela realização Programa Permanente de História Oral.

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O Centro de Memória e Cultura posicionou estrategicamente o TRT em eventos internacionais e nacionais a saber:

I Encontro Nacional de Boas Práticas – 27 e 28 de março 2014 – Maceió (AL) - Apresentação do PROJETO CANTOS E ENCANTOS - SHOW JUSTIÇA DE PAZ E PÃO - A música como instrumento de difusão dos direitos sociais na Justiça do Trabalho

Reunião do MEMOJUTRA - março 2014 – Maceió (AL) - Apresentação da 1ª etapa da pesquisa do PERFIL DOS CENTROS DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

VII Encontro Nacional da Memória – 22 a 25 de outubro 2014 – Fortaleza (CE) - Apresentação do projeto ESPAÇO DE ARTES DO TRT 16ª REGIÃO

Participação na II Feira do Estágio e Emprego - Realizada de 19 a 21 de agosto de 2014 no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, tendo o TRT/Cemoc como parceiro. Foram atendidas no estande do TRT 821 pessoas. (PA 3731-2014)

ATIVIDADES REALIZADAS

EIXO ARTE E CULTURA

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

No Fórum Astolfo Serra – Em função das obras de adaptação, o Cemoc suspendeu o calendário de exposições artísticas vez que não havia condições de organizar as exposições dos artistas plásticos convidados. Entretanto realizou três exposições produzidas pelo próprio Cemoc nas dependências do Fórum Astolfo Serra a saber:

27 de janeiro a (FEVEREIRO)	Exposição do Cemoc	CEMOC
24 março a 28 de março (MARÇO)	Páginas da História	CEMOC
07 de abril a 30 de abril (ABRIL)	Da Senzala às Leis Atuais da CLT	COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DO TST
01 de maio a 30 de maio (MAIO)	Da Senzala às Leis Atuais da CLT	COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DO TST
02 de junho a 30 de junho (JUNHO)	TRT 25 anos	CEMOC

No Prédio-Sede do TRT – Com a instalação em 23 de outubro de 2014 do Espaço Permanente de Artes do TRT (Item 3.1.4) foram realizadas duas exposições:

- Outubro/Novembro – II Salão de Artes Talentos do TRT. Total: 18 obras de sua autoria.
- Dezembro – A Arte no TRT (Obras que decoram as unidades administrativas e judiciais do TRT). Total: 12 obras

EXPOSIÇÕES PERMANENTES – No ano de 2014 o Cemoc manteve a exposição CLT 70 anos, disponibilizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, servindo para ambientar o saguão do 3º andar do Fórum Trabalhista. **Total de pessoas atendidas: 337 pessoas**

ESPAÇO DA LEITURA – O Cemoc disponibilizou em agosto de 2013 um Espaço de Leitura para os litigantes e visitantes do Fórum Astolfo Serra. No local, além das obras catalogadas do Acervo Científico e Cultural (Item 3.1.6), foram disponibilizadas as publicações institucionais do TRT. Em função de obras de adaptação do espaço do Cemoc, a atividade foi suspensa em 2014, não sendo possível fazer a consulta ao acervo.

SALÃO DE ARTES TALENTOS DO TRT – Foi realizado no mês de outubro o II Salão de Artes Talentos do TRT, marcando o início das atividades do Espaço Permanente de Exposição do TRT. Criado pela [Portaria do Gabinete da Presidência nº 1.039/2014](#), o Espaço visa a permitir a magistrados, servidores e usuários dos serviços do TRT-MA um ambiente propício à divulgação e exposição de suas aptidões artísticas. Por meio da [Resolução Administrativa nº 260/2014](#), o Tribunal

Pleno atribuiu a esse espaço o nome de "Remir de Brito Lima" como forma de homenagear o ex-servidor falecido em 2001. A primeira edição do Salão de Artes ocorreu em 2009

TRT CANTOS E ENCANTOS – Não realizado em função da falta de patrocínio

ACERVO CIENTÍFICO E CULTURAL – O Cemoc catalogou em 2013 as obras doadas por magistrados e servidores para o Acervo Científico e Cultural de obras de magistrados e servidores do TRT. **Foram catalogadas 21 obras**

EIXO CIDADANIA

JUSTIÇA DO TRABALHO DE PORTAS ABERTAS – O projeto consiste na recepção de escolas, advogados, estudantes de direito e a comunidade em geral com a realização de palestras e visita às dependências do Fórum Trabalhista de São Luís. Em 2014 foram realizadas 07 (sete) visitas e recepcionados 144 alunos das universidades UNDB, Facam e Estácio de Sá, estudantes do curso profissionalizante Cia Petro. Em 2013 foram 10 visitas, sendo recepcionadas 239 pessoas: Em 2012 foi feita a recepção a 75 alunos da UNDB no mês de maio.

TRT NA ESCOLA – Em parceria com a Escola Judicial, o Cemoc recepcionou alunos atendidos pelo projeto TRT na Escola. Em 2014 foram duas visitas, sendo recebidos os alunos da escola Diomedes Silva Pereira (São José de Ribamar), num total de 29 pessoas atendidas. Em 2013 foram 17 pessoas atendidas.

EIXO PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

DISCURSOS - O Centro de Memória e Cultura continuou o levantamento dos discursos do Tribunal desde a sua instalação em 1989. A atividade foi iniciada em junho de 2013

PESQUISA PERFIL DOS CENTROS DE MEMÓRIA E ARQUIVO – O Cemoc realizou a pesquisa Perfil dos Centros de Memória e Arquivo da Justiça do Trabalho, tendo apresentado os dados no I Encontro Nacional de Boas Práticas realizado pelo TRT da 19ª Região (Alagoas) no mês de março em Maceió. A pesquisa terá uma segunda etapa em 2015 quando serão validados pelos TRTs os dados e aprovadas as conclusões em encontro do Fórum Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – MEMOJUTRA.

EIXO MUSEOLÓGICO

ACERVO PERMANENTE – O Cemoc disponibiliza espaço de exposição permanente com mobiliário, processos e informações históricas, insígnias e fotografias. Também realiza e recebe exposições com temas históricos. Em 2014 foram organizadas três exposições entre nos meses de janeiro e maio. Em 2013 foram atendidas 821 pessoas. Em 2014 foram recebidas 701 pessoas.

- Janeiro - Exposição Projetos do Cemoc
- Fevereiro - Exposição Páginas da História (publicações históricas do TRT 16)
- Março e Abril - Exposição "Da Senzala às Leis Atuais da CLT" (processos históricos sobre trabalho escravo – TRT 8ª Região)
- Julho – Exposição TRT 25 anos

PROJETO TRT 25 ANOS – O Cemoc participou das atividades do projeto TRT 25 anos com as demais unidades administrativas e judiciais do TRT, tendo sido responsável pela edição do vídeo TRT 25 anos e a exposição TRT 25 anos

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL – Não foi possível realizar o projeto em função da falta de recursos humanos e equipamentos

PROJETOS E COMISSÕES

- Projetos Justiça do Trabalho de Portas Abertas (Portaria 286/2013)
- Projeto TRT 25 anos (Portaria 79/2014)
- II Salão de Artes Talentos do TRT
- Comissão Permanente de Avaliação Documental (Portaria 685/2014)
- Programa de História Oral (Portaria 1466/2013)
- Programa Memória Corporativa (Portaria 1465/2013)

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

MEDALHA DO SERVIDOR – Levantamento do histórico da Medalha do Servidor desde a sua criação com proposição de alteração da regulamentação da comenda por meio do PA 1968/2014

SELO HISTÓRICO – Levantamento histórico da implantação do Selo Acervo Histórico nos Tribunais do Trabalho, recuperação do histórico de lançamento do Selo Histórico no TRT 16 e proposta de enquadramento do TRT Maranhão ao [Ato Conjunto n.º 002/TST.CSJT.GP, de 06 de fevereiro de 2014](#) (PA 1967/2014)

REESTRUTURAÇÃO DO CEMOC E SETOR DE ARQUIVO - Pretende o pedido buscar uma solução para o Setor de Arquivo do TRT, bem como para as atividades da memória institucional desenvolvidas pelo Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho do Maranhão. (PA 4507/2014)

PROGRAMA MEMÓRIA VIVA - Tendo em vista o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho no Brasil, instituído pelo ATO CONJUNTO Nº 11/TST.CSJT.GP, DE 3 DE MAIO DE 2011, a necessidade regionalizar o programa e desenvolver ações e projetos referentes à preservação da memória da Justiça do Trabalho do Maranhão, o Centro de Memória e Cultura vem propor o desenvolvimento do Programa Memória Viva – 16ª Região. (PA 4564/2014)

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

O Centro de Memória e Cultura passou a integrar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos em 2014, conforme Portaria 680/2014 e 685/2014. A primeira reunião ocorreu em 16.09.2014, tendo sido defendido pelo Cemoc a manutenção de processos históricos, inclusive os que constavam na 1ª Listagem de Eliminação de Processos.

ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

- **Reestruturação física do CEMOC** – Em fevereiro de 2014 foi iniciada a reforma e adaptação das instalações físicas do Cemoc, tendo sido suspensas as exposições artísticas e culturais.
- **Reestruturação física do anexo do arquivo** – Sob a coordenação do Cemoc foi montado o Anexo do Arquivo no andar térreo do Anexo C do TRT, na Areinha. A nova estrutura conta com sala climatizada, computadores e escâneres para realização do trabalho de identificação, higienização, digitalização e classificação dos processos de guarda permanente (históricos)
- **Criação do espaço de artes da sede do TRT** – Projeto idealizado pela presidência do TRT, o Espaço de Artes Remir de Brito Lima foi inaugurado em 23 de outubro de 2014 por ocasião das comemorações do Dia do Servidor Público com a realização do II Salão de Artes Talentos

do TRT. O Salão foi organizado pelo Cemoc e o Espaço de Artes passou a ser de sua responsabilidade

DIVULGAÇÃO

FACEBOOK – O Cemoc iniciou as atividades nas redes sociais em 31 de janeiro de 2013, atuando junto a um público segmentado formado por artistas, jornalistas, magistrados e servidores. O perfil do Cemoc fechou o ano de 2014 com 396 amigos.

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES POR MÊS

Janeiro

- Seminário de Planejamento
- Reuniões estratégicas com cargos diretivos e gestores
- Exposição Atividades do Cemoc 2013
- Elaboração Relatório de Atividades 2012

Fevereiro

- Visita técnica ao Arquivo Geral (Praça Deodoro) acompanhando o Exmo. Sr. Presidente do TRT, desembargador Luiz Cosmo da Silva Junior
- Coleta de dados pesquisa Perfil dos Centros de Memória

Março

- Exposição Páginas da História – saguão 2º andar do Fórum Astolfo Serra
- I Encontro Nacional de Boas Práticas – 27 e 28 de março 2014 – Maceió (AL) - Apresentação do PROJETO CANTOS E ENCANTOS - SHOW JUSTIÇA DE PAZ E PÃO - A música como instrumento de difusão dos direitos sociais na Justiça do Trabalho
- Reunião do Memojutra - março 2014 – Maceió (AL) - Apresentação da 1ª etapa da pesquisa do PERFIL DOS CENTROS DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

Abril

- Exposição Da Senzala às Leis Atuais da CLT (nacional)
- Visita Projeto Justiça do Trabalho de Portas Abertas – alunos da FACAM
- Participação nas atividades do projeto TRT 25 anos, sendo responsável pela edição do vídeo TRT 25 anos
- Exposição de Motivos Selo Histórico (PA 1967/2014)
- Exposição de Motivos nova regulamentação Medalha do Servidor (PA 1968/2014)

Mai

- Exposição Da Senzala às Leis Atuais da CLT (confirmar)
- Visita Projeto Justiça do Trabalho de Portas Abertas – alunos da FACAM e Petroinfo
- Participação nas atividades do Projeto TRT 25 anos (Portaria 79/2014)

Junho

- Exposição Museológica – Saguão 2º andar do Fórum Astolfo Serra
- Pesquisa e catalogação das obras científicas e culturais de magistrados e servidores

Julho

- Levantamento de material para descarte do Arquivo Geral (Praça Deodoro) para disponibilização à Comissão Ambiental TRT
- Realização da Exposição TRT 25 Anos

Agosto

- Participação na II Feira do Estágio e Emprego
- Visita Projeto Justiça do Trabalho de Portas Abertas – alunos da Cia Petro
- Participação na II Feira do Estágio e Emprego - Realizada de 19 a 21 de agosto de 2014 no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, tendo o TRT/Cemoc como parceiro. Foram atendidas no estande do TRT 821 pessoas. (PA 3731-2014)

Setembro

- Visita Projeto Justiça do Trabalho de Portas Abertas – alunos da Faculdade Estácio de Sá
- Organização do II Salão de Artes Talentos do TRT
- Participação de reunião da Comissão Permanente de Avaliação
- Participação de reunião Comissão TRT 25 anos – Semana do Servidor
- Documental com várias deliberações a serem executadas pelo Cemoc
- Exposição de Motivos reestruturação Cemoc/Arquivo (PA 4507/2014)
- Exposição de Motivos Programa Memória Via (PA 4564/2014)
- Participação de reunião da Comissão Permanente de Avaliação Documental (PA 5196/2013)
- Processo seletivo do II Salão de Artes Talentos do TRT

Outubro

- II Salão de Artes Talentos do TRT – exposição de obras artísticas de magistrados e servidores (inauguração espaço de exposições Remir de Brito Lima)
- Pesquisa de mercado para contratação de terceirizados para o Arquivo Geral
- VII Encontro Nacional da Memória – 22 a 25 de outubro 2014 – Fortaleza (CE) - Apresentação do projeto ESPAÇO DE ARTES DO TRT 16ª REGIÃO

Novembro

- Exposição Espaço Artes TRT – II Salão de Artes Talentos do TRT
- Visita Projeto Justiça do Trabalho de Portas Abertas – alunos do curso de Direito da UFMA (Centro Acadêmico)
- Visita Projeto TRT na Escola – alunos da Escola Diomedes da Silva Pereira (São José de Ribamar)

Dezembro

- Exposição Espaço Artes TRT – A Arte no TRT
- Acompanhamento do projeto de adaptação em espaço na sede do TRT para funcionamento do Anexo do Arquivo

PÚBLICO ATENDIDO

Ampliação pelo sexto ano consecutivo do número de visitantes, registrando, só no ano de 2013, o quantitativo de 1711 (hum mil, setecentos e onze pessoas), totalizando, desde a sua inauguração, a passagem pelo CEMOC de **5911 (cinco mil noventas e onze) pessoas**, entre autoridades, magistrados, servidores e visitantes em geral.

2 VICE-PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Em 2014, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional da 16ª Região buscaram zelar pelo regular funcionamento da Justiça do Trabalho no 1º Grau, observando os objetivos a seguir enumerados:

- Organizar a Secretaria da Corregedoria de modo a possibilitar a realização do trabalho em parceria com os servidores que compõem o quadro de pessoal da Vice-Presidência, tendo em vista o reduzido quadro funcional de que dispõe;
- Conhecer, pelo contato direto ou por outros instrumentos disponíveis, a atual situação em que se encontram as Varas Trabalhistas da 16ª Região, nos seus aspectos estrutural, organizacional e, principalmente, jurisdicional;
- Designar Juizes do Trabalho Substitutos para auxílio e substituição nas Varas do Trabalho da 16ª Região;

- Proceder, quando da realização das Correições Ordinárias, à análise de autos processuais, por amostragem, visando aferir sua regular tramitação, mormente no que respeita aos prazos e atendimento das disposições constantes do Provimento Geral Consolidado do Regional, enfatizando, sobretudo, o caráter pedagógico de que se reveste o ato correcional;
- Conscientizar magistrados e servidores do papel da Corregedoria como órgão auxiliar para o desempenho, com qualidade, de suas atividades;
- Incentivar, no âmbito do 1º Grau, o caráter humanizador do atendimento a ser dispensado ao jurisdicionado.

OBJETIVOS

A elaboração do Relatório Anual de Atividades tem como objetivo precípua expor as atividades desenvolvidas, secundado pela transparência nas informações das ações empreendidas.

Tem como objetivos específicos:

- Dar conhecimento da atuação da Vice-Presidência e Corregedoria aos Órgãos Superiores, ao Tribunal Pleno, aos magistrados, aos servidores e jurisdicionados;
- Dar publicidade do desempenho das unidades judiciárias do primeiro grau, após a consolidação dos dados estatísticos anuais.

GESTÃO DE PESSOAS

O cargo de Vice-Presidente e função Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foram exercidos, no ano de 2014, pelo Desembargador **James Magno Araújo Farias**, cujo mandato, para o biênio 2014/2015, iniciou-se em 01/01/2014.

O Vice-Presidente, de acordo com o estabelecido na RA nº 211/2011, funciona nos feitos de competência do Tribunal, presidindo a Segunda Turma, ficando excluído da distribuição quando no exercício da Presidência ou quando afastado da sede do Regional por período superior a 03 dias, em função corregedora.

Em 2014, assim como ocorrera no ano anterior, o Vice-Presidente e Corregedor com juiz Bruno de Carvalho Motejunas para auxiliar nas atividades da Corregedoria.

Ausências legais do Vice-Presidente e Corregedor

Reuniões do COLEPRECOR

- Período: 19 e 20/02/2014 – Brasília/DF;
- Período: 26 e 27/03/2014 – Maceió/AL;
- Período: 23 e 24/04/2014 – Brasília/DF;
- Período: 28 e 29/05/2014 – Brasília/DF;
- Período: 24 e 25/09/2014 – Brasília/DF;
- Período: 29 e 30/10/2014 – Goiânia/GO;
- Período: 26 e 27/11/2014 – Brasília/DF e

Outros eventos

- Reunião com o Excelentíssimo Senhor Ministro Antonio José de Barro Levenhagen, Presidente do TST, no dia 17/02/2014;
- Solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 26/02/2014;

- c) 41ª Reunião de Trabalho e Assembléia Geral Ordinária do CONEMATRA, no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, em Vitória – ES, nos dias 13 e 14/03/2014;
- d) Curso de Mediação, promovido pelo TRT 10ª Região, Brasília/DF, nos dias 03 e 04/04/2014;
- e) Curso sobre Técnicas de Mediação Trabalhista, promovido pelo Departamento de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA, em 15/05/2014;
- f) 42ª Assembleia do CONEMATRA na cidade de Brasília/DF, nos dias 19 e 20/05/2014;
- g) 54º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, em São Paulo, no período de 26 a 28/05/2014;
- h) Reunião na Escola Nacional de Magistratura sobre as normas sobre Comitê de Mediação implantadas pelo CNJ, em Brasília/DF, no dia 11/06/2014;
- i) Reunião no TST, Brasília/DF, no dia 25/06/2014;
- j) Solenidade de lançamento do selo de publicações do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho e do livro Estudos Avançados de Direito do Trabalho, no TRT da 11ª Região, Manaus/AM, no dia 21/08/2014;
- k) 43ª Reunião de Trabalho e Assembleia Geral Extraordinária do CONEMATRA, na cidade de Natal/RN, nos dias 04 e 05/09/2014;
- l) 2ª Reunião preparatória do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário promovido pelo CNJ, em Brasília, nos dias 23 e 24/09/2014;
- m) Seminário Trabalho Infantil – Realidade e Perspectiva, na cidade de Brasília/DF, nos dias 08 e 09/10/2014;
- n) Congresso Internacional promovido pela Academia Brasileira de Direito do Trabalho em São Paulo, nos dias 16 e 17/10/2014;
- o) VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, Florianópolis/SC, no período de 09 a 12/11/2014
- p) Fórum Global de Mediação - Encontro Internacional 2014, no Rio de Janeiro, no dia 28/11/2014;
- q) Verificação do cumprimento de determinações em ATA de Correição, na VT de Imperatriz, nos dias 09 e 10/11/2014;
- r) Solenidade de Posse da nova direção do TRT da 11ª Região, Manaus/AM, nos dias 14 a 16/12/2014.

Férias

- a) 06/02 a 16/02/2014;
- b) 21/02 a 11/03/2014;
- c) 21/07 a 19/08/2014;

Exercício da Presidência do Tribunal

O Vice-Presidente e Corregedor esteve no exercício da Presidência do Tribunal nos seguintes períodos: 02 e 03/02/2014; 17/02/2014; 17/03/2014; 9 a 11/04/2014; 14 e 15/04/2014; 05 a 11/05/2014; 27 a 30/03/2014; 09, 12 e 13/06/2014; 16 a 23/06/2014; 26/06/2014; 04 a 08/08/2014; 11 a 12/08/2014; 14 a 16/08/2014; 29/08/2014 a 02/09/2014; 09/09/2014, 12/09/2014; 14 e 15/10/2014; 18 e 19/10/2014; 24/10/2014; 31/10/2014; 09 a 12/11/2014; 08/12/2014 e 17/12/2014.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Vice-Presidência

O Gabinete da Vice-Presidência é constituído de duas assessorias: a Assessoria Administrativa, exercida por servidor lotado na Vice-Presidência, e a Assessoria Jurídica, exercida por servidor pertencente ao Gabinete do Desembargador.

Corregedoria

Em conformidade com o Regimento Interno, a função Corregedora é exercida pelo Vice-Presidente, a quem a Secretaria da Corregedoria está diretamente subordinada.

Quadro funcional da Vice-Presidência e Corregedoria

Integram o quadro funcional da Vice-Presidência os servidores lotados no Gabinete da Vice-Presidência e aqueles lotados no Gabinete do Desembargador em exercício do cargo de Vice-Presidente.

A Secretaria da Corregedoria é diretamente subordinada ao Gabinete da Vice-Presidência.

No ano de 2014, o quadro funcional da Vice-Presidência e Corregedoria apresentou a seguinte composição:

Servidores lotados na Vice-Presidência			
	Nome	Cargo/Função	CJ/FC
1.	Heitor Heluy	Assessor Administrativo	CJ-02
2.	Danielle Rodrigues Avelino	Analista Judiciário/Assistente Administrativo	FC 03
Servidores oriundos do Gabinete do Desembargador			
	Nome	Cargo	CJ/FC
1.	Adriana Albuquerque de Brito	Analista Judiciária/Assessor de Desembargador	CJ-03
2.	Roseane Abreu Barros	Analistas Judiciários	FC-05
3.	Safira Serra Sousa Martins		FC-05
4.	Gustavo Cesário Sabóia de Almada Lima		FC-04
5.	Litziane Araújo Moura Lima de Matos	Técnica Judiciária/Chefe de Gabinete	FC-05
6.	Luciano Rodrigues Chaves Filho	Técnicos Judiciários	FC-05
7.	Joselena do Carmo Soares Pereira		FC-05
8.	Nayana Cavalcanti Martins Sales Rocha		FC-04
9.	Nanci Martins Barbosa Freire		FC-03
10.	Maria Helena Pinheiro Belo		FC-01
Servidores lotados na Secretaria da Corregedoria			
	Nome	Cargo	CJ/FC
13.	Marcos Pires Costa	Secretário da Corregedoria	CJ-03
14.	Ana Tereza Araujo Dias	Analistas Judiciárias	S/F
15.	Fabiana Santalucia Fernandes		S/F
16.	Fábio Henrique Soares	Técnicos Judiciários	FC-05
17.	Olívia Maria Oliveira Almeida		FC-04
18.	Yona Grace Sousa Barbosa		FC-05

ATRIBUIÇÕES DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

As atribuições da Vice-Presidência e Corregedoria Regional encontram-se disciplinadas no Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região (fls. 35 e 36).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

VICE-PRESIDÊNCIA

Atividades Judiciais

O Gabinete registrou a seguinte movimentação processual:

Processos remanescentes de 2013

Iniciou as atividades, em 2014, com o saldo de 692 (seiscentos e noventa e dois) processos remanescentes do ano anterior para relatar.

Processos recebidos em 2014

No exercício de 2014, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor, recebeu 947 (novecentos e quarenta e sete) processos como relator, tendo encerrado as atividades com um saldo de 333 (trezentos e trinta e três) processos, pendentes para o ano de 2015.

Redação de Acórdãos e Decisões Monocráticas

Foram redigidos 1.057 (um mil e cinquenta e sete) acórdãos e 332 (trezentos e trinta e duas) decisões monocráticas.

Atividades administrativas

Na Vice-Presidência, durante todo o ano de 2014, foram expedidas 41 (quarenta e uma) Portarias, 10 (dez) delas relativas à abertura de procedimento administrativo para avaliação de desempenho funcional e ético de magistrados e o restante, em sua maioria, relativas à autorização de viagens oficiais e concessão de diárias ao Desembargador Presidente Luiz Cosmo da Silva Junior.

CORREGEDORIA REGIONAL

Acompanhamento de metas e indicadores:

As metas de 2014 foram aprovadas pelos Presidentes dos Tribunais brasileiros no VII Encontro Nacional do Judiciário, nos dias 18 e 19/11/2013.

Em 2014 a Secretaria da Corregedoria acompanhou o cumprimento das seguintes metas:

01) Meta Nacional nº 01/2014 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos no ano corrente);

02) Meta Nacional nº 02/2014 (Identificar e julgar, até a 31/12/2014, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, nos 1º e 2º Graus, e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no TST);

03) Meta Nacional nº 05/2014 (Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho);

04) Meta Nacional nº 06/2014 (Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º grau e no TST, e até 31/12/2012, no 2º grau);

Com o implemento do planejamento estratégico do Tribunal, no final do ano de 2009, foram definidos 48 (quarenta e oito) indicadores de desempenho, com as metas respectivas a serem alcançadas nos próximos cinco anos (2010 a 2014).

A Corregedoria Regional é co-gestora de 07 (oito) destes indicadores, os quais são, mensalmente, informados no Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST:

- 1) Taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- 2) Índice de conciliação.
- 3) Prazo médio de julgamento.
- 4) Índice de processos antigos.
- 5) Índice de atendimento à demanda.
- 6) Taxa de congestionamento na fase de execução.
- 7) Itinerâncias.

Pedidos de Providência:

As solicitações que não se enquadram nas hipóteses de Reclamação Correcional são autuadas como Pedidos de Providências, as quais, em sua maioria, se referem a atrasos na tramitação de processos.

Em **2013**, foram autuados **40** (quarenta) Pedidos de Providências.

Do total autuado, foram resolvidos e arquivados **88%**, restando, ao final do ano, 5 (cinco) em tramitação, registrando-se prazo médio para resolução equivalente a **38** (trinta e oito) dias.

Em 2014, foram autuados **25** (vinte e cinco) Pedidos de Providências.

Do total autuado, foram resolvidos e arquivados **72%**, restando, ao final do ano, 7 (sete) em tramitação, registrando-se prazo médio para resolução equivalente a **55** (cinquenta e cinco) dias.

Os 5 (cinco) processos remanescentes do ano de 2013, foram julgados pelo Corregedor, no exercício de 2014, bem como o único que remanesceu do exercício de 2011.

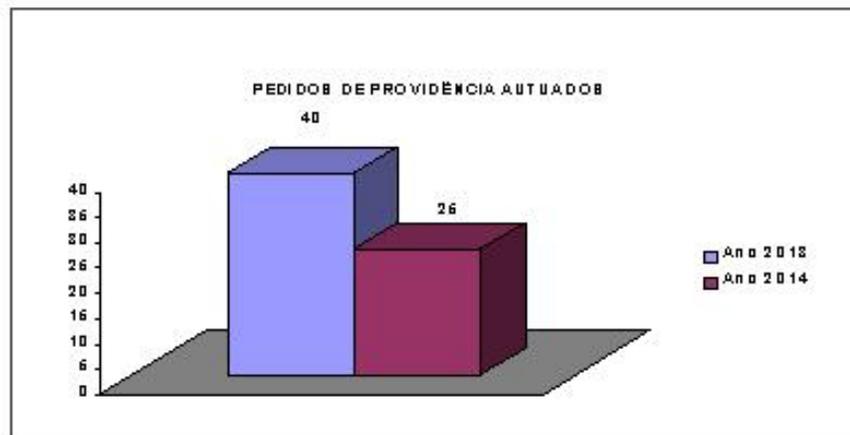


gráfico 01

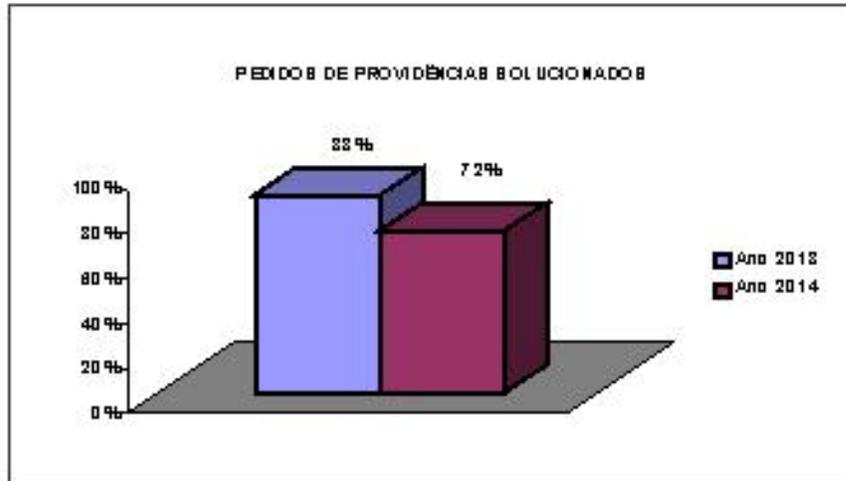


gráfico 02

Com o objetivo de verificar o nível e a natureza da insatisfação dos jurisdicionados, de acordo com a incidência, destacaram-se 2 (dois) objetos/matérias, dentre os 40 (quarenta) pedidos de providências:

Morosidade - quando se referiam à lentidão na tramitação dos processos.

Desempenho – quando a solicitação estava relacionada com os procedimentos adotados pela Vara nos processos sob a sua responsabilidade.

OBJETO	INCIDÊNCIA
Desempenho	14
Morosidade	09
Outros	02
TOTAL	25

Reclamações Correicionais

As Reclamações Correicionais são dirigidas a atos e/ou despachos dos juízes de primeiro grau que, no entender do requerente, hajam violado as normas processuais ou atentado contra o interesse público.

Em 2014 foram autuados **6** (seis) Reclamações Correicionais, todos devidamente julgados pelo Corregedor.

Processos de Vitaliciamento

Compete à Corregedoria acompanhar a atuação do juiz vitaliciando durante o período em que se encontra em processo de confirmação do cargo, conforme RA nº 217/2013, de 9 de setembro de 2013, que revogou a Resolução nº 74/2009. Durante o ano de 2013, o Corregedor acompanhou a atuação dos Juízes Vitaliciandos, orientando-os quanto ao desempenho de suas funções, à idoneidade moral e a adaptação para o exercício do cargo (art. 4º da RA 217/2013).

No exercício de 2014, 09 (nove) juízes ingressaram nos quadros do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região. São eles: Érika Cristina Ferreira Gomes, Wiviane Maria Oliveira

de Souza, Ádria Lena Furtado Braga, Luís Fortes do Rêgo Júnior, Élbida Lídice Spencer Dowsley, Reinaldo de Souza Pinto, Núbida Prazeres Pinheiro Bogéa, Ive Seidel de Souza e Luznard de Sá Cardoso

Registre-se que os juízes Élbida Lídice Spencer Dowsley, Núbida Prazeres Pinheiro Bogéa, Ive Seidel de Souza e Luznard de Sá Cardoso ingressaram neste Regional por permuta.

O procedimento administrativo de confirmação de juiz de 1º Grau no cargo é inaugurado por despacho do Corregedor Regional, cabendo à Secretaria da Corregedoria acompanhar o andamento do feito. Os dados informativos que devem instruir o processo de vitaliciamento estão enumerados nos artigos 3º e 5º da RA nº 217/2013.

Em 2014 foram instaurados 10 (dez) procedimentos de vitaliciamento, sendo 9(nove) relativos aos juízes que ingressaram neste Regional naquele ano e 1 (um) ao magistrado que tomou posse em 2013.

No exercício de 2014, foram definitivamente vitaliciados no cargo de juiz do trabalho substituto deste Regional os Excelentíssimos Senhores ANGELINA MOREIRA DE SOUSA COSTA, PATRICK ARRUDA LEON SERVA, RAFAELLA MESSINA RAMOS DE OLIVEIRA, AUGUSTA PÖLKING WORTMANN, SERGEI BECKER, VINICIUS HESPANHOL PORTELLA.

Processos de remoção e promoção dos juízes de primeiro grau

A Secretaria da Corregedoria presta informações nos processos de remoção, promoção e remoção dos juízes de primeiro grau, conforme demonstrativo abaixo:

Nº PA	JUIZ(A) REMOVIDO(A)	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA PERMUTA	PORTARIA GP
0635/2014	Alisson Almeida de Lucena	Removido para o TRT da 21ª Região	329/2014
1311/2014	Roberta de Melo Carvalho	Removida para o TRT da 10ª Região	452/2014
2611/2014	Augusta Pölkling Wortmann	Removida para o TRT da 9ª Região	651/2013
2561/2014	Patrick Arruda Leon Serva	Removido para o TRT da 9ª Região	653/2014
2366/2014	Francisco Xavier de Andrade Filho	Removido para o TRT da 13ª Região	733/2014
Nº PA	JUIZ(A) PERMUTADO(A)	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA PERMUTA	PORTARIA GP
2423/2014	Francisco José Monteiro Júnior	Permutado para o TRT da 8ª Região	678/2014
3276/2014	Wiviane Maria Oliveira de Souza	Permutada para o TRT da 6ª Região	840/2014
3608/2014	Luis Fortes do Rêgo Júnior	Permutado para o TRT da 22ª Região	917/2014
3590/2014	Cláudio Victor de Castro Freiras	Permutado para o TRT da 1ª Região	1044/2014

Nº PA	JUIZ PROMOVIDO	ÓRGÃO	RA
1678/2014	Liliane de Lima Silva	Promovida para titularizar a 1ª VT de Imperatriz	109/2014
2328/2014	Maurílio Ricardo Neris	Promovido para titularizar a VT de Estreito/ma	296/2014

REMOÇÕES INTERNAS DE JUÍZES SUBSTITUTOS – PA 3333/2014		
Juiz(a)	Unidade de Lotação	Unidade para onde foi removida
Márcia Suely Corrêa Moraes Bacelar	7ª VT de São Luís	2ª VT de São Luís
Rafaella Messina Ramos de Oliveira	2ª VT de Imperatriz	1ª VT de São Luís
Lucas Silva de Castro	5ª VT de São Luís	7ª VT de São Luís
Vinicius Hespanhol Portella	1ª VT de Imperatriz	5ª VT de São Luís
Paulo Fernando da Silva Santos Junior	VT de Bacabal	5ª VT de São Luís
Guilherme José Barros da Silva	VT de Açailândia	Juízo de Execução
REMOÇÕES INTERNAS DE JUÍZES TITULARES – PA'S 1481/2014 e 6020/2014		
Leonardo Henrique Ferreira	VT de Estreito	VT de Pedreiras
Maria da Conceição Meirelles Mendes	VT de Pedreiras	4ª VT de São Luís
Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota	3ª VT de São Luís	7ª VT de São Luís
Manoel Lopes Veloso Sobrinho	VT de Barreirinhas	3ª VT de São Luís
Maria do Socorro Almeida de Sousa	VT de Caxias	VT de Barreirinhas
Higino Diomedes Galvão	1ª VT de Imperatriz	VT de Caxias

Distribuição dos Juizes do Trabalho Substitutos para substituição e auxílio nas Varas do Trabalho que integram o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Por meio da Portaria GP nº 17/2012, datada de 17/01/2012, a Presidência deste Regional decidiu compartilhar competência com o Vice-Presidente para designar Juizes do Trabalho Substitutos para auxílio e substituição nas Varas do Trabalho da 16ª Região, conforme o disposto no Ato Regulamentar nº 5/2010.

Durante o ano de 2014, a Corregedoria, através do Núcleo e Designações de Juizes, Coordenado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Bruno de Carvalho Motejunas e pela Servidora Yona Grace de Souza Barbosa, trabalhou em conjunto com a nessa atividade.

Inspeção Judicial

O art. 197 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. Tribunal preceitua que os Juizes Titulares das Varas devem realizar, obrigatoriamente, uma vez por ano, inspeção judicial na Vara do Trabalho sob a sua responsabilidade, podendo, ainda, em situações excepcionais, realizar inspeções judiciais extraordinárias.

No dia 09 de setembro de 2013, em sessão plenária, o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região editou a Resolução nº 210/2013, que determinou a concentração das datas para realização de inspeção judicial por todas as Varas da jurisdição, ficando estabelecido, no art. 2º, o período de 7 a 10 de janeiro de 2014 para a realização de Inspeção Judicial e regularidade dos serviços das Secretarias do Pleno e Turmas, bem como das Varas do Trabalho.

Registra-se que todas as Varas da Região encaminharam as Atas de Inspeção Judicial a esta Corregedoria, conforme estabelecido no art. 206 do Provimento Geral Consolidado.

Itinerância

A atividade itinerante, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, é disciplinada pela Resolução Administrativa nº 69/2003, bem como no Provimento Geral Consolidado (Título IX).

No exercício de 2014, as seguintes Varas do Trabalho se deslocaram em caráter itinerante: Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Chapadinha, Presidente Dutra, São João dos Patos e Santa

Inês. Foram visitados **15** (quinze) municípios, realizadas **1.429** (mil quatrocentas e vinte e nove) audiências, restando arquivados **118** (cento e dezoito) processos, **279** (duzentos e setenta e nove) conciliados e **459** (quatrocentos e cinquenta e nove) sentenciados.

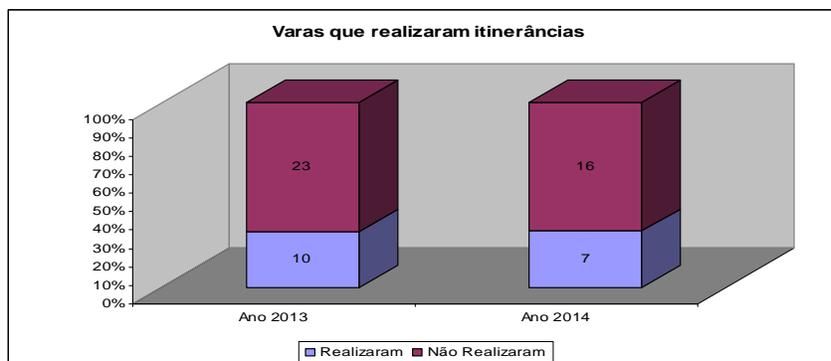


Gráfico 03

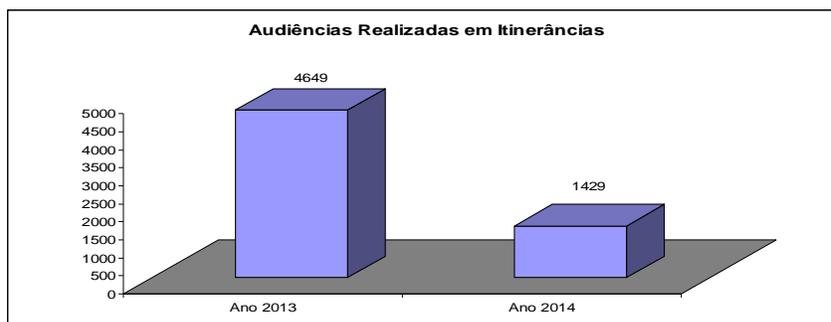


Gráfico 04

Atividade Correicional

No ano de **2014**, o Desembargador Vice-Presidente, em função corregedoria, realizou correição nas unidades judiciais, conforme o quadro abaixo:

UNIDADES JUDICIAIS	Período da Correição
JANEIRO	
Fórum Astolfo Serra e Seção de Execução (Juízo de Execução)	20 a 23/01/2014
VT Timon	27 a 30/01/2014
MARÇO	
VT Pinheiro	17 a 21/03/2014
ABRIL	
6ª VT de São Luís	22 a 25/04/2014
VT Açailândia	28 a 30/04/2014
MAIO	
3ª VT de São Luís	12 a 16/05/2014
VT Chapadinha	19 a 23/05/2014
JUNHO	
4ª VT de São Luís	09 a 13/06/2014
5ª VT de São Luís	23 a 27/06/2014

JULHO	
1ª VT de São Luís	30/06 a 4/07/2014
2ª VT de São Luís	07 a 11/07/2014
7 VT de São Luís	14 a 17/07/2014
AGOSTO	
1ª e 2ª VTs de Imperatriz e Fórum Manoel Alfredo	25 a 29/08/2014
SETEMBRO	
VT Barreirinhas	09 a 12/09/2014
VTs Barra do Corda e Presidente Dutra	29/09 a 03/10/2014
OUTUBRO	
VTs de Estreito e Balsas	06 a 10/10/2014
VT Santa Inês	20 a 23/10/2014
NOVEMBRO	
VT São João dos Patos	10 a 14/11/2014
VTs Bacabal e Pedreiras	17 a 20/11/2014
DEZEMBRO	
VT de Caxias	1º a 4/12/2014

Nas correições realizadas o Corregedor e sua equipe verificam se a Unidade está cumprindo os regulamentos, leis, provimentos, instruções, atos e portarias, bem assim as ordem de serviços emanadas pelo Tribunal. Verifica, ainda, em observância às atribuições conferidas à Corregedoria pelo Regimento Interno e Provimento Geral Consolidado, a organização dos trabalhos na unidade correicionada, prazos e produção de servidores e magistrados.

Projeto Conciliar

O TRT 16ª Região aderiu ao Movimento pela Conciliação desde o ano de 2006. A partir de então, atendendo à Recomendação nº 08 do CNJ, de 28 de fevereiro de 2007, deu continuidade ao Movimento, no âmbito deste Regional, elaborando o Projeto Conciliar.

O Projeto tem como principal finalidade incentivar a cultura da conciliação visando dar maior efetividade à prestação jurisdicional com a redução do tempo de tramitação processual nas Varas e no Tribunal.

Semana Nacional de Execução Trabalhista (22 a 26 de setembro de 2014)

A Semana Nacional de Execução foi realizada no período de 22 a 26 de setembro de 2014. Por ocasião do evento, ocorreram 935 (novecentos e trinta e cinco) audiências, sendo 931 (novecentas e trinta e uma) em 1º grau e 04 (quatro) em 2º grau, com a homologação de 374 (trezentos e setenta e quatro) acordos, dos quais 373 (trezentos e setenta e três) referem-se ao 1º grau e 01 (um) ao 2º grau. A soma total dos acordos homologados importou em R\$ 3.743.038,55 (três milhões setecentos e quarenta e três mil, trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Durante a Semana também foi realizado leilão de bens, avaliados no importe de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil)

O gráfico abaixo demonstra o total de acordos realizados na Semana Nacional de Execução, por unidade judiciária:

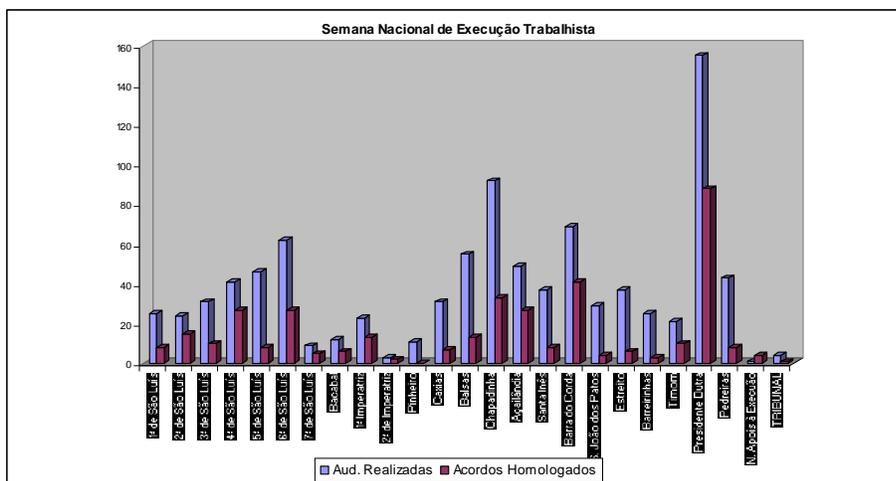


Gráfico 05

Semana Nacional Conciliação (24 a 28/11/2014)

A Semana Nacional de Conciliação foi realizada no período de 24 a 28 de novembro de 2014. Por ocasião do evento, ocorreram 1.393 (mil trezentas e noventa e três) audiências, sendo 1.381 (mil trezentas e oitenta e uma) em 1º grau e 12 (doze) em 2º grau, com a homologação de 416 (quatrocentos e dezesseis) acordos, dos quais 413 (quatrocentos e treze) referem-se ao 1º grau e 03 (três) ao 2º grau. A soma total dos acordos homologados importou em R\$ 8.278.097,29 (oito milhões duzentos e setenta e oito mil noventa e sete reais e vinte e nove centavos).

Durante a Semana também foi realizado leilão de bens, resultando na arrecadação de 1.265.518,25 (um milhão duzentos e sessenta e cinco mil quinhentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos).

O gráfico abaixo demonstra o total de acordos realizados na Semana Nacional de Conciliação, por unidade judiciária:

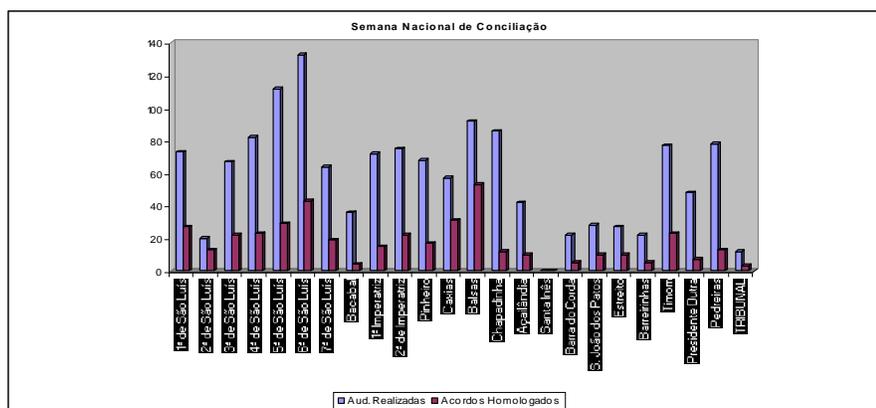


Gráfico 06

Indicadores e Metas:

A Corregedoria acompanha, com relação às atividades judiciárias e estatísticas do 1º Grau, indicadores e metas elaborados pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região. Deste trabalho resultam dados que alimentam as bases de dados estatísticas do CNJ, CSJT e o Sistema de Gestão Estratégica deste Regional.

E - Gestão:

As atividades relacionadas ao E - gestão (correção de dados, orientações às unidades de 1º grau, validação de remessas, definição de parâmetros de programação para extração de dados etc) são realizadas pela Comitê Gestor do E - gestão. Duas servidoras que compõem o comitê estão lotadas na Corregedoria Regional que, além das atividades descritas acima, auxiliam nos trabalhos da Corregedoria.

O processamento e acompanhamento de informações lançadas e geradas pelo E - gestão são acompanhados **diuturnamente** pelas servidoras Olívia Maria Oliveira Almeida e Fabiana Santalúcia Fernandes, lotadas na Corregedoria.

O trabalho desempenhado com relação ao E – gestão tem foco na melhoria da qualidade dos dados estatísticos do nosso Regional.

Outras atividades

a) Atualização do link da Corregedoria no sítio do TRT 16ª Região, com a publicação do calendário das correições ordinárias a serem realizadas, dos editais respectivos, das atas de correição, dos relatórios, provimentos, de ofícios circulares etc.;

b) Cadastramento de novos usuários no Sistema BACEN JUD, RENAJUD E JUCEMA.

c) Elaboração dos Boletins Estatísticos das Varas e produtividade dos juízes, mensalmente, com a finalidade de publicação no site do Tribunal;

d) Coleta dos dados, a partir dos Boletins Estatísticos Mensais, do SAPT1 e do e-Gestão, para verificação do cumprimento das Metas Prioritárias do Judiciário Nacional e dos indicadores de desempenho acompanhados pela Corregedoria, com envio à Presidência do Tribunal e à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica;

e) Análise dos dados estatísticos para orientação no redirecionamento de práticas.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA 1ª INSTÂNCIA DO TRT 16ª REGIÃO:

Desde o ano de 2009, a Corregedoria Regional utiliza os parâmetros da RA 63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para a análise do desempenho das Varas jurisdicionadas, levando em consideração o quantitativo de processos recebidos no ano.

Seguindo o critério adotado pela referida Resolução as Varas do TRT da 16ª Região estavam classificadas da seguinte forma:

Classes	Parâmetro para Classificação - número de processos recebidos	Quantidade de Varas por classe	Varas do Trabalho	Média de processos recebidos nos anos 2011-2013
I	Até 500	1	Barreirinhas	410

II	501-750	0		
III	751-1000	3	São João dos Patos	832
			Pedreiras	946
			Balsas	815
IV	1001 - 1500	4	Caxias	1405
			Açailândia	1485
			Estreito	1350
			Timon	1093
V	1501-2000	12	1ª de São Luís	1908
			2ª de São Luís	1882
			3ª de São Luís	1972
			4ª de São Luís	1881
			5ª de São Luís	1874
			6ª de São Luís	1843
			7ª de São Luis	1843
			Bacabal	1567
			Chapadinha	1627
			Presidente Dutra	1563
			1ª de Imperatriz	1677
			2ª de Imperatriz	1937
VI	2001 - 2500	1	Santa Inês	2314
VII	Acima de 2500	2	Pinheiro	2577
			Barra do Corda	2566

No exercício de 2014, todas as unidades de 1º Grau da Décima Sexta Região receberam 34.376 (trinta e quatro mil trezentas e setenta e seis) novas ações.

Varas do Trabalho	Processos Recebidos no ano de 2014
VT de Pinheiro	2121
VT de Santa Inês	1977
4ª VT de São Luís	1924
3ª VT de São Luís	1921
1ª VT de São Luís	1874
6ª VT de São Luís	1853
2 VT de São Luís	1846
7ª VT de São Luis	1835
5ª VT de São Luís	1824
VT de Bacabal	1632
VT de Caxias	1567
2ª VT de Imperatriz	1550

1ª VT de Imperatriz	1515
VT de Barra do Corda	1514
VT de Chapadinha	1504
VT de Pres. Dutra	1392
VT Açailândia	1303
VT de Timon	1167
VT de Estreito	924
VT de Pedreiras	880
VT Balsas	815
VT de S. João dos Patos	759
VT de Barreirinhas	679
TOTAL	34.376

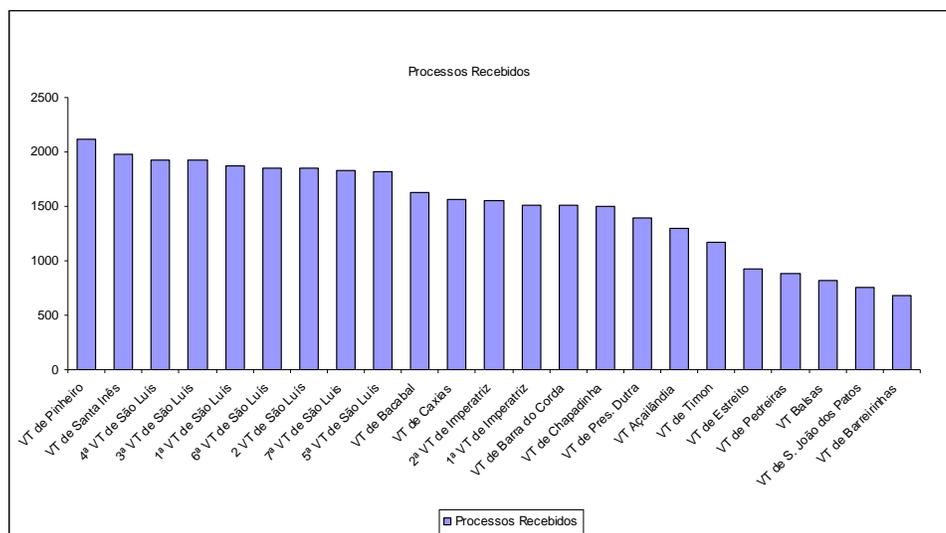


Gráfico 07

Indicadores de Desempenho acompanhados pela Corregedoria, relativos à fase de conhecimento

Taxa de congestionamento na fase de conhecimento

O TRT 16ª Região, quando da elaboração dos seus indicadores estratégicos para o período de 2010 a 2014, adotou a Resolução 76/2009 para o cálculo da taxa de congestionamento das duas fases processuais, parâmetro considerado, inclusive, para o acompanhamento das Metas Nacionais do Judiciário Brasileiro, coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Desse modo, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do TRT 16ª Região, nos três últimos anos, ficou conforme o quadro abaixo:

FASE DE CONHECIMENTO	Taxa de Congestionamento (Resolução Nº 76/2009)		
	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Casos Remanescentes do ano anterior	11.144	66.367	50.348
Casos novos	31.417	47.530	34.353
Total	42.561	113.897	84.701
Baixados	32.167	36.905	39.755
Taxa de Congestionamento	24%	68%	53%

A meta do Tribunal é “reduzir em 5% ao ano a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau”.

Tomando como referência o ano de 2009, ano em que foi instituído o Planejamento Estratégico para os anos de 2010/2014, quando a taxa de congestionamento do TRT 16ª Região, na fase de conhecimento, correspondeu a **60%**, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	Tx. de Congestionamento do ano
2010	55%	33%
2011	50%	20%
2012	45%	24%
2013	40%	68%
2014	35%	53%

Em 2014, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, **diminuiu** 15 pontos percentuais, em relação ao ano precedente. Contudo, levando-se em consideração os dados desde o ano de 2010, o tribunal não cumpriu a meta para o ano de 2014.

Quadro demonstrativo da taxa de congestionamento, na fase de conhecimento, por Vara, no ano de 2014:

Vara do Trabalho	TAXA DE CONGESTIONAMENTO - CONHECIMENTO - 2014			
	Remanescentes do ano anterior	Casos Novos	Processos Baixados	Taxa de Congestionamento(%)
1ª VT de São Luís	2441	1870	2298	46,69
2ª VT de São Luís	3094	1844	2426	50,87
3ª VT de São Luís	3220	1920	1279	75,12
4ª VT de São Luís	3713	1923	2877	48,95
VT de Pinheiro	5376	2121	2506	66,57
VT de Chapadinha	1363	1496	1466	48,72
VT de Santa Inês	2645	1977	2069	55,24
VT de Bacabal	1985	1632	1382	61,79
VT de Caxias	1747	1567	1757	46,98
VT de Barra do Corda	2673	1514	2795	33,25
VT de Balsas	1216	815	835	58,89
1ª VT de Imperatriz	3642	1513	1798	65,12
VT de Açailândia	1704	1303	1831	39,11
VT de São João dos Patos	819	759	1029	34,79
5ª VT de São Luís	2921	1826	1586	66,59
6ª VT de São Luís	2836	1851	1618	65,48
VT de Estreito	1883	924	1747	37,76
VT de Barreirinhas	363	679	592	43,19
VT de Timon	1093	1167	1140	49,56
VT de Presidente Dutra	2350	1392	2177	41,82
VT de Pedreiras	807	880	760	54,95
7ª VT de São Luís	1399	1832	1799	44,32
2ª VT de Imperatriz	1058	1548	1988	23,71
TOTAL	50348	34353	39755	53,06

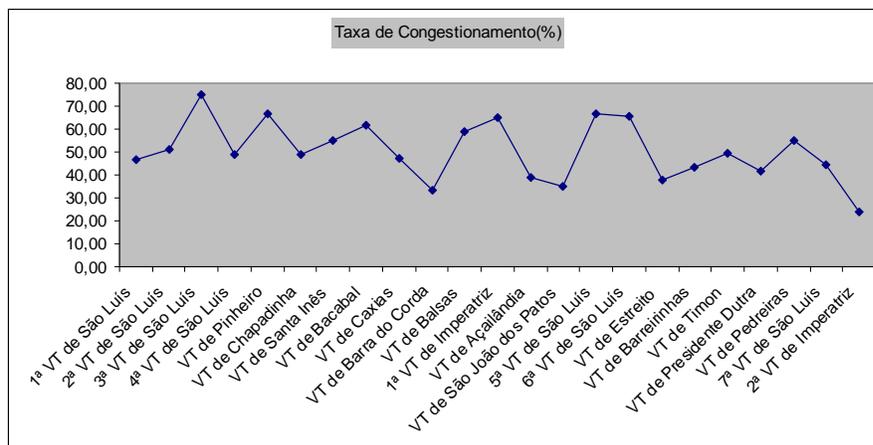


Gráfico 08

Índice de Conciliação

A meta do Tribunal é “aumentar em 5% ao ano o índice de conciliação na fase de conhecimento”.

Tomando como referência o ano de 2009, ano em que foi instituído o Planejamento Estratégico para os anos de 2010/2014, quando o índice de conciliação era de **34%**, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	39%	30%
2011	44%	35%
2012	49%	37%
2013	54%	26%
2014	59%	31%

O índice de conciliação, no ano de 2014, aumentou em relação ao ano precedente. Contudo, o Tribunal não cumpriu a meta.

Vara do Trabalho	Índice de Conciliação
1ª VT de São Luís	0,35
2ª VT de São Luís	0,31
3ª VT de São Luís	0,4
4ª VT de São Luís	0,26
VT de Pinheiro	0,29
VT de Chapadinha	0,28
VT de Santa Inês	0,18
VT de Bacabal	0,28
VT de Caxias	0,48
VT de Barra de Corda	0,33

VT de Balsas	0,36
1ª VT de Imperatriz	0,31
VT de Açailândia	0,34
VT de São João dos Patos	0,32
5ª VT de São Luís	0,32
6ª VT de São Luís	0,38
VT de Estreito	0,2
VT de Barreirinhas	0,14
VT de Timon	0,16
VT de Presidente Dutra	0,3
VT de Pedreiras	0,27
7ª VT de São Luís	0,38
2ª VT de Imperatriz	0,32

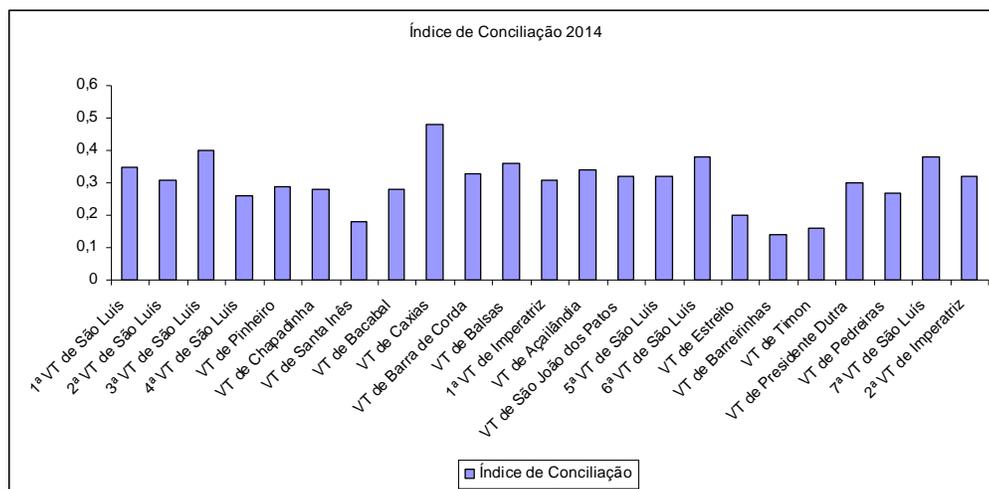


Gráfico 09

No ano de 2014, nenhuma das Varas que compõe o Regional atingiu o índice de conciliação desejado.

**Indicadores de Desempenho acompanhados pela Corregedoria relativos à fase de execução:
Taxa de Congestionamento na Fase de Execução**

A meta do Tribunal consiste em “reduzir em 10% a taxa de congestionamento na fase de execução do 1º Grau em 2010 e em 5% nos anos subseqüentes”.

Tomando como referência o ano de 2009, ano em que foi instituído o Planejamento Estratégico para os anos de 2010/2014, quando a taxa de congestionamento na fase de execução equivaleu a 76%, temos o seguinte quadro demonstrativo dos percentuais a serem alcançados até o final do período estabelecido no planejamento estratégico do Tribunal (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	66%	85%
2011	61%	77%
2012	56%	74%
2013	51%	78%
2014	46%	75%

Comparando-se com o exercício pretérito, constata-se que, no ano de 2014, a taxa de congestionamento de processos na fase de execução diminuiu 3 pontos percentuais em relação ao ano pretérito. No entanto, **não cumpriu a meta**, vez que a meta prevista para o ano de 2014 era 46% ou abaixo disso.

Quadro demonstrativo da taxa de congestionamento na fase de execução, para Vara do Trabalho:

Vara do Trabalho	TAXA DE CONGESTIONAMENTO 2014 - EXECUÇÃO			
	Pendentes do Ano Anterior	Casos Novos	Baixados	Taxa de Congestionamento
1ª VT de SÃO LUÍS	3898	497	1135	74,18
2ª VT de SÃO LUÍS	3023	662	858	76,72
3ª VT de SÃO LUÍS	3764	368	549	86,71
4ª VT de SÃO LUÍS	4371	296	1154	75,27
VT de PINHEIRO	3447	910	1214	72,14
VT de CHAPADINHA	1424	290	624	63,59
VT de SANTA INÊS	2356	1366	582	84,36
VT de BACABAL	1632	643	574	74,77
VT de CAXIAS	1194	642	321	82,52
VT de BARRA DO CORDA	1551	1016	665	74,09
VT de BALSAS	1236	282	486	67,98
1ª VT de IMPERATRIZ	1986	535	576	77,15
VT de AÇAILÂNDIA	2892	292	646	79,71
VT de SÃO JOÃO DOS PATOS	749	484	219	82,24
5ª VT de SÃO LUÍS	4025	721	1308	72,44
6ª VT de SÃO LUÍS	3405	642	373	90,78
VT de ESTREITO	1052	117	229	80,41
VT de BARREIRINHAS	491	411	275	69,51
VT de TIMON	617	264	188	78,66
VT de PRESIDENTE DUTRA	979	345	469	64,58
VT de Pedreiras	1033	68	292	73,48
7ª VT de SÃO LUÍS	114	548	167	74,77
2ª VT de IMPERATRIZ	3430	408	2095	45,41
TOTAL	46.669	11.807	14.999	75,00

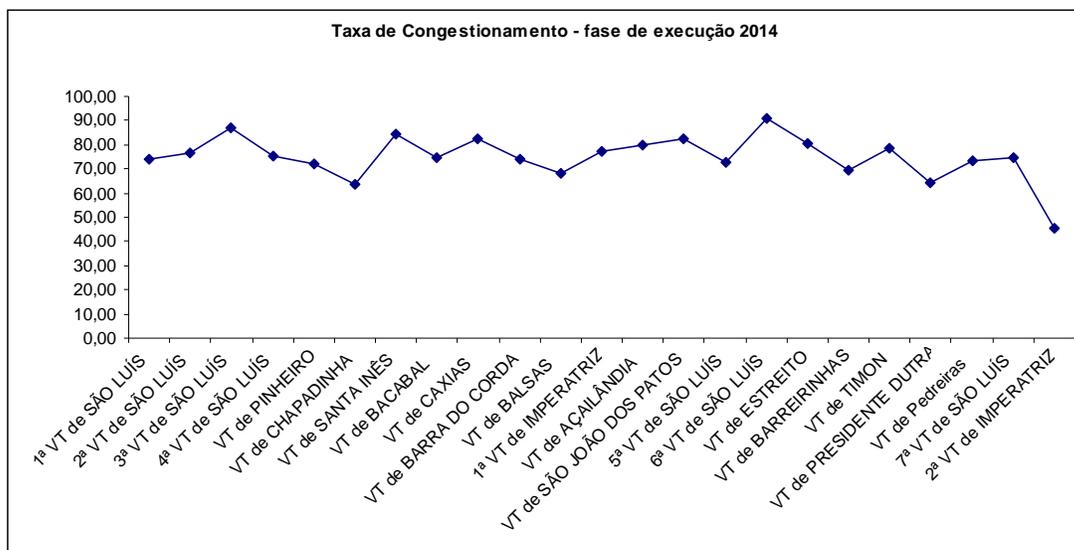


Gráfico 10

A 2ª Vara do Trabalho de Imperatriz foi a única que conseguiu baixar a taxa de congestionamento, na fase de execução, a níveis pretendidos pelo planejamento estratégico do Tribunal

Prazos Médios para julgamento.

A meta do Tribunal consiste em “reduzir em 5% ao ano o prazo médio de julgamento no 1º Grau”.

Para esse indicador, o prazo médio foi calculado a partir do número de dias decorridos entre a data de autuação e a data de julgamento, dividido pelo número de processos julgados, independentemente do rito processual.

Tomando como referência o ano de 2009, ano em que foi instituído o Planejamento Estratégico para os anos de 2010/2014, quando o prazo médio para julgamento do Tribunal contou 145 (cento e quarenta e cinco) dias, tem-se o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou inferior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	138 dias	144 dias
2011	131 dias	145 dias
2012	124 dias	141 dias
2013	118 dias	157 dias
2014	112 dias	225 dias

Abaixo, o demonstrativo do prazo médio julgamento, por vara, no ano de 2014:

Vara do Trabalho	PRAZO MÉDIO		
	Processos com Rito Sumaríssimos	Processos com Rito Ordinário	PRAZO MÉDIO
1ª VT de São Luís	174,00	300,62	237,31
2ª VT de São Luís	316,28	410,41	363,35

3ª VT de São Luís	168,20	414,24	291,22
4ª VT de São Luís	367,82	461,18	414,50
VT de Pinheiro	283,37	329,86	306,61
VT de Chapadinha	77,12	144,00	110,56
VT de Santa Inês	209,73	299,01	254,37
VT de Bacabal	226,26	253,78	240,02
VT de Caxias	250,78	385,77	318,27
VT de Barra do Corda	97,08	131,60	114,34
VT de Balsas	126,66	219,60	173,13
1ª VT de Imperatriz	184,32	192,15	188,23
VT de Açailândia	287,13	234,47	260,80
VT de São João dos Patos	120,51	136,96	128,73
5ª VT de São Luís	471,70	512,73	492,21
6ª VT de São Luís	224,11	339,95	282,03
VT de Estreito	148,49	215,15	181,82
VT de Barreirinhas	53,70	87,44	70,57
VT de Timon	74,90	232,90	153,90
VT de Presidente Dutra	63,84	258,29	161,06
VT de Pedreiras	160,25	227,33	193,79
7ª VT de São Luís	66,22	80,72	73,47
2ª VT de Imperatriz	87,36	245,71	166,54
Prazo Médio Total	184,34	265,82	225,08

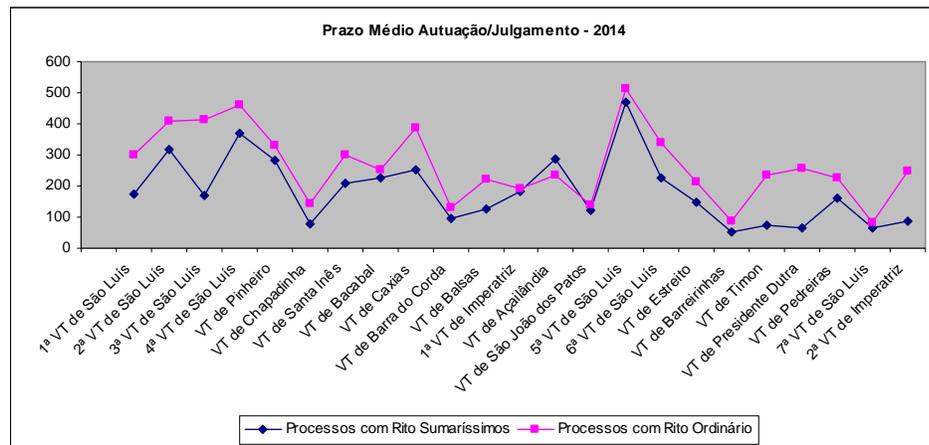


Gráfico 11

Em 2014, com relação ao prazo de julgamento, entre a data de autuação na Vara e seu efetivo julgamento, o Tribunal **não cumpriu a meta**.

Para a 1ª Audiência:

Varas do Trabalho	Prazo Médio para a 1ª Audiência	
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo
VT de Barreirinhas	56,98	74,23
VT de S. João dos Patos	59,92	64,32
VT de Pedreiras	66,55	82,08
VT de Timon	115,98	118,83
VT de Balsas	81,89	72,32

VT de Caxias	120,41	132,95
VT de Bacabal	92,46	105,30
VT de Presidente Dutra	37,65	48,60
VT de Estreito	82,56	86,64
VT de Chapadinha	135,10	132,65
VT de Açailândia	44,99	46,82
VT de Santa Inês	112,27	116,09
5ª VT de São Luís	92,34	96,78
2ª VT de São Luís	83,35	88,91
3ª VT de São Luís	105,03	110,31
6ª VT de São Luís	134,94	134,38
4ª VT de São Luís	141,61	144,11
1ª VT de São Luís	108,95	112,84
VT de Barra do Corda	57,85	72,13
1ª VT de Imperatriz	59,58	95,87
VT de Pinheiro	166,58	160,72
7ª VT de São Luís	100,20	102,53
2ª VT de Imperatriz	62,93	79,93
PRAZO DO TRT	96,50	104,90

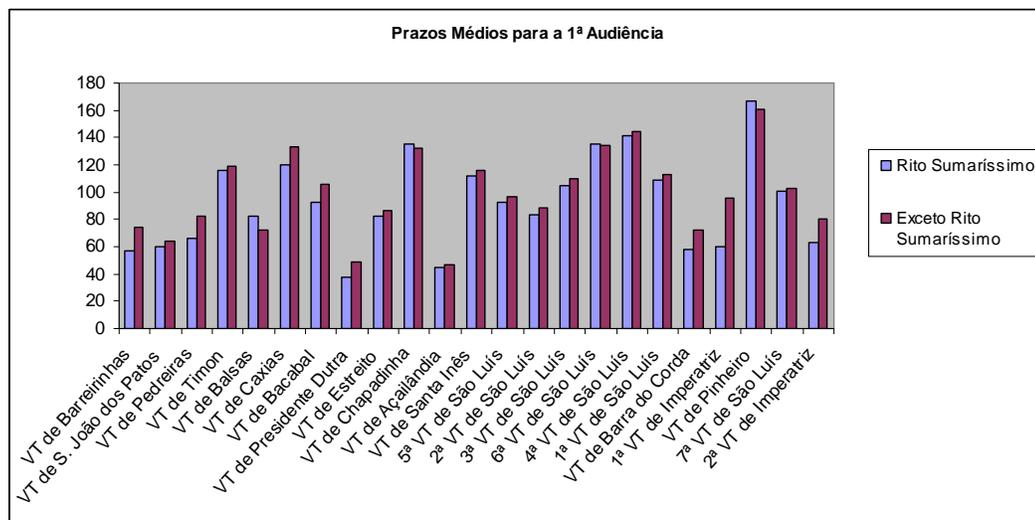


Gráfico 12

Metas

Meta 01 de 2014: Consiste em julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos até 31/12/2014.

O Tribunal não cumpriu a referida meta.

Meta 02 de 2014: Consiste em identificar e julgar até 31/12/2014, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

O Tribunal não cumpriu a referida meta.

Meta 05 de 2014: Consiste em reduzir o congestionamento em relação à taxa média de 2012 e 2013, na fase de cumprimento de sentença e de execução, em qualquer percentual, quanto às execuções fiscais, e em 5%, quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

O Tribunal cumpriu a meta quanto às execuções fiscais, não logrando êxito quanto às execuções não fiscais.

Indicadores de Desempenho do Tribunal acompanhados pela Corregedoria:

Produtividade dos Magistrados

A meta do Tribunal consiste em “aumentar em 5% ao ano a produtividade dos magistrados no 1º Grau”.

Tomando como referência o ano de 2009, quando foi constado uma média de 397 (trezentos e noventa e sete) julgados por magistrados, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (igual ou superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	417 julgados/magistrado	540 julgados/magistrado
2011	438 julgados/magistrado	552 julgados/magistrado
2012	460 julgados/magistrado	540 julgados/magistrado
2013	483 julgados/magistrado	678 julgados/magistrado
2014	507 julgados/magistrado	546 julgados/magistrados

A produtividade dos magistrados é calculada a partir da divisão do total de julgados pelo total de magistrados.

O TRT 16ª Região contou, em 2014, com 59 (cinquenta e nove) juízes de 1º Grau

A Meta foi cumprida.

Índice de Processos Antigos.

A meta do Tribunal consiste em “manter o indicador [índice de processos antigos] em percentual não superior a 1%”.

Tal índice corresponde ao percentual entre processos pendentes autuados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente, dividido pelo total de processos pendentes.

O índice de processos antigos do Regional, verificado no final do ano de 2009, importou em 0,5%. A partir de tal constatação, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Tribunal até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

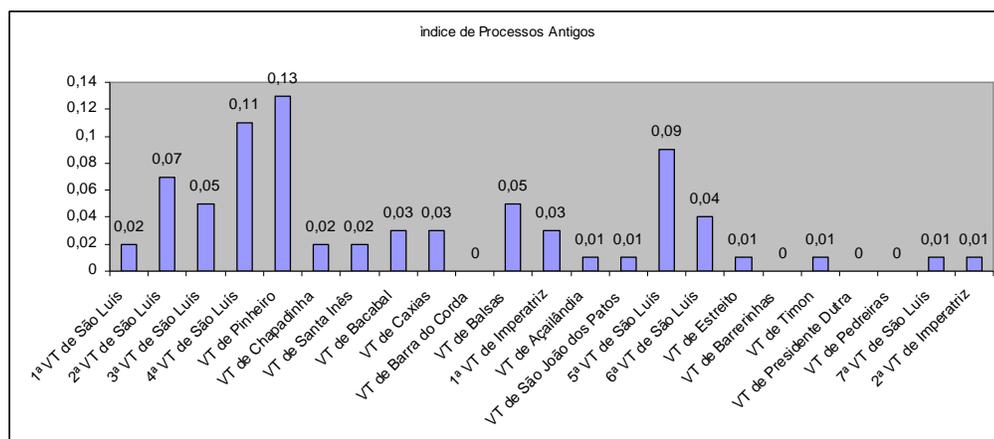
ANO	RESULTADO PRETENDIDO (manter)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	0,5 %	6%
2011	0,5 %	7%
2012	0,5 %	7%
2013	0,5 %	4%
2014	0,5 %	0,05

Constatou-se, ao final de 2014, que o índice de processos antigos do Tribunal ficou em **0,05%**.

No ano de 2014 o Tribunal **cumpriu** a meta.

Quadro demonstrativo do índice de processos antigos, por Vara do Trabalho:

Vara do Trabalho	Processos Antigos (atuados até dez/2012 e não julgados até o mês de referência)	Processos Pendentes de Solução	Índice de Processos Antigos
1ª VT de São Luís	13	761	0,02
2ª VT de São Luís	62	878	0,07
3ª VT de São Luís	64	1174	0,05
4ª VT de São Luís	116	1097	0,11
VT de Pinheiro	198	1493	0,13
VT de Chapadinha	9	597	0,02
VT de Santa Inês	26	1074	0,02
VT de Bacabal	26	895	0,03
VT de Caxias	24	720	0,03
VT de Barra do Corda	2	659	0
VT de Balsas	25	518	0,05
1ª VT de Imperatriz	19	729	0,03
VT de Açailândia	4	284	0,01
VT de São João dos Patos	2	291	0,01
5ª VT de São Luís	101	1150	0,09
6ª VT de São Luís	42	1158	0,04
VT de Estreito	4	429	0,01
VT de Barrerinhas	1	358	0
VT de Timon	6	448	0,01
VT de Presidente Dutra	0	338	0
VT de Pedreiras	2	450	0
7ª VT de São Luís	4	679	0,01
2ª VT de Imperatriz	4	435	0,01
TOTAL	754	16615	0,05



Conforme quadro acima todas as varas da Região cumpriram a meta.

Gráfico 13

Índice de Atendimento à Demanda.

A meta do Tribunal consiste em “aumentar em 2% ao ano o índice de atendimento à demanda no 1º Grau”.

Tal índice é extraído da relação entre processos baixados e casos novos recebidos.

Tomando por base o ano de 2009, ocasião em que o Tribunal apresentou o índice de atendimento à demanda no percentual de 51%, temos o seguinte quadro demonstrativo da pretensão do Regional até o final do período estabelecido no planejamento estratégico (2010-2014):

ANO	RESULTADO PRETENDIDO (superior a)	RESULTADO ALCANÇADO
2010	53%	92%
2011	55%	108%
2012	57%	102%
2013	59%	87%
2014	61%	115,72

No ano de 2014 o Tribunal **cumpriu** a meta.

GESTÃO AMBIENTAL

Objetivando a formação de um ambiente ecologicamente equilibrado, o consumo sustentável e o incentivo de atitudes socioambientais por parte de magistrados, servidores e jurisdicionados, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em atendimento à Recomendação nº 11, de 22/05/2007, do Conselho Nacional de Justiça, vem implantando medidas para o alcance de tal objetivo.

Corroborando tal iniciativa, a Vice-Presidência e Corregedoria Regional têm adotado algumas práticas.

- Adotam a prática de desligar os monitores dos computadores quando os servidores ausentam-se temporariamente das mesas de trabalho, como também de apagar as lâmpadas dos recintos que não estejam em uso durante o expediente.
- Utilizam copos de vidro e xícaras de porcelana diminuindo o uso dos copos plásticos descartáveis.
- Utilizam sistematicamente a impressão em frente e verso nos documentos de natureza administrativa e judicial, em observância ao Ato Regulamentar GP Nº 01/2010, contribuindo para o consumo racional de papel.
- Evitam a impressão desnecessária de documentos, priorizando o envio de comunicações por meio eletrônico.
- Efetua a coleta de papéis impressos e inutilizáveis para reciclagem.
- Aproveitam o verso dos papéis impressos, utilizando-os como borrões ou os enviam ao Setor Gráfico do Tribunal para confecção de blocos de anotações.

GESTÃO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL

A Vice-Presidência e Corregedoria, pelo seu âmbito de atuação, dispõem do Sistema Tecnológico adotado pelo Tribunal para o acompanhamento da movimentação processual da primeira jurisdição: o SAPT1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atento à necessidade de agilizar e, desse modo, melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, vislumbrando, inclusive, o princípio estampado na Carta Política de 1988, da razoável duração do processo, o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor tem buscado manter com os Juízes de 1º Grau um relacionamento mais estreito, o que fez mediante a realização de reunião com estes, coletiva e individualmente, oportunidades em que procurou tratar de temas que vissem otimizar a realização dos trabalhos e, de conseqüência, proteger a imagem do Judiciário Trabalhista, como justiça célere e eficaz.

Para isso, durante a atividade correccional, pontuou a necessidade de se trabalhar com a ideia de correição permanente, evitando, desse jeito, que o desenvolvimento da administração da justiça de primeiro grau se resumia a um amontoado de papéis escritos: a ATA, resultado de uma única visita anual, deixando as unidades e os servidores nelas lotados entregues à própria sorte. Tal comportamento, consoante apregoou, é omissivo, razão por que, após a realização da correição periódica ordinária, sempre ordenou o retorno de sua equipe à unidade então correccionada, após o decurso de prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias, a fim de que fosse verificada a movimentação dos trabalhos judiciários.

Ainda nesse intento, durante todo o ano, mostrou preocupação com o volume de processos pendentes de despacho de mero expediente (sempre elevado) em todas as Varas do Trabalho do Regional, recomendando aos juízes do trabalho que, de forma equitativa, dividissem entre si ditos processos, a fim de que o problema, senão resolvido de vez, ao menos fosse amenizado. Respostas positivas foram observadas nesse sentido.

Não menos preocupação revelou quanto aos processos conclusos para julgamento com prazo vencido. Por essa razão, determinou a extração mensal de relatórios no SAPT1 para obtenção dessa informação e a expedição de ofícios aos juízes do trabalho que se encontravam nessa situação, deferindo-lhes prazo para regularização da situação.

Junto às unidades judiciárias, em que pese à vedação de investimentos nos sistemas de acompanhamentos processuais já existentes nos Tribunais (art. 46 da Resolução nº 94/2012 do CSJT), a Diretoria de Informática do Regional, com a devida prontidão, vem atendendo aos reclamos da Corregedoria no sentido de facilitar a utilização do SAPT1, de modo a adequá-lo à nova modalidade de coleta de dados estatísticos – e-Gestão, havendo que se registrar que a reconhecida contribuição mereceu elogios do Desembargador Corregedor.

3 DIRETORIA-GERAL

A Diretoria-Geral, no exercício de 2014, desempenhou as atribuições regulamentares constantes do art. 11 do Regulamento-Geral deste Tribunal, coordenando e fiscalizando os trabalhos de sua competência, assegurando a regularidade dos atos e fatos administrativos, e deles dando conhecimento à Presidência desta Corte de Justiça Trabalhista.

Empreendeu ações administrativas que possibilitaram celeridade às decisões de caráter administrativo, técnico, orçamentário e financeiro, objetivando a otimização de recursos humanos,

recursos orçamentário-financeiros e de recursos materiais, contribuindo dessa forma, para a melhoria da qualidade dos serviços institucionais.

Por intermédio dos serviços que compõem esta Diretoria-Geral foram implementadas ações objetivando a aquisição de materiais, execução de obras e serviços, manutenção de veículos, máquinas e equipamentos, celebração de contratos e aditivos, instruções em processos administrativos, disponibilização de passagens e diárias a servidores e magistrados, a serviço ou em atividades de aperfeiçoamento e treinamentos técnico/jurídicos, bem como a concessão de recursos materiais e financeiros às Varas do Trabalho, sob o regime de Suprimento de Fundos, para custeio de despesas eventuais de pequeno vulto ou urgentes.

A utilização da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, bem como da sistemática de Registro de Preços, proporcionou eficácia e economicidade nos processos de compras de materiais permanentes e de consumo, bem como na contratação de obras e serviços, permitindo que se obtivessem resultados surpreendentes em economia efetiva ao erário.

Como resultado do processo de execução orçamentária dos recursos disponibilizados para o exercício em comento, destinados a investimentos e outras despesas correntes, destacamos aquisições de bens e contratações de obras e serviços destinados a melhoraria do desempenho da Justiça do Trabalho no Estado do Maranhão, quais sejam:

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Instalação de Sistemas de Segurança Eletrônica e aquisição de equipamentos (CFTV), no Prédio-Sede do Tribunal, no Prédio Anexo “B” e no Foro “Astolfo Serra” (Protocolo Administrativo nº 795/2014);
- Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de abrigo para veículos em estrutura metálica, coberto com lona e telhas de alumínio nas edificações utilizadas pela Justiça do Trabalho (Capital e Interior), por Sistema de Registro de Preço, em conformidade com especificações do Contrato e Normas Técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (Protocolo Administrativo nº 2542/2014);
- Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos executivos e complementares para construção do Foro Trabalhista de Imperatriz, conforme condições estabelecidas em Contrato e em Projeto Básico e anexos (Protocolo Administrativo nº 6909/2013);
- Contratação de empresa especializada para a execução de serviço de sondagens de simples reconhecimento com SPT – Sondagem à Percussão em Terreno destinado à construção das Unidades da Justiça do Trabalho nos municípios de Bacabal e Pinheiro (Protocolo Administrativo nº 3527/2014);
- Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos executivos e complementares para construção dos Foros Trabalhistas de Bacabal e Pinheiro, conforme

condições estabelecidas em Contrato e em Projeto Básico e anexos (Protocolo Administrativo nº 3324/2014);

- Contratação de empresa especializada para a construção do Foro Trabalhista de Bacabal, conforme condições estabelecidas em Contrato, projeto executivo e projetos complementares (Protocolo Administrativo nº 3513/2014);

- Contratação de empresa especializada para a construção do Foro Trabalhista de Pinheiro, conforme condições estabelecidas em Contrato, projeto executivo e projetos complementares (Protocolo Administrativo nº 3512/2014);

- Contratação de empresa para elaboração de projeto de adequação e modernização do sistema de climatização do Auditório e Plenário do Prédio-Sede do Tribunal (Protocolo Administrativo nº 2660/2014);

- Contratação de empresa para a execução dos serviços de topografia em lotes das Varas Trabalhistas de Bacabal, Barra do Corda e Foro Trabalhista de Imperatriz (Protocolo Administrativo nº 4904/2014);

- Contratação de empresa especializada para a construção da guarita com reforma do pavimento de acesso ao Anexo "B" do Prédio-Sede do Tribunal (Protocolo Administrativo nº 323/2013);

- Contratação de empresa especializada para a construção do Foro Trabalhista de Barra do Corda, conforme condições estabelecidas em Contrato, projeto executivo e projetos complementares (Protocolo Administrativo nº 1282/2013);

- Contratação de empresa especializada para a reforma do Centro de Memória e Cultura - CEMOC e do restaurante do Foro "Astolfo Serra", conforme condições estabelecidas em Contrato, projeto executivo e projetos complementares (Protocolo Administrativo nº 1251/2010);

- Contratação de empresa especializada para fornecimento de coifa e duto para o restaurante do Foro "Astolfo Serra" (Protocolo Administrativo nº 2615/2014);

- Constituição de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a realização de serviços de fornecimento e instalação de placas em MDF com revestimento melamínico nas paredes de alvenaria dos prédios da Capital e das Varas do Trabalho do interior do Estado (Protocolo Administrativo nº 3060/2014);

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Solução de SMS (Serviço de mensagens curtas, do inglês "Short Message Service") Corporativo, compreendendo gerenciamento, transmissão e recepção de mensagens de texto para celulares (Protocolo Administrativo nº 2281/2014);
- Aquisição de 4 (quatro) veículos utilitários, do tipo "Caminhonete", Marca "Volkswagen", Modelo "Amarok" CD S (2HBA440), Ano/Modelo 2014/2015, conforme Nota de Empenho nº 2014NE001870 (Protocolo Administrativo nº 2594/2014);
- Aquisição de 30 (trinta) monitores de vídeo Ultrawide de 29 Polegadas, para utilização no Plenário, Gabinetes de Desembargadores, bem como naquelas Unidades Administrativas que demandem tal solução, visando uma melhor utilização da área de trabalho ocupada, redução do consumo de energia e adequação à forma de trabalho do sistema PJe-JT), conforme Ata de Registro de Preços nº 92/14 (Protocolo Administrativo nº 4095/2014);
- Aquisição e instalação de 1 (um) disjuntor tripolar de média tensão nominal 15 KVA, uso interno, tipo PVO (Pequeno Volume de Óleo), acionamento manual/motorizado, corrente nominal 400 A, 60 Hz, para a subestação do Prédio-Sede (Protocolo Administrativo nº 5122/2014);
- Aditivo ao Contrato TRT nº 20/2012, de prestação de serviços de acesso a rede mundial de computadores (Internet), para aumento da capacidade do link de 10 Mbps (dez megabits) para 30Mbps (trinta megabits), dentro da política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus (Protocolo Administrativo nº 5275/2012);
- Aquisição de 50 (cinquenta) longarinas com dois lugares e 30 (trinta) longarinas com três lugares, tendo em vista a necessidade de equipar as diversas Varas do Trabalho deste Regional (Protocolo Administrativo nº 2461/2014);
- Aquisição de armários roupeiros em aço para uso nos vestiários do Prédio-Sede e Foro "Astolfo Serra" por parte dos funcionários das empresas terceirizadas (Protocolo Administrativo nº 1817/2014);
- Aquisição de 6 (seis) Projetores Multimídia, Marca Epson, para realização de capacitação, reuniões e outros eventos pela Escola Judicial e por outras unidades administrativas (Protocolo Administrativo nº 700/2014);

- Aquisição de 50 (cinquenta) leitores biométricos para utilização no Sistema de Ponto Eletrônico pela Unidades Administrativas e Judiciárias da Capital e pelas Varas do Trabalho do interior do Estado (Protocolo Administrativo nº 323/2014);

- Aquisição de 100 (cem) leitores de código de barra, para serem utilizados nas Varas do Trabalho deste Regional, para atender à necessidade de utilizá-los no serviço de expedição de notificações e feitura de lista de postagem dos Correios (Protocolo Administrativo nº 3322/2014);

- Aquisição de 40 (quarenta) de pedestais com fita retrátil, separadores de fila, para serem usados em áreas comuns do TRT (Protocolo Administrativo nº 913/2014);

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada, compreendendo, além do fornecimento dos postos de serviços, os equipamentos, EPI's e ferramentas necessárias à execução do serviço (Protocolo Administrativo nº 2618/2014);

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo assessoramento, programação, reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas, no âmbito do território nacional, para magistrados e servidores deste TRT (Protocolo Administrativo nº 5078/2014);

- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de apoio administrativo com dedicação permanente de mão de obra nas categorias de motorista e supervisor (Protocolo Administrativo nº 328/2014);

- Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral potável, sem gás, envasada em garrafão com capacidade para acondicionamento de 20 litros, lacrado, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para atender o Prédio-Sede deste Tribunal e o Foro “Astolfo Serra” (Protocolo Administrativo nº 4723/2014);

- Contratação de empresa especializada para fornecimento de assinatura anual dos jornais O Imparcial e Jornal Pequeno, com entrega diária, inclusive aos sábados, domingos e feriados (Protocolo Administrativo nº 4722/2014);

- Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de 6 (seis) elevadores localizados em São Luís, no Prédio-Sede e no Foro “Astolfo Serra” (Protocolo Administrativo nº 3047/2014);

- Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, pequenas reformas, adaptações, recuperação e conserto das instalações, com fornecimento de mão de obra, material de consumo e insumos, em regime de empreitada por preço unitário (Protocolo Administrativo nº 3938/2013);

Dentre as contratações e aquisições realizadas durante o exercício de 2014, incluem-se aquelas provenientes de Recursos Descentralizados pelo CSJT, onde destacamos as seguintes:

- Aquisição de 57 (cinquenta e sete) microcomputadores portáteis (ultrabooks) para os Magistrados de 1º e 2º Grau (Protocolo Administrativo nº 3235/2014);
- Contratação de Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação, fundamentada nas melhores práticas da biblioteca ITIL V3, mediante coparticipação na Ata de Registro de Preços do Pregão nº 83/2012 do TRT 9ª Região (Protocolo Administrativo nº 3203/2014);
- Contratação de Serviços de Diagnóstico e Modelagem de Processos de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação com base nas boas práticas do ITIL-V3 e no modelo de maturidade do framework de controle COBIT versão 4.1, mediante coparticipação da Ata de Registro de Preços do Pregão nº PE 33/2012-A do TRT da 23ª Região (Protocolo Administrativo nº 3205/2014);
- Aquisição de 2 (dois) Storages (Solução de Armazenamento de Dados), mediante coparticipação na Ata de Registro de Preços do Pregão nº 60/2013-B do TRT da 3ª Região (Protocolo Administrativo nº 3234/2014);
- Aquisição de licenças do software de backup IBM TSM Tivoli para storages SAN, com direito a atualização de versão e suporte técnico pelo período de 12 (doze) meses, mediante coparticipação na Ata de Registro de Preços do Pregão nº 101/2013 do TRT da 18ª Região (Protocolo Administrativo nº 3246/2014);
- Aquisição de 280 (duzentos e oitenta) Microcomputadores, do tipo Desktop, mediante coparticipação na Ata de Registro de Preços nº PE 69/2013-A do TRT da 18ª Região (Protocolo Administrativo nº 3953/2014);
- Aquisição de Solução para Controle, Monitoramento e Filtragem de Conteúdo no Uso da Internet para Utilização Corporativa mediante Coparticipação na ARP PE nº 15/2013 do TRT da 2ª Região (Protocolo Administrativo nº 4295/2014);

- Contratação de serviços técnicos especializados para implantação e aprimoramento de Escritórios de Gestão de Projetos de Tecnologia de Informação e Comunicações - EGP-TIC, mediante coparticipação da Ata de Registro de Preços 37/13-A, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Protocolo Administrativo nº 4522/2014);

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS:

Cumprindo suas atribuições regulamentares, esta Diretoria-Geral, através do Núcleo Administrativo, desenvolveu as seguintes atividades:

- Elaboração de minutas de despachos em processos administrativos, objetivando os trâmites de rotina, relacionados a aquisições de materiais e contratação de serviços/obras;
- Elaboração de minutas de despachos de autorização de pagamento de notas fiscais/recibos e de diárias; e de emissão de empenho;
- Elaboração de minutas de despachos de aprovação de Termo de Referência/Projeto Básico; de adjudicação de procedimento licitatório quando há interposição de recursos pelos licitantes, e de homologação de procedimento licitatório;
- Pré-análise de recursos interpostos por licitantes, submetendo-os para a unidade competente para emissão de parecer, a fim de subsidiar a decisão do Diretor-Geral;
- Instrução do processo administrativo de adesão à ata de registro de preços com toda a documentação necessária, quando solicitado;
- Elaboração de minuta do Relatório de Gestão a ser enviado ao TCU, tomando por base, as informações prestadas pelos setores competentes;
- Elaboração de minutas de despachos nos processos de substituição, averbação de tempo de serviço, anuênios, auxílio natalidade, licenças, encaminhando-os aos setores especializados para emissão de parecer a fim de subsidiar a devida aprovação ou concessão;
- Instrução dos processos de exoneração, vacância, remoção e redistribuição de servidores, a serem submetido ao Diretor-Geral, para fins de encaminhamento à Presidência deste Tribunal;
- Elaboração de minutas de portarias de concessão de diárias, bem como o controle de todas as portarias expedidas e encaminhamento para divulgação no Boletim Interno Eletrônico e no TRT on-line;

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Apostilas	12
Despachos proferidos em protocolos administrativos	5.508
Memorandos expedidos	185
Memorandos Circulares expedidos	5
Ofícios expedidos	130
Solicitações de Diárias	41
Portarias expedidas	952

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE PUBLICAÇÃO:

- Importação das notificações e editais gerados pelas Varas Trabalhistas do Interior e Capital dentro do Sistema SAPT, para posterior alimentação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Recebimento das matérias administrativas, revisão, formatação e encaminhamento para o órgão de publicação oficial;
- Leitura diária do Diário Oficial, conferindo se as matérias encaminhadas foram publicadas;
- Atualização, diária, do site deste Tribunal, alimentando-o com as publicações do Diário Oficial do Estado e Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

3.1 Secretaria de Orçamentos e Finanças

A Secretaria de Orçamento e Finanças vinculada a Diretoria Geral, cuja competência e estrutura foram estabelecidas nos art. 62 a 66 do Regulamento-Geral deste Regional é atualmente composta por 06 (seis) servidores.

Esta Secretaria desenvolveu e executou neste exercício, todas as atividades referentes aos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados a este Regional, conforme abaixo:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – FINANCEIRA se baseou na Lei Nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 – LDO 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014.

A disponibilidade orçamentária para o exercício ocorreu a partir da sanção da Lei Orçamentária Anual, Lei 12.952, de 21 de janeiro de 2014, que estimou a receita e estabeleceu os limites das despesas a serem executadas no exercício.

O Orçamento de 2014 recebeu dotação inicial no importe de R\$ 159.895.379,00 (cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais), sendo:

R\$ 143.992.046,00 (cento e quarenta e tres milhões, novecentos e noventa e dois mil e quarenta e seis reais) destinados ao Orçamento Fiscal;

R\$ 15.903.333,00 (quinze milhões, novecentos e tres mil, trezentos e trinta e tres reais) destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

O Grupo de Despesas de Pessoal foi contemplado com recursos no montante de R\$ 127.844.897,00 (cento e vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e

noventa e sete reais), destinados à cobertura de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista e Obrigações Patronais, representando 79,95% dos recursos inicialmente aprovados.

O Grupo de Despesas de Custeio foi inicialmente contemplado com o importe de R\$ 32.050.482,00 (trinta e dois milhões, cinqüenta mil, quatrocentos e oitenta e dois reais) equivalente a 20,05% do orçamento distribuídos da seguinte forma:

- Custeio da Unidade.....R\$ 15.669.583,00;
- Assist. Juríd. Pessoas Carentes R\$ 500.000,00;
- InvestimentoR\$ 950.000,00;
- Benefícios Assistenciais R\$ 9.786.060,00;
- Pensões dec. Legisl. Especial R\$ 428.733,00;
- Projetos.....R\$ 4.716.106,00.

A dotação orçamentária inicial teve um acréscimo de R\$ 8.377.979,00 (oito milhões, trezentos e setenta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais), provenientes das seguintes alterações:

Suplementações

- Despesa de Pessoal.....R\$ 6.084.208,00;
- Custeio da Unidade.....R\$ 2.584.891,00;
- InvestimentoR\$ 200.000,00;
- Benefícios AssistenciaisR\$ 492.880,00.

Cancelamentos

- Projetos.....R\$ 984.000,00.

Contingenciamento

- Projetos.....R\$ 391.000,00.

Com a realização dessas alterações, a disponibilidade de recursos orçamentários em 2014 apresentou um total de R\$ 168.273.358,00 (cento e sessenta e oito milhões, duzentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais).

No Orçamento de 2014 também foram recebidos destaques no montante de R\$ 12.398.649,00 (doze milhões, trezentos e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais) sendo:

- Precatórios.....R\$ 11.107.649,00;
- Sentença de Peq. Valor.....R\$ 1.291.000,00.

Além disso, este Regional recebeu Provisões do Orçamento do Tribunal Superior do Trabalho no valor de R\$ 4.397.838,76, para serem aplicados nos projetos abaixo:

- .Modernização Instalações da Just. Trabalho.....R\$ 1.767.335,00;
- .Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....R\$ 151.374,03;
- .Manut. Sist. Nacional de Tecnologia.....R\$ 2.479.129,73.

A Secretaria de Orçamento e Finanças deste TRT elaborou e enviou à Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT/TST e à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério da Fazenda:

- Proposta Prévia Orçamentária – POP 2015;
- Proposta Orçamentária Anual – POA 2015;

- Lançamentos no Sistema SIOP;
- Créditos Suplementares durante todo o exercício de 2014

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA – 2015

A Proposta Orçamentária Prévia de 2015 foi enviada para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, em 08 de abril de 2014, onde registramos as reais necessidades orçamentárias para manutenção deste Regional, além de todos os projetos essenciais ao seu funcionamento e passivos existentes em favor de Magistrados e Servidores.

Os passivos de pessoal solicitados foram: abono de permanência e Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).

A POP 2015 totalizou R\$ 225.134.799,25 (duzentos e vinte e cinco milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrado abaixo:

1. Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas	R\$ 127.974.210,16;
2. Contribuição Patronal (PSSS)	R\$ 21.736,721,79;
3. Passivos	R\$ 2.402.612,22;
4. Custeio – Administração da Unidade	R\$ 30.172.604,00;
5. Capacitação de Rec. Humanos	R\$ 1.430.000,00;
6. Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	R\$ 600.000,00;
7. Manutenção de Vara Itinerante	R\$ 100.000,00;
8. Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	R\$ 550.000,00;
9. Comunicação e Divulgação Institucional.....	R\$ 440.220,00;
10. Benefícios Assistenciais	R\$ 15.578.079,00;
11. Construção do Fórum Trab. Imperatriz/MA	R\$ 3.700.000,00;
12. Construção Nova VT de Pinheiro.....	R\$ 1.000.000,00;
13. Reforma do Arquivo Geral	R\$ 2.000.000,00;
14. Melhoria da Rede Elet./Lógica Prédio Sede	R\$ 1.000.000,00;
15. Construção do Complexo TRT e VT's de São Luis.....	R\$ 10.000.000,00;
16. Convênios (Const. Ed. Sede VT Bacabal).....	R\$ 1.350.352,08;

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2015

A Proposta Orçamentária Anual de 2014 foi enviada em 25 de julho de 2014 ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho/CSJT e registrada no SIDORNET, obedecendo aos limites referenciais informados pelo CSJT através do Ofício Circular Nº 036/2014 – CFIN/CSJT, de 23/07/2014, no importe de R\$ 158.695.379,00 (Cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais), sendo:

1. Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas	R\$ 115.978.823,00;
2. Contribuição Patronal (PSSS).....	R\$ 19.500.000,00;
3. Auxílio-Funeral e Natalidade.....	R\$ 29.832,00;
4. Auxílio-Alimentação.....	R\$ 5.520.000,00;
5. Assistência Pré-Escolar.....	R\$ 997.920,00;

6.Assistência Médica e Odontológica.....	R\$	3.908.700,00
7.Custeio da Unidade	R\$	18.599.214,00;
8.Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....	R\$	550.000,00;
9.Const. Fórum Trabalhista de Imperatriz	R\$	2.300.000,00;
10.Const. Nova V. T. de Pinheiro.....	R\$	1.000.000,00;
11.Const. Nova Sede VT de Bacabal (convênio).	R\$	1.350.352,00.

CRÉDITOS ADICIONAIS – 2014

Para suplementar o Orçamento do Exercício de 2014 foram solicitados créditos no total R\$ 4.052.271,00 (quatro milhões, cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e um reais), conforme tabela abaixo:

CONTROLE SIOP	DESCRIÇÃO	TIPO	VALOR
36687	Pessoal (Folha Normal)	120	2.897.271
36688	Pessoal (Passivos)	120	59.583
36690	Custeio (ACJT)	120	850.000
36691	Custeio (V. Itinerante)	120	30.000
36692	Benefícios Assistenciais	157	108.209
36693	Receitas	100	100.000
-	Precatório da Adm. Indireta (UFMA)	-	7.208

REMANEJAMENTO DE RECURSOS

TIPO	CONTROLE	DESCRIÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
100	36694	Apreciação de Causas na JT - GD3	47.000	
		Comunic. e Div. Institucional - GD4		47.000
407	36696	Apreciação de Causas na JT - GD3	30.000	
		Const. Ed. VT Barra do Corda – GD4		30.000
457	36697	Auxílio Funeral - GD3	30.000	
		Auxílio Pré-Escolar - GD3		30.000
407	40441	Const. Fórum Imperatriz – GD4		690.000
		Apreciação de Causas na JT - GD3	690.000	
911	40462	Trabalho Seguro - GD3		82.310
		Apreciação de Causas na JT - GD3	82.310	

DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS

DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
Construção Forum Trabalhista de Imperatriz	100	1.075.492
Assistência Jurídica à Pessoas Carentes	100	300.000
Assistência Pré-Escolar	100	37.000

CANCELAMENTO DE RECURSOS

DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
Precatório da Administração Direta	100	10.647
Precatório da Administração Indireta	100	703.787

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIOP)

Secretária de Orçamento e Finanças desempenha, também, a função de Coordenador de Ações do TRT, onde, através do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) realiza,

semestralmente, lançamentos das Metas Físicas Cumulativas e Não Cumulativas pertencentes às Ações Orçamentárias vinculadas a este Regional.

As Metas Físicas atualizadas e lançadas mensalmente fazem parte do Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista e constam registradas da seguinte forma:

- 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional;

Meta: % de Matérias veiculadas.

- 4224 – Assistência Jurídica à Pessoas Carentes;

Meta: % de Pessoas Assistidas.

- 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho;

Meta: % de Processos Julgados;

- 136H - Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho de Bacabal.

Meta: Ed. Construído. Percentual de execução física.

- 14R8 - Construção do Fórum Trabalhista de Imperatriz.

Meta: Ed. Construído. Percentual de execução física.

- 14R9 - Construção Ed. Sede da Vara do Trabalho de Barra do Corda.

Meta: Ed. Construído. Percentual de execução física.

- 14RA - Construção Ed. Sede da Vara do Trabalho de Pinheiro.

Meta: Ed. Construído. Percentual de execução física.

As informações relativas aos quantitativos das Metas Físicas executadas são encaminhadas semestralmente para esta Secretaria pelas seguintes unidades.

- Coordenadoria de Gestão de Pessoas (informa os servidores/magistrados que receberam os benefícios: auxílio- alimentação, auxílio-saúde, auxílio-creche e auxílio-transporte);
- Secretaria da Corregedoria (informa o número de processos julgados na 1ª instância);
- Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (informa o número de processos julgados na 2º instância);
- Escola Judicial (informa o número de servidores/magistrados capacitados no mês);
- Seção de Comunicação Social: informa a quantidade de publicações veiculadas no mês.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos aplicados no exercício de 2014 totalizaram R\$ 165.541.990,99 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), incluindo Restos a Pagar, o que representa 98,4% dos recursos disponibilizados para o exercício.

Dos recursos liberados pela LOA 2014, o Governo Federal determinou o contingenciamento do montante de R\$ 561.000,00 (Quinhentos e sessenta e um mil reais) do Projeto 14R8 - Construção do Fórum Trabalhista de Imperatriz.

O saldo orçamentário sem aplicação, portanto, resultou no total de R\$ 2.170.367,01 (Dois milhões, cento e setenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e um centavo), representando 1,3%

dos recursos disponibilizados para o exercício. Essa sobra orçamentária resultou das seguintes despesas:

a) Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	R\$	77.765,40;
b) Contribuições Patronais ao PSSS.....	R\$	857.503,51;
c) Benefícios Assist. Dec. Auxílio Funeral/Natalidade.....	R\$	15.375,75;
d) Assistência Pré-Escolar.....	R\$	2.778,82;
e) Auxílio Transporte	R\$	508,25;
f) Auxílio Alimentação.....	R\$	26.296,53;
g) Apreciação de Causas na Just. Trabalho (Custeio).....	R\$	11.161,91;
h) Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....	R\$	153.171,98;
i) Comunicação e Divulgação Institucional	R\$	88.425,77;
j) Pensões Decorrentes de Legislação Especial.....	R\$	3.185,61;
l) Const. Fórum Trabalhista de Imperatriz	R\$	934.193,48;

Os recursos recebidos através de destaques provenientes de Sentenças Judiciais e as descentralizações do Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Implantação e Manutenção do Sistema Integrado de Gestão não estão incluídos nos valores acima.

Dos recursos disponibilizados para execução de Sentenças Judiciais, recebidas através de descentralização de crédito de outras Unidades Orçamentárias foram liquidados no importe de R\$ 11.092.849,00 (onze milhões, noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais) o que correspondeu a 99,9% do total recebido para essa finalidade.

Os recursos recebidos através de descentralização denominada provisão foram os seguintes:

- 1P66 – Modernização das Instalações Físicas da JT..... R\$ 1.767.335,00;
- 2C73 – Manut. do Sistema Nacional de Tecnologia
- 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

A seguir destacamos o comportamento da Execução da Despesa do exercício, em relação às principais rubricas orçamentárias e seus percentuais de aplicação em relação ao volume de recursos alocado na Lei de Meios.

CONTA	VALOR APLICADO (R\$)	% de aplicação
Pessoal Ativo	100.758.309,31	100,00
• Despesas de Exercícios Anteriores	189.310,29	
Pessoal Inativo e Pensionista	14.046.737,52	100,00
• Despesas de Exercícios Anteriores	26.265,48	
Obrigações Patronais	17.962.499,63	95,45
• Despesas de Exercícios Anteriores	10.713,86	
Pensões Decorrentes de Legislação Especial	566.294,39	99,44
Aprec. de Causas na Justiça Trabalhista	17.620.959,67	99,97
• Diárias	616.403,20	
• Passagens	351.165,62	
• Outros Custeios	15.191.394,84	

• Despesas de Exercícios Anteriores	362.684,30	
• Equipamentos e Material Permanente	1.099.311,71	
Capacitação de Recursos Humanos	910.235,61	99,65
• Despesas de Exercícios Anteriores	86.239,38	
Manutenção de Vara do Trabalho Itinerante	115.532,57	96,29
• Despesas de Exercícios Anteriores	20,41	
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	246.261,12	99,03
• Despesas de Exercícios Anteriores	5.660,87	
Trabalho Seguro	17.655,46	99,80
Comunicação e Divulgação Institucional	114.522,73	56,44
• Despesas de Exercícios Anteriores	51,50	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	196.828,02	56,24
Auxílio Funeral/Natalidade	42.764,25	73,55
Assistência Médica e Odontológica	3.455.255,04	100,00
• Despesas de Exercícios Anteriores	1.344,96	
Assistência Pré-Escolar	885.913,18	98,43
Auxílio Alimentação	5.369.912,64	99,55
• Despesas de Exercícios Anteriores	410.978,83	
Auxílio Transporte	811,75	61,49
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	251.921,99	96,80
Construção Ed. Sede V.T. de Bacabal/MA	1.316.106,00	100,00
Construção Ed. Sede da V.T. de Barra do Corda/MA	70.000,00	100,00
Construção Ed. Sede da V.T. de Pinheiro/MA	1.000.000,00	100,00
Construção Fórum Trabalhista de Imperatriz/MA	114.806,52	7,13
TOTAL	165.793.912,98	91,02

A execução do exercício em relação a Restos a Pagar Inscritos, oriundo de despesas não pagas no exercício anterior e inscritas no exercício de 2014 foi da ordem de R\$ 13.996.098,68 (treze milhões, novecentos e noventa e seis mil, noventa e oito reais e sessenta e oito centavos), sendo:

- R\$ 13.359.121,51 (treze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e um centavos)) referente a RAP não processados:

1. Pagamento de Pessoal Ativo.....R\$ 8.049.823,31;
2. Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas.....R\$ 667.853,28;
3. Contribuições Previdenciárias.....R\$ 332.012,12;
4. Custeio da Unidade AdministrativaR\$ 3.088.257,74;
5. Capacitação de Recursos Humanos.....R\$ 3.750,00;
6. Assistência Médica e OdontológicaR\$ 7.608,60;
7. Comunicação e Divulgação Institucional.....R\$ 13.138,70;
8. Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....R\$ 2.424,00;
9. Construção Ed. Sede VT de São João dos PatosR\$ 67.473,76;
10. Construção do Fórum Trabalhista de Imperatriz.....R\$ 9.500,00;
11. Construção Ed. Sede VT de Bacabal.....R\$ 1.117.280,00

- R\$ 636.977,17 (seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e setenta e sete reais e dezessete centavos) referente a Restos a Pagar Processados.

A execução do exercício em relação a Restos a Pagar Processados (reinscritos), oriundos de despesas não pagas nos exercícios anteriores a 2013 foi da ordem de R\$ 2.602,41 (dois mil, seiscentos e dois reais e quarenta e um centavos).

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A Gestão Financeira do exercício de 2014 teve o seguinte comportamento:

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA LIMITE DE SAQUE	
LIMITE DE SAQUE - DEZ/2012	2.760.184,00
(+) VALORES DIFERIDOS - BAIXA	54,40
(+) SUB-REPASSE RECEBIDO	181.127.239,11
(+) COTA DE RESTOS A PAGAR RECEBIDA	153.341,96
(+) TRANSF. RECEBIDA REF. REST. RECEITA	25.820,93
(+) RECEITAS PRÓPRIAS - TX DE OCUPACAO DE IMOVEIS	123.922,91
(+) RECEITAS PRÓPRIAS - TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO	797.186,30
(+) RECEITAS PRÓPRIAS - OUTRAS	87.977,62
(-) PAGAMENTOS EFETUADOS	171.242.863,78
(-) TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	117.390,27
(-) RESTITUIÇÕES DE RECEITAS	25.820,93
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	5,53
(=) LIMITE DE SAQUE - DEZ/2013	13.689.646,72

No sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI foram emitidos os seguintes documentos:

DOCUMENTOS EMITIDOS NO SIAFI	QUANTIDADE
Documento de Arrecadação Fiscal (DARF)	1035
Documento de Arrecadação Municipal (DAR)	655
Notas de Dotação (ND)	432
Notas de Empenho (NE)	2068
Pré-empenhos (PE)	35
Notas de Sistema (NS)	3868
Notas de Lançamento (NL)	784
Ordens Bancárias (OB)	3960
Relações Bancárias (RE)	301
Relações Bancárias (RT)	142
Nota de Programação Financeira (PF)	83
Guias de Recolhimento Previdência Social (GPS)	1061
Lista de Itens (LI)	2071
Lista de Precatório (LP)	51
Lista de Credor (LC)	83
Documento RA do CPR	13.823
Documento AV do CPR	1097
Documento RD do CPR	0

Documento DT do CPR	10
Documento FL do CPR	71
Documento GRU	262
Documento LF	323
Documento NP do CPR	1341
Documento RB do CPR	121
Documento SF do CPR	143
Documento SJ do CPR	53

No exercício relatado foram recolhidos ao Tesouro Nacional, ao Fisco Municipal e ao INSS retenções e contribuições no montante de R\$ 46.992.890,69 (quarenta e seis milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e noventa reais e sessenta e nove centavos), o que representa 29,61% dos recursos aprovados para o exercício, conforme segue:

CÓDIGO	RETENÇÕES	DOC. EMITIDO	VALOR (R\$)
0003-0921	Recolhimento ISSQN (Imposto Municipal - DAM)	DAR	307.725,36
0003-3849	Recolhimento ISSQN	DAR	43,80
0022-1389	Recolhimento ISSQN	DAR	420,80
0561	IRRF – Rend. Trabalho Assalariado – Adm. Pública/Set. Privado	DARF	17.574.637,75
0588	IRRF – Rend. Trabalho sem vínculo empregatício	DARF	29.223,54
2402	Órgão do Poder Público – CNPJ	GPS	467.981,09
2640	Cont. Retida na NF/Fatura p/Órgão Público	GPS	898.816,86
2909	Reclamatória Trabalhista – CNPJ	GPS	1.034,21
6700	Dev./Rest.INSS Valores Precatórios e RPV-CNPJ	GPS	358.237,30
3208	IRRF – Aluguéis pagos a Pessoa Física	DARF	149,29
3533	IRRF-aposent.Reg.Geral ou do Servidor Publico	DARF	1.758.411,37
5936	IRRF Decorrente de Decisão Justiça do Trabalho	DARF	3.109,34
6147	Tributos Retidos Órgãos Públicos - Produtos	DARF	316.567,86
6175	Tributos Retidos Órg. Públicos – Passageiros	DARF	68.977,84
6190	Tributos Retidos Órgãos Públicos – Serviços	DARF	367.944,47
6188	Tributos Retidos Órgãos Públicos – Financeiro	DARF	2.892,34
8767	Medicamento Adquirido / Varejo Ret.Org.Pub.	DARF	10.999,95
1661	Contribuições p/o PSS do Servidor Civil Ativo	DARF	9.145.863,08
1700	CPSSS - Servidor Civil Inativo	DARF	824.235,80
1717	CPSSS - Pensionista Civil	DARF	132.399,38
1769	CPSSS – Patronal – Servidor Civ.Ativo – Intra-Or	DARF	18.291.274,98
1837	CPSSS-Patronal – Precatório/RPV - OP Intra-Orc	DARF	939.224,94
70198	Receita Intra: Ind. Ed. Gráfica	GRU	105.323,17
18806	STN - Rec.Desp.Exercício Anterior	GRU	88.984,49
18818	STN - Outras Restituições (Folha)	GRU	22.782,80
18822	STN – Outras Receitas	GRU	78,02
20044	Recolhimento Consig. Folha Pagamento	GRU	11.355,20
70013	ESAF-Intra Cursos/Seminários	GRU	800,00

DA CONTABILIDADE ANALÍTICA

As atividades desenvolvidas por este Setor de Contabilidade Analítica consistiram basicamente no seguinte:

- Registro e baixa de 75 concessões de Suprimentos de Fundos, cujas prestações de contas foram devidamente analisadas por esta Secretaria e acatadas pelo ordenador de despesa;

- Análise diária dos documentos que compõem a execução orçamentária e financeira desta Unidade Orçamentária;
- Conciliação mensal dos relatórios RMA e RMB com os valores registrados no sistema SIAFI, promovendo os devidos ajustes;
- Atualização mensal do Rol de Responsáveis;
- Análise mensal dos Balanços: Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e das Demonstrações de Variação Patrimonial;
- Análise mensal do Balancete;
- Análise diária do balancete a fim de detectar possíveis contas inconsistentes ou com saldos irrisórios no Balancete;
- Elaboração Anual dos quadros referentes à execução orçamentária e financeira desta Unidade Orçamentária para composição do Relatório de Gestão;
- Elaboração quadrimestral dos Relatórios de Gestão Fiscal;
- Registro dos contratos celebrados por este Regional e baixa de sua execução no SIAFI;
- Registro e baixa dos termos de convênios e baixa de sua execução no SIAFI;

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS:

No decorrer do ano de 2014 esta Secretaria no desempenho de suas atividades diárias, executou diversos procedimentos administrativos, conforme demonstrado abaixo:

Memorandos expedidos	226
Ofícios expedidos	351
Processos arquivados no exercício	727
Processos despachados	3443
Despachos de Dotação Orçamentária	359
Notificações expedidas – Concessões Sup. de Fundos	105

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DESTA UNIDADE EM 2014:

No decorrer do exercício de 2014 os servidores lotados nessa Unidade participaram de eventos de capacitação:

SERVIDOR	PERÍODO	CIDADE	CURSO
Laudecy Pereira Pedrozo	29/09 a 01/10/14	Brasília/DF	Multiplicadores do Novo Plano de Contas Aplicado ao Pub. da JT
Daniel Leite Guimarães	15 e 16/09/2014	São Luis/MA	Simpósio: O novo CPC e possíveis impactos no Processo do Trabalho, promovido pela ENAMAT
Alinne Machado e Melo	18 a 21/02/2014	Brasília/DF	Retenção de Tributos
	04 a 06/08/2014	Brasília/DF	Sistema de Gestão Estratégica
	29/09 a 01/10/14	Brasília/DF	Multiplicadores do Novo Plano de Contas Aplicado ao Pub. da JT
Flávia Regina Rêgo Cordeiro	04 a 06/08/2014	Brasília/DF	Sistema de Gestão Estratégica

Rogério Ferreira Rodrigues	22 a 24/10/2014	São Luís/Ma	Gestão Tributária de Contratos e Convênios
	04/11/2014	São Luís/Ma	-Encontro sobre normas de encerramento do exercício de 2014 e abertura do exercício de 2015
	29/09 a 01/10/14	Brasília/DF	Multiplicadores do Novo Plano de Contas Aplicado ao Pub. da JT
João Batista Sobrinho	12/08/2014	São Luís/Ma	Palestra: O impacto das Reformas constitucionais na Administração Pública

No PPA – Plano Plurianual de 2012 a 2015 permanecem cadastrados, os seguintes Projetos:

- Construção do Ed. Sede da VT de São João dos Patos;
- Construção do Novo Fórum Trabalhista de Imperatriz;
- Construção do Ed. Sede da VT de Barra do Corda;
- Construção do Ed. Sede da VT de Pinheiro;
- Construção do Ed. Sede da VT de Bacabal;
- Reforma e Adaptação do Prédio-Sede deste TRT;
- Construção do Edifício Sede do TRT 16ª Região - MA

3.2 Núcleo de Assessoramento Jurídico

O Núcleo de Assessoramento Jurídico realiza diversas atividades, dentre elas, destacam-se a análise e aprovação de Minutas de Editais, Contratos, Termos Aditivos, Convênios, Termos de Acordo, Termos de Doação, Distratos, Acordos de Cooperação, Termos de Parceria, Termos de Rescisão e outros ajustes e documentos apresentados pelos licitantes, nos termos do Parágrafo Único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93.²

Além dessas atividades, também presta assessoramento jurídico a outras unidades administrativas.

No campo de pessoal, elabora pareceres sobre magistrados e servidores pertinentes às seguintes matérias:

- 1) Exoneração a pedido
- 2) Vacância
- 3) Trânsito
- 4) Inclusão e exclusão de dependentes para abatimento no imposto de renda
- 5) Licença por motivo de falecimento
- 6) Licença por motivo de casamento
- 7) Cessão de servidores
- 8) Licenças em geral (art. 81 da Lei nº 8.112/90)

² Em 10/07/2012 a elaboração de Minutas de Contratos, Aditivos, Acordos ou outros Ajustes passou a ser realizada pela Secretaria de Administração/Setor de Contratos e Convênios e, a partir de janeiro de 2012, a elaboração de Convênios e seus Aditivos passaram a ser feitos também pela citada Unidade.

- 9) Afastamentos para cursar pós-graduação
- 10) Concessão de horário especial
- 11) Concessão de ajuda de custo
- 12) Concessão de auxílio natalidade
- 13) Redistribuição de cargos
- 14) Aproveitamento
- 15) Licença paternidade
- 16) Licença maternidade e sua prorrogação
- 17) Ressarcimento de despesas com combustível
- 18) Concessão de licença prêmio
- 19) Recursos de servidores;
- 20) Concessão de Adicional de Qualificação
- 21) Isenção do imposto de renda
- 22) Concessão de aposentadoria
- 23) Concessão de Abono Permanência
- 24) Concessão de quintos
- 25) Parcelamento de Débitos com o erário
- 26) Indenização de Transportes
- 27) Remoção
- 28) Substituição
- 29) Horas Extras
- 30) Adicional de Insalubridade
- 31) Readaptação
- 32) Concurso Público
- 33) Nomeação de Portadores de Necessidades Especiais
- 34) Férias
- 35) Concessão de diárias
- 36) Averbação de tempo de serviço/contribuição
- 37) Estagiários

Abaixo, apresentamos os números das atividades executadas em 2014:

- Ofícios expedidos – 02
- Memorandos expedidos – 37
- Minuta de Portaria – 01
- Minutas de Resolução - 02
- Portarias de Penalidade – 07

Além da elaboração, aproximadamente, 1084 pareceres, distribuídos desta forma:

- Pareceres de dispensa de licitação – 26
- Pareceres de Inexigibilidade de licitação – 51
- Pareceres diversos - 413
- Pareceres concessões de diárias – 77

- Pareceres análise de Termos de Referência e Projetos Básicos – 75
- Pareceres repactuação/reajuste – 12
- Pareceres na área de Contratos – 32
- Pareceres de análise de Editais de Licitação - 57
- Pareceres na área de pessoal (magistrados e servidores) - 341.

Por fim, salientamos que esta unidade despachou mais de 1200 processos, analisou e aprovou o quantitativo aproximado de 75 Termos de Referência, 56 Editais e 32 Contratados, de acordo com o previsto pela legislação que regem as matérias.

3.3 Núcleo de Folha de Pagamento

O Núcleo de Folha de Folha de Pagamento desenvolveu, de acordo com suas atribuições regimentais, as atividades descritas e quantificadas a seguir.

ATIVIDADES E QUANTITATIVOS

1. Elaboração de 1.050 (um mil e cinquenta) cálculos de diárias;
2. Acompanhamento e gestão dos pedidos de férias de servidores no Sistema de Recurso Humanos ;
3. Acompanhamento e gestão da Escala Anual de Férias dos servidores do TRT;
4. Elaboração de 26 (vinte dois) cálculos de ajuda de custo;
5. Emissão de Comprovante de Rendimentos – Cédula C (IRRF), totalizando 986 beneficiários;
6. Elaboração de 01 Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF-2013);
7. Geração e envio à Receita Federal de 02 (duas) DIRF Retificadoras;
8. Elaboração de 03 (três) folhas de pagamento referente à Ajuda de Custo para a Moradia aos magistrados;
9. Elaboração de 03 (três) folhas de pagamento referente à Auxílio Alimentação aos magistrados;
10. Elaboração de Cronograma Anual de Desembolso Mensal de despesa com pessoal;
11. Elaboração de folha suplementar para pagamento de passivos a magistrados e servidores (Abono de Permanência, GATS e Adicional de Treinamento e Ajuda de Custo, auxílio-Moradia, GATS);
12. Elaboração de cálculos de conversão de Licença por assiduidade em Pecúnia
13. Elaboração de planilhas de cálculo de Auxílio-Moradia a Diretores de VT do interior, num total de 09 processos;
14. Elaboração de planilhas de cálculo para levantamento de passivos diversos (Estabilidade provisória em FC, VPNI, aposentadoria proporcional por invalidez, Benefícios diversos, Licença prêmio, Abono de permanência);
15. Elaboração de planilhas de cálculos para pagamento de Gratificação por Encargo de Curso a magistrados e servidores
16. Elaboração de 01 (uma) folha suplementar para pagamento de férias;

17. Elaboração de 02 (duas) Folhas de pagamento de Gratificação Natalina;
18. Elaboração de 12 (doze) folhas de pagamento mensais;
19. Elaboração de planilha de cálculo para subsidiar folha para pagamento de passivo de 11,98% de URV a servidores e ex-servidores deste Regional;
20. Elaboração de 05 (cinco) folhas suplementares a título de 11,98% de URV
21. Emissão de 75 (setenta e cinco) certidões a requerimento de magistrados, servidores e pensionistas civil e de alimentos com teores diversos (Auxílio pré-escolar, antecipação de gratificação natalina, remuneração, IRRF sobre férias, abono permanência, RRA, saldo URV 11,98%, quintos, percentual de Pensão Alimento, contribuição previdenciária, rendimentos tributáveis, adicional de aposentadoria, desconto UNIMED, Montepio Civil, Parcela autônoma de Equivalência, Consignação de empréstimos);
22. Emissão de 45 (quarenta e uma) certidões de tempo de contribuição previdenciária, contendo Relação das Remunerações Pagas e Contribuições ao Regime Próprio (PSSS) e ao Regime Geral (INSS);
23. Emissão de 127 (cento e vinte e sete) notificações para devolução de vencimentos, diárias e benefícios por servidores, magistrados, ex-servidores e ex-magistrados deste Regional;
24. Gestão do Plano de Saúde pró-TRT/Unimed e Planos Externos, com uma média mensal de 1400 (um mil e quatrocentos) beneficiários por mês;
25. Emissão de documentos de margem consignável a magistrados, servidores e pensionistas, totalizando 186 (cento e oitenta e seis) cálculos;
26. Emissão de relatórios mensais de consignação às instituições conveniadas, em meio eletrônico e físico
27. Emissão/envio, por via postal, de 355 demonstrativos de pagamento (inativos e pensionistas);
28. Informações gerenciais prestadas ao TCU, CNJ e CSJT, num total de 20;
29. Prestação de informações à AGU sobre pagamentos administrativos de 11,98% URV, totalizando 34 planilhas;
30. Elaboração, emissão e transmissão de arquivo eletrônico da RAIS-2013 (Ministério do Trabalho);
31. Relatórios mensais GFIP-SEFIP (informações à Previdência Social), no total se 13 do exercício corrente.

Convém ressaltar, por fim, as seguintes atividades:

- Co-gestão dos convênios entre este TRT e instituições bancárias de crédito, firmados com Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Cruzeiro do Sul (em liquidação extra-judicial), CAPEMISA, Caixa Econômica Federal COOMAMP, HSBC.
- Projeção de despesas com pessoal, destinadas a elaboração dos Pedidos de Créditos Adicionais para o exercício de 2014 e da Proposta Orçamentária Prévia de 2014 e Proposta Orçamentária Anual 2015.

3.4 Seção de Licitações

No exercício de 2014, a Seção de Licitações, Unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, subordinada à Diretoria Geral, procurou cumprir fielmente as atribuições que lhe foi consignada no Regulamento Geral deste Tribunal, com a utilização de modernos métodos e técnicas de trabalho destinado à melhoria e eficiência de seus serviços.

O escopo do relatório compreende todas as atividades desenvolvidas no exercício, relativo à execução e publicação de licitações para contratações de bens e serviços de interesse deste Órgão, em ação planejada e transparente, a fim de possibilitar à sociedade o acesso a todos os atos e procedimentos licitatórios aqui praticados, em estrita obediência aos princípios constitucionais norteadores da atividade administrativa.

Por fim, como instrumento de divulgação, no presente relatório está sintetizado os resultados alcançados em economia para o erário e a efetividade na tramitação de cada processo licitatório destinado à contratação de bens e serviços, de forma a minimizar custos para a Administração Pública, constituindo assim mais uma forma de conferir a efetiva contribuição desta Unidade para o programa de redução de custos e modernização desta justiça.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

ATOS PRATICADOS POR PROCESSOS LICITATÓRIOS

No exercício em comento, procurou esta Seção, sob a coordenação de sua chefia, executar tarefas que envolvam, em regra, licitações, na busca de aquisição de bens e contratação de serviços de forma mais vantajosa para Administração, consubstanciada em normas e procedimentos legais e regulamentares.

Das atividades desenvolvidas, inicia-se a demonstrar em termos quantitativos, a evolução dos atos praticados, envolvendo licitação e contratação direta, conferidos por espécie, de modo a evidenciar o volume desses serviços na situação, encerrada e em andamento, bem como o resultado da produção alcançada em nível adjudicado/ homologado, como também em deserto/fracassado e revogado/anulado, conforme abaixo:

TABELA 1
PRODUÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS
LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO - 2014

LICITAÇÕES / PROCESSOS	Encerrado (QT)	Adjudicado / Homologado (QT)	Anulado (QT)	Revogado (QT)	Deserta / Fracassado (QT)
CONTRATAÇÃO DIRETA					
Coleta Eletrônica	02	02	-0-	01	-0-
Concurso	01	01	-0-	-0-	-0-
Concorrência (CC)	02	02	-0-	-0-	-0-
T.de Preço (TP)	02	02	-0-	-0-	-0-
Convite (CV)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Pregão presencial	09	09	-0-	-0-	03
Pregão eletrônico	41	41	-0-	-0-	-0-
TOTAL	57	57	-0-	01	03

RESULTADO DA ANÁLISE:

Evidencia-se na tabela 1 a quase totalidade dos processos encerrados por esta Unidade de Licitações e apenas 01 está em andamento.

Dos 62 processos encerrados foram 57 adjudicados e homologados e os demais apresentaram a seguinte situação: 01 revogado e 03 foram fracassados ou desertos.

Assim, da totalidade de processos encerrados, 92% tiveram resultados homologados. Fato que revela nível de eficácia para os trabalhos desenvolvidos.

DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

VALOR ECONOMIZADO NO EXERCÍCIO

Das compras e contratações efetuadas neste exercício, a Seção de Licitações, em cumprimento às metas traçadas pela Administração, alcançou resultado substancial em economia efetiva ao erário.

Estatísticas revelam que esta Corte Trabalhista economizou no ano de 2014 um valor de **R\$ 6.219.349,17 (Seis milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos)** nas contratações de bens e serviços. O custo estimado desses itens foi em torno de R\$ **23.676.473,70** e o valor homologado importou em R\$ **17.457.124,53**; gerando uma **economia efetiva de 26,26%**, levando-se por base o valor estimado, conforme demonstrado na Tabela 2.

A Seção de Licitações atribui esse resultado, ao uso de pregões nas compras de bens e serviços comuns e a utilização da sistemática de Registro de Preço.

A adoção pela Administração dessas ações relacionadas à compra pelo Sistema de Registro de Preço, além da visível redução de custos pela redução do volume de licitação, desencadeou várias outras vantagens decorrentes do processo. Destaca-se a ausência da necessidade de dotação orçamentária para licitações, melhor otimização dos níveis de estoque, minimização dos impactos decorrentes da falta de materiais, racionalização de compras e contratações, não obrigatoriedade de aquisição, obtenção de parâmetros na análise de propostas e possibilidade de racionalização das compras que passam a ser planejadas com significativa antecedência.

TABELA 2

DEMONSTRATIVO DE VALOR ECONOMIZADO

POR ESPÉCIE DE LICITAÇÃO

ANO – 2014

ESPÉCIE DE LICITAÇÃO		VALOR (R\$) ESTIMADO	VALOR (R\$) ADJUDICADO	VALOR (R\$) ECONOMIZADO	VALOR (%)
	Concorrência	3.346.311,89	2.899.433,02	446.878,87	13,35
	Tomada de Preço	371.809,31	258.188,52	113.620,79	30,55
LICITAÇÃO	Convite	-0-	-0-	-0-	-
	Pregão	6.628.682,83	4.653.632,93	1.975.049,90	29,79

	Presencial				
	Pregão Eletrônico	13.326.825,21	9.643.791,83	3.683.033,38	27,63
CONTRATAÇÃO DIRETA	Cotação Eletrônica	2.844,46	2.078,23	766,23	26,93
TOTAL		23.676.473,70	17.457.124,53	6.219.349,17	26,26

RESULTADO DA ANÁLISE:

A **tabela 2** reflete as modalidades de licitações e demais formas de contratações direta, bem como a evidente contribuição em economia efetiva alcançada por cada modalidade de contratação perfazendo um total de **R\$ 6.219.349,17 (Seis milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos) aos cofres públicos**. Vale ressaltar nesta análise a posição de destaque que a figura do **pregão eletrônico** tem alcançado em economia, em média chegou ao patamar de **27,63%** do valor estimado para essa modalidade.

Em suma, o valor economizado pela Seção de Licitações elevou ao patamar de mais de seis milhões de reais aos cofres públicos.

OUTRAS ATIVIDADES

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Por determinação regulamentar, compete à Seção de Licitações o gerenciamento e fiscalização dos contratos de serviços de natureza continuada de publicação de matéria administrativa na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, assinatura da Revista Zênite e Periódicos da Editora – Nova Dimensão Jurídica - NDJ.

Assim, esta Unidade, no decorrer do exercício de 2014, procedeu com eficiência, através do exame de conformidade, o acompanhamento e a fiscalização de 311 matérias publicadas.

ATIVIDADES AUXILIARES

Visando dá efetividade às atribuições essenciais de competência desta Seção, procederam-se outras atividades classificadas como complementares, a saber:

- Análise de processos, solicitação de orçamento, verificação da regularidade de empresas;
- Divulgação das licitações deste Regional através da internet na página do TRT da 16ª Região;
- Autenticação de documentos em empresas licitantes não participantes do SICAF;
- Elaboração de editais e encaminhamento dos mesmos aos interessados para análise e conhecimento de data de abertura das licitações;
- Pesquisa, junto às empresas Zênite e Fórum, de matérias relacionadas com procedimentos a serem adotados por esta Seção, bem como decisões do Tribunal de Contas da União;
- Fixação do resumo dos atos relativo à licitação, no quadro de aviso deste Tribunal, como forma de divulgação desses atos;
- Divulgação das licitações através de Jornal de grande circulação e no Diário Oficial da União, em cumprimento à Lei 8.666/93;
- Realização de consultas via Internet, para verificação do cadastramento e habilitação parcial dos licitantes no SICAF, bem como, verificação da veracidade/autenticidade da documentação apresentada nas licitações e compras diretas;

- Realização de diligências in loco quando necessário;
- Notificação a empresas sobre despachos, atos, esclarecimentos, audiências, adiantamentos, resultado de sorteio, diligências e reuniões de interesse deste Serviço;
- Exame de conformidade na documentação e propostas de preço, juntamente com os setores envolvidos;
- Realização de sorteios para definir o vencedor, como critério de desempate conforme edital;
- Sessões de licitações;
- Análise de recursos, pedidos de esclarecimento e impugnações;
- Análise de Termos de Referência, quando solicitado;
- Auxiliar os setores requisitantes na elaboração de Termos de Referência, quando solicitado;
- Elaboração das Atas de Registro de Preços das empresas vencedoras dos certames;
- Auxiliar os setores requisitantes na condução de atas de registro de preços, quando solicitado;
- Estudo, adequação dos editais e execução das normas ditadas pela Lei Complementar nº 123/06.

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Outras atividades são desenvolvidas pela Seção de Licitações com a elaboração e encaminhamento de atas de Registro de Preços, ofícios, memorandos, notificações, esclarecimentos, impugnações, informação sobre recursos, diligências, atestes em notas fiscais/faturas, despachos, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades executadas pela Seção de Licitações, no exercício de 2014, viabilizaram resultados positivos em economia ao erário público totalizando um montante de **R\$ 6.219.349,17 (Seis milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos)**.

Em suma, certifica-se que as atribuições precípua em licitação constituem mais uma ferramenta norteadora de celeridade, transparência e economia imediata às ações da Administração, na busca incessante de cumprimento às metas estratégicas.

3.5 Seção de Engenharia

O presente relatório tem como finalidade principal demonstrar as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Engenharia no exercício de 2014.

A Seção de Engenharia no ano de 2014 desenvolveu as atividades relacionadas conforme discriminação abaixo:

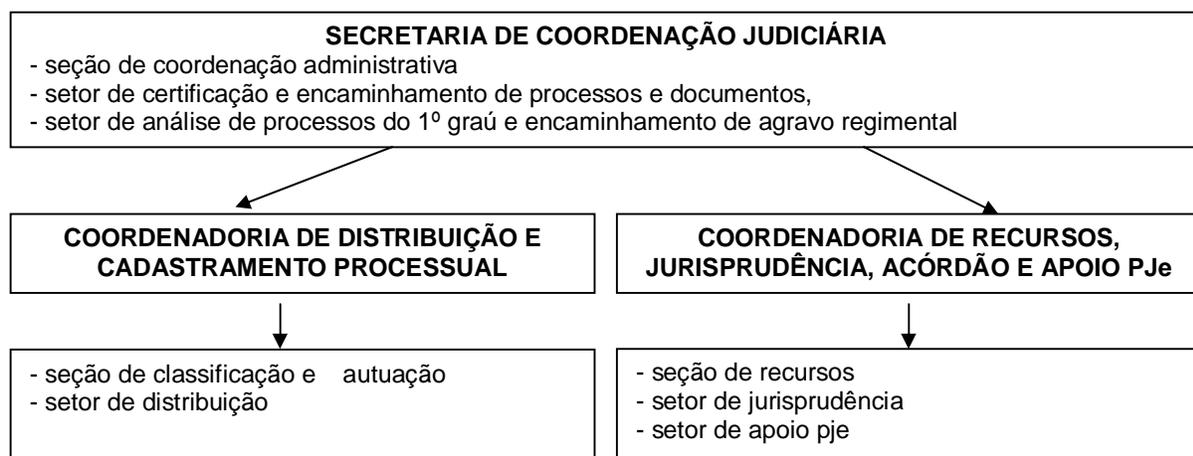
- **MANUTENÇÃO V.T. AÇAILÂNDIA** – Serviços executados:
 - Revisão Geral da Cobertura
 - Criação do espaço arquivo
 - Ampliação da fossa Séptica e Sumidouro
 - Recuperação do Piso Estacionamento

- **MANUTENÇÃO V.T. PEDREIRAS** - Serviços executados:
 - Revisão Geral da Cobertura
 - Pintura Geral
 - Instalação de Pia
 - Instalação de Piso tátil
 - Readequação da rampa
 - Retirada de Condensadores ar condicionado da cobertura
- **MANUTENÇÃO VARA DO TRABALHO DE ESTREITO:** Serviços executados:
 - Instalação de protetor de surtos
 - Pintura Geral
 - Instalação Portal Detectores de Metal
 - Piso Tátil
 - Instalação definitiva PJE
- **MANUTENÇÃO V.T. BARREIRINHAS** – Serviços executados:
 - Revisão geral da Cobertura
 - Pintura Geral
 - Revisão das instalações sanitárias e esgoto
- **REFORMA DA SALA DE SOM DO PLENÁRIO**
- **MANUTENÇÃO IMPERATRIZ-** Serviços Executados:
 - Revisão Geral da Cobertura
 - Pintura Geral
 - Recuperação do Muro
 - Instalação de nova Cisterna
- **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DO RESTAURANTE FÓRUM**
- **REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE CARPETE AUDITÓRIO E PLENÁRIO**
- **CONSTRUÇÃO DA V.T. BACABAL**
 - Licitação para contratação da empresa responsável pelo Construção
- **FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REESTRUTURAÇÃO DO CEMOC**
- **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA V.T. DE BARRA DO CORDA**
- **PROJETO PARA REESTRUTURAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO DO PLENÁRIO E DO AUDITÓRIO**
- **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES PRÉDIO SEDE E FÓRUM**
- **ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA INSTALAÇÃO DE PORTAIS DETECTORES DE METAIS**
- **ELABORAÇÃO DE PROJETO MOBILIÁRIOS DRA. SOLANGE**
- **CONTRATAÇÃO PROJETOS IMPERATRIZ**
- **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA GUARITA – PRÉDIO SEDE**
- **SOLICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ORGANIZADORES DE FILA**

- **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVESTIMENTO EM MDF CAPITAL E INTERIOR**
- **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS PARA VEÍCULOS CAPITAL E INTERIOR**
- **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SONDAGEM BACABAL E PINHEIRO**
- **CONTRAÇÃO DE PROJETOS BACABAL E PINHEIRO**
- **INSTALAÇÃO SALA PJE ANEXO C**
- **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RETIRADA DE CERÂMICA FACHADA FÓRUM “ASTOLFO SERRA”**
- **SOLICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS PARA VESTIÁRIOS PRÉDIO SEDE E FÓRUM “ASTOLFO SERRA”**
- **ELABORAÇÃO PROJETO COMBATE A INCÊNDIO PRÉDIO SEDE E FÓRUM “ASTOLFO SERRA”**

4 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA

A Secretaria de Coordenação Judiciária tem a seguinte estrutura básica:



COMPETÊNCIA: Planejar, coordenar e orientar atividades relativas a própria Secretaria e às Diretorias subordinadas a esta Coordenação bem como outras atividades afins que forem determinadas pela Diretoria Geral.

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA: É composta por 05 (cinco) servidores, sendo: 01 (um) Técnicos Judiciários, 03 (três) Analistas Judiciários, 01 (uma) Analista Judiciária/ Oficiala de Justiça e 01 (um) Diretor, totalizando 6 (seis) pessoas.

ATIVIDADES ORDINÁRIAS

1. Expedir às partes e/ou autoridades: Notificações, Intimações, Ofícios, Mandados Judiciais, Carta de Sentença, Carta de Ordem, Carta Precatória, Salvo-conduto, Editais, Alvarás, em cumprimento aos despachos exarados pelos senhores relatores e/ou Presidente para instrução dos processos;

2. Expedir às partes e/ou autoridades notificações por publicação via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT, e/ou via sistema PJe-JT para ciência da decisão exarada nos autos (acórdão) pela 1ª Turma, 2ª Turma e Tribunal Pleno;
3. Providenciar publicações no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT de decisões monocráticas, notificações e editais determinadas pelos senhores relatores e/ou Presidente para instrução dos processos;
4. Analisar os prazos de recursos interpostos pelas partes (Agravo Regimental, Embargos de Declaração, Recurso de Revista) certificando sua tempestividade ou não e em seguida encaminhar à consideração da autoridade competente;
5. Proceder nos autos à juntada de peças protocolizadas neste Tribunal e certificar os prazos, submetendo em seguida à consideração superior;
6. Dar carga de processos aos advogados constituídos nos autos;
7. Autenticar peças processuais e extrair cópias mediante recolhimento de emolumentos;
8. Encaminhar processos aos órgãos competentes quando assim for determinado;
9. Devolver documentos quando determinado pela autoridade competente (desentranhados) ou quando protocolizados indevidamente;
10. Providenciar cobrança das custas processuais em processos de competência originária transitados em julgado, quando no acórdão ou despacho houver condenação;
11. Proceder à execução das custas processuais, multas e honorários advocatícios através do oficial de justiça;
12. Providenciar o arquivamento e desarquivamento de processos;
13. Retornar os autos de Agravo Regimental a autuação originária após o trânsito em julgado e tomar as providências necessárias quanto ao andamento dos autos;
14. Providenciar o arquivamento das Medidas Cautelares à contracapa dos autos principais;
15. Analisar processos julgados, submetendo-os à Presidência;
16. Analisar processos baixados do TST, submetendo-os à Presidência;
17. Cumprir os mandados oriundos da sede deste Regional, inclusive do Setor de Precatório através da Oficiala de Justiça;
18. Providenciar a entrega de autos de Protesto Judicial;
19. Prestar informações sobre o andamento processual às partes ou seus procuradores;
20. Expedir cópia de andamento processual;
21. Expedir certidão negativa ou não de feitos trabalhista;
22. Manter escala de “ Plantão Judicial ” com os servidores desta Secretaria para os finais de semana, feriados e recesso forense;
23. Manter o regime de plantão permanente, inclusive nos dias em que houver expediente forense normal no horário das 17 horas e 30 minutos às 18 horas, de acordo com o determinado na resolução administrativa nº 167/2010 de 12 de novembro de 2010;
24. Elaborar o relatório anual das atividades da Secretaria e encaminhar à Secretaria Geral da Presidência.

ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS:

A Secretaria de Coordenação Judiciária participou dos cursos e/ou treinamentos abaixo relacionados, oferecidos pela Escola Judicial deste Tribunal:

- TREINAMENTO DO MÓDULO SISTEMA PJE-JT – 2º GRAU;
- CURSOS DE GESTÃO ESTRATÉGICA;
- LANÇAMENTO DA CAMPANHA NACIONAL “ LANCE CERTO NO SISTEMA E-GESTÃO”;

- SIMPÓSIO: O NOVO CPC E POSSÍVEIS IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO.

TABELA / ATIVIDADES :

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
ALVARÁS	09
APENSAMENTO	04
CERTIDÕES NOS AUTOS	2.593
CERTIDÕES DE FEITOS TRABALHISTAS	71
CARTAS DE ORDEM	06
CARTA PRECATÓRIA	-
CARTAS DE SENTENÇA	-
CARGAS DE PROCESSOS	86
EDITAIS	18
JUNTADAS	918
MEMORANDOS EXPEDIDOS	103
MANDADOS EXPEDIDOS	70
MANDADOS CUMPRIDOS / DILIGÊNCIA CUMPRIDA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA	469
NOTIFICAÇÕES	203
OFÍCIOS EXPEDIDOS	260
PUBLICAÇÕES VIA DEJT	1.668
PETIÇÕES RECEBIDAS	344
PROCESSOS SOBRESTADOS	07
PROCESSOS ARQUIVADOS	86
PROCESSO P/ PRT- MANIFESTAÇÃO	07
SALVO-CONDUTO	-

4.1 Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual

	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – ÁREA JUDICIAL	TOTAL
1	AUTOS REMETIDOS À PRT PARA EMISSÃO DE PARECER	4511
2	AUTOS DEVOLVIDOS DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO COM PARECER	5857
3	PROCESSOS REAUTUADOS	58
4	REMESSA À ORIGEM	6070
5	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM (DECISÃO DEFINITIVA)	-
6	REMESSA DE AUTOS	2191
7	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM PARA CUMPRIR DESPACHO	137
8	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM / INTERPOSIÇÃO DE AI - TST	1000
9	RETORNO DA VARA DE ORIGEM (DILIGÊNCIA)	140
10	AUTOS REMETIDOS AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	-
11	AGRAVOS DE INSTRUMENTOS REMETIDOS AO TST	-
12	AGRAVOS DE INSTRUMENTO DEVOLVIDOS DO TST	921
13	AGRAVOS DE INSTRUMENTO/TST BAIXADOS À ORIGEM	910
14	AUTOS DEVOLVIDOS DO TST	263
15	REMESSA DOS AUTOS A OUTRO ÓRGÃO	12
16	CERTIDÕES DE TRÂNSITO EM JULGADO EMITIDAS	6095
17	REMESSA DOS AUTOS À APRECIAÇÃO	05
18	DADOS CADASTRAIS ALTERADOS NOS AUTOS	127
19	BAIXA DOS AUTOS ÀS VARAS PARA AGUARDAR JULGAMENTO DO TST	1408
20	AUTOS REMETIDOS PARA ANALISAR	136
21	AUTOS REMETIDOS PARA DISTRIBUIR	8260

22	REMESSA DOS AUTOS AO RELATOR	449
23	AUTOS RENUMERADOS	-
24	PROCESSOS RETORNADOS À AUTUAÇÃO ORIGINÁRIA	130
25	PROCESSO ENCERRADO-NOVO NÚMERO	-
26	AUTUAÇÃO CANCELADA	02
27	REMESSA DOS AUTOS AO RELATOR SORTEADO	7484
28	PETIÇÕES JUDICIAIS PROTOCOLIZADAS	6028
29	PROCESSOS CLASSIFICADOS	5755
30	E-DOC RECEBIDOS	3081
	TOTAL DE EXPEDIENTES EXECUTADOS	61030
	PROCESSOS AUTUADOS/ CLASSES	
AI	AGRAVO DE INSTRUMENTO	101
AP	AGRAVO DE PETIÇÃO	579
ES	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	-
RO	RECURSO ORDINARIO	4527
AIT	AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA	846
ARG	AGRAVO REGIMENTAL	249
MCI	CAUTELAR INOMINADA	02
PET	PETIÇÃO	01
PP	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	25
RC	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	06
CO	CARTA DE ORDEM	-
CPN	CARTA PRECATÓRIA CITATÓRIA	-
PSL	PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE MEDIDA LIMINAR	-
ROPS	RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	444
IF	INCIDENTE DE FALSIDADE	-
REXOF	REMESSA EX-OFFÍCIO	240
ED	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	753
CC	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	-
RA	RECURSO ADMINISTRATIVO	05
CPJ	CONTRAPROTESTO JUDICIAL	-
IVP	IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	-
	TOTAL DE PROCESSOS AUTUADOS	7778
	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS- ÁREA ADMINISTRATIVA	
	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AUTUADOS	3110
	PETIÇÕES PROTOCOLIZADAS	4043
	MALOTES EXPEDIDOS	560
	MALOTES RECEBIDOS	706
	LISTAS DE POSTAGEM EXPEDIDAS	591
	SEDEX ENVIADOS	489
	EXECUÇÃO DE RELATÓRIO ESTATÍSTICO	01
	MEMORANDO EXPEDIDOS	72
	OFÍCIOS EXPEDIDOS	08
	CORRESPONDÊNCIAS DISTRIBUÍDAS	4320
	MALOTES DIÁRIOS PARA FÓRUM ASTOLFO SERRA	209

Ressaltamos que além destas atividades há atendimento ao público diariamente, atividade esta que não dá para quantificar. Outrossim, esclarecemos que demonstramos abaixo as atividades concernentes ao Setor de Distribuição através de suas diversas planilhas.

RESUMO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO NO ANO DE 2014

- Atas de distribuições de processos → 118 (cento e dezoito)
- Processos Distribuídos para Relator → 8.265 (oito mil duzentos e sessenta e cinco)
- Processos Redistribuídos → 2.928 (dois mil novecentos e vinte e oito)

ANEXOS

- Tabelas dos Processos Distribuídos Geral, Pleno e Turmas 2014
- Tabelas dos Processos Distribuídos e Redistribuídos 2014
- Tabelas dos Processos Distribuídos e Redistribuídos por mês

Distribuição Eletrônica Estatística Anual - 2014 - GERAL

	DABF	DGOCF	DIESA	DJES	DJMAF	DLCSJ	DMAFS	DSCPC	JFJCN	JPSMF	Total Tipo
AIAP	0	2	1	1	0	0	1	2	0	2	9
AIRO	9	17	16	19	5	0	7	14	8	6	101
AP	35	96	85	100	57	0	68	120	36	31	628
APA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
APS	1	2	1	4	0	0	0	1	0	0	9
AR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARG	1	100	0	1	88	0	19	25	7	0	241
DCG	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ED-AIAP	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ED-AIRO	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	4
ED-AP	1	10	0	8	10	3	7	5	0	0	44
ED-APS	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
ED-AR	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ED-ARG	0	2	1	1	3	3	0	0	0	1	11
ED-MCI	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ED-MS	0	2	0	0	2	0	2	2	0	0	8
ED-REXOF	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ED-REXOFRV	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
ED-REXOFRVS	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ED-RO	4	122	13	68	80	15	58	82	0	16	458
ED-ROPS	0	21	2	11	14	1	4	6	0	1	60
ED-RORA	0	10	0	4	7	1	3	11	0	0	36
ED-RORAP	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
ED-ROS	3	27	4	11	19	7	16	20	0	1	108
ED-ROSPS	0	2	1	2	0	0	0	1	0	0	6
ED-ROSRA	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
HC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
MCI	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PET	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
RA	0	1	0	2	0	0	0	1	1	0	5
REXOF	15	15	14	20	9	0	4	11	3	2	93
REXOFRV	13	27	21	22	9	0	13	20	6	14	145
REXOFRVR	0	3	6	4	3	0	2	4	2	5	29
REXOFRVS	0	1	3	2	2	0	2	0	0	0	10
RO	598	905	623	972	350	0	312	988	310	300	5358
ROPS	36	80	56	68	20	0	25	63	24	26	398
RORA	4	18	12	22	3	0	9	20	8	10	106
RORAP	1	1	3	0	0	0	0	2	0	0	7
ROS	18	49	49	55	15	0	27	61	22	28	324
ROSPS	7	10	8	9	0	0	1	4	3	1	43
ROSRA	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	4
Total Mg.	746	1532	923	1411	703	30	582	1464	430	444	8265

Distribuição Eletrônica Estatística Anual - 2014 - PLENO

	DABF	DGOCF	DIESA	DJES	DJMAF	DLCSJ	DMAFS	DSCPC	JFJCN	JPSMF	Total Zipo
AIAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
APA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARG	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	6
DCG	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ED-AIAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-AIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-AR	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ED-ARG	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
ED-MCI	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ED-MS	0	2	0	0	2	0	2	2	0	0	8
ED-REXOF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-REXOFRV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-REXOFRVS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-RO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ED-ROPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-RORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-RORAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-ROS	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ED-ROSPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-ROSRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
MCI	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PET	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
RA	0	1	0	2	0	0	0	1	1	0	5
REXOF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REXOFRV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REXOFRVR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REXOFRVS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RORAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROSPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROSRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Mg.	1	5	3	7	4	0	3	6	1	1	31

Distribuição Eletrônica Estatística Anual - 2014 - TURMA 1

	DJES	DLCSJ	OMAFS	DSCPC	Total Tipo
AIAP	1	0	1	2	4
AIRO	19	0	7	14	40
AP	100	0	68	120	288
APA	0	0	0	0	0
APS	4	0	0	1	5
AR	0	0	0	0	0
ARG	0	0	18	24	42
DOG	0	0	0	0	0
ED-AIAP	0	0	0	0	0
ED-AIRO	0	0	0	0	0
ED-AP	8	3	7	5	23
ED-APS	0	0	2	0	2
ED-AR	0	0	0	0	0
ED-ARG	1	3	0	0	4
ED-MCI	0	0	0	0	0
ED-MS	0	0	0	0	0
ED-REXOF	0	0	0	0	0
ED-REXOFRV	0	0	0	0	0
ED-REXOFRVS	0	0	0	0	0
ED-RO	68	15	58	82	223
ED-ROPS	11	1	4	6	22
ED-RORA	4	1	3	11	19
ED-RORAP	0	0	0	0	0
ED-ROS	11	7	16	19	53
ED-ROSPS	2	0	0	1	3
ED-ROSRA	1	0	0	0	1
HC	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	0	0
MCI	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0
PET	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0
REXOF	20	0	4	11	35
REXOFRV	22	0	13	20	55
REXOFRVR	4	0	2	4	10
REXOFRVS	2	0	2	0	4
RO	972	0	312	988	2272
ROPS	68	0	25	63	156
RORA	22	0	9	20	51
RORAP	0	0	0	2	2
ROS	55	0	27	61	143
ROSPS	9	0	1	4	14
ROSRA	0	0	0	0	0
Total Mag.	1404	30	579	1458	3471

Distribuição Eletrônica Estatística Anual - 2014 - TURMA 2

	DGOCT	DIESA	DJMAF	JFJCM	Total Tipo
AIAP	2	1	0	0	3
AIRO	17	16	5	3	41
AP	96	85	57	21	259
APA	0	0	1	0	1
APS	2	1	0	0	3
AR	0	0	0	0	0
ARG	99	0	87	0	186
DCG	0	0	0	0	0
ED-AIAP	1	0	0	0	1
ED-AIRO	2	0	2	0	4
ED-AP	10	0	10	0	20
ED-APS	0	0	0	0	0
ED-AR	0	0	0	0	0
ED-ARG	2	0	3	0	5
ED-MCI	0	0	0	0	0
ED-MS	0	0	0	0	0
ED-REXOF	1	0	0	0	1
ED-REXOFRV	1	0	1	0	2
ED-REXOFRVS	0	0	1	0	1
ED-RO	122	12	80	0	214
ED-ROPS	21	2	14	0	37
ED-RORA	10	0	7	0	17
ED-RORAP	1	1	0	0	2
ED-ROS	27	4	19	0	50
ED-ROSPS	2	1	0	0	3
ED-ROSRA	1	0	0	0	1
HC	0	0	0	0	0
IUJ	0	0	0	0	0
MCI	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0
PET	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0
REXOF	15	14	9	2	40
REXOFRV	27	21	9	0	57
REXOFRVR	3	6	3	0	12
REXOFRVS	1	3	2	0	6
RO	905	623	350	86	1964
ROPS	80	56	20	7	163
RORA	18	12	3	6	39
RORAP	1	3	0	0	4
ROS	49	49	15	12	125
ROSPS	10	8	0	1	19
ROSRA	1	2	1	0	4
Total Mes.	1527	920	699	138	3284

Dados Estatísticos Distribuição - Período de: 01/01/2014 à 31/12/2014

RELATOR

	Dist Sortei	Dist Dep	Dist Vinc	Dist Prev	Dist Comp	ReDist Sortei	ReDist Dep	ReDist Vinc	ReDist Prev	ReDist Suces	ReDist Comp	TOTAL RECEB
AMÉRICO BEDÊ FREIRE	727	10	9	0	0	3	1	0	0	0	0	750
JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	1264	108	39	0	0	26	3	1	0	0	0	1441
GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	1192	299	41	0	0	12	1	2	0	0	0	1547
MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA	448	105	29	0	0	23	1	359	0	0	0	965
ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO	897	22	4	0	0	7	0	1	0	0	0	931
LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR	0	29	1	0	0	0	0	0	0	0	0	30
JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS	447	229	27	0	0	7	1	2	0	0	0	713
SOLANGE C. P. CASTRO CORDEIRO	1302	151	11	0	0	16	0	0	0	0	0	1480
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO (Juiz Convocado)	420	7	3	0	0	1	6	993	0	0	0	1430
PAULO SÉRGIO MONTALVERNE FROTA (Juiz Convocado)	412	3	29	0	0	10	0	1452	0	0	0	1906
Totais	7109	963	193	0	0	105	13	2810	0	0	0	11193

	DABF	DJES	DGOCF	DMAFS	DIESA	DLCSJ	DJMAF	DSCPC	JFJCN	JPSMF	Total
AIAP		1	2	1	1			2	2	2	11
AIRO	9	19	19	12	16		5	14	21	35	150
AP	36	106	97	89	86		62	121	97	114	808
APA							1				1
APS	1	4	2	2	1			1	2	8	21
AR									4	4	13
ARG	1	1	100	37			88	25	23	3	278
DCG		1									1
EDAIAP			1								1
EDAIRO			2				2				4
EDAP	1	8	10	8		3	10	5	2	1	48
EDAPS				2							2
EDAR			1								1
EDARG		1	2		1	3	3		1	1	12
EDMCI							1				1
EDMS			2	2			2	2			8
EDREXDF			1								1
EDREXDFRV			1				1				2
EDREXDFRV							1				1
EDRO	4	69	122	59	13	15	80	83	33	27	505
EDROPS		11	21	4	2	1	14	6	3	1	63
EDRCRA		4	10	3			1	11			36
EDRCRAP			1		1						2
EDROS	3	11	27	16	4	7	19	20	7	3	117
EDROSPS		2	2		1			1			6
EDROSRA		1	1								2
HC									1		1
IUJ		1						1			2
MCI		1	1	1	1				2		6
MS		1		8					14	8	31

	DABF	DJES	DGOCF	DMAFS	DIESA	DLC SJ	DJMAF	DSCPC	JFJCN	JPSMF	Total
PET		1									1
RA		2	1	1				1	1		6
REXOF	15	20	15	5	14		9	11	16	13	118
REXOFRV	14	23	27	19	21		9	21	25	37	196
REXOFRVR		4	3	5	6		3	4	6	5	36
REXOFRVS		2	1	2	3		2				10
RO	599	990	913	571	626		352	996	1025	1405	7477
ROPS	37	68	80	56	58		21	64	52	97	533
RORA	4	22	19	13	13		4	22	25	23	145
RORAP	1		1		3			2	1	1	9
ROS	18	58	51	46	50		16	63	64	108	474
ROSPS	7	9	10	3	8			4	3	9	53
ROSRRA			1		2		1			1	5
Total	750	1441	1547	965	931	30	713	1480	1430	1906	

Total de processos: 11.193

QUANTIDADE DE PROCESSOS POR MÊS NO ANO DE 2014

	ME	QT	(%)
1	Janeiro	20	,2
2	Fevereiro	926	8,3
3	Março	1639	14,6
4	Abril	996	8,9
5	Maio	1876	16,8
6	Junho	1399	12,5
7	Julho	882	7,9
8	Agosto	867	7,7
9	Setembro	694	6,2
10	Outubro	465	4,2
11	Novembro	1183	10,6
12	Dezembro	246	2,2

4.2 Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Apoio ao PJe

RELATÓRIO DE PROCESSOS FÍSICOS

1. No exercício de 2014, foram recebidos dos Gabinetes dos Exmos. Sr^{os} Desembargadores 7.680 processos para publicação de Acórdãos e 162 recebidos das Secretarias do Pleno e Turmas, com certidão redigida nos termos da Lei nº 9.957 de 12/01/2000, totalizando 7.842 processos julgados e publicados aguardando prazo para recurso.

2. Foram baixados à Coordenadoria de Cadastramento Processual e Distribuição 5.192 processos para remessa à origem.
3. Foram retirados em carga 782 processos pelos senhores advogados.
4. Foram remetidos para autuação 750 processos com Embargos de Declaração opostos.
5. Foram interpostos no período 864 Recursos de Agravo de Instrumento/TST e remetidos eletronicamente ao Tribunal Superior do Trabalho 988.
6. Foram interpostos no período 17 Recursos Ordinários/TST e remetidos eletronicamente ao Tribunal Superior do Trabalho 15.
7. Foram interpostos no período 2.274 Recursos de Revista/TST, desse total, 528 foram dando seguimento ao recurso, 1.427 foram negando seguimento e 43 tiveram acordo homologado.
8. Foi registrado por esta unidade o valor total de arrecadação de R\$ 39.329,00 de custas processuais em recursos, não havendo nenhuma arrecadação de emolumentos.
9. Dos expedientes publicados no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT, 304 foram editais de despachos de recursos, 141 editais de acórdãos e 123 notificações.
10. Foram expedidos 229 Mandados de Notificação às Procuradorias Federais no Estado do Maranhão.
11. Foram ainda expedidos 59 Ofícios, 37 Memorandos e 32 Notificações Postais.

5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2014, a Secretaria de Administração contou com o funcionamento de 03 (três) subunidades, a saber:

- I- Seção de Compras
- II- Setor de Estágios
- III -Setor de Convênios e Contratos

ATIVIDADES DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014

- Coordenou e orientou as atividades e procedimentos relativos à administração da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Material e Logística, Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Coordenadoria de Serviços Gerais, Seção de Biblioteca e Gestão Documental e Seção de Saúde;
- Planejou, coordenou e orientou as atividades e procedimentos relativos à Seção de Compras e ao Setor de Contratos e Convênios;
- Planejou e implementou ações relativas à recepção, controle e manutenção de estagiários em Estágio Não Obrigatório e Obrigatório;
- Elaborou termos de referência relativos a compras e contratação de serviços;
- Participou de reuniões com a Administração do Tribunal a fim de realinhar suas atividades estabelecendo prioridades para a Seção de Compras;
- Fiscalizou e acompanhou a execução dos contratos firmados por este Regional;

- Provocou a renovação dos contratos junto aos fiscais dos mesmos, bem como elaborou a minuta e coletou a assinatura das partes;
- Agendou e tomou providências necessárias para realização de eventos que ocorreram no auditório;
- Oficiou pessoas jurídicas convenientes para que se manifestassem acerca do interesse na renovação dos convênios;
- Elaborou minuta e colheu as assinaturas para efetivação dos convênios;

SEÇÃO DE COMPRAS

A Seção de Compras, no exercício de 2014, desempenhou todas as atividades que lhe foram atribuídas pela norma regulamentadora interna (RA 230/2009). Além de subsidiar o pregoeiro no julgamento das propostas e habilitação de licitantes, auxiliou também, quando solicitado, ao Setor de Contratos e Convênios nas revisões contratuais e repactuações de serviços terceirizados, a saber:

1- Nos Processos licitatórios para a contratação de bem e serviços, bem como nas contratações diretas (dispensabilidades e inexigibilidades de licitações) esta Seção de Compras exerceu a coordenação, supervisão, controle e elaboração dos atos inerentes à fase interna das licitações. Foram implementadas ações, iniciando-se com o planejamento até a elaboração das minutas dos termos de referencia/projetos básicos, pelos quais passamos a relatar os principais atos e resultados alcançados em economia para o erário, bem como a eficiência operacional na tramitação dos aludidos processos:

Compras governamentais

Atos praticados nas licitações

No exercício em comento, procurou esta Seção, sob a coordenação de sua Secretaria, executar tarefas que envolvam, em regra, a fase interna das licitações, na busca de aquisição de bens e contratação de serviços de forma mais vantajosa para Administração, consubstanciada em normas e procedimentos legais e regulamentares.

Das atividades desenvolvidas, inicia-se a demonstrar o quantitativo de atos praticados na fase interna das licitações, que totalizaram, dentre outros, 70 (setenta) minutas de termos de referências finalizados. Do total dos atos praticados, foram evidenciados que 53 (cinquenta e três) alcançaram resultados adjudicados/homologados e apenas 3(três) restaram fracassados/desertos. Assim, da totalidade dos processos licitatórios autuados, 76% (setenta e seis por cento) tiveram resultados adjudicados/homologados, fato que revela nível de eficácia para os trabalhos desenvolvidos.

Resultados alcançados - processos licitatórios

Valor economizado no exercício

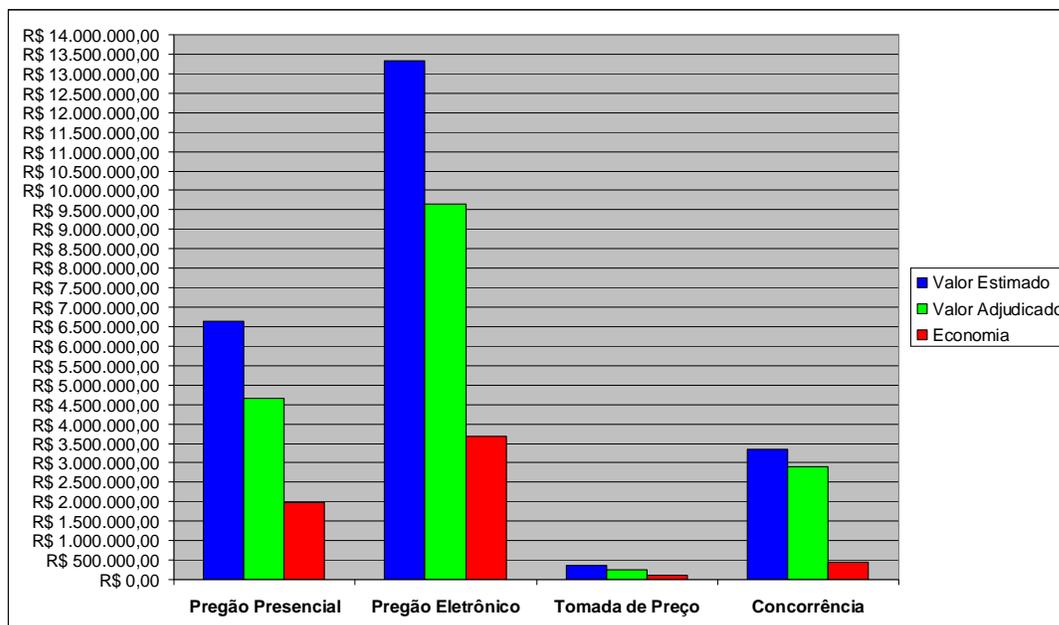
a) Das compras e contratações efetuadas neste exercício, a Seção de Compras, com as demais unidades envolvidas e, em cumprimento às metas traçadas pela Administração, alcançou resultado substancial em economia efetiva ao erário, tendo por base os registros demonstrados na tabela – 1.

TABELA - 1
COMPRAS E CONTRATAÇÕES TRT 16 REGIÃO
VALOR ESTIMADO, ADJUDICADO E PERCENTUAL EM ECONOMIA
POR MOD. DE LICITAÇÃO – ANO 2014

Modalidade	Valor Estimado (R\$)	Valor Adjudicado (R\$)	Economia em R\$	Economia em %
Pregão Presencial	R\$ 6.628.682,83	R\$ 4.653.632,93	R\$ 1.975.049,90	29,79%
Pregão Eletrônico	R\$ 13.326.825,21	R\$ 9.643.791,83	R\$ 3.683.033,38	27,63%
Tomada de Preço	R\$ 371.809,31	R\$ 258.188,52	R\$ 113.620,79	30,55%
Concorrência	R\$ 3.346.311,89	R\$ 2.899.433,02	R\$ 446.878,87	13,35%
TOTAL	R\$ 23.673.629,24	R\$ 17.455.046,30	R\$ 6.218.582,94	26,26%

b) No gráfico “A” fica demonstrado que esta Corte Trabalhista economizou no ano de 2014 um valor total de R\$ 6.218.582,94 (Seis milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos) nas contratações de bens e serviços, que equivale ao percentual total de 26% (vinte e seis por cento) em economia, levando-se por base o valor estimado da contratação. O custo estimado dessas contratações foi em torno de R\$ 23.673.629,24 e o valor adjudicado/homologado importou em R\$ 17.455.046,30.

GRÁFICO “A”
DEMONSTRATIVO DE ECONOMIA NO ANO DE 2014



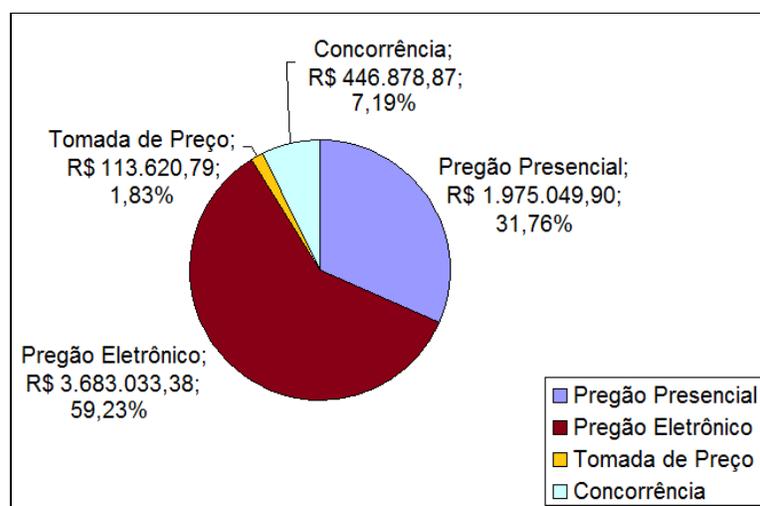
c) A tabela 2 representa a economia gerada aos cofres públicos neste exercício, evidenciada por modalidade de licitação com os respectivos percentuais alcançados.

TABELA 2
DEMONSTRATIVO DE VALOR ECONOMIZADO
POR ESPÉCIE DE LICITAÇÃO
ANO – 2014

Modalidade	Economia em R\$	Economia em %
Pregão Presencial	R\$ 1.975.049,90	31,76%
Pregão Eletrônico	R\$ 3.683.033,38	59,23%
Tomada de Preço	R\$ 113.620,79	1,83%
Concorrência	R\$ 446.878,87	7,19%
TOTAL	R\$ 6.218.582,94	26,26%

d) Diante do demonstrativo acima fica evidenciado no gráfico “B” os percentuais alcançados em economia, por modalidade de licitação. Vale ressaltar nesta análise a posição de destaque que a figura do pregão (na forma eletrônica e presencial) tem obtido em economia, em média chegou ao patamar de 91% do valor total economizado implicando num valor efetivo de R\$ 5.658.083,28 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e oito mil, oitenta e três reais e vinte e oito centavos).

GRÁFICO “B”
DEMONSTRATIVO PERCENTUAL DE ECONOMIA
POR ESPÉCIE DE LICITAÇÃO
ANO – 2014



Outras atividades desenvolvidas

Fortalecimento de controles internos

Com objetivo de fortalecer os controles internos desta Secretaria e dar cumprimento as leis e Resoluções do CNJT, foi delegada à Seção de Compras, em conjunto com os demais Setores envolvidos, a implantação de estudos e elaboração dos atos internos, submetidos à análise da autoridade superior para aprovação. Os mais relevantes foram procedimentos de implantação dos

Atos regulamentares, com vistas ao planejamento das compras públicas para o exercício seguinte e, conta vinculada, além de estudos para implantação de atos de fiscalização visando a melhoria e eficiência da execução contratual.

Atividades auxiliares

- Deu andamento a todos os processos referentes às compras/obras/serviços, encaminhados pelo setor competente ou sugeridos por esta unidade;
- Ampliou, junto aos fornecedores do mercado local e outros, pesquisas de preço de material ou serviço, de modo a identificar o custo estimado da contratação;
- Emitiu todas as certidões necessárias para as contratações dos prováveis fornecedores;
- Coletou, classificou e juntou propostas mais vantajosas para a Administração, nos casos de compra ou prestação de serviços;
- Elaborou planilhas para a contratação de mão de obra terceirizada;
- Manteve contato com vários órgãos da Administração Pública com vistas a obter subsídios relativos a procedimento na área de compras objetivando a otimização das rotinas do serviço;
- Encaminhou expedientes diversos (memorandos, ofícios emails) aos possíveis prestadores de serviço e/ou fornecedores, bem como aqueles cuja contratação está em andamento, para esclarecer dúvidas, solicitar informações e/ou providências relativas ao objeto tratado;
- Organizou cadastro de fornecedores com vistas a ampliar o campo de pesquisa do setor.
- Analisou processos de revisões contratuais, com emissão de parecer.
- Realizou análise de reajustes contratuais tendo por espécie as repactuações de serviços terceirizados,
- Instruiu processos com vistas a adesões a atas de registros de preços.

Comunicação interna e externa

Outras atividades são desenvolvidas pela Seção de Compras com a elaboração e encaminhamento de despachos, ofícios, memorandos, relatórios de classificação de propostas, diligências, esclarecimentos, atestes em notas fiscais/faturas, entre outros.

SETOR DE COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

A Secretaria de Administração como coordenadora do Programa de Estágio deste TRT, realiza as ações de planejamento, programação, acompanhamento e controle do estágio não obrigatório e obrigatório, tendo como principais atividades:

- Contratou-se o serviço de um agente de integração para auxiliar no controle dos estágios não-obrigatórios neste Regional. O contrato nº 50/2013 com a empresa Super Estágios Ltda ME prevê a prestação dos serviços de recrutamento, seleção e administração de estágio, observando a Portaria GP nº 930/2013 que regulamenta estágio de estudantes no âmbito deste TRT.
- Fez-se a migração de dados de todos os estagiários com contrato ativo para o sistema da empresa Super Estágios.
- Realizou-se uma palestra com os supervisores e estagiários da capital para esclarecer sobre o novo sistema.

- Providenciou-se a realização de convênios entre a empresa e as instituições de ensino. Foram mantidos os convênios com o TRT apenas em relação ao ensino superior, para permitir a realização de estágios obrigatórios.
- Alterou-se o calendário da folha de pagamento dos estagiários não obrigatórios, para viabilizar o recebimento da bolsa até o quinto dia útil do mês seguinte ao período trabalhado. O novo período de apuração da folha passou a ser de 21 do mês anterior até dia 20 do mês atual.
- Realizado em 31/08/14 a prova do seletivo de estagiários, com divulgação de resultado em 19/09/14. A partir de então as novas contratações são oriundas do cadastro reserva de estudantes de nível médio e outro de nível superior, por curso. Sendo realizado o controle pela ordem de classificação.
- Receber e analisar a documentação exigida quando do primeiro ingresso e semestralmente, a cada renovação do contrato de estágio;
- Providenciar a inclusão do estagiário contratado no banco interno de dados, Sistema de Controle de Estagiários – SCE;
- Manter atualizado o banco interno de dados;
- Providenciar a inclusão dos estagiários e o cadastro biométrico no sistema de ponto eletrônico;
- Providenciar, junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, confecção de crachá de identificação;
- Elaboração da folha de pagamento mensal, fazendo o levantamento da frequência dos estagiários no sistema de ponto e enviando para a Super estágios;
- Recepcionar e avaliar os Relatórios Trimestrais e Finais enviados pelos supervisores de estágio;
- Preparar e manter a pasta dos estagiários atualizada;
- Fornecer, sempre que solicitadas, todas as informações necessárias à realização de auditoria pela Coordenadoria de Controle Interno;
- Receber alunos das Instituições conveniadas para realizar estágio obrigatório e encaminhá-los às unidades receptoras;
- Demonstrar a legalidade sobre a redução de carga horária, recesso de estagiários, participação em atividades e eventos escolares e lançar estes abonos no sistema de pontos;
- Atender aos pedidos das unidades sobre o preenchimento de vaga de estágio de acordo com a distribuição constante no quadro do Anexo I, da Portaria GP nº 930/2013;
- Expedir certidão de conclusão de estágio;
- Orientar os estagiários sobre seus direitos e deveres;
- Observar o constante no Ato Regulamentar que disciplina a atividade de estágio de estudantes no âmbito deste TRT, através da Portaria GP nº 930/2013.

O Quadro abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura do órgão (na área fim ou na área meio):

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1.Nível Superior	93	88	93	98
1.1 Área Fim	69	67	67	71
1.2 Área Meio	24	21	26	27
1.Nível Médio	67	72	78	82
2.1 Área Fim	54	59	64	68
2.2 Área Meio	13	13	14	14
3. Total (1+2)	160	160	171	180

SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

O Setor de contratos e convênios Administrativos, no exercício de 2014, acompanhou a execução dos convênios e contratos administrativos, efetuando as intervenções necessárias para o fiel cumprimento dos ajustes celebrados por este Regional.

Nesta unidade também foram provocadas a renovação dos contratos junto aos fiscais dos mesmos, bem como elaboração de minuta e coleta da assinatura das partes.

Assim, foram mais de 60 (sessenta) contratos supervisionados e renovados por este setor durante o exercício de 2013, efetuando as seguintes atividades:

- Cumprir e fazer cumprir as normas, rotinas e cláusulas contratuais por parte das unidades envolvidas, ou seja, fiscais e pessoas jurídicas contratadas por este Regional;
- Manter o registro de todos os contratos administrativos, a fim de verificar a fiel execução dos ajustes celebrados por este Regional;
- Contatar freqüentemente os fiscais dos contratos administrativos, a fim de verificar a fiel execução dos ajustes celebrados por este Tribunal;
- Elaborar e alimentar planilha de dados acerca dos contratos administrativos, para acompanhamento da execução contratual;
- Submeter ao Diretor Geral a lista indicativa de fiscais substitutos, bem como suas atualizações, para fins de aprovação e designação dos fiscais dos contratos administrativos mantidos por este Tribunal;
- Encaminhar aos fiscais dos contratos as cópias dos instrumentos contratuais e seus aditivos;
- Sugerir ao Diretor Geral a adoção de medidas necessárias à execução contratual de maneira eficaz;
- Elaborar Minuta do contrato, a partir do constante em termo de referência e de edital, para constituir anexo do edital ou ato convocatório do procedimento licitatório;
- Terminada a licitação, com base na minuta acima, os campos são preenchidos com nomes, endereço, CNPJ, valor, representante(s) e outros que se fizerem necessários para elaboração do contrato antes minutado;
- Encaminhar à Jurídica, minuta para análise;
- Submeter, novamente a minuta, à apreciação da Jurídica;
- Encaminhar à Presidência para assinatura;
- Encaminhar ao contratante para assinatura (ofício);
- Encaminhar a DG para publicação no DOU;
- Uma vez publicado, postar a publicação, lançar em contas públicas;

- Encaminhar à SOF para registros;
 - Acompanhar prazos de vencimentos de contratos e outros necessários para cumprimento;
 - Comunicar com antecedência de 180 dias à DG, acerca de interesse ou não na renovação do contrato;
 - Elaborar o aditivo, caso autorizado, e encaminhar à jurídica para análise;
 - Se aprovado pela Jurídica, encaminhar para assinatura da Presidência
- Relação de contratos elaborados durante o ano de 2014:

Nº CONTRATO	PA	ASSUNTO/OBJETO	CONTRATADA
1	1251/2010	Reforma e adaptação de lanchonete no FAS	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA
2	5511/2013	Portões	M SOUSA GUSMAO
3	1282/2013	CONST VT DE B DO CORDA	VERSAL
4	3809/2013	ÁGUA MINERAL	R O ALCÂNTARA
5	3930/2013	Carpetes	DIVIFLEX COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS LTDA
6	323/2013	Guarita	INGARANA CONSTRUÇÕES LTDA
7	6998/2013	Aquisição de veículos ARP nº 163/2013 – UFMA	BREMEN VEÍCULOS LTDA
8	3810/2013	Fornecimento de jornal	NL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PERIÓDICOS LTDA
9	6387/2013	Sistema de proteção de carga	MAK ENGENHARIA COMÉRCIO LTDA
10	7060/2013	Aquisição SCANNERS	ECS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS
11	7009/2013	Aquisição de Impressoras	PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.
12	6769/2013	Veiculação de avisos e publicações	ELOAH PUBLICIDADES E PROPGANDA LTDA
13	219/2013	Lavagem de veículos	START SERVIÇOS LTDA ME
14	3810/2013	Serviços de manutenção - SIABI	W.J. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
15	5724/2013	Prestação de serv. gráficos em acabamento – bloquista	PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTDA
16	3792/2013	Impresso 25 anos	Editora Gráfica Aliança
17	3821/2013	VÍDEO 25 ANOS	
18	1004/2013	Serviços de recepção	Global
19	6909/2013	Elaboração de projeto de arquitetura VT de Imperatriz	HP ENGENHARIA LTDA
20	3938/2014	Manutenção predial	VERSAL
21	2461/2014	Aquisição de longarinas	TECNO2000

Nº CONTRATO	PA	ASSUNTO/OBJETO	CONTRATADA
23	3205/2014	Contratação de Serviços de Diagnóstico e Modelagem de Processos de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação	FUNDAÇÃO CPQD

24	3235/2014	Aquisição de notebook	TORINO INFORMÁTICA LTDA
25	3203/2014	Fornecimento de solução integrada de gerenciamento de serviços de tecnologia da informação – ITL, com fornecimento de licenças de software.	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
26	3234/2014	fornecimento de <i>upgrades</i> de equipamentos existentes de armazenamento de dados - <i>storages</i> marca <i>EMC</i> , e de fornecimento de novos equipamentos de armazenamento de dados	LANLINK INFORMÁTICA LTDA
27	2660/2014	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO AUDITÓRIO E PLENÁRIO DO PRÉDIO SEDE	M L DE BARROS NETO - ME
28	3527/2014	Sondagem de Terrenos destinados à construção das VT's de Bacabal e Pinheiro	EMPRESA MARANHENSE DE GEOTECNIA, FUNDAÇÕES, TERRAPLANAGENS E OBRAS CIVIS LTDA. - EMGEO
29	4295/2014	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE HARDWARE ESPECIALIZADO, TIPO APPLIANCE, EM CLUSTER, PARA CONTROLE, MONITORAMENTO E FILTRAGEM DE CONTEÚDO NO USO DA INTERNET PARA UTILIZAÇÃO CORPORATIVA, INSTALAÇÃO DA REFERIDA SOLUÇÃO, SUPORTE DE HARDWARE E SUPORTE DE SOFTWARE POR 24 MESES E TREINAMENTO.	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Nº CONTRATO	PA	ASSUNTO/OBJETO	CONTRATADA
30	3246/2014	Fornecimento de regularização das licenças existentes do software de backup IBM Tivoli Storage Manager	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA.
31	5454/2014	Diagramação, ilustração, montagem e impressão dos informativos institucionais da Justiça do Trabalho da 16ª Região	Gráfica Santa Clara Ltda.
32	3334/2014	Projetos Bacabal e Pinheiro	CLAUDIO FERRO ARQUITETURA LTDA
33	3848/2014	Fornecimento de licenças e serviços de subscrição da suíte de virtualização VMware, bem como treinamento e suporte técnico dos produtos	IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

34	3677/2014	Aquisição de tablet	HEWLETT – PACKARD BRASIL LTDA
35	3050/2014	Telefonia Fixa Comutada (modalidades Longa Distância Nacional e Internacional)	TELEMAR NORTE LESTE S/A.
36	4904/2014	Topografia nos terrenos das VTs de Bacabal, Barra do Corda e Imperatriz.	RH EMPREENDIMENTOS LTDA
37	795/2014	Solução integrada de fornecimento e instalação de solução integrada de segurança eletrônica - CFTV	FONMART TECNOLOGIA LTDA
38	1377/2014	Serviços de auxiliar de eletricista	MAHCRO SERVIÇOS E LIMPEZAS E COMÉRCIO EM GERAL LTDA
39	328/2014	Serviços de condutores de veículos	GLOBAL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA
40	2542/2014	Fornecimento e instalação de abrigo para veículos em estrutura metálica, coberto com lona e telhas de alumínio nas edificações utilizadas pela Justiça do Trabalho (Capital e Interior)	M R S PEDROSA E CIA LTDA
41	5766/2014	Serviços de postagens, sedex e outros	EBCT
42	2281/2014	Serviços de solução de SMS	MAXX PROJETOS E CONSULTORIA EM TI LTDA - ME
43	4522/2014	Implantação e aprimoramento de Escritórios de Gestão de Projetos de Tecnologia de Informação e Comunicações - EGP-TIC	INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA
44	2594/2014		
45	5078/2014	Prestação de Serviços de Passagens aéreas	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA- ME
46	4717/2014	Seguro de veículos	TOKIO MARINE SEGURADORA S.A
47	3512/2014	Serviços de Construção da Sede Definitiva da Vara Trabalhista de Pinheiro	M L CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP
48	3513/2014	Serviços de Construção da Sede Definitiva da Vara Trabalhista de Bacabal	VERSAL – CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA

Segue a relação de convênios firmados no exercício de 2014:

CONV.	CONVENIADO	PA	OBJETO
Nº 01/2014	WIZARD	627/2011	Concessão de desconto nas mensalidades para magistrados e servidores
Nº 03/2014	UNIBEU	6996/2013	CONCESSÃO DE DESCONTO NAS MENSALIDADES ESCOLARES A MAGISTRADOS E SERVIDORES
Nº 04/2014	MONOBLOCO	1148/2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
Nº 06/2014	APCEF	2588/2011	Acesso ao quadro de sócios da APCEF
Nº 09/2014	CEF	2870/2014	Acesso ao portal Judicial da CAIXA
Nº 11/2014	Prefeitura Municipal de Imperatriz	3460/2014	Cessão de servidores para TRT16
ADITIVOS			
ADITIVO Nº 03-CONV.08/11	POUPEX	1055/2009	Concessão de linhas de financiamento imobiliário
ADITIVO Nº 03-CONV.09/11	FHE	1055/2009	Acesso aos produtos e serviços disponibilizados pela FHE
ADITIVO Nº 002/201-CONV.13/2014	ANAJUSTRA	676/2007	Concessão de rubrica de consignação para desconto de mensalidade da Conveniada em folha de pagamento
ADITIVO Nº 02/2014-CONV. Nº 008/2014	PGJ	936/2008	estabelecer formas de cooperação no combate ao trabalho escravo e a erradicação do trabalho infantil,
TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA			
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014	BANCO DO BRASIL	4206/2014	Retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências nas unidades jurisdicionadas ao CNJ
TERMOS DE PARCERIA			
TERMO DE PARCERIA - Nº 001/2014	CEMAR/ECOCEMAR	4086/2012	Ações e procedimentos destinados a viabilizar a coleta de resíduos sólidos recicláveis nas dependências do FAZ
Nº	CEF e TST		Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pela CAIXA e pelo TRIBUNAL à sociedade, estipular formas de ampliação e implemento da relação existente.

CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

A Conformidade de Registro de Gestão foi instituída pelo artigo 10 da IN Nº 06, de 31 de outubro de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional e, tem como objetivo, verificar a consistência dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial com sua documentação suporte e legislação vigente, caracterizando-a como uma tarefa que confere segurança e confiabilidade à informação contábil. Esta atividade é salutar para que se minimize a quantidade de erros e/ou movimentos sem a devida análise pertinente.

A Tabela abaixo quantifica, em número de dias úteis, o lançamento da Conformidade de Registro de Gestão em cada mês do referido exercício por esta Secretaria de Administração, trazendo também o número de protocolos analisados naquele ano.

CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO		
EXERCÍCIO DE 2014		
MÊS	Nº DE DIAS REGISTRADOS NO MÊS	Nº DE ÍTENS ANALISADOS NO MÊS (PROTOCOLOS)
JANEIRO	22	221
FEVEREIRO	20	240
MARÇO	18	292
ABRIL	18	302
MAIO	20	352
JUNHO	19	271

JULHO	22	329
AGOSTO	20	289
SETEMBRO	22	296
OUTUBRO	21	429
NOVEMBRO	20	361
DEZEMBRO	19	426
TOTAL	241	3808

Fonte: SIAFI/2014

5.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas deste Tribunal desenvolveu, durante o exercício de 2014, tarefas relacionadas a direitos e deveres de magistrados ativos e inativos, servidores ativos e inativos, pensionistas de magistrados e servidores, e de servidores que exerceram apenas cargo em comissão, requisitados e removidos, com a estrutura abaixo, que deu suporte à execução de suas atribuições.

Seção/Setores:

- Seção de Legislação de Pessoal e Desenvolvimento de Pessoas
- Setor de Magistrados
- Setor de Informações Funcionais

Seção de Legislação de Pessoal e Desenvolvimento de Pessoas

- Executou tarefas referentes ao Regime Jurídico dos Servidores, elaborando e propondo a expedição de normas que facilitem a aplicação da legislação;
- Acompanhou publicações de Legislação, Pareceres e Atos Administrativos de interesse dos servidores;
- Executou tarefas referentes ao cumprimento do Regime Jurídico dos Servidores;
- Atendeu a solicitações do Conselho Nacional de Justiça;
- Atendeu a solicitações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu a solicitações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu a solicitações de outros TRT's;
- Prestou informações à Procuradoria da República no Maranhão (AGU);
- Atendeu a diligências do Tribunal de Contas da União;
- Forneceu documentação referente a instrução de processos administrativos disciplinares;
- Instruiu protocolos referentes a substituições de servidores;
- Confeccionou minuta de portaria de substituição;
- Lançou, no Sistema de RH, concessão de substituição;
- Encaminhou à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de e-mail, informações referentes à concessão de direitos aos servidores, para que fosse disponibilizado no Boletim Interno Eletrônico;
- Controlou o cadastro dos servidores beneficiados com o Auxílio-Alimentação, no tocante à inclusão e exclusão;

- Controlou o cadastro dos servidores beneficiados com o Auxílio-Transporte, no tocante à inclusão e exclusão;
- Controlou o cadastro de servidores beneficiados com o auxílio Pré-Escolar, no tocante à inclusão e exclusão;
- Enviou, mensalmente, dados estatísticos referentes aos benefícios concedidos por este Tribunal, para a Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Encaminhou às assessorias, diretorias e chefias, expedientes referentes a Avaliação de Estágio Probatório;
- Encaminhou às assessorias, diretorias e chefias, expedientes referentes a Avaliação de Desempenho Funcional;
- Recepcionou e analisou as fichas de avaliação de estágio probatório e funcional;
- Instruiu protocolos referentes à progressão e promoção funcionais;
- Instruiu protocolos referentes a estabilidade no cargo comissionado/função comissionada em decorrência de exoneração/dispensa de CJ/JC de servidora em estado de gravidez;
- Instruiu protocolos referentes a Auxílio-Moradia;
- Instruiu protocolos referentes a Auxílio-Funeral;
- Orientou os servidores recém-nomeados, além dos requisitados, sobre os benefícios concedidos por este Tribunal;
- Orientou os servidores acerca dos procedimentos para averbação de tempo de contribuição, para a concessão do abono de permanência, e para a concessão de aposentadoria e pensão por morte;
- Instruiu protocolos referentes a averbação de tempo de contribuição;
- Expediu certidões de tempo de contribuição e outras certidões solicitadas pelos interessados;
- Instruiu protocolos referentes ao abono de permanência;
- Instruiu protocolos referentes a aposentadoria;
- Instruiu protocolos referentes a pensão por morte.

Setor de Magistrados

- Recepcionou documentação e realizou o cadastramento, no Sistema de RH/Folha de Pagamento, de magistrados;
- Procedeu ao recadastramento anual de Desembargadores e Juízes inativos e pensionistas, migrando as informações para o Sistema Informatizado SRH/Folha de Pagamento;
- Acompanhou publicações de legislação, pareceres e atos administrativos de interesse dos Desembargadores e Juízes;
- Alimentou o sistema de RH/Folha de Pagamento com dados referentes a direitos de Desembargadores e Juízes;
- Atualizou a lista de antigüidade dos magistrados de 1º e 2º Graus;
- Atendeu às solicitações da Procuradoria da República no Maranhão (Advocacia Geral da União);
- Atendeu a todas as diligências e determinações do Tribunal de Contas da União;
- Atendeu as diligências e determinações do Conselho Nacional de Justiça;
- Atendeu as diligências e determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu a todas as determinações do Tribunal Superior do Trabalho;

- Atendeu à Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal;
- Atendeu às solicitações de outros TRT's;
- Expediu certidões de tempo de contribuição e demais certidões solicitadas pelos interessados;
- Instruiu protocolos de averbação de tempo de contribuição;
- Instruiu processos de concessão de abono de permanência;
- Instruiu protocolos de concessão de aposentadoria e pensão por morte;
- Efetuou o lançamento, no SISAC (TCU), de informações referentes a concessão de aposentadoria e pensão por morte;
- Registrou as admissões, aposentadorias e pensões aprovadas pelo Tribunal de Contas da União;
- Expediu carteiras funcionais dos magistrados;
- Expediu certidões e declarações com informações contidas nos assentamentos funcionais dos Desembargadores e Juízes;
- Instruiu todos os protocolos referentes a direitos e deveres dos magistrados, tais como licenças médicas, maternidade, paternidade, auxílio-natalidade etc.;
- Instruiu protocolos de remoção;
- Elaborou, em conjunto com a Presidência, portarias de plantão judicial;
- Instruiu protocolos de concessão de folgas por plantão judicial;
- Instruiu protocolos referentes a ajuda de custo e auxílio moradia;
- Manteve, nos assentamentos dos magistrados, as autorizações de acesso às declarações de bens (formulário TCU relativa à IN nº 67/2011);
- Controlou o arquivo funcional dos Desembargadores e Juízes;
- Conferiu e consolidou a escala de férias dos magistrados;
- Lançou, no Sistema de RH/Folha de Pagamento, marcação/alteração de férias;
- Instruiu protocolo de concessão e de alteração de férias;
- Confeccionou minuta de portaria de concessão, alteração e suspensão de férias;
- Informou, para a Coordenadoria de Folha de Pagamento, férias a serem remuneradas;
- Controlou o cadastro dos Desembargadores e Juízes beneficiados com o Auxílio--Alimentação, no tocante à inclusão e exclusão;
- Encaminhou à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de e-mail, informações referentes a nomeação, remoção e exoneração de juízes, para que fosse disponibilizado no Boletim Interno Eletrônico.

Setor de Informações Funcionais

- Cadastrou os servidores recém-nomeados, removidos e requisitados, no Sistema de SRH/Folha de Pagamento;
- Cadastrou servidores no PASEP;
- Controlou o arquivo funcional de servidores;
- Executou tarefas referentes ao Regime Jurídico dos Servidores;
- Expediu certidões, declarações e atestados funcionais a servidores e ex-servidores;
- Informou processos referentes a direitos e deveres dos servidores;
- Lavrou termos de posse de servidores, assessores e diretores;

- Atualizou os dados referentes ao quadro de pessoal;
- Recepcionou Formulário de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do -Imposto de Renda Pessoa Física, nos moldes solicitados pelo Tribunal de Contas da União (IN nº 67/2011);
- Atualizou o arquivo funcional dos servidores;
- Recepcionou a documentação para posse de servidores;
- Controlou as renovações de disposições de servidores;
- Controlou as remoções e redistribuições de servidores;
- Atendeu a todas as diligências do Tribunal de Contas da União;
- Atendeu a todas as determinações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu a diligências e determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu às diligências e determinações do Conselho Nacional de Justiça;
- Recepcionou, conferiu e controlou certidões/declarações para atender a determinação do CNJ/CSJT;
- Atendeu a consultas de outros TRT's;
- Instruiu protocolos referentes a exoneração/vacância e nomeação de servidores;
- Confeccionou minutas de portarias de exoneração/vacância e nomeação de servidores;
- Instruiu protocolos referentes a dispensa/designação para exercício de função comissionada;
- Confeccionou minutas de portarias referentes a dispensa/designação para função comissionada;
- Instruiu protocolos referentes a exoneração/nomeação para exercício de cargo em comissão;
- Confeccionou minutas de portarias referentes a exoneração/nomeação para cargo em comissão;
- Instruiu protocolos de redistribuição;
- Instruiu protocolos de remoção;
- Instruiu protocolos de licenças médicas, gestante, paternidade, auxílio-natalidade, licença de gala, nojo, etc;
- Instruiu protocolos de inclusão para fins abatimento do IRPF;
- Analisou e concedeu o Adicional de Qualificação – AQ;
- Lançou, no Sistema de RH, o Adicional de Qualificação - AQ;
- Informou, para a Coordenadoria de Folha de Pagamento, a concessão de Adicional de Qualificação - AQ;
- Informou para a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações as matérias para serem publicadas no Boletim Interno Eletrônico;
- Instruiu protocolos referentes a Indenização de Transporte;
- Recepcionou e conferiu os relatórios referentes a Indenização de Transporte;
- Controlou o sistema de Ponto Eletrônico;
- Enviou a frequência de servidores requisitados e removidos para os respectivos órgãos de origem;
- Lançou no Sistema de RH a concessão de folgas a servidores;
- Convocou e cadastrou servidores inativos e pensionistas;
- Instruiu protocolos referentes a Ajuda de Custo e auxílio moradia;
- Prestou informação mensal, para a Secretaria de Orçamento e Finanças, constando o Rol de Responsáveis;
- Lançou, no SISAC (TCU), informações referentes a aposentadoria;

- Lançou, no SISAC (TCU) informações referentes à concessão de Pensão por Morte;
- Atualizou, de forma constante, o banco de dados de servidores, visando obter informações fidedignas para instrução em processos administrativos e extração de relatórios, além de subsidiar preenchimento de tabelas enviadas à Secretaria de Orçamento e Finanças e ao TST/CSJT;
- Confeccionou Carteiras Funcionais;
- Confeccionou Crachás Funcionais;
- Instruiu protocolos de licença para o trato de interesses particulares;
- Instruiu protocolos de afastamento para cursar mestrado e doutorado;
- Instruiu protocolos de licença para atividade política;
- Instruiu protocolos de afastamento para exercício de mandato eletivo;
- Recadastrou servidores inativos e pensionistas.
- Encaminhou à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de e-mail, informações referentes nomeações, designações e dispensas de cargos em comissão/função comissionada de servidores, para que fosse disponibilizado no Boletim Interno Eletrônico.
- A seguir, as tabelas dos quantitativos de Benefícios e Adicionais concedidos no exercício de 2014.

Auxílio-Alimentação

MÊS	MAGISTRADOS/SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	606
FEVEREIRO	607
MARÇO	604
ABRIL	605
MAIO	601
JUNHO	605
JULHO	600
AGOSTO	594
SETEMBRO	595
OUTUBRO	591
NOVEMBRO	591
DEZEMBRO	586

Auxílio Pré-Escolar

MÊS	DEPENDENTES DE MAGISTRADOS E SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	138
FEVEREIRO	140
MARÇO	140
ABRIL	137
MAIO	139
JUNHO	135
JULHO	134
AGOSTO	131
SETEMBRO	131
OUTUBRO	129
NOVEMBRO	130
DEZEMBRO	130

Auxílio-Transporte

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	01
FEVEREIRO	01
MARÇO	01
ABRIL	01
MAIO	01
JUNHO	01
JULHO	01
AGOSTO	01
SETEMBRO	01
OUTUBRO	01
NOVEMBRO	01
DEZEMBRO	01

Auxílio natalidade

MÊS	MAGISTRADOS E SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	00
FEVEREIRO	00
MARÇO	02
ABRIL	00
MAIO	03
JUNHO	02
JULHO	02
AGOSTO	02
SETEMBRO	01
OUTUBRO	00
NOVEMBRO	01
DEZEMBRO	02

Indenização de Transporte

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	34
FEVEREIRO	36
MARÇO	29
ABRIL	40
MAIO	37
JUNHO	29
JULHO	32
AGOSTO	48
SETEMBRO	35
OUTUBRO	31
NOVEMBRO	35
DEZEMBRO	42

Adicional de insalubridade - grau médio

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	08
FEVEREIRO	10
MARÇO	09
ABRIL	09
MAIO	09
JUNHO	09
JULHO	09
AGOSTO	12

SETEMBRO	12
OUTUBRO	12
NOVEMBRO	14
DEZEMBRO	14

Adicional de periculosidade

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	02
FEVEREIRO	02
MARÇO	02
ABRIL	02
MAIO	02
JUNHO	02
JULHO	02
AGOSTO	02
SETEMBRO	02
OUTUBRO	02
NOVEMBRO	02
DEZEMBRO	02

Adicional de qualificação - Doutorado

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	03
FEVEREIRO	03
MARÇO	03
ABRIL	03
MAIO	03
JUNHO	03
JULHO	03
AGOSTO	03
SETEMBRO	03
OUTUBRO	03
NOVEMBRO	03
DEZEMBRO	03

Adicional de qualificação - Mestrado

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	09
FEVEREIRO	09
MARÇO	09
ABRIL	09
MAIO	09
JUNHO	09
JULHO	09
AGOSTO	09
SETEMBRO	09
OUTUBRO	09
NOVEMBRO	09
DEZEMBRO	09

Adicional de qualificação - Especialização

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	305
FEVEREIRO	307

MARÇO	310
ABRIL	307
MAIO	310
JUNHO	312
JULHO	316
AGOSTO	314
SETEMBRO	315
OUTUBRO	316
NOVEMBRO	318
DEZEMBRO	316

Adicional de qualificação - ações de treinamento 1%

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	619
FEVEREIRO	627
MARÇO	630
ABRIL	638
MAIO	639
JUNHO	636
JULHO	647
AGOSTO	635
SETEMBRO	640
OUTUBRO	646
NOVEMBRO	657
DEZEMBRO	658

Adicional de qualificação - ações de treinamento 2%

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	47
FEVEREIRO	50
MARÇO	48
ABRIL	50
MAIO	50
JUNHO	50
JULHO	50
AGOSTO	50
SETEMBRO	50
OUTUBRO	51
NOVEMBRO	51
DEZEMBRO	50

Adicional de qualificação - ações de treinamento 3%

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	40
FEVEREIRO	41
MARÇO	40
ABRIL	41
MAIO	41
JUNHO	43
JULHO	42
AGOSTO	41
SETEMBRO	43
OUTUBRO	43
NOVEMBRO	43
DEZEMBRO	41

5.2 Coordenadoria de Material e Logística

A Coordenadoria de Material e Logística, apresenta-se dentro da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, como unidade subordinada diretamente à Secretaria de Administração, possuindo atribuições pertinentes a área de administração de material, atuando especificamente na execução de rotinas que objetivem o suprimento de material (consumo e permanente) a toda sua estrutura, responsabilizando-se pelo seu recebimento, guarda, controle e distribuição, assim como pelo controle de bens imóveis, através do *SPIUnet* – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, além de coordenar atividades desenvolvidas pelas Seções de Almoxarifado e de Registro e Controle Patrimonial, além do Setor Gráfico. Dito isto, apresentamos a seguir as atividades desempenhadas pela CML no exercício de 2014:

Procedeu a elaboração de *relatórios mensais* afeitos a esta Coordenadoria, em conformidade com o que determina a legislação vigente, qual sejam: RMA - Relatório Mensal de Almoxarifado, que demonstra as entradas e saídas e o correspondente registro dos materiais (consumo e permanente) recebidos neste Tribunal, cuja elaboração está a cargo da Seção de Almoxarifado. Além do RMA, efetivou-se também a elaboração do RMB que é o Relatório de Movimentação de Bens Móveis, evidenciando a movimentação de material permanente, este extraído pela Seção de Registro e Controle Patrimonial, sendo que ambos os relatórios são encaminhados mensalmente à Secretaria de Orçamento e Finanças deste Regional (Setor de Contabilidade Analítica) para a competente análise e avaliação, cujos dados estão consolidados no demonstrativo financeiro a seguir exposto:

Discriminação	Valores - Material de Consumo
* Saldo Remanescente/2013	747.140,61
* Entradas em 2014	566.213,07
* Disponível/2014	1.313.353,68
* Saídas em 2014	643.043,67
* Saldo para 2015	670.310,01

Discriminação	Valores - Material Permanente
* Registro 2013	14.521.369,69
* Entradas em 2014	2.106.642,09
* Acumulado/2014	16.628.011,78
* Saídas em 2014	300.725,36
* Acumulado para 2015	16.327.286,42

Obs: o valor lançado no "Registro 2013" (14.521.369,69), refere-se ao ajuste formulado no Sistema por ocasião da depreciação e reavaliação de vários grupos do Plano de Contas.

SEÇÃO DE REGISTRO E CONTROLE PATRIMONIAL

Executou as seguintes atividades:

a) providenciou as incorporações dos bens permanentes ao acervo patrimonial desta Justiça, tanto no sistema informatizado do patrimônio, quanto via lançamento contábil no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, através de Notas de Lançamento, perfazendo um total de **33 (trinta e tres) apropriações** dentre compras, doações e cessões;

b) efetivou a baixa de diversos materiais permanentes, mediante a formalização de **356 (trezentos e cinquenta e seis)** documentos, dentre ofícios, memorandos, etc., provenientes das

diversas unidades integrantes deste Tribunal, sendo procedida a respectiva atualização no sistema informatizado do patrimônio;

c) elaborou no exercício de 2014, o quantitativo de **2.877 (dois mil, oitocentos e setenta e sete) Termos de Responsabilidade**, incluídos aqui, as baixas para o estoque de material executada automaticamente pelo programa de patrimônio;

d) forneceu subsídios para atuação da **Comissão de Inventário/2014**, no propósito de conferência de todos os materiais permanentes pertencentes ao acervo desta Justiça, inclusive auxiliando àquela na tarefa de identificação dos bens, através do sistema de código de barra e atualizando os Termos de Responsabilidade, durante os trabalhos de inventário;

e) cadastrou no Programa de Patrimônio, **1.703 (um mil, setecentos e tres)** itens de material permanente, sendo que deste total 31 (trinta e um) itens correspondem ao material produzido internamente pelo Setor de Marcenaria deste Tribunal. O registro de cada material contém: descrição, grupo classificação, segundo Norma de Execução/CCONT/ n.º 04 de 31 de outubro de 1997, data de registro do material, valor do bem, Nota de Empenho/Produção Interna, referente à aquisição do bem e a carga (destinação) do mesmo;

f) efetuou **3.851 (três mil, oitocentos e cinquenta e um)** Termos de Baixa de Material Permanente;

g) expediu através desta Coordenadoria de Material e Logística **40 (quarenta)** memorandos;

h) recebeu **462 (quatrocentos e sessenta e dois)** expedientes, dentre memorandos e ofícios, com solicitações, devoluções e transferências de responsabilidades de material permanente;

SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

Desempenhou atividades a seguir relacionadas:

a) procedeu ao registro de **143 (cento e quarenta e tres) lançamentos de entrada**, de todo material de consumo e permanente, através de sistema próprio do almoxarifado, de acordo com os documentos correspondentes, tais como nota fiscal, guia de produção, termo de doação, etc., sendo distribuídos em vários lançamentos, obedecendo aos diversos códigos de materiais componentes do sistema;

b) apropriou no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, todos os registros oriundos do sistema do almoxarifado, perfazendo um total de **143 (cento e quarenta e tres) apropriações**;

c) contabilizou **1.609 (um mil, seiscentos e nove)** requisições de saída de material de consumo pelo sistema, **23 (vinte e tres)** guias de encaminhamento de material de consumo específico e **12 (doze)** material permanente (encaminhamento à C.M.L.);

d) expediu **23 (vinte e tres) solicitações formais**, específicas para o abastecimento do Almoxarifado, tendo como parâmetro de Controle de Estoque os Fatores de Ressuprimento definidos através da IN 205/88, subitem 7.6;

e) expediu **40 (quarenta) memorandos e ofícios**;

f) recebeu **151 (cento e cinquenta e um) guias de remessa de produção** de impressos oriundos do Setor Gráfico, resultando em diversos lançamentos nos códigos de materiais correspondentes do sistema;

- g) gerenciamento de **37 (trinta e sete) atas de registro de preços** de material de consumo;
- h) abastecimento de **material de consumo às Varas do interior do Estado, em período trimestral**, com deslocamento de servidor do almoxarifado para cumprir as entregas.

SETOR GRÁFICO

O Setor Gráfico deste Tribunal efetuou os trabalhos referentes à confecção de impressos, dentre outros utilizados por esta Justiça, a seguir relacionados:

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA	
Diploma da Ordem Timbira	40
Manual	02
Cartaz A3	60
Cartão de natal	500
SEÇÃO DE OUVIDORIA	
Capa p/ pasta	70
Flyer	70
Crachá	72
Cartaz A4	30
Cartaz A3	28
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Flyer	10.700
Manual	01
Cartão visita	150
Cartaz A3	525
Certificado	16
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO	
Placa de identificação	10
Fluxograma	01
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E PESQUISA	
Cartolina 50x66	30
Apostila	51
SEÇÃO DE CERIMONIAL	
Cartão visita	510
Cartão aniversário	133
Cartão	450
Cartaz A3	130
Cartão cumprimentos	300
Convite	3.320
Livrete	85
Cartão nominata	500
Cartão reserva de lugar 75x125mm	315
Cartão de identificação 95x120mm	150
Cartão senha 55x70mm	186
Bloco rascunho	530
Etiqueta adesiva	300
Certificado	03
COMISSÃO AMBIENTAL	
Cartaz A4	85
Cartaz A3	05
COMISSÃO DE ENGENHARIA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	
Cartaz	12
Folder	200
CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA	
Cartaz	20
Papel couché 180 g/m ² formato A4	500
Catálogo	03
Arte para cartaz	01

ESCOLA JUDICIAL	
Cartaz	70
Bloco rascunho	80
Folder	280
Cartão visita	150
Pasta com bolso	560
Livrete	70
Convite	70
Certificado	130
Bloco rascunho	410
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	
Papel vergé 180 g/m ² formato A4	100
GABINETE DESEMBARGADOR GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	
Cartão natal	500
GABINETE DESEMBARGADORA MARCIA ANDREA FARIAS DA SILVA	
Cartão natal	50
GABINETE DESEMBARGADORA ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO	
Cartão natal	800
GABINETE DESEMBARGADORA SOLANGE CRISTINA DE CASTRO CORDEIRO	
Cartão visita	200
Cartão agradecimento	60
Envelope 114x162	50
Cartão natal	50
Livrete	20
SEÇÃO DE ENGENHARIA	
Papel AA 90 g/m ² formato 96x66	250
SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	
Etiqueta	1.000
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	
Carteira funcional	654
Carteira funcional plastificada	86
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA (SETOR DE ALMOXARIFADO)	
Requisição de Veículo Oficial TRT 116559 (bloco)	28
Ficha Odontoclínica TRT116516	100
Capa de Processo TRT116571	10.000
SEÇÃO DE BIBLIOTECA E GESTÃO DOCUMENTAL	
Relatório de Atividades	01
SEÇÃO DE SAÚDE	
Cartaz	23
Folder	500
Cartão 56x210	500
APOIO AO PJE	
Gráfico	25
Fluxograma	37
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO E CADASTRAMENTO PROCESSUAL	
Identificador de processo	9.000
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	
Cartão visita	200
SEÇÃO DE EXECUÇÃO	
Cartaz	100
Flyer	2.500
ENCADERNAÇÕES	
Encadernações	68

5.3 Coordenadoria de Serviços Gerais

A coordenadoria de serviços gerais, através do setor de transportes, setor de portaria e segurança e marcenaria, desenvolveu mecanismos que permitiram atender às solicitações feitas pelos diversos setores deste egrégio tribunal, assim como supervisionou serviços junto a empresas, possibilitando o bom andamento das atividades concernentes a esta corte, tais como:

Manutenção de persianas gabinete da Juíza 4ª Vara do Trabalho de São Luís

Carlos Navarro e Cia. Ltda. – NE 854/2014

Instalação de persianas na sala da Secretaria de Orçamento e Finanças

Carlos Navarro e Cia. Ltda. – NE 855/2014

Fornecimento de água potável

Global Serviços e Comércio Ltda – CONTRATO – 4/2014

Serviços de Recepção

Global Serviços e Comércio Ltda – CONTRATO – 11/2011, CONTRATO 18/2014 e 43/2013

Serviços de Técnico em Eletrônica

START SERVIÇOS LTDA – CONTRATO – 17/2013

Serviços de Manutenção Predial

START SERVIÇOS LTDA – CONTRATO – 20/2014

Confecção de carimbos

C P Tissot e Cia Ltda

Catedral Carimbos e Editora Ltda-me

Serviços de copeiragem

START SERVIÇOS LTDA – CONTRATO - 34/2013

Serviços de manutenção em aparelhos de ar condicionado/splits

ÁTRIOS – Átrios Comércio Serviços e Manutenção Ltda – CONTRATO 01/2010

Serviços de instalação/desinstalação/relocação de aparelhos de ar condicionado/split

Refrigeração Portuguesa de Máquinas e Equipamentos – CONTRATO – 44/2013

Serviços de dedetização – TRT-sede, Fórum e VTs Interiores

A Dos Santos Cunha – NE

Jakeline Pereira-ME – NE 319/2014

Aplicação de película fumê – Setor Gráfico

G P Comércio Limpeza e Serviços Ltda – 1415/2014

Aplicação de película fumê na Coordenadoria de Controle Interno

GP Comércio Limpeza e Serviço Ltda.-ME – NE 662/2014

Serviço de Limpeza e Conservação

Liman-Limpeza e Manutenção Ltda – CONTRATO 42/2011

Serviço de Telefonia Móvel

Claro S. A - CONTRATO – 06/2011

Serviço de Auxiliar de Mecânica

START SERVIÇOS LTDA – CONTRATO - 18/2013

Serviço de Auxiliar de Eletricista

START SERVIÇOS LTDA – CONTRATO - 16/2013

MAHCRO SERVIÇOS E LIMPEZAS E COMÉRCIO EM GERAL LTDA – CONTRATO – 038/2014

A Coordenadoria de Serviços Gerais, através da Seção de Transportes, conduziu os Oficiais de Justiça no cumprimento de mandados; fez entrega de correspondências; entrega de processos na Procuradoria do Trabalho; entrega de nota de empenho; entrega de documentos no SIOGE, etc.;

A Coordenadoria de Serviços Gerais também supervisionou os serviços realizados pelos Setores de Eletricidade (249), Marcenaria e Carpintaria (176), Manutenção Predial (140), Bombeiro Hidráulico (124) com aproximadamente chamados para atendimento no TRT-sede e no Fórum Astolfo Serra.

No que se refere à segurança, a Diretoria de Serviços Gerais supervisionou os serviços executados pelo Setor de Portaria e Segurança, que se encarregou pela segurança das Sessões Plenárias, Seminários, Cursos, Congressos e eventos em geral que foram realizados durante o ano de 2014.

5.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações - CTIC, composta pela Seção Administrativa, Seção de Apoio ao PJe-JT, Setor de Governança de TI, Setor de Desenvolvimento de Sistemas, Setor de Infraestrutura Computacional e Setor de Apoio à Central de Serviços, conforme estabelecido no art. 1º, da Portaria GP nº 01/2015 da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, que redefiniu a estrutura organizacional da CTIC, tem seu quadro de pessoal formado por 1 (um) diretor, 37 (trinta e sete) servidores efetivos e 13 (treze) funcionários terceirizados.

Compete à Coordenadoria de Tecnologia da Informação a gestão, coordenação, avaliação e supervisão das atividades relativas ao processamento eletrônico de dados, desenvolvimento e manutenção de sistemas, suporte de equipamentos e de programas aplicativos e atendimento a magistrados, servidores e jurisdicionados, dos Gabinetes de Desembargadores, 7 Varas do Trabalho da Capital e 16 do Interior do Estado, além de todos os setores administrativos do Tribunal.

ÁREA: DESENVOLVIMENTO

ATIVIDADES – SISTEMAS JUDICIAIS

SAPT1 (Sistema de Acompanhamento Processual – 1ª Instância)

- Análise e intervenções na estrutura dos relatórios e formulários objetivando o ajuste do sistema para atender solicitações dos usuários;
- Manutenção da base de dados objetivando ajustes no Módulo Gerencial de Publicação de Notificações, via DJ do Estado do Maranhão, por meio eletrônico.
- Desenvolvimento de relatórios gerenciais objetivando disponibilizar as informações cadastradas em solicitações eventuais das Varas Trabalhistas e dar suporte as ações correccionais sob determinação do Secretário-Geral da Corregedoria e Núcleo Auxiliar de Execução;
- Manter o controle de versão SAPT1;

- Disponibilização de Dados Estatísticos na *web* sobre demandas da 1ª e 2ª instâncias contra órgãos públicos;
- Manutenção de funcionalidades do SAPT1(Formulários/Relatórios) EC 45/2004, das classes processuais e assuntos no padrão CNJ, Movimentação processual baseado nas tabelas unificadas do CNJ, sistema do BNDT (Banco Nacional Débito Trabalhista);
- Desenvolvimento de críticas de movimentação processual baseado em solicitações da Corregedoria do TRT 16.
- Atendimento remoto via Spark, Telefone e e-mail;
- Desenvolvido chancela ECT - SUAP

Controle de Malotes

- Manutenção no módulo/formulário por solicitação de usuários. Manutenções eventuais [ajustes] em relatórios analíticos.

DJE - Depósito Judicial Eletrônico.

- Manutenção do sistema de geração, envio e recebimentos de Depósitos judiciais, aos bancos conveniados, para pagamento, garantia de execução, no modelo único conforme Instrução Normativa nº 33/2008 TST.

Sistema DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - 1º Grau

- Módulo do SAPT1 que permite a geração, manutenção, envio e publicação de arquivos XML, objetivando a publicidade dos atos judiciais das varas pertencentes a jurisdição do TRT16ª Região. Manutenção do módulo objetivando atender determinações do Projeto Nacional;
- Suporte a operacionalização do sistema;
- Atualização da versão corrente objetivando adicionar “campos” conforme orientação do TST.

Sistema Cálculo Judicial

- Manutenção do Sistema. Atendimento a chamados de rotinas.

SAPT 2 - Sistema de Acompanhamento Processual – 2ª Instância

- Manutenção do Sistema para correção de erros, desenvolvimento de funcionalidades evolutivas, treinamento e atendimentos de usuários nos seguintes módulos: Pleno, Acórdão e Distribuição, Sala de Sessão, Estatística e Jurisprudência, Cadastramento Processual, Sistema de Apoio a Gabinete (SAGA), Sistema de Administração de Processos em Gabinete (PROC), Sistema e-DOC, Sistema AUD, Sistema e-Recurso, Sistema Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Sistema TRT Push (notificação de andamentos por e-mail).

Sistema e-Gestão

- Ajuste da regras em virtude das modificações solicitadas pela comissão do E-Gestão.
- Assistência sistemática junto a Corregedoria objetivando o saneamento de informações pertinentes às remessa mensais do E-Gestão.

ATIVIDADES – SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Sistema de Controle de Estagiário

- Manutenção do sistema: Treinamento, desenvolvimento de módulos para a Diretoria de Pessoal e Folha de Pagamento.

- Manutenção da folha de pagamento de estagiários com integração ao novo Sistema de Folha de Pagamento.
- Manutenção da geração dos contracheques dos estagiários, no padrão dos servidores, com acesso e impressão na Intranet.

Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento

- Geração dos arquivos do SIPREV para envio ao ministério da previdência social;
- Geração dos arquivos da RAIS para envio ao ministério do trabalho;
- Geração dos arquivos de informações ATUARIAL para o ministério da previdência social;
- Geração de dados em excel para CSJT e TCU;
- Criação e modificação de relatórios;
- Alteração e manutenção das rotinas para a implantação da nova previdência do serviço público (FUNPRESP);
- Criação de consultas para o portal do servidor;
- Geração da DIRF para envio à secretaria da receita federal;
- Acompanhamento e ajustes em folhas suplementares de Gratificação de Natal, Férias e URV (11,98%), que são pagas separadamente dos vencimentos mensais;
- Criação de relatórios da folha mensal para a página de transparência (exigência do CNJ para divulgação dos salários);
- Manutenção nas rotinas de cálculo das folhas de pagamento;
- Manutenção nas rotinas diversas dos sistemas de folha de pagamento e recursos humanos;
- Geração de dados em excel para CSJT (passivos VPNI, PAE e ATS);
- Preparação dos dados dos passivos de URV para envio ao CSJT;
- Suporte de tira dúvidas de usuários;
- Implementado Criação de Folha de Pagamento Já Fechada;
- Transformação de Planilhas de Rubricas para formato Excel;

Sistema de Escala Anual de Férias Online (RH)

- (WEB) Manutenção do sistema de marcação de férias pelo *site* do TRT;
- (SRH) Manutenção do sistema de análise (relatórios) e a aprovação das férias dos setores. Importação automática no sistema de recursos humanos;
- (SRH) Manutenção do módulo para auxiliar nas alterações de férias marcadas com relatórios de validação; Fase Manutenção;
- (SFP) Manutenção do módulo de geração do relatório para a Folha de Pagamento, contendo servidores em férias na próxima folha de pagamento com integração ao sistema de ContraCheque *Online* ;

Sistema de Requisição de Materiais

- (WEB) Manutenção do sistema de requisição de material pelo *site* do TRT;

Sistema de Ouvidoria

- (WEB) Manutenção na página da Sexta Cidadã;

- (SAPT) Manutenção do módulo para monitoramento e cadastramento de reclamações para a Ouvidoria. Gerenciamento com geração de estatísticas.
- (WEB) *Manutenção da* Integração da manifestação, pelo siste TRT, ao sistema de Ouvidoria desenvolvido.
- Manutenção do Sistema “Fale com o Ouvidor”, “Sexta Cidadã”, agendamento via site de entrevistas com o Ouvidor no prédio do TRT.

Sistema de Material e Inventário

- Manutenção (Inclusão de novo relatório, ajustes em consultas e relatórios, melhorias no *layout* de formulários);
- Carga das informações dos ativos em base de dados específica objetivando o inventário geral e anual do TRT16ª Região do ano de 2014.
- Criação da rotina que permite a inclusão de PDFs dos termos assinados na mesma tela de manutenção destes.

Sistema Ponto Eletrônico

- Manutenção do Sistema de Ponto e orientações de como usar o sistema.
- Cadastro de digitais de servidores e estagiários.
- Criação de tela para chefe de varas do interior poderem cadastrar as digitais de estagiários.

Sistema de Controle de Funcionários Terceirizados

- Manutenção do sistema de cadastro das empresas terceirizadas e dos terceirizados lotados no tribunal, Geração dos relatórios de lotação por empresa, setor, atividade ou empregados.

Sistema de Marcação e Alteração de Férias On Line.

- **Descrição:** Página para marcação, alteração de férias, substituindo protocolos de alteração criados no SISPAE. Sistema análogo ao Escala Anual de Férias existentes, com aprovação do gestor do setor e importação automática no sistema de Férias do RH.
- **Estágio Atual:** Implementado, aguardando liberação do portal do servidor.

Sistema Agenda Odontológica On Line.

- Manutenção corretivas no sistema.

Sistema de Precatório

- Manutenção (Alteração e criação de relatórios, alteração de formulários, melhoramento de consultas e entradas de dados);
- Manutenção eventual [instalações de drives] para adequar o uso do módulo de leitura via código de barra.
- Elaboração de Consultas “SQL” objetivando subsidiar a equipe de “WEB” quanto a divulgação das informações das entidades públicas devedoras bem como dar publicidade da ordem cronológica dos precatórios conforme determinação do CNJ/CSJT/TST.
- Manutenção e adequações na base de dados específica do Sistema de Precatórios / SAPT1 objetivando atender às exigências do E-Gestão.

- Elaboração de Sistema para atender as demandas de remessa semestral ao CNJ, resolução 115/2010 de 29 de junho de 2010, de informações pertinentes aos precatórios autuados e quitados pelo TRT16ª no período de 2014.

Site do TRT 16ª Região

- Alterações na página do PJE;
- Alterações na exibição de banners;
- Alterações na página da Corregedoria para atender necessidades do setor;
- Criação de página para o Controle Interno divulgar material próprio;
- Criação do sistema de Fale com o Presidente;
- Remodelagem geral do site do Concurso de Reportagem;
- Manutenção no Sistema Administrativo do Concurso de Reportagem;
- Manutenção no SISPAE;
- Manutenção no sistema de Consulta de dados de Servidores na internet;
- Criação de página para a disponibilização de informações do Concurso de Servidores de 2014;
- Apoio permanente à Escola Judicial para gerenciamento dos cursos oferecidos por esta (Sistemas de Inscrições, impressão de relatórios de inscritos, certificados);
- Apoio permanente à secretaria de Gestão Estratégica e manutenção do Portal da Gestão Estratégica;
- Apoio no Portal de Serviços;
- Sistema Web para inscrições em aulas de Pilates;
- Sistema Web de Votação para eleição de Membros do Comitê;

Criação da Intranet

- Criação da área para Manutenção de Publicações e Expedientes do Tribunal;
- Criação do sistema de Notícias na Intranet;
- Criação de área para Inclusão de Banners pelo setor de Comunicação;
- Manutenção no sistema do Painel de Pautas para as varas, integrando ela à nova Intranet;
- Criação de tela para Alteração de Senha do AD;
- Inclusão do sistema de Agendamento Odontológico para dentro da Intranet;
- Criação da área administrativa do sistema Fale com o Presidente;
- Finalização do sistema de Marcação e Alteração de Férias;
- Criação de telas para consulta do ponto dentro da Intranet;

Sistema de Gestão Orçamentário (SIGEO)

- Instalação do SIGEO no tribunal como módulo do SIGA;
- Criação das Visões de Recursos Humanos para integração do SIGEO no TRT16;
- Implantação de carga manual e automática do SIGEO;
- Integração do Login Único do TRT16 ao SIGEO;
- Geração de arquivos de extração do STA/SIAFE para envio ao TRT20.

ÁREA: INFRAESTRUTURA DE REDES E BANCO DE DADOS

GERENCIAMENTO DE REDES E EQUIPAMENTOS

ATIVIDADES

- Atualizações cadastrais dos sistemas de email, domínio, spark e malote digital do Tribunal;
- Emissão/gravação de certificados digitais;
- Monitoramento e recuperação dos links de Internet deste Tribunal, dos links de Internet das varas da capital e do interior;
- Atualização do sistema de monitoramento de serviços: NAGIOS.
- Gerenciamento e recuperação de backup nos servidores do tribunal;
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Prevenção de Intrusos do Sistema de Antispam e Antivírus – Proofpoint, Firewall Nokia/Checkpoint;
- Manutenção de infraestrutura e suporte aos serviços oferecidos pela Diretoria de Informática (Wiki, SAPT1, SAPT2, SVN, SUAP e etc.);
- Manutenção do domínio no prédio sede, serviço de Gabinete Virtual;
- Manutenção da infraestrutura física (ativos e passivos) da rede do Tribunal e das Varas do trabalho;
- Manutenção dos servidores de email, web, proxy, dns, dhcp, spark, citrix, firewall, antivírus, atualizações, arquivos, domínio, ldap e de ponto;
- Virtualização de servidores e serviços deste Tribunal;
- Manutenção do serviço de *helpdesk* (*ocomon*) no âmbito deste tribunal;
- Vistoria da rede lógica do fórum Astolfo Serra;
- Elaboração do programa de treinamentos para os servidores da Diretoria de Informática;
- Manutenção da conexão entre a rede do Tribunal e da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Social, da conexão entre a rede do Tribunal e demais Tribunais do Trabalho;
- Migração da Rede Nacional da Justiça do Trabalho da Rede de Dados da Embratel Telecomunicações para a infraestrutura da Empresa Oi Telecomunicações;
- Sala-Cofre
 - Monitoramento, Gerenciamento e acompanhamento de chamados junto ao fabricante da sala cofre;
 - Instalação, Configuração, Monitoramento e Gerenciamento do ambiente de virtualização VMWARE nas Blades Dell e demais servidores que utilizam este serviço.
 - Monitoramento e Gerenciamento de 02 (dois) Storages EMC, Switches SAN e unidade de fita para backup, Blades Dell
- Processo Judicial Eletrônico
 - Instalação, Configuração, Monitoramento e Gerenciamento do ambiente computacional para implantação do PJe;
 - Instalação e Configuração do ambiente de virtualização VMWARE;
 - Instalação e Configuração de servidores RedHat, Apache, JBoss e Postgresql.

- Participação no Comitê Técnico Temático de Gerenciamento de Projetos de TI do CSJT;

BANCO DE DADOS

ATIVIDADES

- Gerenciamento e Monitoramento do sistema de backup de banco de dados – RMAN (Recovery Manager); Abertura de chamados para erros do sistema ou dos hardwares envolvidos;
- Gerenciamento e Monitoramento do sistema de Storage (SAN); Abertura de chamado para erros no sistema ou dos hardwares envolvidos;
- Gerenciamento e Monitoramento dos bancos de dados (desenvolvimento, homologação, teste, treinamento e bugfix) através de verificação de logs de eventos do sistema operacional, do hardware e software de monitoramento do banco de dados, para os bancos de dados Oracle e PostGreSQL;
- Atualização de versão do software de banco de dados Oracle e PostGreSQL dos servidores de produção, homologação, teste, treinamento, desenvolvimento e bugfix para versões mais atuais;
- Suporte de banco de dados para solicitações de desenvolvedores e implantação de novos sistemas institucionais nos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção;
- Execução de procedimentos de duplicação de bancos de dados dos servidores de desenvolvimento, homologação, teste, treinamento e bugfix;
- Manutenção de banco de dados SQL Server (Risk Manager e Volare);

ÁREA: ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Atendimento Presencial - Capital e Varas de Trabalho da Capital e Interior

ATIVIDADES

- Instalação de equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras, scanner's, etc.);
- Instalação de aplicativos (*software*);
- Trocas de toner;
- Configuração de *e-mail* (Zimbra);
- Assistência aos usuários com os *softwares* de edição de texto e programas gráficos;
- Suporte gráfico às atividades da Escola Judicial e Ouvidoria;
- Suporte e atendimento aos servidores e magistrados;
- Manutenção do Boletim Interno Eletrônico;
- Monitoramento das informações no *site* do Tribunal;
- Atualização do serviço de Expedientes do Tribunal;
- Atendimento aos usuários do sistema do SAPT1, no que diz respeito a procedimentos.
- Montagem do ambiente para que advogados possam acessar e operar o sistema PJE nas varas do trabalho.
- Configuração de máquinas para acesso ao sistema PJe e demais serviços que utilizem certificado digital.

- Atendimento para manutenção de equipamento, através de visitas às varas do interior, seja de forma programada, com objetivo de fazer manutenções preventivas;
- Atendimento remoto a sistemas instalado;

Atendimento Remoto – Capital e Varas Trabalho do Interior

ATIVIDADES

Através da utilização de software de gerenciamento remoto de estações de trabalho e atendimento telefônico, a Diretoria de Informática prestou atendimento aos Magistrados e Servidores deste Regional, na Capital e no interior, proporcionando maior número de atendimentos e considerável minimização dos custos com deslocamento de Servidores e Terceirizados.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

TIPO	QUANTIDADE
Micromputadores	280
Tablets	57
Notebooks	57

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS DE INFORMÁTICA

SERVIDORES	PERÍODO	UF	DESCRIÇÃO
Carlos Roberto Martini	15/05 a 16/05	SE	Acompanhar o Diretor-Geral para apresentação do Sistema de Gestão e Execução Orçamentária – SIGEO
Aured de Freitas Costa Rodrigues Carlos Roberto Martini Cícero Matias Ferreira do N. Neto Danilo Lauande Franco Fernando Augusto Pestana Junior Gilberto Cunha Filho José Augusto Rodrigues Silva Filho Maickel Roberto Neitkze Rafael Robinson de Sousa Neto Ronald Silva Serrão Raimundo Martins Pinto Neto Uiratan Alves de Sousa Cavalcante	26/05 a 30/05	MA	Desenvolvimento Orientado a Objetos com PHP
Stanley Araújo de Sousa Gilberto Cunha Filho	21/07 a 23/07	GO	Workshop no TRT 18ª Região para treinamento na implantação do Sistema de Gestão Administrativa (SIGEO)
Ronald Silva Serrão	13/08	DF	Reunião Técnica do PJe-JT para discussão de questões relacionadas ao desenvolvimento do PJe-JT.
José Augusto Rodrigues Silva Filho	18/09 a 19/09	SP	Reunião técnica de implantação e de desenvolvimento do SGRH a ser realizada em São Paulo-SP
Ronald Silva Serrão	28/09 a 29/09	PE	Visita ao TRT de Pernambuco para avaliação técnica dos Sistemas de Gestão de Competência
Aured de Freitas Costa Rodrigues Carlos Roberto Martini Cícero Matias Ferreira do N. Neto Gilberto Cunha Filho José Augusto Rodrigues Silva Filho Maickel Roberto Neitkze Raimundo Martins Pinto Neto Uiratan Alves de Sousa Cavalcante Rafael Robinson de Sousa Neto	24/11 a 28/11	MA	Framework Zend 2.0

SERVIDORES	PERÍODO	UF	DESCRIÇÃO
Aured de Freitas Costa Rodrigues	22/09 a 25/09	SP	RAC11g - Oracle Database 11g: RAC for Administrators
Flávio Marcílio Paiva Ramos Leonel Carneiro Pereira	15/09 a 19/09	SP	Oracle Database 11G Workshop Administration II
	19/05 a 23/05	MA	Administração Postgres 9.0 - Módulo II
Stanley Araújo de Sousa	17/08 a 23/08	SP	Zimbra Collaboration Suite - Administração Total

5.5 Seção de Biblioteca e Gestão Documental

Atividades desenvolvidas na Biblioteca João Freire Medeiros

- Material Bibliográfico

Livros		Periódicos	
Compra	Doação	Compra	Doação
126	26	6	191

- Serviço de Referência

Empréstimos	Livros	4125
	DVD	157
	Monografias	6
	Outros Materiais	65
Consulta Local		1.650
Reservas		192

Produtos e Serviços

- Elaboração e normalização do Relatório de Atividades – 2014;
- Aquisição de obras via sistema Registro de Preços;
- Aquisição de periódicos;
- Coordenação e supervisão das publicações do Tribunal, quanto à produção, edição e divulgação;
- Controle das atividades de organização, tratamento e alimentação da base de dados SIABI;
- Oferta de produtos e serviços aos usuários;
- Intercâmbio de informações com instituições nacionais e entre Bibliotecas dos TRTs;
- Disseminação de informações documentais, doutrina, legislação e jurisprudência;
- Digitalização de artigos de periódicos solicitados através do Portal e enviados por e-mail aos usuários.

Cursos de Aperfeiçoamento e outros eventos

- INTELIGÊNCIA EMOCIONAL ESCOLA JUDICIAL TRT16 de 03/02/2014 a 05/02/2014
- FISCALIZACAO DE CONTRATOS DO TRT16 REGIAO ESCOLA JUDICIAL TRT16 11/02/2014

- XII EBJUT - ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS E DOCUMENTALISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, REALIZADO DE 19, 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2014, FORTALEZA, CEARÁ.

Setor de Arquivo Geral

Atividades do Programa de Gestão Documental

- Supervisão e acompanhamento do Programa de Gestão de Documentos, procurando agilizar nas Unidades a eliminação de documentos ou recolhimento ao Setor de Arquivo Geral, garantindo a preservação e o acesso aos documentos de caráter permanente;
- Participação no Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem de papel através do Programa de Gestão de Documentos;
- Cadastramento de processos judiciais e administrativos.

5.6 Seção de Saúde

PRODUÇÃO DO SETOR MÉDICO - 2014

BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO													
ATENDIMENTO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CONSULTA (CID 10)	113	103	88	76	82	86	73	92	73	137	64	33	1.020
EXAME ADMISSIONAL	01	-	-	-	02	-	01	-	-	-	-	04	08
EXAME PERIÓDICO	-	-	-	-	01	-	-	-	11	06	06	01	25
EXAME DEMISSIONAL	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
PEQ. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERÍCIA AMBULATORIAL	10	08	03	04	03	03	02	05	-	-	-	01	39
PERÍCIA HOSP/DOMIC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHEGADA / SAÍDA	03	01	03	01	-	-	01	01	-	-	-	01	11
REQUIS. PLANO DE SAÚDE	07	06	04	05	03	06	-	11	03	01	-	04	50
JUNTA MÉDICA	7	5	4	5	1	2	4	2	1	1	1	4	37
TOTAL GERAL	134	118	98	86	91	96	77	109	87	144	70	44	1.191

Licenças homologadas e propostas

REGISTRO DE ATESTADOS MÉDICOS – SERVIDOR													
ATENDIMENTO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
LICENÇAS HOMOLOGADAS	62	72	58	55	58	47	52	60	49	53	48	26	640
LICENÇAS PROPOSTAS	07	07	23	07	07	06	07	12	06	07	02	06	97
TOTAL GERAL	69	79	81	62	65	53	59	72	55	60	50	32	737

Programa saúde da mulher - 2014

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Mulheres que entregaram os exames	04	04	04	03	04	13	06	05	08	07	08	03

Foram enviados as requisições para todas as mulheres de acordo com o mês de aniversário de cada uma.

PRODUÇÃO DE ENFERMAGEM - 2014

	JANEIRO	FEVERERO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
MADICAÇÕES ORAIS	17	06	26	37	40	40	16	41	34	19	41	10	327
MEDICAÇÕES PARENTÉRAIS CURATIVO	02	02	01	02	01	06	06	10	03	03	05	01	42
VERIFICAÇÃO DE PA	04	00	01	08	05	03	03	01	02	01	07	01	36
VERIFICAÇÃO DE TEMPERATURA	14	09	27	40	50	21	17	27	63	88	40	71	467
VERIFICAÇÕES DE PESO	01	01	02	03	08	03	00	03	03	02	02	00	28
GLICEMIA	00	00	00	10	06	01	00	01	39	102	02	00	161
NEBULIZAÇÕES	00	00	01	00	00	01	00	02	00	00	00	00	4
BIOMETRIA	00	00	00	00	01	00	00	00	35	102	21	01	160
EXAMES ADMISSIONAIS	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	1
EXAMES PERIÓDICOS	00	00	00	00	00	00	00	00	35	102	21	01	159
RETIRADAS DE PONTOS	01	00	00	01	00	00	00	00	02	00	00	00	4
OUTROS PROCEDIMENTOS*	00	00	00	00	07	13	01	00	00	00	00	00	21
TOTAL GERAL	39	18	60	102	121	88	43	86	218	419	141	86	1421

**Entre eles, verificação de glicemia capilar, retirada de pontos, compressa fria, massagem com reparil, distribuição de absorventes.*

Campanha de vacinação contra gripe – 2014

	TRT (SEDE)/FORUM/interior
Magistrados/Servidores/Terceirizados/estagiários	700 doses

Outras campanhas de vacinação

Vacinas	Período
Gripe	29/04 a 09/05/14
Gripe, Hepatite B, Tétano e febre amarela	23/07/14 e 24/07/14
Gripe, Hepatite B, Tétano e febre amarela	02/10/2014

PRODUÇÃO DE ODONTOLOGIA - 2014

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Pacientes Atendidos	92	82	115	93	125	108	103	103	76	105	88	36	1126
PROCEDIMENTOS													
Exame clínico	72	62	95	67	102	73	73	71	55	73	54	29	826
Profilaxia	19	17	18	28	30	31	36	20	11	19	06	07	242
Aplicação tópica de flúor	05	06	23	21	29	34	34	25	17	23	11	16	244
Raspagem p/ hemiarco	174	143	189	156	206	154	178	168	122	187	125	68	1870
Restauração de Resina	26	27	32	31	43	44	45	28	31	38	41	08	394
Exodontia	02	00	02	02	01	05	00	01	01	03	01	00	18
Aplicação de Selante	00	00	01	00	01	00	00	01	00	00	01	00	04
Curativo de Demora	01	05	09	07	06	01	02	07	04	06	04	00	52
Cimentação	01	03	03	00	02	03	00	01	00	00	01	00	14
Raio X	04	04	03	05	16	02	04	04	00	02	01	01	44
Instrução Higiene Bucal	53	37	47	47	42	45	43	46	32	43	42	19	496
Remoção de sutura	00	00	01	00	00	00	00	01	01	00	00	01	04
TOTAL	357	304	422	364	478	392	415	373	274	394	287	149	4209

OUTRAS ATIVIDADES

- 1.Semana da Saúde (ver relatório da semana em anexo);
2. Programa de ginástica laboral e massagem expressa;
- 3.Expedição de documentos relacionados à Seção de Saúde;
- 4.Campanha de vacinação contra Febre Amarela, Hepatite B e Difteria e Tétano.

Semana de Saúde

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas durante a Semana de Saúde, realizada no período de 01 a 05 de dezembro de 2014. Dedicada a magistrados e servidores lotados no prédio-

sede do Tribunal e no Foro Astolfo Serra, foi coordenada pela Seção de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região com o apoio da CGEEP.

Essa semana foi marcada por várias atividades como palestras, aferição de pressão arterial, massagem com pedras quentes, “agita TRT”, distribuição de camisinhas e “sexta Relax”.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

01/12/14: A abertura da Semana da Saúde aconteceu às 9h, no auditório do FAS. Na abertura o desembargador presidente, Luiz Cosmo da Silva Júnior, observou que o objetivo da semana é conscientizar magistrados e servidores do cuidado e da necessidade que cada um deve ter com sua própria saúde. Participaram ainda da abertura um dos gestores regionais do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes – Programa Trabalho Seguro, o juiz Manoel Lopes Veloso e o coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa, Ciro Ibiapina Cardoso presentes. Em seguida, às 10h, o médico do trabalho e cardiologista, **Ércio Murilo Cutrim, ministrou a palestra com o tema “Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)”** Esta palestra apresentou os resultados do PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), implantado em 2013 neste Regional. Logo após, o médico Ércio Cutrim falou sobre **acidentes de trabalho**. Nesse dia também houve distribuição de preservativos (masculino e feminino) bem como informativos de saúde. Além da disponibilização de um quiosque de verificação de pressão arterial. Participaram da 1ª palestra **25 pessoas**. À tarde, aconteceu o **“Agita TRT”** que consistiu em 15 minutos de atividades físicas ao som de música eletrônica e sertanejo, e teve a participação de **08 pessoas**.

02/12/14: O Prof. Dr. Antônio Gonçalves, urologista, deu seguimento à semana com um bate-papo sobre câncer de próstata. Participaram desse momento, **27 pessoas**. À tarde, na sede do TRT, houve a disponibilização de massagem com pedras quentes, com **22 participantes**.

03/12/14: A odontóloga e servidora deste Regional, **Allinger Felinto**, tratou sobre o tema Câncer de Boca – Prevenção e auto exame. Participaram dessa palestra **15 pessoas**. À tarde, a massagem com pedras quentes foi no FAS.

04/12/14: Foi realizado um bate-papo com a psiquiatra **Sâmia Jamile Damous Duailibe de Aguiar Carneiro Coelho**, que falou sobre “Depressão ansiedade e o Trabalho”. **(34 participantes)**.

05/12/14: Como encerramento das atividades da Semana da Saúde de 2014, foi promovida a **“Sexta Relax”**, que consistiu em sessões de alongamento com momentos de relaxamento, realizadas pela fisioterapeuta, Tatiana Luzia Santos. Participaram dessa atividade **39 pessoas**. Nesse dia o Restaurante localizado nas dependências do Tribunal também aderiu à Semana da Saúde, preparando um cardápio especial, com arroz integral, torta de legumes, refogado de soja, peito de frango grelhado, saladas, etc.

A Semana de Saúde alinha-se ao tema Gestão de Pessoas e aos objetivos estratégicos buscar a melhoria de clima organizacional e promover a educação corporativa do planejamento estratégico do TRT-MA. Trata-se de uma mobilização social que tem como objetivo principal a conscientização de magistrados e servidores para os cuidados com a saúde, o corpo e a prevenção de doenças.

Participaram das atividades desenvolvidas durante a semana 58 (cinquenta e oito) pessoas. Apesar da ampla divulgação da Semana pela Seção de Comunicação e do apoio obtido da CGEEP, observamos que, por motivos desconhecidos, a participação de magistrados/servidores foi modesta,

sugerindo a necessidade de reformulação da Semana da Saúde junto com os demais gestores na tentativa de atingir um número maior de participantes.

**SEMANA INTERNA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL
E PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO TRT 16ª REGIÃO**

Dia	Atividade	Hora	Local
01/12	Quiosque de verificação de pressão Arterial, distribuição de preservativos (feminino e masculino) informativos sobre saúde.	8h	Auditório do FAS
	Abertura oficial da SIPAT	9h	Auditório do FAS
	Palestra: Apresentação do PCMSO do TRT 16ª Região (Ércio Murilo – médico coordenador do PCMSO) e Acidentes de trabalho	10h	Auditório do FAS
	Agita TRT – CRTO (Um incentivo à prática de atividade física)	16:30h	Auditório do FAS
02/12	Massagem com pedras quentes – CRTO	Agendar no ramal 9482	FAS
	Bate-papo com o especialista: “Câncer de próstata” (Dr. Antônio Gonçalves - Urologista)*	9h	Auditório do FAS
03/12	Massagem com pedras quentes- CRTO	Agendar no ramal 9382	Seção de Saúde (Sede)
	Palestra: O auto-exame e a prevenção de câncer bucal – Drª Allinger	9h	Auditório do FAS
04/12	Bate-papo com o especialista – “Ansiedade, depressão e o trabalho” (Dr. Sâmia - Psiquiatra)*	9h	Auditório do FAS
05/12	Sexta Relax (alongamentos e relaxamentos) – CRTO	8h - 11h 14h – 17h	Espaço Pilates (Sede)

* Profissionais contratados pelo TRT16